



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA – Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Da Adversidade À Ofensa: Experiências Adversas na Infância e o Papel Mediador das Concepções de Masculinidades em Jovens Ofensores

Maira de Maria Pires Ferraz

Belém-PA
2026



Da Adversidade À Ofensa: Experiências Adversas na Infância e o Papel Mediador das Concepções de Masculinidades em Jovens Ofensores

Maira de Maria Pires Ferraz

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para o Título de Doutora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lília Iêda Chaves Cavalcante

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Milene Maria Xavier Veloso

Belém-PA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
UFPA/Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento/Biblioteca

F381a Ferraz, Maira de Maria Pires, 1995-
Da adversidade à ofensa: experiências adversas na infância e o papel mediador das concepções de masculinidades em jovens ofensores / Maira de Maria Pires Ferraz. — 2026.

225 f. il.: color

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante

Coorientadora: Milene Maria Xavier Veloso

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2026.

1. Análise do comportamento. 2. Desenvolvimento Humano. 3. Infância (experiência adversas). 4. Jovens ofensores. 5. Ofensa sexual. 6. Teoria Bioecológica. I. Título.

CDD - 23. ed. — 150.724

Catalogação na fonte: Maria Célia Santana da Silva – CRB-2/780

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Maira de Maria Pires Ferraz, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, Brasil.

Contato: Maira de Maria Pires Ferraz

Mail: mairapferraz@gmail.com



Programa aprovado pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UFPA — Resolução 2545/98. Reconhecido nos termos das Portarias N°. 84 de 22.12.94 da Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e No. 694 de 13.06.95 do Ministério da Educação e do Desporto. Doutorado autorizado em 1999.

Defesa de Doutorado

“Da Adversidade à Ofensa: experiências adversas na infância e o papel mediador das concepções de masculinidades em jovens ofensores.”

Aluna: Maíra de Maria Pires Ferraz.

Data da Defesa: 31 de março de 2026.

Resultado: Aprovada.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **LILIA IEDA CHAVES CAVALCANTE**
Data: 22/04/2026 14:54:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dr^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (orientadora — UFPA).

Documento assinado digitalmente
 **MILENE MARIA XAVIER VELOSO**
Data: 28/05/2026 16:52:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dr^a Milene Maria Xavier Veloso (coorientadora — UFPA).

Assinado por: **Ângela Rosa Pinho da Costa Maia** Num. de Identificação:
05779976
Data: 2026.04.23 17:56:1S+01'00'

Prof Dr^a Ângela Rosa Pinho da Costa Maia (membro 1 — UMINHO).

Documento assinado digitalmente
 **JEAN VON HOENDORFF**
Data: 05/05/2026 19:04:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Jean Von Hohendorff (membro 2 — Atitus Educação-Passo Fundo - RS).

Documento assinado digitalmente
 **ERIC CAMPOS ALVARENGA**
Data: 09/05/2026 10:27:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^o Dr^o Eric Campos Alvarenga (membro 3 — UFPA).

Documento assinado digitalmente
 **DANIELA CASTRO DOS REIS**
Data: 15/05/2026 11:43:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof Dr^a Daniela Castro dos Reis (membro 4 — UFPA).

Termo de Autorização e Declaração de Distribuição não exclusiva para Publicação Digital no Repositório Institucional da UFPA

IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR E DA OBRA

Autor: Maira de Maria Pires Ferraz

Vínculo com a UFPA: () Servidor; (x) Discente
Comportamento

Unidade: Núcleo de Teoria e Pesquisa do

Sub Unidade: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Tipo do documento: (x) Tese; () Dissertação; () Livro; () Capítulo de Livro; () Artigo de Periódico; () Trabalho de Evento; () Outro. Especifique:

Título do Trabalho: Da Adversidade À Ofensa: Experiências Adversas na Infância e o Papel Mediador das Concepções de Masculinidades em Jovens Ofensores

Data da Defesa: 31/03/2026 Área do Conhecimento: Desenvolvimento humano

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA

O referido autor:

- Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.
- Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Federal do Pará os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros, está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal do Pará, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPA a disponibilizar de acordo com a licença pública **Creative Commons** Licença 3.0 **Unported**, e de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra citada, conforme permissões abaixo por mim assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou **download**, a partir desta data.

Permitir o uso comercial da obra?

- (x) Sim
() Não

Permitir modificações em sua obra?

- (x) Sim, contanto que compartilhem pela mesma licença
() Não

O documento está sujeito ao registro de patente?

- () Sim
(x) Não

A obra continua protegida conforme a Lei Direito Autoral.

Belém(PA), 26/06/2026

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos do Autor



Documento assinado digitalmente

MAIRA DE MARIA PIRES FERRAZ

Data: 29/06/2026 18:32:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: — Me ajuda a olhar!

— Eduardo Galeano. *Livro dos abraços*.

Agradecimentos

Escolho abrir esta tese com a epígrafe de Galeano por um motivo simples: para mim, a ciência, assim como a arte que dá título ao conto citado, é sobretudo aprender a olhar. As palavras do autor ensinam que para olhar é preciso método, mas também, paixão e espanto. Pessoalmente, aprendi a desenvolver método no olhar a partir da minha trajetória acadêmica. Porém, este assombro apaixonado diante do mundo é uma característica que carrego comigo há bem mais tempo. Sinto que devo agradecer a isso também: o fascínio quase obsessivo que crio por aquilo que verdadeiramente me interessa. Esta característica pessoal, em interação com processos proximais disponibilizados a mim no decorrer do meu desenvolvimento, me permitiram chegar até aqui com o sentimento de estar fazendo exatamente o que deveria.

No centro destes processos proximais, estão minhas orientadoras: Lília Cavalcante e Milene Veloso. Com afeto mútuo, atividades conjuntas e equilíbrio de poder, construímos esse trabalho em uníssono. Professora Lília, serei eternamente grata pela sua abertura e confiança ao conduzir o meu processo de tornar-me pesquisadora. Desde o mestrado, quando me dizia que “disciplina é liberdade”, encaro toda conversa nossa como um aprendizado sobre a vida. Obrigada por todo o suporte, em cada um dos oito anos que passei sob sua supervisão. Saiba que a minha trajetória acadêmica e pessoal está profundamente marcada pela sua.

Professora Milene, o que dizer? Você antecedeu tudo o que de bom e importante aconteceu na minha vida adulta. Você me apresentou a pesquisa como o pai apresenta ao filho o mar. A partir desse encontro, reconheci criticamente o meu entorno e me reconheci como futura representante da psicologia ainda na graduação. Você me forneceu ferramentas que me permitiram ser quem me tornei e consequentemente, escrever esta tese de doutorado. Isso é muito maior do que qualquer palavra que eu escreva possa abarcar. Você sempre será uma das minhas maiores referências. Gratidão eterna pela sua amizade.

Gostaria de agradecer profundamente a todas as integrantes do GEAV — Grupo de Estudo em Autores de Violência, entre doutorandas, mestrandas, PIBICs e voluntárias. Viviam, Baldez, Laura, Ellan... mais do que parceiras de pesquisa, vocês se tornaram minhas amigas neste percurso. Me sinto muito sortuda por ter dividido com vocês a tarefa de dar vida a este grupo, o que significou: coletas extenuantes e emocionalmente mobilizadoras nas unidades socioeducativas, dias inteiros tabulando os dados dos instrumentos, organizando pastas físicas e virtuais, conduzindo grupos de estudo, fofocando nos corredores do LED, entre mil coisas mais. Estendo minha gratidão a todas as voluntárias que imprimiram esforços na transcrição de (ainda em processo) 156 entrevistas! Haja folego!

Agradeço também a duas professoras que foram de extrema importância para a execução deste trabalho: Professora Daniela Reis, pioneira nos estudos com autores de agressão sexual no nosso laboratório. Ao abrir esta linha de pesquisa neste programa de pós-graduação, você permitiu com que pesquisadoras da amazônia brasileira como eu, você e tantas outras que nos sucederão possam produzir ciência sobre um tema tão escasso a partir da nossa perspectiva; e Professora Ângela Maia, responsável pela supervisão do período em que estive realizando doutorado sanduíche na Universidade do Minho, em Portugal. Obrigada pela recepção e ensinamentos imprescindíveis nos 6 meses em que estive estudando no Laboratório de Investigação em Vítimas, Ofensores e Sistema de Justiça.

Quero agradecer também as amigas, que de diversas maneiras, fizeram parte do meu processo de aprender a olhar o mundo. Em especial, à Rebeca, por nunca ter saído de perto de mim desde o momento em que nos encontramos, há 16 anos atrás. Também de mais ou menos 16 anos atrás, são Golden, Vitória e Paulo. Obrigada por permanecerem. À Maria, minha prima e amiga desde sempre, pelo nosso reencontro tão cuidadoso. Miron e Cairé, obrigada pela escuta e pelos encontros em Belém ou fora daqui que sempre me aconchegam. Daniel, obrigada pela parceria improvável que segue forte. Na vida adulta, Camila e Nathália

foram minha fonte de identificação, cuidado e risadas, e sou imensamente grata. Ao Lucas, por acompanhar este momento com carinho e compreensão. Amo demais cada um. Me sentir amada por vocês é parte do que me mantém de pé. Agradeço também à Roberta, que ajudou a (me) olhar com compaixão nos momentos mais difíceis dos últimos 5 anos.

Finalmente, quero agradecer a quem primeiro me ensinou a olhar: minha família. Mãe, obrigada por ter me criado com todas as características de uma díade primária saudável. Sou resultado do seu esforço, dedicação, respeito e genuinidade, mesmo em meio a tantas dificuldades emocionais, em especial, a ausência física do papai. Sei que hoje ocupo um lugar que fez e faz parte do teu sonho e espero honrar isso. O teu orgulho de mim me faz querer estar viva. À minha avó, pela sensibilidade de ter me incentivado aos estudos desde sempre — mesmo sem ter podido ter os seus concluídos. Obrigada ao meu irmão Nilo, pelo suporte familiar quando não pude estar presente e por trazer ao mundo a mais nova integrante da família Ferraz: a bebê Ísis. Obrigada também pela cunhada, Mayara, que ajudou imensamente nas análises de mediação deste trabalho. Aos gatinhos, Mima, Mion, Mia e Pequita.

Gostaria de encerrar com um triplo agradecimento: primeiro, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de fomento que viabilizou a execução deste trabalho, incluindo a etapa realizada no exterior. Segundo, a todas as profissionais que oportunizaram a entrada do GEAV nos ambientes de pesquisa (FASEPA, CREAS, USIPAZ Benguí, Lar de Maria) pela parceria e confiança depositadas. Por último, e não menos importante, aos 156 participantes desta pesquisa; jovens que nos confiaram a escuta mesmo em um ambiente hostil. Ao dividirem conosco histórias de vida tão difíceis, eles forneceram o substrato para as análises aqui realizadas e, portanto, foram aqueles que verdadeiramente nos ajudaram a olhar as suas realidades. Que este trabalho seja, acima de tudo, uma forma de devolver o olhar que nos foi confiado, servindo como instrumento de transformação para as suas trajetórias e para as de tantos outros jovens que resistem em condições ecológicas adversas.

FERRAZ, M. M. P. F (2026). *Da Adversidade À Ofensa: Experiências Adversas na Infância e o Papel Mediador das Concepções de Masculinidades em Jovens Ofensores*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém-PA, 225 p.

Resumo

Esta tese buscou compreender a relação entre Experiências Adversas na Infância e o desfecho da ofensa sexual e não sexual em jovens que cometeram ato infracional, verificando se as concepções de masculinidades funcionam como variável mediadora. Realizou-se um estudo multimétodo com 156 jovens (N=156) de Belém/PA, divididos em três grupos: ofensores sexuais, ofensores não sexuais e grupo comunitário. A coleta utilizou o questionário *ACE-IQ Test*, a Escala de Concepções de Masculinidade (ECM) e entrevistas semiestruturadas. A análise integrou modelos de correlação, análise de correspondência, regressão logística multinomial (Estudo I e II) e mediação estatística via bootstrapping (Estudo III) com análises lexicais de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Similitude (Estudo III) a partir do *Software Iramuteq*. Como resultados, o Estudo I identificou que ofensores não sexuais possuem *ACE-Scores* elevados (>7), associados a contextos de violência coletiva e familiar encarcerado, enquanto ofensores sexuais apresentam maior histórico de abuso emocional e doméstico. O Estudo II demonstrou que o heterossexismo e a restrição emocional diferenciam os grupos, com os ofensores apresentando alta adesão a normas rígidas de masculinidade em comparação ao grupo comunitário. Por fim, o Estudo III confirmou que o heterossexismo atua como uma variável de mediação crítica, explicando, 45,7% da relação entre negligência emocional e comportamento de ofensa geral. A análise qualitativa transversal confirmou que o termo "Homem" ancora expectativas de coragem e inibição da vulnerabilidade emocional, funcionando como um dispositivo de validação social a partir da homossociabilidade. À luz do modelo PPCT, os achados sugerem que díades primárias seguras com a presença de um Terceiro Responsável, menor reatividade emocional, transições ecológicas supervisionadas e a flexibilidade de gênero podem funcionar como fatores protetivos que inibem a trajetória infracional mesmo em contextos de risco. Conclui-se que a ofensa juvenil deve ser compreendida como um fenômeno bioecológico, produzido na interseção entre trajetórias marcadas por adversidades, contextos sociais e processos de socialização de gênero. Os resultados afastam-se de perspectivas deterministas, indicando que a prevenção da ofensa juvenil requer intervenções voltadas à transformação das condições contextuais de desenvolvimento e à construção de concepções de masculinidades menos associados à violência, capazes de interromper trajetórias marcadas pela reprodução do sofrimento e da agressão.

Palavras-chave: : Experiências Adversas na Infância, Concepções de Masculinidade, Jovens ofensores, Ofensa sexual, Teoria Bioecológica.

FERRAZ, M. M. P. F (2026). From Adversity to Offense: Adverse Childhood Experiences and the Mediating Role of Masculinity Conceptions in Juvenile Offenders. Doctoral Dissertation, Postgraduate Program in Behavior Theory and Research, Belém-PA, 225 pages.

Abstract

This doctoral dissertation investigated the relationship between Adverse Childhood Experiences and the outcomes of sexual and non-sexual offenses among youth who committed infractions, verifying whether masculinity conceptions function as a mediating variable. A multi-method study was conducted with 156 youths (N=156) from Belém/PA, divided into three groups: sexual offenders, non-sexual offenders, and a community comparison group. Data collection utilized the ACE-IQ Test questionnaire, the Masculinity Conceptions Scale (ECM), and semi-structured interviews. Data analysis integrated correlation models, correspondence analysis, multinomial logistic regression (Studies I and II), and statistical mediation via bootstrapping (Study III), combined with lexical analysis through Descending Hierarchical Classification (DHC) and Similitude Analysis (Study III) using the Iramuteq software. Regarding the results, Study I identified that non-sexual offenders present high ACE-Scores (>7), which are associated with contexts of collective violence and incarcerated family members, whereas sexual offenders display a higher history of emotional and domestic abuse. Study II demonstrated that heterosexism and emotional restriction differentiate the groups, with offenders showing high adherence to rigid masculinity norms compared to the community group. Finally, Study III confirmed that heterosexism acts as a critical mediating variable, explaining 45.7% of the relationship between emotional neglect and general offending behavior. The cross-cutting qualitative analysis confirmed that the term "Man" anchors expectations of courage and the inhibition of emotional vulnerability, functioning as a device for social validation grounded in homosociality. In light of the PPCT model, the findings suggest that secure primary dyads featuring a Responsible Third Party, lower emotional reactivity, supervised ecological transitions, and gender flexibility function as protective factors that inhibit offending trajectories even within high-risk contexts. It is concluded that juvenile offending must be understood as a bioecological phenomenon produced at the intersection of trajectories marked by adversity, social contexts, and gender socialization processes. The results move away from deterministic perspectives, indicating that the prevention of juvenile offending requires interventions aimed at transforming developmental contextual conditions and constructing conceptions of masculinities less associated with violence, thereby capable of interrupting trajectories marked by the reproduction of suffering and aggression.

Keywords: Adverse Childhood Experiences (ACEs). Conceptions of Masculinity, Young Offenders, Sexual Offenses, Bioecological Theory.

Lista de Tabelas

Tabela 1 <i>Distribuição de frequência de características pessoais por grupo amostral</i>	65
Tabela 2 <i>Distribuição de frequência de com quem reside por grupo amostral</i>	67
Tabela 3 <i>Distribuição de frequência de características da ofensa por grupo amostral</i>	69
Tabela 4 <i>Distribuição de frequência de EAI por grupo amostral</i>	73
Tabela 5 <i>Modelo de regressão logística para os dados de associação de EAI à ofensa sexual</i>	76
Tabela 6 <i>Probabilidade de ser um ofensor sexual segundo combinações das variáveis explicativas no modelo (EAI)</i>	77
Tabela 7 <i>Modelo de regressão logística para os dados de associação à violência doméstica</i>	78
Tabela 8 <i>Probabilidade de Presenciar Violência Doméstica no grupo de OS segundo combinações das variáveis explicativas no modelo</i>	80
Tabela 9 <i>Resumo das características associadas ao grupo amostral em diferentes métodos (Qui-quadrado de independência, Mapa de Correspondência e Regressão Logística)</i>	81
Tabela 10 <i>Distribuição de frequência e média de conformidade às concepções de masculinidade por grupo</i>	112
Tabela 11 <i>Distribuição de frequência de alta conformidade às concepções de masculinidade por grupo de acordo com variáveis biopsicossociais e processuais associadas</i>	115
Tabela 12 <i>Variáveis associadas às concepções de masculinidade por grupo amostral</i>	117
Tabela 13 <i>Mapa Visual dos Principais Resultados do Estudo II</i>	120
Tabela 14 <i>Resultados da Análise de Mediação do Heterossexismo na Relação entre</i>	

Experiências Adversas na Infância e Ser Ofensor Geral..... 150

Tabela 15 Núcleos do modelo PPCT identificados no relato dos participantes dos

Grupos de Ofensores e do Grupo Comunitário..... 180

Lista de figuras

Figura 1 <i>Fluxograma representativo da associação entre fatores potencialmente mediadores do desfecho de ofensa sexual</i>	40
Figura 2 <i>Mecanismo explicativo pelo qual EAI influenciam a saúde e o bem-estar através da trajetória de vida</i>	46
Figura 3 <i>Mapa das unidades socioeducativas no Pará</i>	51
Figura 4 <i>Associação Assistencial Lar de Maria</i>	52
Figura 5. <i>Usina da Paz Benguí</i>	52
Figura 6 <i>Mapa de correspondência entre escolaridade e grupo amostral</i>	61
Figura 7 <i>Mapa de Correspondência entre etnia e grupo amostral</i>	61
Figura 8 <i>Mapa de correspondência entre religião e grupo amostral</i>	62
Figura 9 <i>Mapa de correspondência entre grupo amostral e religião</i>	63
Figura 10 <i>Mapa de correspondência entre grupo amostral e condição de trabalho</i>	65
Figura 11 <i>Frequência de EAI por grupo amostral</i>	75
Figura 12 <i>Dendograma da análise da narrativa de jovens com e sem comportamento de ofensa pelo método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)</i>	154
Figura 13 <i>Análise de Similitude temática da narrativa de jovens com e sem comportamento de ofensa</i>	167
Figura 14 <i>Modelo bioecológico da mediação do heterossexismo na relação entre EAI e ofensa</i>	182

Lista de Siglas

ACE – Adverse Childhood Experiences

ACE-IQ – Adverse Childhood Experiences International Questionnaire

ACE-Study - Adverse Childhood Experiences Study

CDC – National Center for Chronic Disease Prevention and Health Promotion

EAI – Experiências Adversas na Infância

ECM – Escala de Concepções de Masculinidade

FCBS – Formulário de Caracterização Biopsicossocial

GEAV – Grupo de Estudos de Autores de Violência

LED – Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento Humano

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PPGTPC – Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFPA – Universidade Federal do Pará

Sumário

Introdução	25
Jovens ofensores sexuais: principais características individuais, relacionais e da agressão e diferenças entre outros grupos de ofensores	26
Entre a vitimização e a ofensa: possíveis fatores mediadores de Experiências Adversas na Infância de jovens ofensores sexuais e não sexuais	31
Masculinidades como mediador sociocultural na relação entre Experiências Adversas na Infância e comportamento infracional.....	35
Integrando níveis de análise: uma abordagem bioecológica da relação entre experiências adversas na infância, masculinidades e ofensa sexual e não sexual.....	39
Objetivos.....	45
Objetivo geral.....	45
Objetivos específicos	45
Método.....	46
Delineamento da pesquisa	46
Contexto da Pesquisa	47
Participantes	49
Instrumentos e materiais.....	50
Procedimentos de coleta.....	56
Considerações éticas.....	57
Estudo I – Experiências adversas na infância entre jovens ofensores — o papel da história de vida no cometimento de atos infracionais.....	59
Objetivos.....	64
Objetivo Geral.....	64
Objetivos específicos	64
Método.....	64
Procedimentos de Análise	64
Resultados.....	65
Discussão.....	88
Experiências Adversas na Infância de ofensores sexuais, não sexuais e comunidade: quando e onde é possível falar em predição?.....	96
Considerações Finais.....	101
Estudo II – Concepções de masculinidade entre jovens ofensores – o papel da cultura no cometimento de atos infracionais sexuais e não sexuais	104
Objetivos.....	109
Objetivo Geral.....	109
Objetivos específicos	109

Método.....	109
Procedimentos de análise	110
Resultados.....	112
Discussão.....	122
Considerações finais.....	131
Estudo III – Concepções de masculinidade na mediação entre experiências adversas na infância e ofensa sexual e não sexual em jovens do sexo masculino — uma proposta de integração Bioecológica.....	133
Objetivos.....	138
Objetivo Geral.....	138
Objetivos específicos	138
Método.....	139
Procedimentos de análise	139
Resultados.....	142
Discussão.....	162
Heterossexismo: o principal mecanismo mediador na explicação da relação entre Experiências Adversas na Infância e ofensa geral entre jovens	162
A Teoria Bioecológica como integração teórica para a explicação da interação entre Experiências Adversas na Infância e Heterossexismo na trajetória de jovens ofensores	167
Considerações finais.....	177
Considerações Finais: uma síntese integrativa.....	179
Referências.....	182
Apêndice A - Formulário de caracterização Biopsicossocial – FCBS versão adaptada	199
Apêndice B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	206
Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	213
Apêndice D - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE).....	214
Anexo A – Questionário de Experiências Adversas na Infância (Pereira e Viana, 2021).	215
Anexo B – Escala de Concepções de masculinidade (ECM).....	221
Anexo C – Termo de anuência institucional (FASEPA).....	222
Anexo D – Termo de anuência institucional (Lar de Maria).....	224
Anexo E – Termo de Anuência Institucional (Usina da Paz Benguí).....	224
Anexo F – Autorização da Pesquisa (Comitê de Ética).....	225

Apresentação

O estudo das experiências pregressas de abuso e negligência vivenciadas durante a infância e seus efeitos em longo, médio e curto prazo possui uma extensa tradição nas áreas da psicologia e da medicina preventiva. As nomenclaturas associadas à ocorrência destas experiências são diversas e dependem da teoria utilizada para sustentar suas proposições. Eventos estressores, fatores de risco, experiências traumáticas e experiências adversas na infância são exemplos de termos utilizados em referência a um fenômeno em comum, analisado de maneiras distintas.

No entanto, as pesquisas que investigam o efeito dessas experiências sobre a manifestação de comportamentos de ofensa sexual de crianças e adolescentes são menos frequentes, especialmente em âmbito nacional. Nesse sentido, o presente trabalho pretende investigar a associação entre estas experiências potencialmente traumáticas vivenciadas na infância e as concepções de masculinidade utilizadas por jovens envolvidos em atos infracionais de natureza sexual e de outra natureza, como roubo, tráfico de drogas e homicídio.

Esta pesquisa utilizará o conceito de Experiências Adversas na Infância (EAI) para analisar os seus possíveis efeitos sobre o comportamento delinquente, assim como identificar se as concepções de masculinidades funcionam como fator mediador deste efeito. O conceito de EAI foi cunhado por Felitti Anda, Nordenberg, Williamson, Spitz, Edwards, Koss e Marks (1998) em estudo epidemiológico internacional conhecido como *ACE Study*, (Adverse Childhood Experiences), realizado em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o CDC (Center of Development Child).

As EAI foram definidas como um conjunto de maus-tratos infantis que, quando vivenciados de maneira prolongada, frequente e associada, induziriam a um alto nível de estresse neurológico e cognitivo, comprometendo, portanto, a saúde e o desenvolvimento

Humano (Felitti, 1998 et al., 1998). De acordo com a perspectiva sistêmica (Bronfenbrenner, 1999-2011) adotada nesta tese, o termo experiência inclui não apenas as condições objetivas dos contextos de desenvolvimento, mas também a maneira na qual são experienciadas subjetivamente pelas pessoas.

As medidas de desfecho utilizadas para analisar as consequências destas experiências podem ser variadas. Entre elas, efeitos na saúde física e mental de adultos são prevalentes na literatura. No entanto, tem sido observada uma expansão das consequências associadas às EAI, cada vez mais relacionadas a fatores sociais, como o envolvimento em comportamentos de criminalidade em geral e ofensa sexual em particular; tanto em amostras compostas por adultos, como adolescentes e jovens (Struck, Stewart-Tufescu, Asmundson, Asmundson, Afifi, 2021).

Contudo, a despeito da existência de artigos científicos que investigam a hipótese de que as EAI possam ser preditoras do comportamento delinquente em jovens e adultos, o processo pelo qual estas experiências desencadeiam tal desfecho ainda é pouco explorado na literatura nacional e internacional. O estudo de aspectos cognitivos relacionados ao comportamento de ofensa sexual mostra-se promissor, uma vez que pavimenta um percurso explicativo entre EAI e o desfecho analisado. No entanto, esta compreensão não esgota a discussão sobre outros possíveis mecanismos situados em níveis explicativos diversos, que associados, são capazes de produzir como resultado o comportamento ofensivo. Uma destas possibilidades é analisar a dimensão cultural/social, que leva em consideração fatores concernentes à socialização masculina e aprendizagem de valores culturais dominantes como determinantes para a condução de comportamentos sexuais ofensivos ainda na adolescência (Vieira, 2010).

Na esteira destas preocupações sobre a etiologia do comportamento de ofensa sexual entre adolescentes e jovens e de que maneira este pode estar associado à EAI e demais fatores, esta tese consolidou-se como uma proposta de aprofundamento da

dissertação de mestrado da autora, intitulada “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Experiências Adversas na Infância e Fatores Associados” (Ferraz, 2021). Este trabalho soma-se a outros em uma iniciativa de pesquisa que vêm sendo conduzida pelo Grupo de Estudo de Autores de Violência (GEAV).

O GEAV encontra-se localizado no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), que pertence ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA). As investigações propostas pelo GEAV buscam identificar e discutir os diversos contextos e condições ecológicas onde se desenvolvem pessoas que cometeram algum tipo de ofensa (i.e: física, sexual, psicológica), procurando compreender o tipo de relação existente entre estes fatores e o cometimento da violência.

A tese de doutorado de Daniela Castro dos Reis “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida” (Reis, 2016) foi pioneira na investigação de ofensores sexuais ou Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes neste laboratório, sendo considerada o marco inicial para a criação do GEAV. Concomitantemente, foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) o projeto de pesquisa “Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial” (2016), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Lília Iêda Chaves Cavalcante.

Este projeto motivou, entre outros trabalhos, as análises realizadas a partir da dissertação de mestrado da autora desta proposta, que utilizou parte do material anteriormente coletado com 30 homens adultos na faixa etária entre 27 e 70 anos que estavam respondendo por crime sexual. A partir desta pesquisa, foi possível demonstrar possíveis relações entre experiências adversas na infância (EAI) e fatores pessoais e situacionais neste grupo, como o uso de álcool no momento da agressão e a recorrência do ato.

Assim, como resultado do trabalho anteriormente mencionado, ressalta-se a publicação de um artigo científico na revista *Psicologia: Teoria e Prática* (Qualis A2), em 2023 e o Prêmio Resiliência e Vulnerabilidade Psicológica em Contexto de Insegurança Financeira e Desafios Globais, conferido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, durante o evento XIII Congresso Ibero-Americano e 6º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses, ocorrido em Lisboa, em 2024, cuja menção gerou a publicação do artigo *Adverse childhood experiences of sexual offenders against children and adolescents: an analysis of life-trajectory perceptions based on the bioecological theory*, publicado em 2025 pela Revista Eletrônica da Ordem dos Psicólogos Portugueses, denominada *The Psychologist: Practice & Research Journal*.

Todavia, algumas limitações foram relatadas na pesquisa que deu origem a publicação dos artigos mencionados: o número total de participantes era reduzido; a impossibilidade de estabelecer um grupo controle; a linguagem não adaptada culturalmente para o português brasileiro e a aplicação indireta do instrumento utilizado para rastrear as EAI, justificada pela utilização de bancos de entrevistas previamente realizadas por membros do GEAV.

Nesse sentido, esta tese de doutorado se propôs a expandir o alcance e os resultados da pesquisa de mestrado que embasou estes dois artigos (Ferraz, Cavalcante & Veloso, 2023 e Ferraz, Cavalcante, Veloso, Andrade & Lobato, 2025), a partir do aprimoramento metodológico com definição de novas estratégias para coleta e análise dos dados, com a criação de um grupo controle para permitir análises estatísticas mais consistentes e da investigação de um grupo amostral diverso, recentemente reconhecido pela literatura como protagonista de situações que comumente envolvem agressão sexual: os jovens, definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como indivíduos situados na faixa etária de 12 a 29 anos.

Portanto, a partir de um estudo retrospectivo e multimetodológico que combinou

quatro fontes de dados distintas (prontuários disponibilizados pelas instituições pesquisadas, entrevista semiestruturada, aplicação dos instrumentos *Adverse Childhood Experiences Questionnaire* e Escala de concepções de masculinidade), considera-se que esta tese de doutorado pôde responder à perguntas com objetivos diversos, que poderão contribuir para o desenvolvimento de estudos na área e para o manejo de situações dessa natureza entre profissionais e população em geral.

As perguntas norteadoras do estudo permitiram compreender se e como determinadas experiências potencialmente traumáticas vivenciadas na infância, a forma como são percebidas e interpretadas pelos indivíduos e a aderências às normas rígidas de gênero podem estar associadas ao engajamento em práticas de ofensa sexual e de outra natureza ainda na juventude.

Para tanto, foram conduzidos três estudos distintos, mas que se relacionam entre si, tendo como objetivo comum a identificação e análise da interação entre os principais fatores envolvidos no desenvolvimento do comportamento infracional entre jovens do sexo masculino. O primeiro estudo, intitulado “Experiências adversas na infância entre jovens ofensores — o papel da história de vida no cometimento de atos infracionais”, tem por objetivo descrever e comparar dados sobre a ocorrência, frequência e tipologia de EAI e demais informações contidas nos processos jurídicos, afim de avaliar seu desempenho na predição do comportamento delitivo em jovens. Para isto, utilizou como grupo controle uma população pareada em termos de indicadores socioedemográficos, mas que não registrou cometimento de nenhum ato infracional até o momento da coleta.

Este estudo pretende responder às seguintes perguntas “Quais são as EAI mais frequentes na trajetória de vida de jovens com comportamentos de ofensa sexual e não sexual e jovens que não as cometeram? Existem diferenças em tipologia, frequência e intensidade entre EAI nos três grupos?”. Em resumo, é possível afirmar que este estudo é quantitativo, de

natureza descritiva e exploratória e utiliza como fontes de informação o Formulário de Caracterização Biopsicossocial (FCBS) (Apêndice A) e o Questionário de Experiências Adversas na Infância (ACE IQ-test) (Anexo A) e o ACE-Score (*ou Adversidade Total*) derivado deste. Este estudo discute aspectos sociais referentes à ontogenia ou história de vida dos participantes como possíveis preditores do envolvimento em comportamento delinquente na juventude.

O Estudo II, intitulado “Concepções de masculinidades entre jovens ofensores — o papel da cultura no cometimento de atos infracionais sexuais e não sexuais”, tem por objetivo identificar e comparar concepções sobre masculinidades de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual). Por sua vez, este estudo pretendeu responder se existe relação possível entre as concepções de masculinidades (nomeadamente: heterossexismo, restrição emocional e provocação social) e o cometimento de ofensa sexual ou não sexual; e se essa relação se constrói diferencialmente entre os grupos estudados. O estudo contempla a interação da dimensão cultural/macrossistêmica com o comportamento ofensivo.

O terceiro estudo, intitulado “Concepções de masculinidades na mediação entre Experiências Adversas na Infância e ofensa em jovens do sexo masculino — uma proposta de integração Bioecológica” têm por objetivo verificar a existência de possíveis relações entre as concepções de masculinidades e a vivência de EAI nos três grupos amostrais, afim de averiguar o papel mediador das concepções de masculinidade na explicação da relação entre EAI e ofensa sexual em jovens. Além disso, este estudo buscou identificar os mecanismos desenvolvimentais envolvidos nesta mediação, a partir de uma análise quanti-qualitativa do conteúdo das entrevistas e conceitualmente alinhada à Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, relacionando às menções sobre EAI e concepções de masculinidades em amostras aleatórias de 5 participantes de cada grupo amostral.

Assim, os estudos I, II e III contemplaram, de maneira consistente e articulada, a

abordagem sobre a diversidade e heterogeneidade de fatores envolvidos no comportamento de ofensa de maneira geral e ofensa sexual em específico, quando cometida por pessoas que estão em estágio de desenvolvimento semelhante.

A tese defendida neste trabalho parte do pressuposto de que a combinação entre experiências adversas na infância, a forma como são introjetadas pelos participantes e o desenvolvimento de concepções rígidas sobre masculinidades pode predispor jovens a cometer atos agressivos contra terceiros, sexualmente ou não, dada as circunstâncias convenientes para tal. Espera-se que este conjunto de informações e testes quantitativos e qualitativos de associações entre os fatores sociais, culturais e pessoais possa fornecer um material rico, capaz de subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas remediativas e preventivas para lidar com este complexo fenômeno.

Introdução

O fenômeno das violências cometidas por adolescentes e jovens tem despertado crescente interesse na literatura científica. A urgência em compreender essas trajetórias de ofensa é acentuada por um cenário contemporâneo de crescente radicalização violenta de meninos e jovens no Brasil e no mundo. Importa demarcar que a parcela de jovens envolvidos em atos infracionais violentos que está institucionalizada é fortemente atravessada por marcadores sociais, refletindo um recorte parcial. Nesse sentido, a concentração de pesquisas em populações que cumprem medida socioeducativa não deve ser interpretada como indicativo de que a violência seja um fenômeno restrito a determinados grupos, mas sim, um indicador da acessibilidade (ou falta dela) a estas amostras de maneira mais ampla. Assim, o presente estudo analisa uma parcela específica do fenômeno, sem desconsiderar sua complexidade e seus atravessamentos de classe, raça e gênero.

Reconhecer essa complexidade implica ultrapassar explicações individualizantes ou deterministas acerca do comportamento infracional juvenil. A compreensão das trajetórias que culminam na prática de atos infracionais requer a investigação de múltiplos fatores que operam ao longo do desenvolvimento e em diferentes níveis ecológicos de influência. Portanto, compreender por que alguns jovens transitam de uma infância marcada por adversidades para o cometimento de atos infracionais, seja de natureza sexual ou diversa desta, exige uma análise que integre a história de vida, o contexto sociocultural e os mecanismos subjetivos que processam essas experiências, transformando-as em pensamentos, emoções e comportamentos.

Para os fins desta tese, três constructos centrais são examinados. Primeiro, as Experiências Adversas na Infância (EAI), definidas como eventos potencialmente traumáticos ocorridos antes dos 18 anos, incluindo abusos (físico, emocional, sexual), negligência, disfunções familiares (como violência doméstica ou encarceramento de familiares) e violências sociais (comunitária e coletiva). Em segundo lugar, os desfechos de ofensa sexual, caracterizado pela prática de atos libidinosos ou conjunção carnal sem consentimento ou com

vítimas vulneráveis; e de ofensa não sexual, que, nesta amostra, é representada por atos infracionais análogos ao homicídio, roubo majorado (mediante ao uso de arma ou circunstância interpessoal violenta) e tráfico de drogas. Por fim, será explorado o conceito de concepções de masculinidades, definidas como construções simbólicas e práticas sociais que ditam o que é "ser homem" em uma determinada cultura, a partir da hipótese de que estas podem funcionar como mediadoras do efeito das EAI sob os desfechos analisados. A articulação entre esses três construtos constitui o eixo central desta tese e orienta a investigação dos mecanismos pelos quais experiências precoces de adversidade podem se relacionar ao envolvimento de adolescentes em comportamentos infracionais.

Entre as diferentes perspectivas teóricas utilizadas para a leitura desses construtos, esta tese posiciona-se a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1999-2011). Esta escolha justifica-se pela necessidade de uma epistemologia sistêmica que analise o desenvolvimento humano como produto da interação entre a Pessoa (características biopsicológicas), o Processo (interações recíprocas), o Contexto (sistemas macrosociais) e o Tempo (cronossistema). Logo, considera-se a adequabilidade desta perspectiva teórica para o estudo de fenômenos complexos e interacionais como o que se apresenta.

A seguir, serão apresentados em maior profundidade cada um dos três construtos mencionados a partir de pesquisas empíricas e teóricas; e posteriormente, explorada sua relação com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Jovens ofensores sexuais: principais características individuais, relacionais e da agressão e diferenças entre outros grupos de ofensores.

Embora estudos que investigam as características sociais, familiares e referentes a agressão de ofensores sexuais tenham como principal grupo-alvo pessoas adultas, abordando perfis psicopatológicos (Barros, 2017; Bertoli, Benato & Machado, 2017; Lett, Mohnke, Amelung, Brandl, Schiltz, Pohl & Wittfoth, 2018) e classificações entre pedófilos e

abusadores situacionais (Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009), pesquisas recentes, realizadas em âmbito nacional e internacional, relatam que jovens e adolescentes são responsáveis por uma parcela significativa dos casos de agressão sexual contra outras crianças e adolescentes, apresentando características específicas e diferenciadas em relação aos outros (Abaid & Dell’Aglia, 2014, Borges & Zingler, 2013; Van Den Berg, Bijleveld & Hendriks, 2017; McKillop, Rayment-McHugh & Bojack, 2020).

A fim de melhor demonstrar as informações que a literatura da área têm levantado sobre este grupo, os estudos aqui relatados serão organizados de acordo com os seus objetivos, seguindo os seguintes critérios: primeiro, serão apresentadas pesquisas que compararam as características da agressão cometida por ofensores sexuais adultos, jovens e adolescentes; segundo, aquelas que compararam fatores individuais e referentes a trajetória de vida na mesma população; e terceiro, aquelas que compararam jovens ofensores sexuais e jovens que estavam envolvidos em atos infracionais distintos deste.

Inicialmente, o estudo de McKillop, Rayment-McHugh e Bojack (2020), por exemplo, comparou grupos de 354 ofensores sexuais na Austrália/EUA, entre adolescentes (10 a 17 anos), jovens adultos (18 a 25 anos) e adultos mais velhos (26 anos ou mais), demonstrando diferenças significativas nas características destes grupos. Entre elas, ressalta-se que jovens adultos agredem com maior frequência meninos adolescentes e desconhecidos, sob a influência de estresse e estados emocionais negativos, enquanto ofensores adolescentes têm meninas mais novas e conhecidas entre suas principais vítimas, relatando motivação sexual para o ato.

Em relação à história de vida pregressa, McKillop, Rayment-McHugh e Bojack (2020), observaram que tanto adolescentes quanto jovens adultos apresentaram maior probabilidade de terem histórico com o sistema de justiça por outros delitos que ofensores mais velhos, o que confirmaria a proposição de estudos anteriores (Smallbone, Rayment-McHugh, & Smith, 2013) que sugerem que o envolvimento em casos de ofensa sexual na adolescência seria uma extensão de outros tipos de comportamentos antissociais,

impulsionados pela curiosidade e impulsividade, características próprias da juventude na cultura analisada. Por outro lado, ainda no estudo de Mckillop, Rayment-McHugh e Bojack (2020), jovens adultos teriam maiores chances de terem sido vítimas de abuso sexual na infância em comparação com adolescentes, que parecem ter sido mais expostos a abusos não sexuais

No Brasil, com o intuito de abordar características relacionais e familiares, o estudo conduzido no Distrito Federal/Brasil por Costa, Conceição, Aparecido e Carreteiro (2017), identificou no relato de quatro ofensores sexuais adolescentes vinculações pobres com figuras parentais, episódios de negligência e maus-tratos, mães autoritárias e pais ausentes. Além disso, os resultados deste estudo sugerem que a estruturação de moradia precária pode ser um fator facilitador do surgimento de violência sexual entre crianças e adolescentes, em especial quando, neste contexto, os adolescentes tornam-se os responsáveis pelo cuidado e proteção de outras crianças.

Para além da comparação referente à faixa etária de ofensores sexuais, distinguir outros tipos de ato infracional cometido por adolescentes e jovens em relação aqueles que cometeram ato infracional de origem sexual têm se mostrado relevante para determinar os fatores que influenciam a ocorrência deste último grupo. Blokland e Lussier (2015) e Buker, Cohen e Erbay (2022) defendem a importância de investigar diferenças e semelhanças entre variáveis concernentes a jovens ofensores sexuais e não sexuais, uma vez que o não estabelecimento deste grupo controle torna mais difícil a tarefa de determinar se os resultados observados derivam da ofensa sexual em particular ou do engajamento em comportamentos de criminalidade em geral, levando em consideração que este envolvimento torna-se mais comum neste período desenvolvimental (Barra, Aebi, d'Huart, Schmeck & Schmid, 2022)

Nesse sentido, os resultados demonstrados por Ryan e Otonichar (2016) apontam que jovens ofensores sexuais teriam um perfil mais aproximado de jovens que cometeram outros delitos criminais em comparação com adultos que agridem sexualmente. Sobre os fatores individuais desta população, o estudo de Fox (2017) conduzido com 64.329 jovens ofensores

sexuais e não sexuais demonstrou que algumas das características que mais aumentam o risco de um jovem tornar-se ofensor sexual incluem ser do sexo masculino, apresentar sinais de baixa empatia e altos níveis de impulsividade, ter tido outras prisões anteriores, estar em situação de evasão escolar, demonstrar sexualidade precoce e manifestar sintomas de depressão e outros transtornos psicopatológicos.

Com a finalidade de delimitar diferenças referentes à trajetória de vida daqueles que cometeram ofensa sexual de crianças e adolescentes em comparação aos que estiveram envolvidos em delitos diversos deste, alguns estudos relataram ter encontrado no primeiro grupo menores índices de comportamentos criminais, maior exposição a pornografia (Fanniff & Kimonis, 2014; Margari et al., 2015; Pullman et al., 2014) e maior probabilidade de serem filhos de mães adolescentes e de ter um familiar encarcerado (Wanklyn et al., 2012).

Para distinguir características relacionais entre jovens ofensores sexuais e não sexuais, o estudo de Yoder, Leibowitz e Peterson (2016) investigou padrões de apego parental e entre pares entre 490 jovens divididos entre aqueles que cometeram agressão sexual e que estiveram envolvidos em delitos diversos deste, identificando que ofensores sexuais teriam maiores déficits nos padrões de relacionamento com suas mães, com baixos níveis de comunicação associados a agressões mais severas e maior número de vítimas.

As classificações de fatores de risco comumente associados a desfechos envolvendo criminalidade em adolescentes e jovens entre ofensores sexuais e não sexuais também apresentam diferenças relatadas nos estudos de Seto e Lalumière (2010) e Rosa, Fox e Jennings (2020). Estes estudos demonstraram que jovens e adolescentes com perfil criminal mais geral apresentam maior quantidade de fatores de risco em relação àqueles que cometeram ofensa sexual. Por outro lado, estes últimos parecem ser caracterizados por um tipo específico de risco, relacionado principalmente a terem vivenciado experiências de maus tratos e abusos diversos na infância, com ênfase no abuso sexual transcorrido nesta etapa do desenvolvimento.

Diferenças significativas em características diversas de 920 jovens ofensores sexuais e não sexuais foram encontradas no estudo de Burkey e Erbay (2021), demonstrando que fatores como evasão escolar, relações com pares envolvidos com criminalidade e uso de drogas são mais frequentes em jovens ofensores não sexuais, enquanto que aqueles que praticaram agressão sexual contra crianças e adolescentes registraram escolaridade mais alta e o estabelecimento de algum vínculo empregatício, o que, segundo as autoras, sugere que jovens ofensores sexuais parecem ser mais ajustados socialmente em comparação àqueles que estiveram engajados em outras variedades de comportamentos criminosos.

Em resumo, a literatura científica que explora as principais características e trajetória de vida de jovens e adolescentes envolvidos em atos infracionais diversos (Abaid & Dell’Aglia, 2014; McKillop et al., 2020) aponta que jovens ofensores apresentam trajetórias distintas de adultos, muitas vezes com históricos de múltipla vitimização e cometimento de uma diversidade de atos infracionais concomitantes. Entretanto, embora adversidades na infância sejam frequentemente identificadas na trajetória desses jovens, a literatura também indica que a exposição a tais adversidades não conduz necessariamente ao desenvolvimento de comportamentos ofensivos, sugerindo que outros fatores individuais, relacionais e socioculturais podem influenciar a forma como essas experiências são processadas ao longo do desenvolvimento.

Diante disso, a seção seguinte discute possíveis fatores mediadores entre experiências adversas na infância e a prática de ofensa sexual e não sexual em jovens, buscando compreender como diferentes dimensões do desenvolvimento podem contribuir para explicar essa relação.

Entre a vitimização e a ofensa: possíveis fatores mediadores de Experiências Adversas na Infância de jovens ofensores sexuais e não sexuais

Existem muitas teorias que tentam explicar a gênese do comportamento sexual agressivo. No entanto, estudos demonstram que não existe um fator único, mas sim, vários deles que, juntos, podem contribuir para este desfecho (Costa, Cavalcante & Reis, 2018, Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009; Vieira, 2010).

As experiências adversas na infância, como abuso sexual, físico ou emocional, negligência, *bullying* e outros tipos, podem causar danos emocionais e psicológicos significativos. Esses danos podem resultar em problemas de saúde mental, incluindo transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade e outros problemas psicológicos. Por sua vez, tais condições podem levar a comportamentos de risco e a comportamentos antissociais, incluindo a agressão sexual (Fox, Perez, Cass, Baglivio e Epps, 2015; Baglivio, Wolff, Piquero e Epps, 2015; Barra, Bessler, Landolt e Aebi, 2017; Braga, Gonçalves, Basto-Pereira & Maia, 2017).

De acordo com pesquisas na área, principalmente em âmbito internacional (Harris, Ogilvie Thomsen, Barton, Rynne e O’Leary, 2022) muitos ofensores relatam terem sido vítimas de abusos diversos na infância. Isso pode ser explicado pelo fato de que estas experiências teriam o potencial de alterar o desenvolvimento neurológico, cognitivo e emocional da criança, tornando-a mais propensa a desenvolver comportamentos sexualmente agressivos.

O estudo de Braga, Gonçalves, Basto-Pereira e Maia (2017), que realizou uma metanálise de estudos longitudinais, identificou as EAI na trajetória de jovens envolvidos com a criminalidade, sugerindo uma relação de associação entre ter sofrido experiências de abuso físico e sexual e o cometimento de atos infracionais antissociais violentos contra outra pessoa,

em comparação com adolescentes que cometeram atos infracionais de outra natureza. Estes, tenderam a vivenciar EAI sem contato direto (presenciar violência doméstica, consumo de substâncias por familiares).

Esses resultados conversam diretamente com os encontrados no estudo de McKillop et al. (2018), que compararam as EAI vivenciadas por grupos de adultos e adolescentes ofensores sexuais. A pesquisa demonstrou que adultos passaram por mais experiências de abuso sexual na infância em comparação aos adolescentes, ao passo que estes últimos apresentaram um maior número de EAI não sexuais, atingindo um percentual significativo de histórico precoce com o sistema de justiça, anterior ao cometimento da agressão sexual, quando comparados a amostra de adultos.

Em um estudo que investigou as EAI presentes na vida de ofensores sexuais adultos do sexo masculino, Levenson, Willis e Prescott (2014) identificaram que homens que cometeram abuso sexual sofreram três vezes mais abusos sexuais, duas vezes mais abusos físicos e treze vezes mais abusos verbais, apresentando quatro vezes mais chances de terem sofrido negligência emocional quando comparados à população geral. Ainda, um número superior de EAI foi identificado em homens que agrediram vítimas menores de 12 anos se comparados àquele que agrediram vítimas mais velhas.

Aproximadamente metade da amostra relatou quatro ou mais EAI coocorrentes durante a sua trajetória de vida, combinadas entre maus tratos e disfunções. familiares, resultado que confirma a premissa de estudo anterior publicado por Reavis, Looman, Franco e Rojas (2013), onde apenas 9% dos participantes relataram não ter sofrido nenhum tipo de EAI, assim como o estudo de Drury, Heinrichs, Elbert, Tahja, DeLisi e Caropreso (2017), que investigou dados de 225 ofensores sexuais e encontrou uma alta prevalência dos mais diversos tipos de EAI nesta amostra, embora cada EAI tenha apresentado associação diferenciada com uma variedade de crimes cometidos futuramente.

Estes estudos rastreiam e comprovam a existência e a frequência de EAI na vida de

adolescentes, jovens e adultos engajados em comportamentos sexualmente abusivos. No entanto, de acordo com Grady, Levenson e Bolder (2017) Braga, Gonçalves, Basto-Pereira e Maia (2017) e Barra, Aebi, d'Huart, Schmeck & Schmid (2022), estas pesquisas ainda não sistematizaram um modelo teórico explicativo sobre *como* tais experiências contribuem para o desenvolvimento deste tipo de comportamento e sobre *quais* fatores atuam nesta intermediação para a etiologia do comportamento sexualmente ofensivo, em especial em adolescentes e jovens institucionalizados.

Embora a associação entre EAI e ofensa seja amplamente documentada na literatura científica, esta relação não parece ser linear. O fato de nem todo jovem vítima de adversidade tornar-se um ofensor indica a existência de variáveis que operam na subjetividade e no contexto, mediando esse desfecho. De acordo com Filkelhor (2018), existem múltiplos fatores intervenientes que medeiam a relação entre EAI e as consequências negativas posteriormente rastreadas, podendo contribuir para agravar ou atenuar a magnitude destes efeitos. Braga et al. (2018) e Fitton et al. (2018) reconhecem a necessidade de averiguar os mecanismos intervenientes na relação entre EAI e o comportamento sexualmente ofensivo, especialmente em amostras de adolescentes e jovens infratores, uma vez que nesta população, se encontraria um terreno fértil para atuar preventivamente, afim de evitar desfechos mais graves.

Como possibilidade para a investigação de mediadores cognitivos, Braga et al (2018) e Fitton et al. (2018) propõe que as chamadas distorções cognitivas podem atuar como um importante fator mediador entre a ocorrência de EAI e o desenvolvimento do comportamento sexual ofensivo, funcionando da seguinte forma: uma vez exposta de maneira crônica a um contexto adverso ainda na infância, a pessoa poderia desenvolver um esgotamento cognitivo. Como consequência, as áreas neurológicas responsáveis pelo processamento de informação são danificadas, o que é capaz de levar o indivíduo a desenvolver interpretações distorcidas de si, do mundo e do futuro. Estas interpretações exerceriam influência em seu comportamento e sua percepção posterior sobre a violência cometida.

Coadunando a essa hipótese, o modelo teórico proposto por DeLisi e Vaughn (2014)

indica o temperamento como um importante fator mediador entre EAI e o desfecho de ofensa sexual. Nesse modelo, o temperamento é descrito como a capacidade de regular as próprias emoções e comportamentos, especialmente na interação com outras pessoas.

Consequentemente, as distorções cognitivas parecem desempenhar um importante papel na dificuldade de regulação emocional e, portanto, no desenvolvimento de características temperamentais ligadas a comportamentos externalizantes relacionados ao manejo da raiva e frustração (Perez et al., 2018).

Embora a investigação de possíveis fatores mediadores entre experiências adversas na infância e o engajamento em comportamentos infracionais violentos tenha se concentrado, em grande medida, em variáveis de natureza individual (tais como processos cognitivos, aspectos emocionais, características de personalidade e mecanismos biológicos associados à regulação comportamental), uma compreensão integral e bioecológica de ser humano entende que fenômenos complexos como este não podem ser compreendidos exclusivamente a partir desses níveis explicativos.

Considerando que o desenvolvimento humano ocorre em constante interação com contextos sociais e culturais, torna-se igualmente relevante examinar fatores mediadores situados em níveis mais amplos, incluindo normas, valores e expectativas socialmente construídas. No caso específico de jovens do sexo masculino, elementos culturais relacionados às concepções de masculinidade, às formas de socialização de gênero e às expectativas sociais acerca do comportamento masculino podem desempenhar papel central na forma como experiências adversas são interpretadas e expressas comportamentalmente (Easton, 2014; Miller, Baldwin, Coomber, Nixon, Taylor, Hayley & Andrade, 2022; Gomez Tabares, 2026).

Assim, a incorporação de fatores mediadores de natureza sociocultural amplia a compreensão da relação entre experiências adversas na infância e comportamento infracional

violento, permitindo situar tais trajetórias dentro de processos mais amplos de construção social e desenvolvimento. A seguir, será discutido o constructo da masculinidade como possível mediador da relação entre EAI e comportamento infracional em jovens.

Masculinidades como mediador sociocultural na relação entre Experiências Adversas na Infância e comportamento infracional

Como possível fator mediador entre experiências adversas na infância (EAI) e a prática de ofensa sexual, estudos recentes têm explorado o construto das masculinidades. As masculinidades podem ser compreendidas como um conjunto de identidades, práticas e significados socialmente construídos que orientam expectativas culturais acerca do que significa ser homem em determinado contexto histórico e social. Diferentemente de concepções essencialistas de gênero, a literatura contemporânea tem enfatizado que masculinidades são múltiplas, dinâmicas e hierarquicamente organizadas (Connell & Messerschmidt, 2005). Justamente para ilustrar esta diversidade perpassada por importantes marcadores sociais, optou-se pelo uso do termo masculinidades no plural.

Um dos conceitos mais influentes nesse campo é o de masculinidades hegemônicas, desenvolvido por Connell e Messerschmidt (2005). Esse conceito refere-se ao padrão cultural dominante de masculinidade que legitima a posição social dos homens e a subordinação de mulheres e de outras masculinidades consideradas desviantes ou subordinadas (Connell & Messerschmidt, 2005). Entre as características frequentemente associadas à masculinidade hegemônica encontram-se a valorização da força física, da dominação, da heterossexualidade compulsória, da competitividade e da restrição emocional. Tais expectativas sociais podem produzir pressões normativas que incentivam homens e meninos a demonstrar poder, controle e invulnerabilidade, frequentemente desencorajando expressões de vulnerabilidade ou dependência emocional (Mahalik et al., 2003).

Importa salientar que a demarcação de uma posição social hegemônica pautada nas diferenças sexuais e de gênero provém da ideologista sexista, alicerçada no sistema patriarcal-capitalista, ou de maneira mais acurada, ao *nó* gênero-raça-classe, como denominou Heleieith Saffioti (2004). Por patriarcado, Bell Hooks (2004) o compreende como “um sistema político-social que insiste que homens são inerentemente dominadores, superiores a tudo e a todos considerados fracos (...) mantendo essa dominação por meio de diversas formas violência” (p.1).

Nesse sentido, diversos autores têm argumentado que comportamentos violentos podem funcionar como estratégias de construção ou afirmação da identidade masculina em determinados contextos sociais. Messerschmidt (2005) chega a propor, em sua obra *Homens, Masculinidade e Crime*, que o crime pode operar como um recurso de gênero, isto é, uma forma pela qual homens buscam demonstrar ou reafirmar sua masculinidade quando outros meios socialmente valorizados, como sucesso econômico, profissional ou reconhecimento social, encontram-se limitados. Pesquisas posteriores têm corroborado essa perspectiva ao demonstrar que a adesão rígida a normas tradicionais de masculinidade está associada a maiores níveis de agressividade, comportamento antissocial e envolvimento em práticas violentas (Najström et al., 2026; Miller et al, 2022.)

Essas dinâmicas tornam-se particularmente relevantes durante a adolescência, período caracterizado por intensos processos de construção identitária e socialização de gênero. Estudos indicam que meninos e jovens frequentemente internalizam expectativas culturais que associam masculinidade à dominância sexual, competitividade entre pares e demonstrações públicas de virilidade (Kimmel, 2008). Nesse contexto, a sexualidade pode tornar-se um espaço privilegiado de afirmação da masculinidade, no qual comportamentos sexualmente agressivos ou coercitivos podem ser interpretados como expressões de poder entre pares masculinos.

No contexto brasileiro, os diversos conceitos atrelados às masculinidades vem sendo mais explorado na literatura nos últimos 10 anos e há mais investigações recentes. Estudos

conduzidos por Silva, Fonseca e Miranda (2021) e Belusso-Júnior (2021) sugerem que, em contextos marcados por desigualdades sociais e vulnerabilidade estrutural, o envolvimento em atividades criminosas pode estar associado à busca por reconhecimento social e afirmação de masculinidade. Nessas circunstâncias, valores como coragem, insensibilidade emocional e disposição para a violência podem ser socialmente valorizados como indicadores de virilidade, contribuindo para a reprodução de práticas violentas e hipersexualizadas entre adolescentes e jovens.

Em âmbito internacional, associações semelhantes foram feitas por Christopher, Reigeluth e Addis (2016) e Bengtsson (2016), mas sobretudo, estudo realizado por Debowska e Boduszek (2017) que analisou a relação entre trauma infantil e a adoção de comportamentos masculinos considerados abusivos em homens adultos. Seus resultados mostraram que homens que haviam experimentado situações traumáticas com maior frequência na infância eram mais propensos a adotar comportamentos masculinos rígidos e potencialmente danosos, como agressão e controle excessivo em seus relacionamentos interpessoais. Esses comportamentos são considerados uma forma particular de demonstrar masculinidade, sendo endossados por valores ligados ao heterossexismo, como a demonstração de poder, garantia da honra masculina e restrição emocional.

A revisão sistemática proposta por Plummer e Cossins (2016) coaduna com essa perspectiva, uma vez que hipotetiza que o abuso sexual pode ter consequências diferentes para meninas e meninos. Estes últimos experimentariam questões envolvendo perda do poder masculino presumido, o que poderia afetar o processo de construção da masculinidade destes indivíduos. Ainda segundo as autoras, meninos vítimas de abuso sexual podem vivenciar maiores conflitos em relação à construção de sua própria sexualidade e masculinidade. Isso acontece porque estes abusos costumam ser percebidos como sua primeira experiência sexual, devendo por isso serem aprovados e concretizados, sob pena de não serem considerados homens caso neguem ou rejeitem uma abordagem sexual de mulheres, mesmo que imprópria.

Por esse motivo, de acordo com estes estudos, meninos que foram abusados sexualmente tendem a reconceituar esta experiência já que esta poderia representar perda de poder, ou mesmo expressão de sua sexualidade masculina, de modo que podem se engajar em comportamentos violentos como forma de policiar outros meninos que estejam fora dos limites aceitáveis de masculinidade (Rejeiluth & Addis, 2016; Hlavka, 2017).

Nesse sentido, defende-se que a aderência a regras rígidas de papéis sexuais pode favorecer tanto a aceitação da ocorrência de um abuso sexual durante a infância e a adolescência, quanto a predisposição para a perpetração do abuso sexual no futuro. Isso acontece porque, a partir dessas experiências, podem ser reforçadas crenças de gênero refletidas em atitudes relacionadas ao poder masculino, controle relacional, aceitabilidade da violência e apatia sobre outras pessoas. Isto significa que experienciar e perpetrar algum tipo de abuso sexual pode representar caminhos potenciais para a exploração da própria masculinidade (Miller et al., 2020; Rizzo, Banyard & Edward, 2020).

Portanto, os estudos elencados apontam a existência de uma relação entre EAI e a adoção de concepções de masculinidade rígidas aprendidas socialmente e repassadas pela cultura de geração em geração em amostras de jovens ofensores. No entanto, a proposição de que as EAI podem influenciar no desenvolvimento de concepções de masculinidade rígidas em adolescentes e jovens do sexo masculino envolvidos em atos infracionais ainda não foi abordada e empiricamente testada.

Assim, é possível afirmar que a literatura científica apresenta lacunas importantes no que se refere à investigação empírica do papel da masculinidade como mediador entre experiências adversas na infância e a prática de ofensa sexual durante a adolescência e juventude. A maior parte dos estudos tem examinado esses fenômenos de forma isolada, investigando separadamente os efeitos das experiências adversas na infância ou as normas de masculinidade sob os comportamentos ofensivos. No entanto, poucos trabalhos têm explorado de forma integrada como esses elementos podem interagir ao longo do desenvolvimento, a partir da mediação subjetiva do segundo fator e utilizando uma perspectiva bioecológica na

compreensão desta interação.

Outrossim, entende-se que compreender o desenvolvimento de comportamentos ofensivos, particularmente entre jovens do sexo masculino, requer considerar a interação dinâmica entre fatores individuais, relacionais e contextuais ao longo do desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se necessário adotar modelos teóricos capazes de integrar múltiplos níveis explicativos, permitindo compreender como experiências de vitimização, processos de subjetivação e normas culturais se articulam na construção das trajetórias de desenvolvimento que podem culminar em comportamentos violentos.

É nesta intersecção entre o trauma vivido e o ato cometido que esta tese se situa e articula seu aspecto de ineditismo: a investigação das Concepções de Masculinidades como variável mediadora entre EAI e ofensa a partir de uma perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano.

Integrando níveis de análise: uma abordagem bioecológica da relação entre experiências adversas na infância, masculinidades e ofensa sexual e não sexual

Partindo do pressuposto empiricamente demonstrado nos tópicos anteriores de que as experiências adversas na infância representam um importante substrato para compreender trajetórias de violência, e de que normas culturais de masculinidades podem influenciar a forma como tais experiências são interpretadas e traduzidas em comportamento agressivo, torna-se necessário adotar um referencial teórico capaz de integrar essas múltiplas dimensões do desenvolvimento.

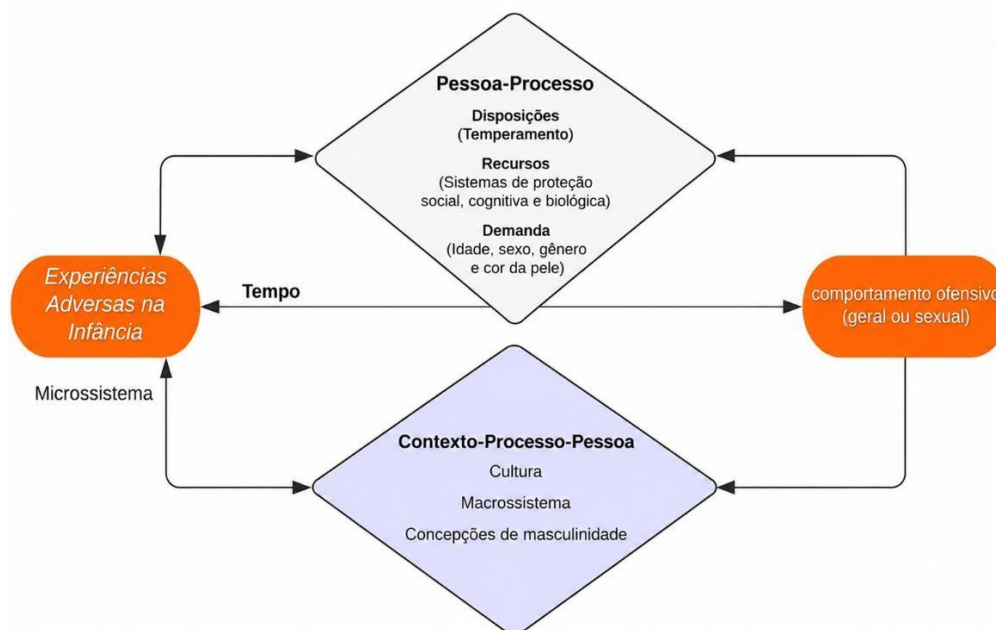
Algumas teorias propõe uma análise integrativa entre aspectos biológicos, culturais e individuais para compreender o comportamento e o desenvolvimento humano. Uma delas é a Teoria Bioecológica (Bronfenbrenner, 1999-2011), que tem como norte a proposição de que o desenvolvimento humano ocorre na interação entre as características da pessoa, sejam elas biológicas, cognitivas ou de temperamento, e os diferentes sistemas ecológicos onde indivíduo estudado se situa (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Esta teoria

parte de uma epistemologia sistêmica, o que permitiria analisar não apenas os efeitos do contexto sobre o desenvolvimento, mas também incluir o processo pelo qual isso ocorre, com foco nas interligações entre os possíveis fatores em vigor e suas possíveis variáveis mediadoras.

O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH), com base nessa teoria e epistemologia, considera o desenvolvimento humano como um fenômeno de continuidades e mudanças nas características biopsicológicas da pessoa desenvolve, produzidas a partir de um conjunto de processos de interação recíproca entre as propriedades da pessoa e de seu contexto. Em outras palavras, o modelo busca compreender *como* as propriedades da pessoa e do ambiente interagem, que atividades a pessoa desenvolve realiza, quais papéis assume e que relações estabelece para alcançar estes resultados. À bioecologia interessa, portanto, compreender não somente o conteúdo dos processos de desenvolvimento e as forças ambientais sobre eles, mas principalmente como essa interação acontece e quais são os seus resultados em termos de desenvolvimento

Nessa direção, a proposta inédita defendida na presente tese de doutorado apresenta-se da seguinte maneira: assume-se que não somente as experiências adversas na infância estão relacionadas ao envolvimento em comportamentos de ofensa geral e sexual em jovens do gênero masculino, como também que esta relação é mediada por fatores pessoais e culturais, sendo estes últimos representados neste estudo pelas concepções de masculinidades desenvolvidas ao longo da trajetória de vida de jovens que cometeram ato infracional. O fluxograma exposto na Figura 1, elaborado pela autora, representa a relação de interdependência dos possíveis fatores mediadores na ocorrência entre EAI e ofensa (geral ou sexual) ao longo do tempo, com base em proposições da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2011).

Figura 1. Fluxograma representativo da associação entre fatores potencialmente mediadores do desfecho de ofensa geral ou sexual.



Nota. elaborado pela autora (2023)

Em primeiro lugar, a Figura 1 apresenta dois eventos em análise na trajetória de vida dos participantes: a ocorrência de experiências adversas na infância nos microsistemas como ponto de partida e o comportamento ofensivo de maneira geral ou sexual como desfecho da vivência destas experiências, ocorrendo através do tempo (cronossistema) de maneira bidirecional. Esta bidirecionalidade significa que, ao passo que as EAI propiciam o desfecho em análise, o envolvimento em comportamento infracional também é capaz de aumentar o risco de experienciar mais adversidades. Assim, o tempo atua como dimensão onde os processos proximais (ou ausência deles) se consolidam.

Neste modelo, o eixo mediador superior refere-se ao nível *Pessoa (P)*, entendida como ser biopsicossocial que tem a capacidade de influenciar no aparecimento e no funcionamento dos processos proximais, ou seja, interações regulares, recíprocas e progressivamente mais complexas entre a pessoa desenvolvendo e seu entorno.

As características pessoais de disposição podem ser expressas como tendências temperamentais que, caso sejam inibidoras da constituição de processos proximais, podem ser traduzidas para o ambiente externo em comportamentos ligados a impulsividade e agressividade. De maneira complementar, os recursos biopsicológicos podem sinalizar

sistemas de proteção familiar e social, como cuidados parentais e oportunidade educacionais; além de habilidades cognitivas e predisposições biológicas. As qualidades de demanda também podem ser representadas por aquelas que podem atrair ou inibir estímulos de forma mais direta, podendo ser exemplificadas pela idade, o sexo, o gênero e a cor da pele. Tais características podem atuar como forças propulsoras do desenvolvimento, impulsionando o envolvimento deste indivíduo em processos proximais e suplantando possíveis efeitos negativos de ambientes desfavoráveis nos quais ele se desenvolve; ou como forças disruptivas, que aumentam a probabilidade do engajamento em comportamentos de risco.

Por outro lado, no eixo mediador inferior encontram-se as concepções de masculinidade, entendidas neste estudo como parte do núcleo Contexto (C), referente aos sistemas ambientais nos quais o indivíduo está inserido. Esse núcleo é composto por diferentes estruturas sociais e culturais que interagem continuamente entre si, incluindo outras pessoas, objetos, instituições e símbolos, influenciando os processos de desenvolvimento por meio das experiências e significados que são apropriados pelo sujeito.

Embora as concepções de masculinidade sejam aqui situadas no núcleo Contexto (C), sua influência não se restringe a um único nível ecológico, uma vez que essas concepções manifestam-se simultaneamente no macrosistema e no microsistema. No macrosistema, estão representadas pelos valores culturais, crenças, ideologias e normas de gênero amplamente compartilhados em uma sociedade, que definem expectativas acerca do que significa ser homem e orientam formas socialmente valorizadas de comportamento masculino.

Ao mesmo tempo, no microsistema, tais concepções são reproduzidas nas interações cotidianas estabelecidas com familiares, pares, professores e outros agentes significativos, que reforçam, negociam ou contestam essas expectativas. Dessa forma, as masculinidades constituem um fenômeno ecológico que atravessa diferentes níveis contextuais, sendo simultaneamente produzidas pelas estruturas socioculturais mais amplas e atualizadas nas relações interpessoais que compõem o cotidiano dos indivíduos.

Como exemplo, podem ser citadas as três dimensões investigadas pela Escala de Concepções de Masculinidade (Anexo C): Heterossexismo, restrição emocional e provocação social. Estes, ainda que sejam valores inscrustrados no macrossistema em decorrência do advento do patriarcado, são atualizados no microssistema, a partir da interação com as figuras de referência nas relações diretas das pessoas envolvidas (por isso, são fatores de interação entre processo-pessoa-contexto). É relevante, neste ponto, recuperar a definição bioecológica de papéis sociais e seus efeitos sob interações grupais.

A tendência a provocar comportamentos de acordo com as expectativas para um determinado papel é uma função da existência de outros papeis no ambiente, que atraem ou inibem comportamentos associados ao papel determinado.

Bronfenbrenner (1979-1995, p 72).

Sob esta lente, a ofensa juvenil não é vista apenas como um traço individual, mas como o resultado de processos proximais que ocorrem em contextos marcados por desigualdades e normas culturais rígidas. Estas últimas atuam não somente como pano de fundo para estas relações, mas como mecanismo dinâmico que permite a transformação do trauma em atuação ofensiva. Assim, os fatores individuais e contextuais podem atuar tanto como mecanismos de vulnerabilidade que catalisam o desfecho, quanto como barreiras protetivas capazes de mitigar os impactos traumáticos das EAIs.

Finalmente, conforme sinalizam Barra et al. (2022), os estudos desenvolvidos até então analisaram com maior frequência o papel de tipos específicos de EAI, como abuso físico e emocional, e alguns traços de personalidade isolados, sob o desfecho de comportamentos de delinquência juvenil. Desse modo, o presente estudo pretende contribuir para o preenchimento desta lacuna na literatura, tendo em vista que considerará tanto a análise de EAI isoladas, como o efeito de sua coocorrência no desfecho de ofensa sexual ou não, a fim de realizar uma investigação mais abrangente e integrada entre estes possíveis fatores mediadores.

Diante dessa lacuna, o presente estudo propõe investigar se e como as concepções de masculinidade podem atuar como fator mediador na relação entre experiências adversas na infância e o envolvimento em ofensa sexual e não sexual entre jovens do sexo masculino no contexto amazônico. Portanto, a tese a ser demonstrada é que o desfecho comportamental (ofensa sexual vs. não sexual vs. grupo comunitário) varia em razão da natureza e coocorrência das EAI, e que essa variação é significativamente mediada pelas concepções de masculinidade. Em consequência, assume-se que normas mais rígidas e heterossexistas potencializam o efeito das adversidades, direcionando o jovem para a ofensa como forma de validação social.

Ao integrar dados quantitativos de mediação com a análise qualitativa das trajetórias de jovens no contexto amazônico, este estudo pretende contribuir para políticas de prevenção que transcendam a punição e foquem na transformação das condições ecossistêmicas onde as concepções de masculinidade se produzem. Considerando que masculinidades são construídas e negociadas em contextos socioculturais específicos, compreender essa relação pode contribuir para ampliar a compreensão dos mecanismos que conectam trajetórias de vitimização infantil a comportamentos violentos, além de oferecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência e promoção de modelos mais equitativos e saudáveis de masculinidades.

Objetivos

Objetivo geral

Compreender a relação entre EAI e o desfecho da ofensa sexual e não sexual em jovens que cometeram ato infracional, verificando se as concepções de masculinidade funcionam como variável mediadora.

Objetivos específicos

- Descrever e comparar dados sobre a ocorrência, frequência e tipologia de EAI e avaliar seu desempenho na predição da ofensa sexual em jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual);
- Descrever e comparar concepções de masculinidade de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual), verificando associações entre características da pessoa e grupo amostral;
- Averiguar o papel mediador das concepções de masculinidade na explicação da relação entre EAI e ofensa (sexual e não sexual) em jovens.
- Identificar categorias emergentes de EAI e de concepções de masculinidade no relato dos participantes e sua relação com aspectos da sua trajetória de vida.

Método

Considerando que os três estudos que compõem esta tese foram desenvolvidos a partir de um mesmo projeto de pesquisa, compartilhando procedimentos de coleta de dados, critérios de elegibilidade, aspectos éticos e características da amostra, optou-se pela apresentação de uma seção metodológica geral. Em razão do compartilhamento de procedimentos metodológicos essenciais, apresenta-se inicialmente uma descrição geral do delineamento da pesquisa, contexto, participantes, instrumentos, procedimentos de coleta de dados e aspectos éticos. Posteriormente, cada artigo detalha os procedimentos analíticos específicos adotados para responder às suas respectivas questões de pesquisa e hipóteses.

Delineamento da pesquisa

Trata-se de uma pesquisa de natureza empírico-descritiva, com caráter retrospectivo e abordagem quanti-qualitativa dos dados. Serão realizadas análises derivadas de quatro fontes distintas: a primeira, documental, referente aos prontuários institucionais de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual), de onde serão retiradas informações que permitirão caracterizar ambas as amostras por parâmetros biopsicossociais; a segunda, que permitirá identificar um índice total de adversidade na infância nos três grupos, a partir do instrumento de auto relato *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire* (ACE-IQ) (Anexo A); a terceira, o Instrumento Escala de Concepções de Masculinidade (ECM), que caracterizará as concepções de masculinidade dos participantes em três dimensões distintas (heterossexismo, provocação social e restrição emocional); e a quarta, que diz respeito à condução de entrevistas semiestruturadas com parte da amostra de jovens com comportamento de ofensa (sexual e não sexual) e sem comportamento de ofensa, de onde se pretende colher informações sobre fatores do desenvolvimento e das suas trajetórias de vida para análise de conteúdo quanti-qualitativa.

Contexto da Pesquisa

Em função das características pretendidas, como a faixa etária, os contextos de coleta preferenciais foram seis unidades socioeducativas de internação e semiliberdade; e seis Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), responsáveis pelo acompanhamento de medida socioeducativa em meio aberto. Todas as instituições pesquisadas estavam localizadas no estado do Pará-Amazônia-Brasil. De acordo com o Levantamento anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) referente ao ano de 2026, o estado do Pará possui dezessete unidades socioeducativas que recebem adolescentes e jovens de 12 a 21 anos, que respondem por atos infracionais de diversas naturezas em regime de internação ou semiliberdade, distribuídas nos municípios de Belém (07), Ananindeua (06), Benevides (1), Marabá (1) e Santarém (02).

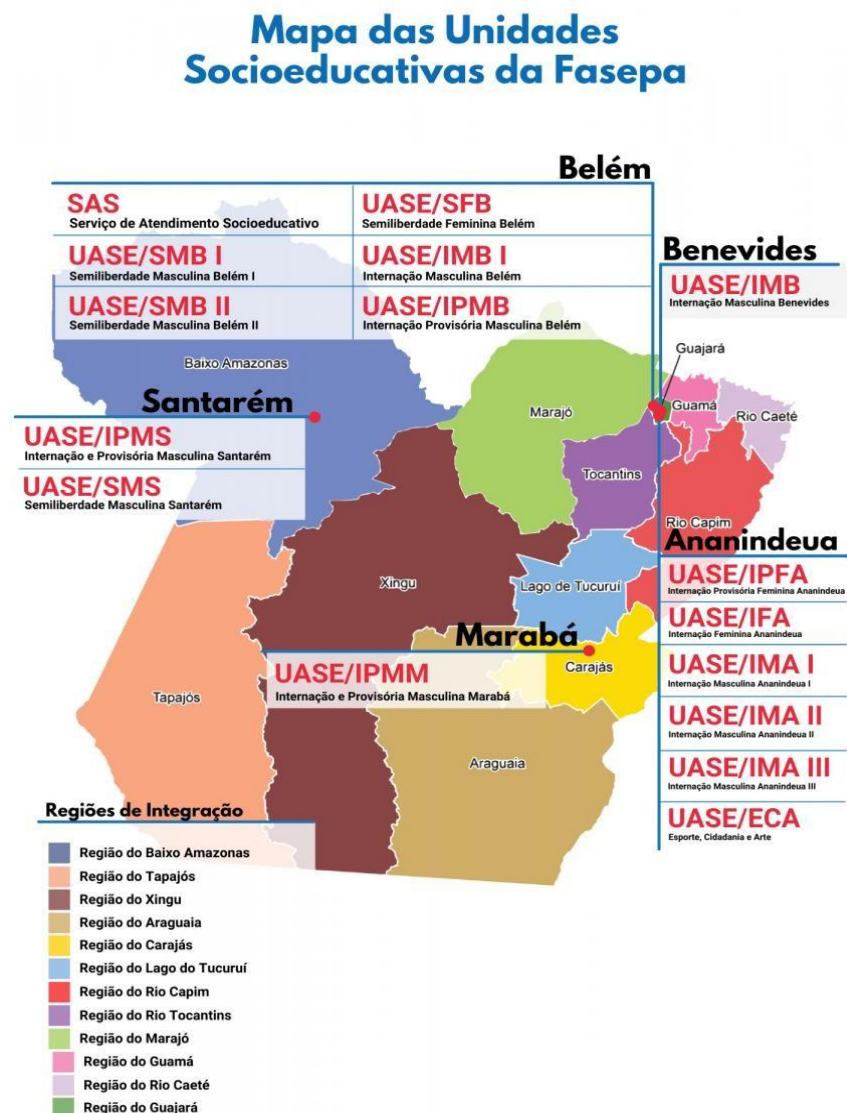
Para os fins propostos nesta pesquisa, foram excluídas as unidades socioeducativas que atendem o público feminino. Além disto, foram priorizadas aquelas unidades localizadas na mesorregião metropolitana de Belém, em função da maior facilidade de acesso e parcerias constituídas entre o Grupo de Estudos em Autores de Violência - GEAV e funcionários da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). Estas parcerias permitiram a manutenção de contato frequente com membros da equipe sobre a entrada de novos adolescentes potencialmente participantes da pesquisa na instituição.

Deste modo, as unidades socioeducativas onde a coleta foi realizada são: UASE IPMB/CSEM (Internação Provisória Masculina); UASE/IMB (Internação Masculina Benevides); UASE/IMB I (Internação Masculina Belém) UASE/SMB I (Semiliberdade Masculina Belém I), UASE/IMA I (Internação Masculina Ananindeua I) e UASE IMA II (internação Masculina Ananindeua II). Para completar o número de participantes proposto, foi necessário a inserção em seis Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), quais sejam, no município de Belém: Manoel Pignatário; Ilka Brandão; José Carlos Pacheco Dias (Icoaraci); Comércio - Rosana Campos (Icoaraci). Em Ananindeua, CREAS II e em Abaetetuba, CREAS Abaetetuba.

O mapeamento das unidades por mesorregião pode ser observado na Figura 3.

Figura 3

Mapa das unidades socioeducativas no Pará



Nota. De website da FASEPA (2021).

Em relação à coleta de dados realizada por meio da aplicação dos questionários e entrevista semiestruturada com jovens que não registraram cometimento de nenhum tipo de ato infracional até o momento da coleta, os contextos investigados foram a Associação de Assistência Social Lar de Maria, que atende crianças e pessoas idosas há mais de 75 anos na capital do estado do Pará e a Usina da Paz Bengui, projeto de assistência social do Governo do estado do Pará, integrado ao programa Territórios Pela Paz (TerPaz). A estrutura física destas instituições pode ser visualizada na Figura 4 e 5.

Figura 4*Associação Assistencial Lar de Maria**Nota. De Página do Facebook da instituição (2023).***Figura 5.** *Usina da Paz Benguí**Nota. De Luana Laboissiere (SECOM) via website Agência Pará (2022).***Participantes**

Esta pesquisa contou com um total 156 participantes do sexo masculino situados na adolescência e juventude, pertencentes a faixa etária de 12 a 21 anos. de acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013). Esta faixa etária foi selecionada para participação em referência ao intervalo de idade de pessoas acolhidas para internação nas unidades de

atendimento socioeducativo da FASEPA.

Deste total, 53 participantes pertencem ao grupo de jovens ofensores sexuais, ou seja, aqueles que respondem por ato infracional equivalente a estupro, estupro de vulnerável, pornografia infantil e assédio, e que estão cumprindo medidas socioeducativas em unidades de internação e/ou semiliberdade situadas em mesorregiões dos estados do Pará. Outros 50 estavam em condições análogas, no entanto, cumprindo medida socioeducativas por ato infracional não envolvendo ofensa sexual (nomeadamente: roubo, homicídio, tráfico de drogas e extorsão). Por fim, foi estabelecido um grupo controle composto por 53 jovens vinculados à Associação de Assistência Social Lar de Maria e a Usina da Paz Bengui, que não possuíam nenhum registro ou histórico de terem praticado qualquer tipo de ato infracional ou crime até o momento da coleta.

Para seleção dos participantes, os seguintes critérios inclusão foram obedecidos: ser do sexo masculino, estar situado na faixa etária de 12 a 21 anos, não apresentar doença mental grave ou síndrome cerebral orgânica ou condição médica grave. De maneira complementar, os critérios de exclusão foram: ser do sexo feminino, estar situado fora da faixa etária entre 12 a 21 anos, possuir laudos relacionados a perturbações psicóticas (antissocial, esquizofrenia, depressão grave, entre outros) ou qualquer condição médica grave.

Instrumentos e materiais

Os instrumentos utilizados durante a coleta foram: 1- Formulário de caracterização Biopsicossocial – FCBS versão adaptada (Apêndice A) e 2- Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ Versão Brasileira) (Anexo A). 3- Adaptação brasileira da Escala de Concepções de Masculinidade (Anexo B); 4- Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice B)

Formulário de caracterização Biopsicossocial – FCBS versão adaptada

O instrumento utilizado para a coleta de informações contidas nos prontuários de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual) pela equipe de atendimento multiprofissional vinculada às instituições pesquisadas é uma adaptação, com base no estudo de Habigzang, Azevedo, Koller e Machado (2005), Cole e Coles (2004); Gomide (2003) e Mc. Killop et al. (2018), do Formulário de Caracterização Biopsicossocial (FCBS) (Apêndice A), elaborado por pesquisadores do Grupo de Estudos de Autores de Violência — GEAV, vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), o qual pertence ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Na presente pesquisa, este instrumento teve o objetivo de coletar, a partir de fontes documentais, informações sobre jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual), tais como: (a) dados de identificação (b) dados sociodemográficos (idade, sexo, etnia, religião, situação conjugal, escolaridade, saúde, profissão e ocupação); (c) dados biopsicossociais (possui filhos, bairro onde mora, onde nasceu, idade quando cometeu a primeira infração, registro no nome do pai, fatores de risco e experiências adversas na infância) e (d) informações processuais sobre as infrações ou crimes cometidos (bairro onde aconteceu a agressão sexual, se a violência é intrafamiliar ou extrafamiliar, motivos da confissão caso ocorra, tempo de duração da violência, tipificação do ato, aplicação da pena, registro do boletim de ocorrência, condenações anteriores e julgamento caso jovem adulto). Os dados referentes a caracterização das vítimas de ofensores não sexuais não serão preenchidos quando a infração cometida não se tratar de uma violência interpessoal.

Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ)

O Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ Test) (Anexo A) é um instrumento de auto relato retrospectivo, originalmente proposto por Felitti et al. (1998) e adaptado pela OMS em parceria com o CDC (2011), contendo 13 categorias que se desdobram em 31 questões distribuídas entre experiências vivenciadas diretamente e aquelas experimentadas indiretamente em seu contexto familiar. As categorias norteadoras dos itens do questionário dividem-se em treze, quais sejam: abuso físico; abuso emocional; abuso sexual; consumo de álcool e drogas por familiares no lar; encarceramento de membro da família; histórico de doenças mentais na família, violência doméstica; divórcio, separação ou morte de um ou ambos os pais; negligência emocional; negligência física; violência moral ou bullying, violência comunitária e violência coletiva.

Este instrumento permite o cálculo do ACE-Score ou Índice total de adversidade. De acordo com esse parâmetro, quanto maior o número de EAI vivenciadas durante os primeiros 18 anos de vida, maiores as possibilidades de ocorrerem desfechos prejudiciais ao desenvolvimento, o que pode ser denominado como efeito dose-resposta (Clarkson, 2014).

O cálculo do ACE-Score pode ser realizado de duas maneiras: a primeira, onde é avaliada a frequência de itens referentes à relatos de abuso físico, emocional e sexual, negligência e violência doméstica, em uma escala de 0 (nunca) a 4 (muito frequente), enquanto os demais itens são avaliados conforme sua presença ou ausência (sim/não). Uma segunda forma, mais simplificada, é denominada versão binária, onde a avaliação de todas as EAI é realizada por parâmetros de presença e ausência a partir da resposta afirmativa para cada item (Basto-Pereira & Maia, 2019). Neste estudo, por considerar que a exposição a EAI mesmo que episódica pode provocar efeitos danosos ao desenvolvimento e seguindo a metodologia de contagem da maior parte dos estudos que utilizaram o instrumento, optou-se por utilizar a versão binária.

Estudos de validação em diferentes países indicam que o ACE-IQ apresenta validade de construto adequada, com modelos de três e quatro fatores demonstrando bom ajuste quando utilizado o método de pontuação por frequência ou binária. A consistência interna global é considerada aceitável ($\alpha > 0,70$). Por outro lado, algumas dimensões como negligência e violência ocorrida fora do lar, apresentam índices de consistência interna geralmente mais baixos de acordo com estes estudos (Santelices Velasco-Hodgson, Ferreccio, Undurraga, Carvajal-Araneda, 2025).

Do mesmo modo, a versão brasileira do *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire* (ACE-IQ) passou por procedimento que incluiu duas traduções independentes do instrumento original, seguidas da elaboração de uma versão-síntese, realização de duas retrotraduções, validação de conteúdo por oito profissionais da área da saúde e pré-testes destinados a avaliar a aceitabilidade e a compreensão dos itens. Os resultados do estudo de adaptação indicaram que a versão brasileira apresenta boa equivalência semântica em relação ao instrumento original, além de ser considerada de fácil compreensão e aplicação pelos participantes. Contudo, os autores destacam que o estudo teve como foco a adaptação transcultural do instrumento, permanecendo necessária a investigação de propriedades psicométricas da versão brasileira, tais como validade de construto, consistência interna e validade concorrente, em pesquisas subsequentes (Pereira & Viana, 2021).

Importante frisar que a versão do ACE-IQ utilizada até o primeiro semestre de 2023 foi a traduzida e aplicada por Silva (2017) para a população portuguesa. No entanto, a partir da publicação da adaptação transcultural do instrumento para uso no Brasil, realizada por Pereira e Viana (2021), esta passou a ser a versão utilizada para a coleta. Ressalta-se que a adaptação realizou alterações semânticas que aprimoraram o entendimento dos itens para a população brasileira, não comprometendo, no entanto, os resultados alcançados na coleta anterior.

Adaptação brasileira da Escala de Concepções de Masculinidade (Guerra, Scarpati, Duarte, Silva & Mota, 2014, baseada em Oransky & Fisher, 2009)

A Escala de concepções de masculinidade (ECM) foi originalmente proposta por Oransky e Fisher (2009) a partir do aprimoramento fatorial estatístico e conceitual de escalas anteriores que pretendiam medir o construto. Este instrumento tem por objetivo avaliar a conformidade às normas masculinas em adolescentes. Para isso, conta com uma análise multifatorial, envolvendo 26 itens e quatro dimensões distintas, teoricamente subsidiadas.

Como primeiro fator, têm-se o esforço constante, referente à necessidade de parentar força e confiança constantemente para demonstrar masculinidade; O segundo fator, restrição emocional, que enfatiza o dever do homem de esconder suas emoções e não aparentar vulnerabilidade; O terceiro fator, heterossexismo, considera a inaceitabilidade de comportamentos atrelados à feminilidade. Finalmente, o fator denominado provocação social inclui itens que sugerem que brincadeiras e piadas que jovens rapazes fazem uns com os outros devem ser aceitos como parte do 'ser homem' (Guerra et al., 2014).

Na versão traduzida e adaptada de maneira transcultural para o Brasil, o fator “esforço constante” foi desconsiderado, por não apresenta adequabilidade estatística à validade e fidedignidade do construto ao ser aplicado na população brasileira, restando somente os três últimos fatores e 16 itens na versão aplicada na população deste estudo. Estes itens devem ser respondidos em uma escala do tipo Likert de 1 (discordo totalmente) a 4 (concordo totalmente). O cálculo é realizado a partir da soma das médias dos itens referentes às três dimensões separadamente. Quanto mais próximo a 4 em cada dimensão, mais aquele indivíduo terá concepções de masculinidades atreladas à ideologia hegemônica sobre “ser homem”.

Embora o instrumento original tenha sido construído especificamente para meninos adolescentes, o estudo brasileiro incluiu mulheres para avaliar a percepção geral e social sobre as normas de gênero, com idade variando entre 17 e 49 anos. A consistência interna foi considerada adequada, embora varie em função do fator, sendo o heterossexismo o fator que apresentou maior consistência interna ($\alpha > 0,70$) e a provocação social, a menor ($\alpha = 0,63$).

Por outro lado, a estrutura fatorial encontrada mostrou coerência teórica com o modelo original e evidências de validade de construto, demonstrando que o instrumento é capaz de avaliar diferentes formas de adesão às normas masculinas tradicionais no contexto brasileiro (Guerra et al., 2014).

Adaptação do roteiro de entrevista semiestruturada (Reis, 2016).

O instrumento utilizado para a coleta de dados qualitativos constituiu-se de uma adaptação do Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice B), desenvolvida por Reis (2016), com base no estudo de Moura (2007). A utilização deste roteiro teve por objetivo descrever e analisar dados relativos à trajetória de vida e aspectos do desenvolvimento dos participantes nestes três grupos, de maneira menos fechada em relação ao questionário de experiências adversas (ACE-IQ).

Esta adaptação do roteiro é composta de três partes: a primeira, denominada Entrevista Semiestruturada dos Ciclos de Vida (ESCV), contém dois eixos que contemplam exclusivamente perguntas abertas: o primeiro eixo abordando as relações na infância (18 itens); e o segundo eixo indaga sobre as relações na adolescência (20 itens). A segunda parte traz o Questionário de Caracterização Biopsicológica e Sociofamiliar (QCBS) contendo perguntas com informações sobre: 1) identificação do participante (dezoito itens), 2) caracterização sociofamiliar (treze itens), 3) aspectos relacionados à saúde (vinte e cinco itens), 4) educação (sete itens), 5) situações de violência vivenciadas (cinco itens), 6) sexualidade (vinte e seis itens), e 7) rede de apoio (trinta e três itens). Por fim, a terceira parte do roteiro de entrevista semiestruturada diz respeito a uma sessão de vinte e cinco perguntas que questionam a percepção dos participantes sobre temas como infância, adolescência e violência sexual, intitulada Entrevista Cognitiva.

Procedimentos de coleta

Os dados coletados com os participantes pertencentes aos grupos com envolvimento em atos infracionais foram obtidos em seis unidades socioeducativas e seis CREAS localizados no estado do Pará, norte do Brasil. A escolha destas instituições se deu pela possibilidade de maior alcance, maior amplitude de coleta e pela facilidade de acesso, seguindo os critérios de inclusão e exclusão anteriormente delineados.

A coleta nas instituições envolvidas incluiu três etapas: a) autorização e mapeamento das unidades socioeducativas que preenchem o perfil de elegibilidade da pesquisa; b) encontro inicial com a equipe multidisciplinar da unidade, onde foram indicados os participantes em função da tipologia da infração e coletados os dados contidos nos prontuários institucionais; e c) encontro com o participante para aplicação dos instrumentos. Estes instrumentos eram aplicados em conjunto a um roteiro de entrevista semiestruturada. A aplicação do total de 6 instrumentos obedecia à seguinte ordem: 1-Roteiro de entrevista semiestruturada; 2-Questionário de Estilos Parentais; 3-ACE-IQ *Test*; 4- Questionário de Distorções Cognitivas (CD-Quest); 5-Escala de Concepções de Masculinidade; 6- Entrevista Cognitiva.

Nesta última etapa, uma equipe composta por duas a três pesquisadoras conduziu a aplicação do questionário, realizada em uma sala privativa oferecida previamente pela equipe institucional responsável, onde ficavam somente o participante e a equipe de pesquisa. Os participantes foram esclarecidos quanto aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como a garantia do sigilo quanto às suas informações pessoais via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para menores de 18 anos de idade. Durante a aplicação, os itens eram lidos em voz alta e de maneira não estruturada por uma das integrantes, enquanto outra recolhia informações documentais a partir dos prontuários dos participantes.

Em relação à coleta com o grupo de jovens sem comportamento de ofensa sexual, conduzida na associação de assistência social Lar de Maria e na Usina da Paz Bengui, uma

autorização da direção das instituições para a realização da pesquisa foi concedida. As entrevistas foram igualmente gravadas em áudio e transcritas integralmente, sendo posteriormente armazenadas em um computador do GEAV localizado do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Considerações éticas

A execução desta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará (NMT), segundo parecer nº5.876.173. A condução das entrevistas semiestruturadas e a aplicação dos instrumentos previstos nos contextos mencionados esteve condicionada à assinatura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice C) pelos participantes, mesmo que estejam sob custódia do Estado e obtenham a anuência institucional para a participação. Nestes casos, têm sido dispensado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os responsáveis.

Os riscos que podem ser associados à pesquisa incluem: suscitar memórias dolorosas e mobilizar processos psicológicos intensos. Por isso, seguindo as orientações da OMS (2011), foi garantido aos participantes o acesso aos serviços de assistência psicossocial das instituições envolvidas, assim como a equipe de pesquisa colocou-se a disposição para contato com o participante a qualquer momento durante a pesquisa. Além disso, foi resguardada a possibilidade de desistência de participação.

Uso de Inteligência Artificial Generativa como Suporte Acadêmico

Em consonância com as novas diretrizes de integridade científica e transparência metodológica, como o documento publicado pela UNICAMP em 2024 (Sampaio, Sabbatini & Imongi, 2024) declara-se o uso assistido de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) generativa como suporte em etapas específicas deste estudo, nomeadamente os modelos ChatGPT (OpenAI) e Gemini (Google).

O uso de IA neste estudo teve por objetivos principais: 1- O refinamento editorial e coesão textual: Os modelos foram utilizados para o aprimoramento da clareza, fluidez e correção gramatical em parte dos parágrafos escritos pela autora; 2- Revisão de tradução e internacionalização: Uso de IA como suporte de revisão da tradução técnica do resumo (Abstract), garantindo a fidelidade dos termos bioecológicos e estatísticos para a língua inglesa; 3- Síntese integrativa e geração de títulos: Foram realizados prompts estruturados para a síntese descritiva dos achados nas principais tabelas organizadas pela autora.

É importante salientar que todos os resultados gerados por IA foram submetidos a uma rigorosa revisão, checagem de fatos e validação técnica. A responsabilidade final pelo conteúdo, interpretação teórica e conclusões permanece integralmente com a autora.

Estudo I – Experiências adversas na infância entre jovens ofensores — o papel da história de vida no cometimento de atos infracionais

O estudo das experiências pregressas de abuso e negligência vivenciadas durante a infância e seus efeitos a longo, médio e curto prazo possui uma extensa tradição na área da psicologia e da medicina preventiva. No entanto, somente há pouco mais de vinte e cinco anos, o estudo de Felitti et al. (1998), conhecido como *ACE Study*, cunhou o termo Experiências Adversas na Infância (EAI), para definir um conjunto de maus-tratos infantis (abuso físico, sexual e emocional; negligência física e emocional) e desafios familiares (violência doméstica, uso de álcool e outras drogas por familiares, doença mental ou suicídio de um dos pais e/ou responsáveis e encarceramento de membro da família) que, quando associados, teriam o potencial de agravar as possíveis consequências para a saúde e desenvolvimento humano.

A partir da observação empírica de que as experiências de maus tratos infantis e desafios familiares tenderiam a ocorrer mais frequentemente de maneira simultânea, o estudo de Felitti e colaboradores sugere que o efeito cumulativo derivado da associação entre estas experiências, onde a ocorrência de uma delas aumentaria a probabilidade de ocorrência de outra (Clarkson, 2014), deveria ser particularmente investigado, em detrimento do efeito isolado de cada uma (Vegas-Arce & Núñez-Ulloa, 2018). A medida em que a frequência e a combinação destas experiências aumentam exponencialmente o risco de desfechos de maior gravidade nos anos subsequentes foi denominada efeito dose-resposta.

Com o objetivo de medir adequadamente tal efeito, diferentes instrumentos retrospectivos e de auto relato foram adaptados do estudo seminal de Felitti et al. (1998), preservando as 9 categorias iniciais. Um destes instrumentos é o Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ Test) (Anrxo A), proposto em 2011 pela Organização Mundial da Saúde, em conjunto com a National Center for Chronic Disease

Prevention and Health Promotion (CDC), onde foram inseridos mais três tipos de violência social (comunitária, coletiva e entre pares/bullying) e morte e/ou separação dos pais, afim de permitir a verificação de medidas de resultado mais amplas não apenas relacionadas à área da saúde, mas também referentes a prejuízos educacionais, econômicos, ao envolvimento em comportamento criminal e antissocial, dentre outros (Organização Mundial da Saúde, 2009/2011/2018; Cronholm et al., 2015; Silva, 2017).

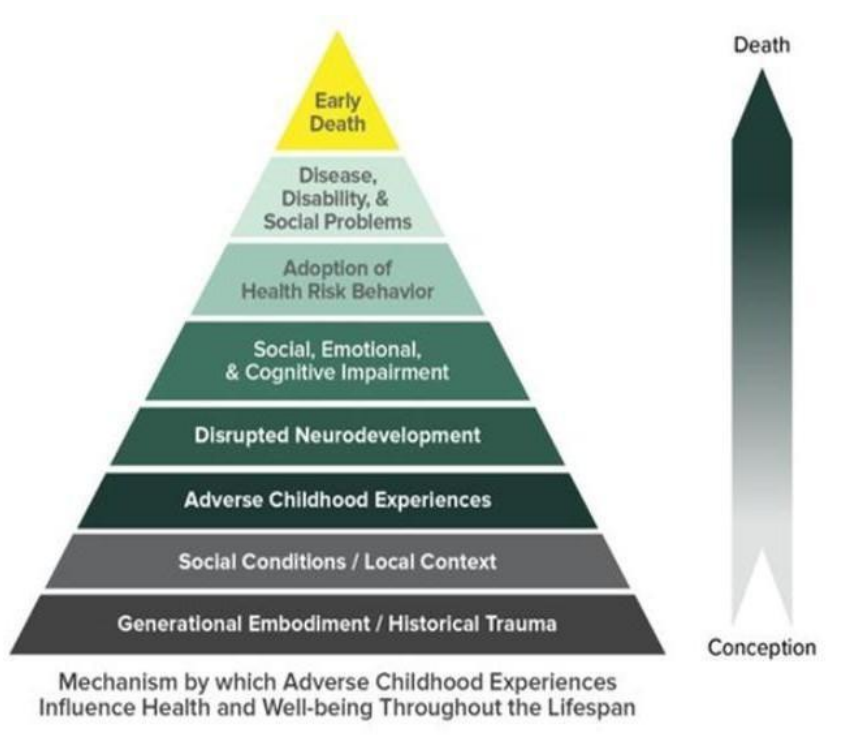
De acordo com revisão sistemática da literatura acerca dos principais instrumentos utilizados para avaliar a exposição de experiências adversas, na infância, realizada por Pereira e Viana (2021), O ACE-IQ Test (Anexo A) é o terceiro mais utilizado no mundo, especialmente em pesquisas a partir de 2014. Além disso, apresenta qualidades psicometricas satisfatórias (Coeficiente *Alpha de Chronbach* para casamento, relacionamento com os pais/responsáveis, ambiente familiar, violência entre pares, testemunho de violência comunitária e exposição à guerra/violência coletiva=0,65; 0,71;n 0,72; 0,69; 0,81; e 0,79, respectivamente) (Kazeem OT, 2015). A principal vantagem do uso deste instrumento, de acordo com as autoras, é sua padronização a nível mundial em diferentes culturas e populações, possibilitando comparações transnacionais e permitindo a formulação de programas e políticas de prevenção. Uma adaptação transcultural deste instrumento foi realizada para adequação à realidade brasileira e foi utilizada neste estudo (Pereira & Viana, 2021).

Segundo Ratliff, Morris e Hays-Grudo (2020) e Merrick, Ford, Ports e Guinn (2018), a maneira pela qual as EAI impactam a saúde e a qualidade de vida pode ser ilustrada por uma figura denominada *ACE Pyramid*. Nesta figura, problemas geracionais e históricos familiares, somados a condições sociais precárias, serviriam de base para a ocorrência de EAI. Estas, por sua vez, teriam o potencial de desencadear rupturas neurodesenvolvimentais, que poderiam acarretar em dificuldades sociais, emocionais e cognitivas. Tais dificuldades levariam estes

indivíduos a adotar comportamentos de risco que poderiam resultar no desenvolvimento de doenças e inabilidades sociais, tendo a morte precoce como desfecho mais negativo, conforme pode ser observado na Figura 2.

Figura 2

Mecanismo explicativo pelo qual EAI influenciam a saúde e o bem-estar através da trajetória de vida



Nota. Adaptado de Merrick, Ford, Ports e Guinn (2018).

Existe uma diversidade de medidas de desfecho analisadas como consequências de EAI. De acordo com a revisão sistemática realizada por Struck, Stewart-Tufescu, Asmundson, Asmundson e Afifi (2021), a maior parte delas diz respeito a efeitos na saúde física e mental em adultos, como por exemplo, a obesidade e doenças cardíacas investigadas no estudo de Felitti et al. (1998), sintomas depressivos (Chapman et al., 2004) e risco de suicídio e tabagismo (Edward, Holden, Felitti & Anda, 2003; Kassel, Stroud & Paronis, 2003). Esta revisão também aponta que mais da metade dos artigos encontrados entre 1998 e 2018 foram publicados nos últimos três anos analisados, tendo sido observada uma expansão das consequências associadas as EAI, cada vez mais relacionadas a fatores sociais, educacionais e

que envolvem o sistema de justiça.

Outra tendência de produção observada na literatura da área, considerada ainda escassa, mas promissora, é o rastreamento de EAI em grupos amostrais compostos por crianças e adolescentes. Em contraposição aos efeitos investigados em adultos, este rastreamento apresenta a possibilidade de investigar consequência mais imediatas e a médio prazo, o que poderá contribuir para a diminuição do viés da memória nos relatos coletados (Rodrigues, 2016), como também para o planejamento de medidas preventivas direcionadas essa população (Struck et al., 2021).

No Brasil, exemplos de investigações que apontam nesta direção foram encontrados principalmente nos últimos cinco anos. Por exemplo, no estudo de Rocha et al. (2020) que buscou verificar a associação entre EAI e resultados desenvolvimentais em crianças no estado do Ceará; o de Silva e Moraes (2020) e de Horta e Costa (2025), que discutiram a relação entre EAI e a pandemia de COVID-19 no desenvolvimento infantil a partir de revisão integrativa; o de Reisen, Viana e dos Santos Neto (2019), que apontou maiores chances de adolescentes entre 15 a 19 anos considerados vítimas e autores de bullying, terem sido previamente expostos à EAI; o de Andrade, Avanci e Oliveira (2022), que buscou identificar padrões de EAI em jovens escolares no Rio de Janeiro e correlaciona-los com sintomas depressivos; o de Lorandi (2022) que encontrou correlação entre EAI e violência no namoro para jovens universitários brasileiros; e o de Soares, Tomé, Abreu, Lentsck, Baratieri, Sauka, Viana e Michalczyzyn (2025), que buscou identificar a ocorrência de EAI em crianças que moram em locais de vulnerabilidade social no estado do Paraná. Além disso, estudo conduzido por Pereira e Viana (2021) realizou a adaptação e validação transcultural do instrumento ACE-IQ para a população brasileira.

Nesse sentido, associações entre EAI e comportamentos envolvendo violência sexual e criminalidade em jovens e adolescentes têm sido sugeridas em diversos estudos. DeLisi,

Drury e Elbert (2021), por exemplo, identificaram associação entre EAI e comportamentos externalizantes como envolvimento em agressões físicas e bullying, relacionados ao Transtorno Opositivo Desafiador e Transtorno de Conduta em amostras de jovens ofensores sexuais. O estudo de Barra, Bessler, Landolt e Aebi (2017) identificou 15% de uma amostra de 322 jovens ofensores sexuais como sendo vítimas de abuso sexual na infância, apresentando correlação entre ter sido vítima de negligência e a escolha de vítima mais jovens para o cometimento da ofensa sexual.

Na mesma direção, o estudo de Fox, Perez, Cass, Baglivio e Epps (2015) identificou que cada EAI adicional entre jovens ofensores aumentava o risco de suas ofensas serem mais graves e crônicas. Os autores sugerem ainda que o *ACE Score* obtido a partir do instrumento ACE-IQ, pode ser utilizado de forma prospectiva, para identificar tanto o risco de jovens já envolvidos com o sistema de justiça de reincidirem e intensificarem os seus atos violentos, quanto de prever a ocorrência do desfecho violento antes que ele ocorra.

Por fim, o estudo de Harris et al. (2022) ampliou a análise de EAI ocorridas nos primeiros 18 anos de idade de 20 jovens ofensores sexuais de mulheres e crianças institucionalizados, identificando em que contexto estas EAI ocorreram, o seu tempo de duração e a sua ordem cronológica da trajetória de vida dos participantes residentes na Austrália. Este estudo encontrou não somente correlações significativas entre EAI o desfecho de ofensa sexual, como também identificou vínculos rompidos e mudança constante de cuidadores no decorrer do desenvolvimento dos participantes. Além disso, os autores identificaram que as EAI foram mais frequentes e duradouras nos primeiros seis anos de vida dos participantes, tendo sua ocorrência decrescido conforme a idade dos participantes aumentava.

- **Hipótese:** As experiências adversas na infância de jovens funcionam como preditoras do comportamento de ofensa sexual e/ou ofensa geral em jovens nesta amostra.

Objetivos

Objetivo Geral

- Descrever e comparar dados sobre a ocorrência, frequência e tipologia de EAI e avaliar seu desempenho na predição da ofensa sexual em jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual)

Objetivos específicos

- Descrever o perfil biopsicossocial dos jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual);
- Identificar as características da infração cometida por jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual);
- Verificar o *ACE-Score* na amostra total e nas subamostras pesquisadas.;
- Detectar o valor preditivo de EAI específicas e coocorrentes sobre o desfecho de ofensa sexual na amostra pesquisada.

Método

Trata-se de uma pesquisa de natureza empírico-descritiva, com caráter retrospectivo e abordagem quantitativa dos dados

Procedimentos de Análise

As informações de caracterização biopsicossocial e do ato infracional obtidas nos prontuários documentais e coletadas a partir do Formulário de Caracterização Biopsicossocial (FCBS), foram inseridas em planilhas do Microsoft Excel e posteriormente transferidas para o Software *SPSS Statistics*, afim de realizar análises estatísticas descritivas e inferenciais, considerando $p \leq 0,05$ para associações significativas entre as variáveis. Realizaram-se análises descritivas tendo como objetivos: caracterizar a amostra; caracterizar as variáveis em estudo; e calcular a prevalência das experiências adversas na infância. Foram realizadas análises de

Qui-Quadrado de Independência e Análise de Correspondência para testar a associação entre as variáveis em estudo, levando em consideração a não normalidade da amostra.

Para a análise quantitativa destes dados e dos demais, a variável dependente considerada foi ter cometido ofensa sexual (1 = sim, 0 = não), enquanto as características biopsicossociais, características da infração e as experiências adversas na infância serão consideradas variáveis independentes. Para rastrear as experiências adversas na infância, o Adverse Childhood Experiences Internacional Questionnaire (ACE-IQ) (Anexo A) foi aplicado diretamente na população deste estudo, permitindo a obtenção do *ACE-Score*, calculado a partir do somatório dos valores obtidos por cada indivíduo em cada categoria. A condução deste cálculo segue as orientações do guia de análise dos dados do formato Frequência do ACE-IQ, fornecido gratuitamente pela Organização Mundial da Saúde (2011).

Para identificar o valor preditivo da interação entre as características biopsicossociais, da infração e das experiências adversas na infância sobre o comportamento de ofensa, foram comparados os dados que descrevem as mesmas medidas com o grupo de jovens com e sem esta característica a partir do método Regressão Logística Multinomial, realizado no *Software R*. Assim, para testar a capacidade de predição das variáveis para o comportamento de ofensa sexual, serão realizadas análises de regressão logística, tendo como preditor o valor da Adversidade Total (*ACE-Score*).

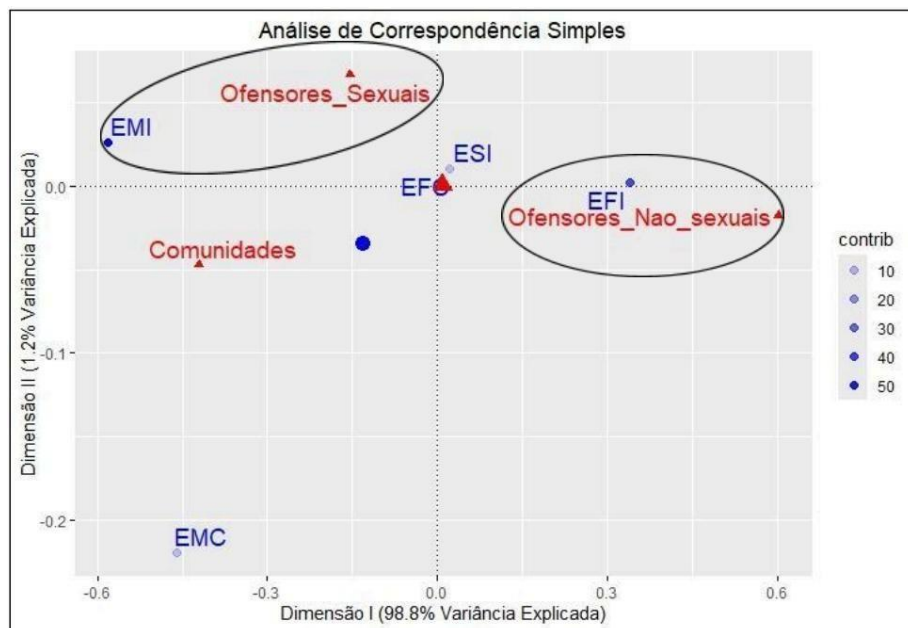
Resultados

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da primeira etapa da análise quantitativa dos dados utilizando o *Software SPSS*, referentes a descrição do perfil biopsicossocial dos participantes, identificação da ocorrência, frequência e tipologia de EAI e a associação entre estas características. A amostra total dos 156 participantes possui entre 12 a 21 anos de idade, com uma média geral de 16, desvio padrão de 1,66 e variância de 2,85. Quando segmentados por grupo, os participantes da comunidade apresentam uma média de idade moderadamente inferior em relação aos outros dois grupos (15,5).

Em relação à escolaridade, a maior parte dos participantes na totalidade da amostra (61,5%; n=96) havia cursado o ensino fundamental incompleto no momento da coleta dos dados, com diferença estatisticamente significativa entre os grupos nesta variável. O teste Qui-Quadrado de Independência revelou associação significativa entre o grupo amostral e o nível de escolaridade, $\chi^2(8) = 35.51$, $p < .001$, com tamanho do efeito considerado moderado ($V = 0,33$). Os resíduos padronizados indicam que o grupo de ofensores não sexuais apresentava mais participantes com ensino fundamental incompleto do que o esperado (residual = +5,37), enquanto o grupo da comunidade apresentava mais participantes com ensino médio incompleto (residual = +3,49).

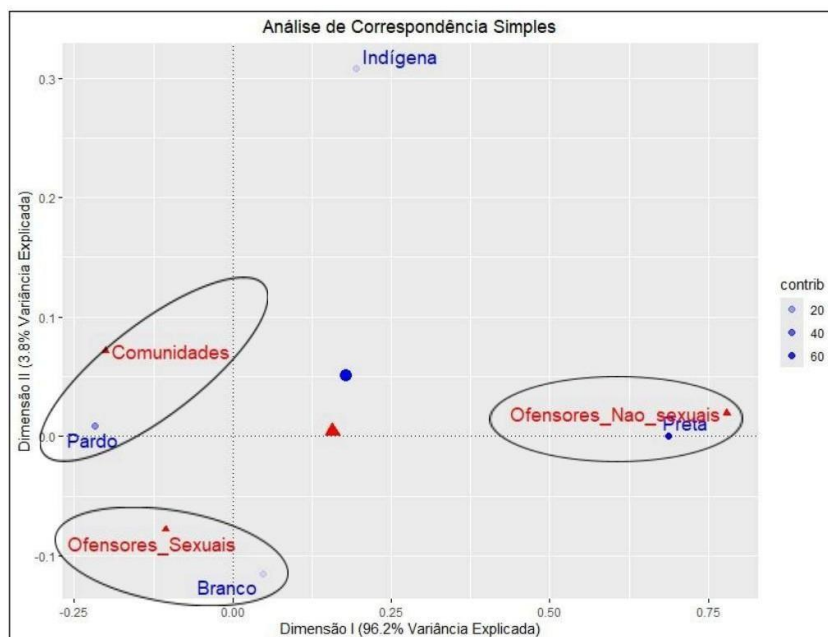
Adicionalmente, a variável evasão escolar confirma a forte associação entre ser um ofensor não sexual e ter evadido a escola ($X^2 = 52.391(2)$ $p < .001$; residual = +6,754). Inversamente, a ausência de evasão escolar está fortemente associada com o grupo de indivíduos da comunidade, que apresentam uma frequência de evasão muito menor do que o esperado (+5,593) com tamanho do efeito alto ($V=0,6$).

A partir da geração de um mapa perceptual com 98,8% da variância estatística explicada, o método de análise de correspondência reforça esse padrão, revelando uma proximidade entre ofensores não sexuais e níveis mais baixos de escolaridade (EFI), bem como uma aproximação dos ofensores sexuais e da comunidade a níveis intermediários ou mais altos de escolaridade (EMI, ESI), como pode ser observado na Figura 6.

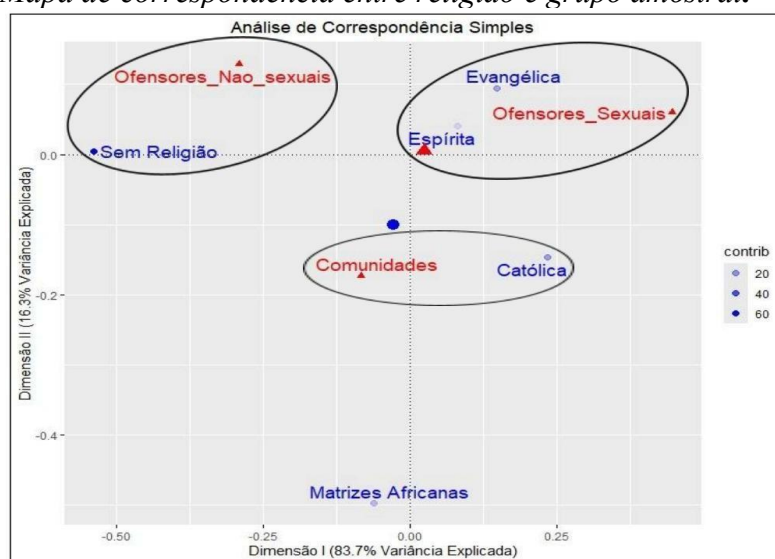
Figura 6*Mapa de correspondência entre escolaridade e grupo amostral**Nota.* Elaborado pela autora (2025)

Em relação à cor da pele, os autodeclarados pardos ($n=113$, 73,6%) e pretos ($n=24$, 15,4%) somaram 87,8% da amostra, enquanto 11% ($n=17$) e 1,3% ($n=2$) se consideravam, respectivamente, brancos e indígenas. A variável religião demonstrou prevalência de 46,8% ($n=73$) dos participantes que consideravam-se evangélicos, enquanto 28,5% ($n=44$) declararam não professar qualquer religião e 20,5% ($n=32$) eram adeptos ao catolicismo. Em ambas as variáveis, o teste qui-quadrado de independência não encontrou associação estatisticamente significativa.

Por outro lado, o método de análise de correspondência demonstrou diferenciação entre os grupos na proporção destas variáveis, como observado na Figura 7 e 8.

Figura 7*Mapa de Correspondência entre etnia e grupo amostral**Nota.* Elaborado pela autora (2025)

As Figuras 7 e 8 demonstram que ofensores sexuais aparecem mais associados às características ser branco e professar religião evangélica e espírita; os ofensores não sexuais estão fortemente associados à autodeclaração de etnia preta e sem religião; e a comunidade, à declarar-se pardo e professar a religião católica

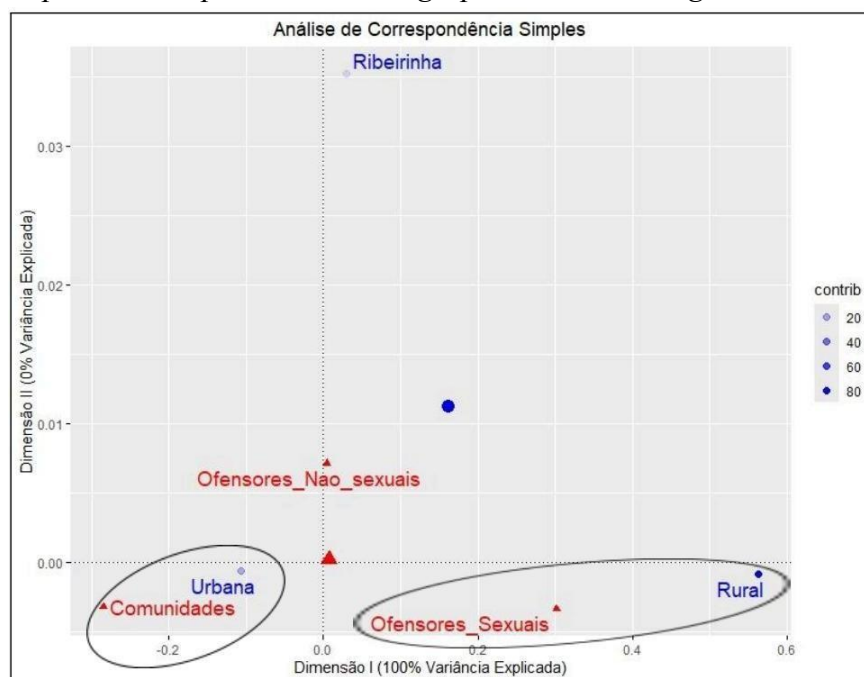
Figura 8*Mapa de correspondência entre religião e grupo amostral.**Nota.* Elaborado pela autora (2025)

A zona de moradia dos participantes apresentou diferença significativa entre os grupos no teste Qui-Quadrado de Independência ($p < 0,01$). Na amostra total, a maior parte dos jovens moravam na zona urbana (85,2%; $n=133$). No entanto, na análise por grupo, é possível identificar que todos os participantes da comunidade vinham da zona urbana, enquanto 26,4% ($n=14$) e 16% ($n=8$) dos ofensores sexuais e não sexuais respectivamente relataram terem vindo de zonas rurais. O teste Qui-Quadrado ($X^2 = 17.746(4)$, $p = 0.001$), indica uma associação estatisticamente significativa entre as variáveis "Zona" e "Grupo" em nível de 0.001.

As análises dos resíduos padronizados demonstram que a zona urbana se associa com a presença de indivíduos da comunidade e a zona rural exibe uma associação positiva significativa com os ofensores sexuais. Corroborando este resultado, o mapa perceptual identificou associação entre a zona urbana e o grupo da comunidade e a zona rural e os ofensores sexuais, com 100% da variância estatística explicada neste modelo. Por outro lado, o tamanho do efeito da associação demonstrou-se fraco ($V=0,238$).

Figura 9

Mapa de correspondência entre grupo amostral e religião.



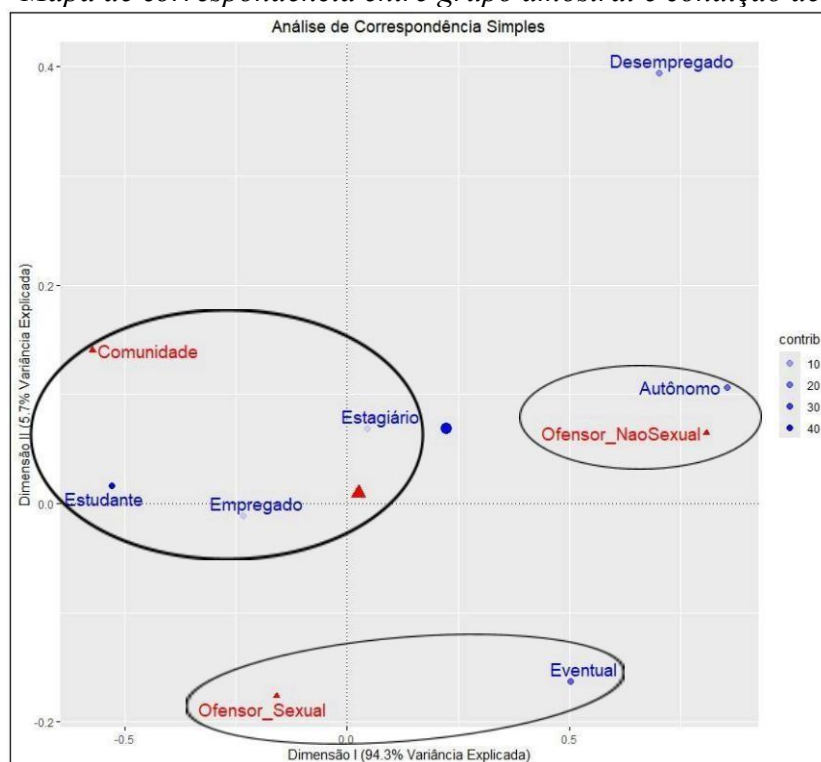
Nota. Elaborado pela autora (2025)

Por fim, como último aspecto da caracterização dos grupos, a condição de trabalho demonstrou uma associação estatisticamente significativa e de força moderada a forte com o grupo amostral (ofensor sexual, ofensor não sexual, comunidade). As contagens e os resíduos padronizados indicaram que as diferenças observadas entre os grupos são particularmente notáveis nas categorias de autônomo, estudante, desempregado e trabalho eventual, sugerindo padrões distintos de inserção no mercado de trabalho ou de status ocupacional entre os grupos estudados. O grupo de ofensores não sexuais apresenta uma proporção significativamente maior de autônomos (9 observados vs. 3.664 esperados, resíduo = 3.509) do que o esperado sob a hipótese de independência.

Em contraste, o grupo comunitário não possui autônomos, sendo que 3.847 eram esperados (resíduo = -2.497). Observa-se que o grupo de ofensores não sexuais possui uma proporção significativamente menor de estudantes (5 observados vs. 20.458 esperados, resíduo = -5.867). Por outro lado, o grupo comunitário apresenta um número substancialmente maior de estudantes (34 observados vs. 21.481 esperados, resíduo=4.688). A análise de correspondência confirma estes resultados, demonstrando maior associação entre ser um ofensor não sexual e a condição de autônomo, ser um ofensor sexual e estar vinculado a um trabalho eventual e o grupo da comunidade às condições de estudante, empregado e estagiário, como observado na Figura 10.

Figura 10

Mapa de correspondência entre grupo amostral e condição de trabalho.



Nota. Elaborado pela autora (2025)

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, demonstrativa da distribuição de frequência das características pessoais dos participantes por grupo amostral e o percentual de associação entre essas variáveis (p-valor).

Tabela 1

Distribuição de frequência de características pessoais por grupo amostral

Características pessoais	Ofensores sexuais (n=53)	Ofensores não sexuais (n=50)	Comunidade (n=53)	Total (n=156)	p-valor
Idade					
≤16	22 (41,5%)	23 (46,0%)	30 (56,6%)	75 (48,1%)	.28
>16	31 (58,5%)	27 (54,0%)	23 (43,4%)	81 (51,9%)	
$\bar{x}$	16,7	16,3	15,5	16	
Escolaridade					
Ensino fundamental incompleto	28 (52,8%)	46 (92,0%)	22 (41,5%)	96 (61,5%)	.00*
Ensino fundamental completo	1 (2,0%)	1 (2,0%)	0 (0,0%)	2 (1,3%)	
Ensino médio incompleto	21 (39,6%)	3 (6,0%)	27 (50,9%)	51 (32,7%)	
Ensino médio completo	2 (3,8%)	0 (0,0%)	4 (7,5%)	6 (3,8%)	
Ensino Superior Incompleto	1 (1,9%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (0,6%)	

Evasão escolar					
Sim	17 (32%)	38 (76%)	4 (7,5%)	59 (37,8%)	.00*
Não	36 (68%)	12 (24%)	49 (92,5%)	97 (62,2%)	
Cor/etnia					
Pardo	37 (69,8%)	37 (74,0%)	39 (73,6%)	113 (72,4%)	.3
Preto	8 (15,1%)	10 (20,0%)	5 (9,4%)	24 (15,4%)	
Branco	8 (15,1%)	3 (6,0%)	6 (11,3%)	17 (11%)	
Indígena	0 (0,0%)	0 (0,0%)	2 (3,8%)	2 (1,3%)	
Religião					
Evangélica	27 (50,9%)	24 (48,0%)	22 (41,5%)	73 (46,8%)	.61
Católica	12 (22,6%)	7 (14,0%)	13 (24,5%)	32 (20,5%)	
Sem religião	12 (22,6%)	18 (36,0%)	14 (26,4%)	44 (28,2%)	
Matrizes africanas	1 (1,9%)	1 (2,0%)	2 (3,8%)	5 (3,2%)	
Espírita	1 (1,9%)	0 (0,0%)	1 (1,9%)	2 (1,3%)	
Zona onde mora					
Urbana	38 (71,69%)	42 (84%)	53 (100%)	133 (85,2%)	.00*
Rural	14 (26,4%)	8 (16%)	0 (0%)	22 (14%)	
Ribeirinho	1 (1,88%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,6%)	
Condição de trabalho					
Estudante	28 (57%)	5 (7,46%)	34 (80,95%)	67 (51%)	.00*
Eventual	15 (30,6%)	19 (47,5%)	4 (9,5%)	38 (29%)	
Autônomo	3 (6%)	9 (22,5%)	0 (0%)	12 (9%)	
Desempregado	0 (0%)	6 (15%)	2 (4,76%)	8 (6%)	
Empregado	2 (4%)	1 (2,5%)	2 (4,76%)	5 (3,81%)	
Estagiário	1 (2%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,76%)	
Total	53 (100%)	50 (100%)	53 (100%)	156 (100%)	

A Tabela 2 demonstra a existência de diferenças significativas no que concerne a participantes que moram com a mãe, o pai e a companheira nos três grupos. Do total, 75,7% dos participantes moram com a mãe. Na análise por grupo, o grupo de ofensores não sexuais exibe o maior percentual entre aqueles que não moram com as mães (n=20; 40%) em comparação com os ofensores sexuais (n=14; 26,4%) e comunidade (n=7; 13,2%).

Esta diferença é estatisticamente significativa e foi confirmada pelo teste qui-quadrado, que demonstrou associação entre estar no grupo ofensor não sexual e não morar com a mãe $\chi^2(2) = 9,53$, $p < .001$, com tamanho do efeito considerado baixo ($V = 0,24$). Assim, os resíduos padronizados indicam que existe uma tendência dos ofensores não sexuais não morarem com suas mães (residual = -2,67), enquanto participantes que não cometeram

atos infracionais exibem maior tendência a morar com suas mães (residuais = +2,66).

Na mesma direção, os ofensores não sexuais não moram com o pai em 82% (n=41) dos casos, a maior porcentagem entre os três grupos. Por outro lado, na amostra total, 64% não moravam com o pai. O teste qui-quadrado de independência revelou uma associação estatisticamente significativa entre o grupo ofensores não sexuais e a convivência paterna ($\chi^2(2) = 10,284$, $p = 0,006$), com tamanho do efeito baixo ($V = 0,25$), indicando que ofensores não sexuais têm uma tendência a ter pais que não moram junto (residual = 3,20).

Por fim, houve diferença entre os grupos em relação aos que moram com uma companheira, com o grupo de ofensores não sexuais mais uma vez apresentando maior frequência nesta variável (n=8; 16%) e tendendo a morar com uma companheira em relação aos outros grupos, em especial o da comunidade, que tende a não viver com uma namorada ($\chi^2(2) = 10,286$, $p = 0,006$; residual = + 299; $V = 0,25$).

Tabela 2

Distribuição de frequência de com quem reside por grupo amostral

Reside com	Ofensores sexuais (n=53)	Ofensores não sexuais (n=50)	Comunidade (n=53)	Total (n=156)	P-valor
Mãe	39 (73.6%)	30 (60.0%)	46 (86.8%)	115 (73.7%)	
Sim					
Não	14 (26,4%)	20 (40%)	7 (13,2%)	41 (26,3%)	.009**
Irmãos	29 (54.7%)	28 (56.0%)	34 (64.2%)	91 (58.3%)	
Sim					
Não	24 (45,3%)	22 (44%)	19 (35,8%)	65 (41,7%)	.567
Pai	23 (43.4%)	9 (18.0%)	24 (45.3%)	56 (35.9%)	
Sim					
Não	30 (56,6%)	41 (82%)	29 (54,7%)	100 (64%)	.006**
Avó/Avô	10 (18.9%)	11 (22.0%)	10 (18.9%)	31 (19.9%)	
Sim					
Não	43 (81%)	39 (78%)	43 (81%)	125 (80%)	.907
Padrasto/madrasta	9 (17.0%)	7 (14.0%)	4 (7.5%)	20 (12.8%)	
Sim					
Não	44 (83%)	43 (86%)	49 (92,5%)	136 (87,2%)	.333
Tio/tia	5 (9.4%)	7 (14.0%)	4 (7.5%)	16 (10.3%)	
Sim					
Não	48 (90,6%)	43 (86%)	49 (92,5%)	140 (89,7%)	.543
Companheira	3 (5.7%)	8 (16.0%)	0 (0.0%)	11 (7.1%)	
Sim					
Não	50 (94,3%)	42 (84%)	53 (100%)	145 (93%)	.006**
Primos	2 (3.8%)	2 (4.0%)	2 (3.8%)	6 (3.8%)	.536

Sim					
Não	51 (96,2%)	46 (92%)	51 (96,2%)	148 (95%)	
Outros	6 (11,3%)	9 (18,0%)	2 (3,8%)	17 (11%)	
Sim					
Não	47 (88,7%)	41 (82%)	51 (96,2%)	139 (89%)	.068
Total	53 (34%)	50 (32%)	53 (34%)		

Nota. Outros = Sobrinho/sobrinha= 3; cunhado/cunhada= 4; filho/filha= 3; amigos= 2; instituição de acolhimento= 2

A Tabela 3 exibe as características da ofensa para os dois grupos envolvidos em atos infracionais. A priori, é possível observar que os atos infracionais cometidos pelos ofensores sexuais são em sua maioria análogos a estupro de vulnerável ($n=47$), seguidos por estupro contra pessoa adulta ($n=4$); assédio ($n=1$) e pornografia infantil ($n=1$). Para os ofensores não sexuais, a maioria dos atos infracionais foram análogos a roubo (70%; $n=35$), seguido de homicídio qualificado (18%; $n=9$), furto (6%; $n=3$) e outros, representados por extorção, tráfico de drogas e cárcere privado.

Sobre o vínculo estabelecido, há um padrão claro de diferenciação entre os grupos: os ofensores sexuais cometem com maior frequência abusos no âmbito extrafamiliar contra vítimas conhecidas, embora não haja distinção entre os vínculos nessa subamostra. Por outro lado, quando as agressões acontecem no âmbito intrafamiliar, a tendência é que seja contra primos ($\chi^2(4) = 18,000$, $p = 0,001$. Residuais = 2,054; $V = 0,81$). Já os ofensores não sexuais tendem a agredir pessoas desconhecidas, fora da família, diferença esta demonstrada pelo teste qui-quadrado de independência, que revelou uma forte associação entre o contexto da agressão e o grupo amostral ($\chi^2(1) = 16,666$, $p < 0,001$, residuais = +4,08; $V = 0,58$).

Em relação ao sexo da vítima, pessoas do sexo masculino e feminino foram agredidas em igual proporção na análise total. Ao estratificar a análise entre os grupos, têm-se que os ofensores sexuais agrediram mais frequentemente meninas (59,6%; $n=31$), mas sem diferença estatísticas significativa entre os sexos; e vítimas na faixa etária de 0 a 12 anos, com diferença entre as outras faixas-etárias (73,6%; $n=39$; ($\chi^2(4) = 35,726$, $p < 0,001$, residual = +5,3. $V =$

0,72).

É importante ressaltar que a diferença para sexo da vítima não foi estatisticamente significativa e meninos também estiveram entre as vítimas dos adolescentes que cometeram ofensa sexual, ainda que em menor proporção, representando 38,5% (n=20) dos casos, sem contar com um caso onde houve uma vítima do sexo feminino e outra do sexo masculino concomitantemente.

Tabela 3

Distribuição de frequência de características da ofensa por grupo amostral

Características da ofensa	Ofensores sexuais (n=53)	Ofensores não sexuais (n=50)	Total (n=103)	p-valor
Ato Infracional				.00*
Natureza Sexual ¹	53 (100%)	0	53 (51.5%)	
Roubo	0	35 (70%)	35 (34%)	
Homicídio qualificado	0	9 (18%)	9 (8.7%)	
Furto	0	3 (6%)	3 (3%)	
Outros	0	3 (6%)	3 (3%)	
Vínculo intrafamiliar	24 (45.3%)	3 (6%)	27 (26.2%)	.00*
Primo	15 (62,5%)	0	15 (55,6%)	
irmão	8 (33,3%)	1 (33,3%)	9 (33,3%)	
Tio	1 (4,2%)	0	1 (3,7%)	
Mãe	0	1 (33,3%)	1 (3,7%)	
Padrasto/madrasta	0	1 (33,3%)	1 (3,7%)	
Vínculo extrafamiliar	30 (56.6%)	46 (92%)	76 (73.8%)	.00*
Desconhecido	5 (16,7%)	33 (71,7%)	38 (37%)	
Conhecido	10 (33,3%)	7 (15,2%)	17 (16,5%)	
Vizinho	8 (26,7%)	5 (10,9%)	13 (12,6%)	
Amigo/colega	4 (13,3%)	1 (2,2%)	5 (5%)	
Namorado	3 (10%)	0	3 (3%)	
Sexo da vítima²	<u>G1 (n=52)</u>	<u>G2 (n=43)</u>	<u>Total (n=94)</u>	.00*
Feminino	31 (59,6%)	12 (27,9%)	43 (45,7%)	
Masculino	20 (38,5%)	23 (53,5%)	43 (45,7%)	
Ambos	1 (2%)	7 (16,3%)	8 (8,5%)	
Faixa Etária da Vítima²	<u>G1 (n=52)</u>	<u>G2 (n=16)</u>	<u>Total (n= 68)</u>	.00*
Criança	39 (73.6%)	0	39 (37.9%)	
Adolescente	10 (19%)	6 (13%)	16 (14.6%)	
Jovem	2 (3.8%)	3 (6%)	5 (5%)	
Adulto	1 (2%)	7 (14%)	8 (8.7%)	
Meio/forma de agressão²	<u>G1 (n=39)</u>	<u>G2 (n=44)</u>	<u>Total (n= 83)</u>	
Ameaça	15 (38,5%)	12 (27,3%)	27 (32,5%)	.27
Força corporal	19 (48,7%)	5 (11,4%)	24 (29%)	.00*

Objeto perfurocortante	6 (15,4%)	16 (36,4%)	22 (26,5%)	.03*
Arma de fogo	0	18 (41%)	18 (21,7%)	.00*
Sedução	8 (20,5%)	0	8 (9,6%)	.00*
.Enforcamento	0	1 (2,3%)	1 (1,2%)	.34
Envenenamento	1 (2,6%)	0	1 (1,2%)	.28
Local da agressão	G1 (n=47)	G2 (n=50)	Total (n= 97)	
<i>Privado</i>	37 (78,7%)	19 (38%)	56	.004*
Residência da vítima	10 (21,3%)	10 (20%)	20 (20,6%)	
Residência do autor	14 (29,8%)	2 (4%)	16 (16,5%)	
Residência de ambos	6 (12,8%)	1 (2%)	7 (7,2%)	
Residência de terceiros	5 (10,6%)	0	5 (5,2%)	
Outros	2 (4,3%)	6 (12%)	8 (8,2%)	
<i>Público</i>	10 (21,3%)	33 (66,0%)	43 (44,3%)	.18
Via pública/terreno baldio	5 (10,6%)	21 (42,0%)	26 (26,8%)	
Estabelecimento comercial/lazer	2 (4,3%)	6 (12,0%)	8 (8,2%)	
Rio/mata	1 (2,1%)	4 (8,0%)	5 (5,2%)	
Motel/pousada	1 (2,1%)	0 (0,0%)	1 (1,0%)	
Escola	1 (2,1%)	0 (0,0%)	1 (1,0%)	
Outros	0 (0,0%)	2 (4,0%)	2 (2,1%)	
Justificativa da agressão	G1 (n=25)	G2 (n=33)	Total (n= 58)	
Necessidade Financeira	0	13 (39,4%)	13 (22,4%)	
Consentimento da vítima	8 (32%)	0	8 (13,8%)	
Minimização da responsabilidade	3 (12%)	4 (12%)	7 (12%)	
Consumo de álcool e/ou drogas	2 (8%)	4 (12%)	6 (10,3%)	
Sentir desejo/atração	5 (20%)	0	5 (8,6%)	
Legítima Defesa	0	3 (9%)	3 (5,2%)	
Conflitos interpessoais	1 (4%)	2 (6%)	3 (5,2%)	
Envolvimento com o tráfico	0	3 (9%)	3 (5,2%)	
Não sabe explicar	3 (12%)	0	3 (5,2%)	
Curiosidade/descoberta	2 (8%)	0	2 (3,4%)	
Culpabilização da vítima	0	2 (6%)	2 (3,4%)	
Outros	1 (4%)	1 (4%)	2 (3,4%)	
Reincidência na socioeducação	G1 (n=52)	G2 (n=48)	Total (n= 100)	.004**
Sim	5 (9,6%)	16 (33,3%)	21 (21%)	
Não	47 (90,4%)	32 (66,7%)	79 (79%)	
Condenações anteriores	G1 (n=5)	G2 (n=16)	Total (n= 21)	.01*
Menos graves sem natureza sexual ¹	1 (20%)	10 (62,5%)	11 (52,4%)	
Graves sem natureza sexual ²	0	4 (25%)	4 (19%)	
Graves de natureza sexual ³	3 (60%)	0	3 (14,3%)	
Menos graves e graves de natureza sexual	1 (20%)	1 (6,2%)	2 (9,5%)	
Menos graves e Graves sem natureza sexual	0	1 (6,2%)	1 (4,8%)	
Total				

*nota¹: estupro de vulnerável = 47; estupro = 4; assédio = 1; pornografia infantil = 1

*nota²: percentual calculado com base nos valores validos, sem considerar dados onde não há

informação.

**nota*²: ¹Tráfico de drogas/Furto/Roubo/ dano ao patrimônio e/ou estelionato; ²: Lesão corporal grave, Latrocínio, Tentativa de Homicídio e/ou Homicídio; ³Abuso de incapaz, assédio e estupro de vulnerável.

Ainda sobre a Tabela 3, é possível observar que a principal forma de agressão adotada entre os ofensores sexuais dá-se pela força corporal (48,7%; n=19), seguido de ameaça (38,55%; n=15) e sedução (20,5%; n=8). Para o grupo de ofensores não sexuais, o meio de agressão mais frequente foi mediante o uso de arma de fogo (41%; n=18), seguido do uso de objeto perfurocortante (36,4%; n=16) e ameaça (27,3%; n=12). A diferença entre os grupos nessa variável mostrou-se moderadamente significativa, indicando que os ofensores sexuais têm uma tendência maior a empregar a força corporal como principal meio de agressão ($\chi^2(1) = 14,035$, $p < 0,001$, residuais = 3,74, $V=0,41$), enquanto os ofensores não sexuais fazem uso mais frequente da arma de fogo ($\chi^2(1) = 20,373$, $p < 0,001$, residuais = 4,51, $V=0,49$).

Observa-se diferença significativa entre os dois grupos quanto ao local de agressão, onde os ofensores sexuais optaram mais frequentemente por ambientes privados, em 78,7% dos casos (n=37), com destaque para a própria residência do autor (29,8%; n=14) e da vítima (21,3%; n=10). Para os ofensores não sexuais, locais públicos foram mais recorrentes (66%; n=33). Esta diferença foi confirmada pelos parâmetros estatísticos, onde $\chi^2(1) = 15,374$, $p < 0,001$, residuais = +4,38, $v=0,52$).

Ainda, importa ressaltar a justificativa dada pelos adolescentes acerca do cometimento do ato infracional entre aqueles que declaram alguma (G1 n=25 e G2 n=33). No caso dos ofensores sexuais, a maior parte justificou a agressão a partir do presumido consentimento da vítima (32%; n=8), seguido pelo desejo/atração que sentia pela mesma (20%; n=5). No caso dos ofensores não sexuais, a maior parte deles justificou o ato a partir da necessidade financeira (39,4%; n=13; $\chi^2(12) = 40,816$, $p < 0,001$; residuais = +3,56; $V=0,83$).

Por fim, a respeito do histórico do adolescente envolvido no ato infracional, têm-se

que no grupo de ofensores sexuais, apenas 5 (9,6%) são reincidentes no sistema socioeducativo, enquanto no grupo de ofensores de atos infracionais de outra natureza, 21 (21%) estiveram mais de uma vez no sistema socioeducativo, sendo essa diferença estatisticamente significativa e moderada ($\chi^2(1) = 8,464$, $p = 0,004$, residuais = 2,9; $V=0,3$).

Entre os 5 que apresentaram condenações anteriores no grupo de ofensores sexuais, 4 estiveram envolvidos em outros atos de natureza sexual. Isso significa que ofensores sexuais têm menor tendência a reincidir, mas, quando são reincidentes, é mais provável que seja por um ato também de natureza sexual. Por outro lado, no grupo dos ofensores não sexuais que foram reincidentes ($n=16$), quase todos ($n=15$) estiveram envolvidos em outros atos mais ou menos graves, mas sem natureza sexual, sendo essa diferença estatisticamente significativa na comparação entre os dois grupos ($\chi^2(4) = 13,232$, $p = 0,01$, residuais = 3,34, $V = 0,79$).

A Tabela 4 demonstra a distribuição da frequência de experiências adversas na infância (EAI) de acordo com o grupo amostral. Na análise por *ACE-Score*, é possível identificar que a amostra total vivenciou um média 6 EAI concomitantes ($dp=2,7$; variância=7,59; mínimo=0; máximo=12), com diferença pequena, mas significativa entre os grupos, onde ofensores sexuais têm uma média de 6 EAI, ofensores não sexuais 7,6 e pessoas da comunidade, 5.

Tal diferença foi confirmada somente entre os grupos de ofensores não sexuais e a comunidade, onde este último foi mais propenso a ter *ACE-Scores* menores, concentrados em até 2 EAI, enquanto os ofensores não sexuais tendem a pontuar scores variados, em geral mais altos, maiores que 7 EAI ($\chi^2(24) = 37,217$, $p = 0,042$, residuais = 2,2; 3,17; 2,04). Por outro lado, não houve um padrão claro de *ACE-Score* elevado impulsionando a significância para ofensores sexuais.

Quando analisada a superexposição à EAI, considerando o parâmetro estabelecido no *ACE Study* Original (Felitti et al., 1998), onde vivenciar 4 ou mais EAI significa estar

superexposto a essas experiências, os ofensores não sexuais têm uma tendência significativamente maior a apresentar um ACE-Score de 4 ou mais, enquanto o grupo da comunidade tem uma tendência significativamente menor ($\chi^2(2) = 11,981$, $p = 0,003$, residual = 2,116; -3,426). Esta diferença não parece ter sido significativa para o grupo dos ofensores sexuais, sugerindo que existe um padrão mais variado de exposição cumulativa à EAI.

Tabela 4 *Distribuição de frequência de EAI por grupo amostral*

EAI	Ofensores sexuais (n=53)	Ofensores não sexuais (n=50)	Comunidade (n=53)	Total (n=156)	p-valor
Violência entre pares/bullying	43 (81%)	44 (88%)	44 (83%)	131 (84%)	0,62
Violência doméstica	45 (85%)	40 (80%)	39 (73,6%)	124 (79,5%)	0,35
Violência comunitária	37 (69,8%)	49 (98%)	34 (64,2%)	120 (77%)	0,00**
Abuso Físico	42 (79,2%)	42 (84%)	34 (21,8%)	118 (75,6%)	0,04*
Divórcio e/ou separação dos pais	37 (69,8%)	41 (82%)	27 (51%)	105 (67,3%)	0,003**
Violência coletiva	35 (66%)	50 (100%)	19 (12,2%)	104 (66,7%)	0,00**
Abuso emocional	33 (62,3%)	30 (60%)	38 (24,4%)	101 (64,7%)	0,41
Negligência Física	29 (54,7%)	30 (60%)	21 (13,5%)	80 (51,3%)	0,09
Abuso de álcool/drogas no lar	18 (34%)	21 (42%)	18 (34%)	57 (36,5%)	0,62
Negligência emocional	14 (26,4%)	27 (54%)	15 (9,6%)	56 (36%)	0,005**
Familiar	11 (20,8%)	30 (60%)	10 (19%)	51 (32,7%)	0,00*
Encarcerado	11 (20,8%)	15 (30%)	9 (17%)	35 (22,4%)	0,26
Perturbação emocional de familiares	11 (20,8%)	5 (10%)	11 (20,8%)	27 (17,3%)	0,25
Abuso sexual	6	7,6	5	6	0,04*
ACE-Score					
Superexposição (ACE-Score ≥ 4)	48 (90,6%)	47 (94%)	38 (71,7%)	133 (85,3%)	0,003**

A Tabela 4 também mostra a frequência de EAI por tipologia. É possível afirmar que a EAI mais prevalente na amostra total foi a violência entre pares e/ou bullying (84%; $n = 131$), que inclui situações de envolvimento em brigas físicas entre pessoas de idade aproximada, assim como agressões físicas, verbais e exclusão intencional vivenciada no contexto da escola

e vizinhança. Essa experiência foi vivenciada de maneira frequente sem distinção entre os grupos. Em seguida, a violência doméstica (79,5%; n=124), a violência comunitária (77%; n=120) e o abuso físico (75,6%; n= 118) foram prevalentes na amostra total.

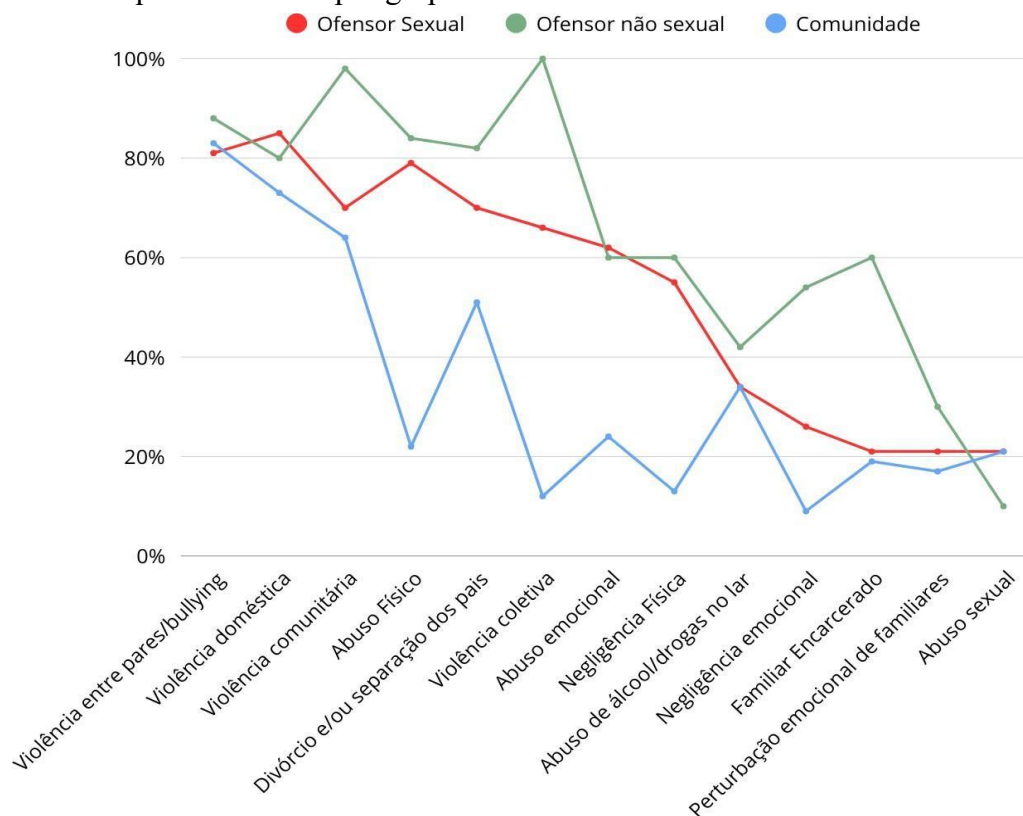
Por outro lado, quando segmentados por grupos, é possível identificar que a EAI mais vivenciada por ofensores sexuais é a violência doméstica (85%; n=45), enquanto que para os ofensores não sexuais, a violência coletiva, referente a convivência com facções criminosas, ter familiar morto por policiais e/ou milicianos e ter sua casa invadida por algum desses motivos, acometeu 100% dos participantes neste grupo; e para os participantes que não cometeram atos infracionais, o envolvimento em lutas físicas e bullying foi a EAI mais prevalente (83%; n=44).

Adicionalmente, foram encontradas associações estatisticamente significativas e moderadas entre ser um ofensor não sexual e ter um familiar encarcerado ($\chi^2(2) = 24,980$, $p < 0,001$; residuais = +4,994), pais separados e/ou ser órfão de um ou ambos os pais ($\chi^2(2) = 11,655$, $p = 0,003$, residuais = +2,68) e ter vivenciado violência coletiva ($\chi^2(2) = 47,660$, $p < 0,001$, residuais = +6,06) e comunitária ($\chi^2(2) = 18,893$, $p < 0,001$; residuais = +4,29). Do mesmo modo, ser um jovem da comunidade, sem registro de atos infracionais, demonstrou estar associado com a ausência de abuso físico na infância, ainda que com tamanho do efeito considerado fraco ($\chi^2(2) = 6,067$, $p = 0,048$, residual = 2,39).

Por outro lado, ter vivenciado bullying, violência doméstica, abuso emocional e sexual, abuso de álcool e drogas e perturbação emocional por/de familiares no lar não foi estatisticamente associado a nenhum dos grupos na análise do teste Qui-Quadrado de Independência. As diferenças entre os três grupos no que diz respeito à tipologia das EAI podem ser melhor observadas na Figura 11.

Figura 11

Frequência de EAI por grupo amostral



Nota. Elaborado pela autora (2024)

Esta figura coaduna de maneira gráfica os apontamentos estatísticos anteriormente descritos, demonstrando que os grupos dos ofensores não sexuais (representados em verde) e da comunidade (representados em azul) parecem viver padrões opostos no que diz respeito ao relato de algumas tipologias específicas de EAI, nomeadamente, a violência comunitária, abuso físico, violência coletiva e negligência emocional, com tendência para os ofensores não sexuais vivenciarem mais estas experiências e a comunidade vivenciar menos.

Por outro lado, os ofensores sexuais (representados em vermelho) claramente apresentam um padrão intermediário entre os outros dois grupos, com frequência de EAI distribuída de maneira mais homogênea e menos extrema para menos ou para mais, sem grandes tendências que indiquem maior ocorrência de uma tipologia de experiência em

específico. Para verificar esta afirmação, um modelo de regressão logística binária múltipla foi estimado com o objetivo de identificar se há associação entre alguma tipologia de EAI e a probabilidade de um adolescente nesta amostra ser classificado como Ofensor Sexual. As análises foram realizadas no software R (versão 4.5 for Windows), utilizando o método *ward*, com todas as variáveis incluídas simultaneamente. Adotou-se um nível de significância de 5%, sendo apresentadas as razões de chances (OR) com seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%). A variável dependente foi Ofensor Sexual, codificada como 1 = ofensor sexual e 0 = não ofensor sexual. As variáveis independentes incluídas no modelo foram: Negligência Emocional, Familiar Encarcerado e Violência Doméstica. Os principais resultados do modelo encontram-se na Tabela 5.

Tabela 5

Modelo de regressão logística para os dados de associação de EAI à ofensa sexual

EAI	Coefficiente (b)	SE	Teste Wald	P-valor	Razão Chances (OR)	Intervalo de Confiança [95%]
Negligência Emocional	0,722	0,388	3,456	0,05	2,58	[0,96; 4,40]
Familiar Encarcerado	0,957	0,408	5,51	0,01	2,65	[1,17; 5,79]
Violência Doméstica	0,920	0,474	3,77	0,05	3,99	[1,57; 6,01]
Constante	1,645	0,422	15,19	0,00	0,193	-

A Tabela 5 permite inferir que os jovens nesta amostra que vivenciaram negligência emocional possuem 2,58 vezes mais chances de serem classificados como ofensores sexuais, comparados àqueles que não vivenciaram negligência. Embora o limite inferior do intervalo de confiança esteja próximo de 1, o efeito permanece estatisticamente significativo. A presença de um familiar encarcerado aumentou em 2,65 vezes a probabilidade de o indivíduo ser ofensor sexual. A variável Violência Doméstica apresentou o maior efeito no modelo (OR = 3,99), indicando que indivíduos expostos à violência no ambiente doméstico têm quase quatro vezes mais chances de serem ofensores sexuais.

Com base nos coeficientes do modelo de regressão logística final, foram calculadas as probabilidades estimadas de um indivíduo ser classificado como ofensor sexual, considerando todas as combinações possíveis das variáveis independentes: Negligência Emocional, Familiar Encarcerado e Violência Doméstica. Essas probabilidades resultam da aplicação direta da função logística aos valores do logito gerado pelo modelo, conforme é possível observar na Tabela 6.

Tabela 6

Probabilidade de ser um ofensor sexual segundo combinações das variáveis explicativas no modelo (EAI).

Negligência Emocional	Família Encarcerado	Violência Doméstica	Logit(P)	Probabilidade (%)
Sim = 1	Sim = 1	Sim = 1	4,244	98,6%
Sim = 1	Sim = 1	Não = 0	3,32	92,9%
Sim = 1	Não = 0	Sim = 1	3,28	96,4%
Não = 0	Sim = 1	Sim = 1	3,52	97,1%
Sim = 1	Não = 0	Sim = 0	2,36	91,4%
Não = 0	Sim = 1	Não = 0	2,60	93,1%
Não = 0	Não = 0	Sim = 1	2,56	92,9%
Não = 0	Não = 0	Não = 0	1,64	83,8%

Os resultados exibidos na Tabela 6 demonstram que o risco estimado de tornar-se um ofensor sexual aumenta conforme se acumulam fatores emocionais e familiares adversos. Mesmo na condição mais favorável, ausência dos três fatores a probabilidade de classificação como ofensor sexual ainda é relativamente elevada (83,8%), possivelmente refletindo características estruturais da amostra estudada. Quando um único fator está presente (por exemplo, apenas violência doméstica ou apenas familiar encarcerado), a probabilidade já se eleva para valores entre 91% e 93%, indicando que qualquer um desses elementos exerce impacto relevante sobre o comportamento predito pelo modelo.

A presença simultânea de dois fatores resulta em probabilidade ainda maior, variando entre 96,4% e 97,1%, dependendo da combinação específica. Esse aumento reforça a natureza

aditiva e acumulativa do risco derivado das EAI. Por fim, o cenário mais crítico, a presença de Negligência Emocional, Familiar Encarcerado e Violência Doméstica, produz a probabilidade mais elevada do modelo: 98,6%. Esse valor indica que indivíduos expostos a múltiplas adversidades familiares e afetivas apresentam risco extremamente alto de serem classificados como ofensores sexuais, segundo os parâmetros estimados.

Finalmente, foi estimado um modelo de Regressão Logística Binária Múltipla para verificar associação entre os diferentes tipos de EAI nos três grupos separadamente. O único grupo que estabeleceu um modelo para regressão foi o de ofensores sexuais. Neste grupo, foram encontradas associações estatisticamente significantes entre vivenciar violência doméstica e mais três tipos de EAI: uso/abuso de álcool e drogas por familiares no lar, abuso emocional e violência entre pares/bullying, como demonstrado na Tabela 7.

Tabela 7 Modelo de regressão logística para os dados de associação à violência doméstica

EAI	Coeficiente (b)	SE	Teste Wald	P-valor	Razão de chances (OR)	Intervalo de Confiança [95%]
Álcool e Drogas	1,491	1,172	1,617	0,032	9,236	[0,99; 88,27]
Abuso Emocional	2,231	0,764	8,514	0,004	9,307	[2,08; 41,64]
Violência entre Pares	1,435	0,934	2,358	0,021	4,198	[0,67; 26,20]

Nota. dados para ofensor sexual

A variável "Álcool e Drogas" apresentou associação positiva estatisticamente significativa ($\beta = 1,49$; $p = 0,032$), com uma razão de chances de (OR = 9,23; IC95%: 0,99–88,27), indica que indivíduos neste grupo que vivem em um lar onde o consumo de álcool e/ou drogas entre familiares acontece possuem aproximadamente nove vezes mais chances de presenciarem violência doméstica, em comparação àqueles que não viveram esta experiência.

A variável "Violência entre Pares (Bullying)" também apresentou efeito positivo significativo ($\beta = 1,43$; $p = 0,02$), com uma razão de chances estimada em 4,19 (IC95%:

0,67–26,20). Isso sugere que indivíduos que participaram de dinâmicas de violência entre pares, seja como vítimas ou agressores, têm uma chance cerca de quatro vezes maior de terem presenciado violência doméstica em comparação aos que não viveram essa experiência no grupo de ofensores sexuais.

A variável "Abuso Emocional" apresentou o maior efeito no modelo, com um coeficiente positivo e altamente significativo ($\beta = 2,23$; $p < 0,004$), com uma razão de chances de 9,30 [IC95%: 2,08, 41,64]. Isso significa que a presença de experiências de abuso emocional no contexto familiar está associada a um aumento de mais de nove vezes na chance de presenciar violência doméstica.

Entre os fatores investigados no grupo de ofensores sexuais, estas três EAI funcionam como preditoras da experiência de presenciar violência doméstica, indicando que contribuem de forma robusta para explicar a ocorrência desta experiência somente nesta amostra. O abuso emocional foi o preditor mais fortemente associado ao desfecho ($b = 2,231$; $OR = 9,307$; IC95% [2,08; 41,64]; $p = 0,004$), sugerindo que indivíduos expostos a esse tipo de violência têm uma chance nove vezes maior de presenciar violência doméstica. Em seguida, o consumo de álcool e drogas também apresentou forte associação ($b = 1,491$; $OR = 9,236$; IC95% [0,99; 88,27]; $p = 0,032$), embora o intervalo de confiança indique uma margem mais ampla e uma borda inferior muito próxima do valor nulo ($OR = 1$).

Por fim, a violência entre pares também apresentou associação estatisticamente significativa ($b = 1,435$; $OR = 4,198$; IC95% [0,67; 26,20]; $p = 0,021$), o que indica que essa forma de vitimização também eleva, de maneira relevante, a chance de presenciar situações de violência no contexto doméstico no grupo de ofensores sexuais.

A Tabela 8 ilustra como diferentes combinações entre os preditores influenciam a probabilidade estimada de ocorrência do desfecho. A combinação de todos os fatores de risco (álcool e drogas no lar = 1; abuso emocional = 1; violência entre pares = 1) resultou na maior

probabilidade predita pelo modelo (99,8%). À medida que os preditores são removidos, observa-se uma redução progressiva na probabilidade de presenciar violência doméstica, chegando a 72,7% nos casos em que nenhum dos fatores está presente.

Tais resultados reforçam a hipótese de um efeito cumulativo dos preditores investigados, de modo que a presença simultânea de múltiplas formas de adversidade potencializa sobremaneira o risco de exposição a situações de violência familiar no grupo de ofensores sexuais. A combinação entre as experiências cuja associação fora estatisticamente significativa à violência doméstica e a probabilidade de predizerem esta experiência no grupo de ofensores sexuais está descrita na Tabela 8.

Tabela 8

Probabilidade de Presenciar Violência Doméstica no grupo de OS segundo combinações das variáveis explicativas no modelo.

Álcool/ Drogas	Abuso Emocional	Violência em Pares (bullying)	Logit(P)	Probabilidade (%)
Sim = 1	Sim = 1	Sim = 1	6,13	99,8%
Sim = 1	Sim = 1	Não = 0	4,70	99,1%
Sim = 1	Não = 0	Sim = 1	3,90	98%
Sim = 1	Não = 0	Não = 0	2,47	92,2%
Não = 0	Sim = 1	Sim = 1	4,64	99%
Não = 0	Sim = 1	Não = 0	3,21	96,1%
Não = 0	Não = 0	Sim = 1	2,41	91,8%
Não = 0	Não = 0	Não = 0	0,98	72,7%

A Tabela 8 demonstra que a chance de vivenciar violência doméstica no grupo de ofensores sexuais aumenta a medida que as experiências de abuso de álcool e drogas por familiares no lar, abuso emocional e violência entre pares/bullying ocorrem simultaneamente, o que parece indicar que o grupo de ofensores sexuais está mais suscetível ao efeito da interação entre essas experiências específicas em comparação os outros dois grupos.

Por fim, a Tabela 9 apresenta um resumo das características associadas a cada um dos grupos amostrais, compondo um perfil para ofensores sexuais, não sexuais e comunidade. Esses achados reforçam que os modelos estatísticos utilizados nas análises procedidas neste estudo são sensíveis a alterações nos fatores de risco analisados, distinguindo claramente os

diferentes perfis de vulnerabilidade.

Tabela 9

Resumo das características associadas ao grupo amostral em diferentes métodos (Qui-quadrado de independência, Mapa de Correspondência e Regressão Logística)

Características	Ofensor Sexual	Ofensor Não Sexual	Comunidade
Biopsicossociais			
Escolaridade	Intermediária	Baixa	Alta (ou adequada à faixa etária)
Evasão Escolar	Sem associação	Alta	Baixa
Etnia	Branca	Preta	Parda
Religião	Evangélica ou espírita	Sem religião	Católica
Região onde mora	Rural	Urbana e Rural	Urbana
Contexto de Trabalho	Eventual	Autônomo	Estudante/estagiário/empregado.
Com quem mora	Mãe	Sem pais/companheira	Mãe
Da agressão			
Tipo de ato	Estupro de vulnerável	Roubo e homicídio	—
Vínculo	Primos e conhecidas	Desconhecidos	—
	Feminino e Masculino	Masculino	—
Sexo da vítima			
Faixa etária da vítima	Criança	Adulto	—
Meio/forma de agressão	Força Corporal	Arma de Fogo	—
Local da agressão	Privado	Público	—
		Necessidade Financeira	—
Justificativa	Consentimento/desejo		—
Reincidência na socioeducação	Baixa	Alta	—
Condenações anteriores	Menor, por ofensa sexual	Maior, por ofensa não sexual	—
Experiências Adversas na Infância			
ACE-Score	Sem associação (Scores variados)	Maiores que 7	Menores que 2
EAI associadas	Violência doméstica Violência entre pares/bullying, abuso emocional e abuso de álcool/ drogas no lar	Violência Comunitária, Violência coletiva, Abuso físico, Pais encarcerados, morte e/ou <u>separação dos pais</u>	Sem associação.

Discussão

Características biopsicossociais e processuais de ofensores sexuais, não sexuais e comunidade: diferenças e semelhanças na descrição dos perfis.

A respeito das características sociodemográficas, os resultados demonstraram que existem mais diferenças entre ofensores sexuais, não sexuais e comunidade do que similaridades. Este achado coaduna com a perspectiva não generalista, que considera que adolescentes ofensores sexuais se distinguem dos não sexuais em termos de suas principais características e fatores de risco (France & Hudson, 1993).

As principais variáveis sociodemográficas que distinguem estes perfis são escolaridade, evasão escolar, zona onde mora e condição de trabalho. Embora prevaleçam na amostra meninos de 16 anos, autodeclarados pardos, que professam a religião evangélica, não evadidos da escola, mas com ensino fundamental incompleto, estudantes e moradores da zona urbana, essa caracterização geral não reflete as tendências mais associadas a cada um dos três grupos. A construção de diferentes perfis associados à cada grupo amostral ancorou-se, portanto, nas análises de proporcionalidade entre os itens das variáveis analisadas por diferentes métodos.

Assim, o perfil delineado para os jovens ofensores sexuais apresenta as seguintes características diferenciais: escolaridade intermediária, de etnia branca, professando religião evangélica ou espírita, moradores de zonas rurais e com condição de trabalho eventual. Por outro lado, ofensores não sexuais apresentam o seguinte perfil: menor escolaridade entre os grupos, com alta taxa de evasão escolar, autodeclarados pretos, sem religião professada, vindos indistamente das zonas urbanas e rurais e com condição de trabalho autônoma. Por fim, o perfil dos adolescentes que não cometeram atos intracionais até o momento da coleta é definido pelas seguintes características: níveis mais altos de escolaridade, com baixa taxa de evasão escolar, de etnia parda, professando a religião católica, vindos da zona urbana e com

condições de trabalho mais associadas à formalidade, como estudante, empregado e estagiário.

Estes achados atrelam a caracterização dos ofensores não sexuais à caracterização geral dos adolescentes em regimes de internação e semiliberdade em unidades socioeducativas no território brasileiro realizada pelo SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) em 2024, a partir dos seguintes parâmetros: 73% dos socioeducandos brasileiros se declararam pretos e pardos, percentual que aumenta quando analisado especificamente no estado do Pará; e 54,3% tinham entre 16 e 17 anos, idades predominantes nesta amostra.

A escolaridade aparece como um dos principais elementos diferenciais entre os grupos. A literatura na área evidencia que baixos níveis de escolaridade e alta evasão estão fortemente associados ao ingresso na criminalidade, especialmente na criminalidade violenta e no tráfico de drogas (Martins & Pillon, 2008; Costa, Mendes & Guedes, 2021). Entre os jovens ofensores sexuais, a escolaridade intermediária reflete uma condição de maior heterogeneidade de trajetórias, o que é coerente com estudos que indicam que jovens autores de agressões sexuais nem sempre possuem indicadores sociais tão comprometidos quanto aqueles envolvidos em delitos patrimoniais ou tráfico (Seto & Lalumière, 2021).

Do mesmo modo, os ofensores não sexuais que participaram desta pesquisa apresentam distorção série-idade e refletem os dados gerais da população socioeducativa, considerando que a maior parte dos atos infracionais que levam à internação nas unidades socioeducativas brasileiras estão relacionados a roubo, tráfico de drogas e homicídio (SINASE, 2024). O levantamento realizado pelo SINASE indica cerca de 52% dos socioeducandos atrasados em relação à série escolar esperada para sua idade. O relatório “Panorama Nacional da Educação no Contexto Socioeducativo 2023” (Perondi & Koerich, 2023) mostrou que a situação é ainda mais grave quando analisado especificamente o

contexto da internação, onde a taxa de distorção é de 85%.

Outra distinção importante é feita a respeito da zona de moradia dos participantes. Os ofensores sexuais tendem a morar em zonas rurais, enquanto os jovens da comunidade são oriundos de zonas urbanas e ofensores não sexuais estão alocados indistintamente nas duas zonas. Inicialmente, essa diferença pode ser explicada pela escolha dos locais de coleta. Entre os jovens da comunidade, os locais escolhidos foram instituições de assistência social que atendem o território de bairros localizados em regiões consideradas periféricas na capital do estado.

Por sua vez, parte dos indivíduos sentenciados para o cumprimento de medida socioeducativa, em especial no meio fechado, derivam de interiores do estado, em razão da dificuldade destas regiões em absorver a demanda por unidades locais de socioeducação e/ou necessidade de proteção do adolescente em caso de crimes de maior repercussão em locais de menor densidade populacional. Este dado coaduna com a porcentagem de socioeducandos brasileiros que cumprem medida fora dos seus municípios de origem em 2024, representada por 49,1% do total (Levantamento Nacional SINASE, 2024). Esta distinção é especialmente verdadeira em se tratando dos ofensores sexuais, uma vez que, para os ofensores não sexuais, o trânsito entre zonas urbanas e rurais reflete a capilarização das redes criminais, especialmente facções que atuam tanto nos centros quanto nos interiores e pequenas localidades.

Sobre o fato dos adolescentes sentenciados por atos infracionais envolvendo abuso sexual serem do meio rural, destaca-se o papel do isolamento geográfico, vulnerabilidade socioeconômica, laços familiares ambivalentes e tradições e costumes locais sexistas que contribuem para o silenciamento de práticas de educação sexual entre adolescentes nos interiores do Brasil (Monroy-Garzon & Silva, 2022) e em especial, do estado do Pará. Estudo realizado com profissionais do CREAS alocados em dois municípios do interior do Pará, São

João de Pirabas e Capanema, em 2023 revelou o maior índice de abuso sexual contra crianças e adolescentes entre os municípios que perfazem a região do Rio Caeté, identificando como um dos principais fatores explicativos inexistência de educação sexual no ensino regular nestas localidades, também em razão das crenças religiosas levantadas entre os profissionais de saúde, assistência e famílias locais (Lopes, 2023).

No tocante à religiosidade, nota-se que a composição do perfil dos jovens ofensores sexuais como advindos do contexto rural e que professam em especial a religião evangélica e a ausência de religião nos ofensores não sexuais pode indicar que a função social da religião assume papéis distintos. Em algumas situações, ela pode representar suporte emocional e comunitário, mas em outras, pode refletir moralidades que não necessariamente previnem práticas violentas (Costa & Penso, 2013; Dos Coitos, 2024; Warner, Zhang, Gu, Taporoski, Pereira, DeVivo & Shields, 2020).

As tendências diferenciais na variável etnia precisam ser discutidas com cautela, evitando generalizações. A autodeclaração de cor preta entre ofensores não sexuais pode refletir o impacto direto do racismo estrutural na produção das desigualdades que atravessam o sistema socioeducativo. Crianças e adolescentes negros estão mais expostos à vigilância punitiva do Estado, o que aumenta seu ingresso no sistema socioeducativo, especialmente em atos relacionados ao tráfico e roubo (de Souza & Lordello, 2024).

A associação entre ser branco e estar no grupo de ofensores sexuais é desafiadora, embora possa indicar que este tipo de crime pode estar mais associado a dinâmicas intrafamiliares e menos exposto ao aparato penal e policial voltado às classes e etnias socialmente vulnerabilizadas. Além disso, a escolaridade com maior tendência à regularização no grupo de ofensores sexuais contribui para a composição da etnia branca como associada a ele. Na comunidade, a predominância da autodeclaração parda reflete o perfil majoritário da população brasileira em geral e amazônica, em particular (IBGE, 2023), e não

necessariamente uma associação direta com risco ou proteção.

Ainda, o trabalho eventual no grupo de ofensores sexuais indica uma precarização das oportunidades, sem a mesma associação direta com criminalidade como se observa no trabalho autônomo dos ofensores não sexuais — que muitas vezes está vinculado a economias ilícitas ou de subsistência (de Jesus, 2013). No grupo da comunidade, a maior formalização nas ocupações (estágio, emprego, estudo) reflete não apenas melhores condições socioeconômicas, mas também possíveis maiores redes de suporte institucional.

A composição familiar nuclear, aqui compreendidas no sentido de pessoas que compartilham a mesma residência, independente do vínculo de cosanguineidade, mostraram-se difusas entre os grupos na composição da amostra. Embora seja possível dizer que a maior parte mora com a mãe, com a ausência do pai nesta composição, há uma tendência maior dos meninos da comunidade morarem com suas mães, enquanto os ofensores não sexuais tendem a não morar com ambos os pais, o que poderia indicar um arranjo familiar ainda mais comprometido. Esse comprometimento pode estar atrelado principalmente à descontinuidade de cuidadores, a instabilidade residencial, múltiplos divórcios/separações, ou a presença de padrastos/madrastas com relações conflitantes.

Diversos estudos sinalizam a prevalência da ausência paterna e sua potencialidade em aumentar o risco de envolvimento de meninos adolescentes com a criminalidade, acentuando problemáticas relacionadas a supervisão, disciplina, suporte emocional e modelagem de papéis de gênero (da Silva, Zanatta, da Silva, Souza, de Santana & Domingos, 2023; Petrungaro, 2023). Nesta pesquisa, tal hipótese torna-se mais forte em se tratando de meninos que cometeram crimes relacionados a roubo, furto, homicídio e tráfico, com o agravante de estarem também expostos à ausência da mãe.

Por outro lado, a centralização de cuidados na figura da mãe é capaz de impactar negativamente a qualidade do relacionamento com seu filho. O levantamento anual do

SINASE aponta que as mães são as responsáveis legais por 49% dos adolescentes que cumprem algum tipo de medida socioeducativa no Brasil, embora alerte que isto não significa necessariamente que estabeleçam moradia com elas. A informação específica sobre a moradia dos adolescentes não está disponível em mais de 50% dos casos analisados, o que pode demonstrar uma lacuna importante na coleta e aproveitamento destes dados (Levantamento Anual SINASE, 2025).

Além disso, os jovens ofensores não sexuais apresentam uma tendência maior a morar com uma companheira, em comparação aos ofensores sexuais e a comunidade, o que parece sinalizar uma necessidade de iniciar uma formação familiar precoce diante do rompimento ou ausência de vínculos anteriores. Coadunando a esta hipótese, o estudo realizado a partir de dados documentais da população de adolescentes nos Estados Unidos identificou que maiores vantagens familiares e na vizinhança estão negativamente associadas às transições para o casamento, coabitação e parentalidade, mas positivamente associadas ao sucesso educacional (Kuhl, Chavez, Swisher & Wilczak, 2016).

Sobre as características da agressão, a maior parte dos jovens ofensores sexuais cometeu estupro de vulnerável, no âmbito intrafamiliar contra seus primos, e no âmbito extrafamiliar, contra conhecidas, vítimas estas que podem ser meninas ou meninos em igual proporção, utilizando força corporal e ameaça, em ambientes privados, justificando em geral o consentimento da vítima ou desejo por ela e apresentando baixo percentual de reincidência no sistema socioeducativo. Embora a literatura histórica tenha focado majoritariamente na vitimização feminina, estudos mais recentes têm evidenciado a subnotificação e a crescente compreensão da vitimização sexual de meninos, desafiando estereótipos de gênero e ressaltando a vulnerabilidade de ambos os sexos (Ferraz, Xavier & Cabral, 2021; Ferreira, Bortoli, Machado, Saggese & Veras, 2023).

É importante notar as diferenças entre as características da agressão entre adultos e

adolescentes que ofendem sexualmente, uma vez que se tratam de etapas do desenvolvimento distintas. Nesse sentido, McKillop, Rayment-McHugh, Smallbone e Bromham (2018) demonstraram que pessoas que cometeram a primeira agressão sexual na adolescência e na idade adulta apresentam perfil e motivações diferenciadas. Os dados de caracterização dos jovens ofensores sexuais que participaram deste estudo coadunam com os encontrados por McKillop et al., (2018), no que diz respeito a uma maior variação quanto ao sexo da vítima, agredindo mais crianças menores que adolescentes, sob justificativa de consentimento e movidos por desejo sexual.

Um dos dados mais relevantes apresentados pelo presente estudo é a prevalência de primos entre os adolescentes que cometeram ofensa sexual no âmbito intrafamiliar. Os estudos que analisam a dinâmica do abuso entre primos são reduzidos. Por isso, parte da literatura produzida sobre abuso entre irmãos é utilizada para analisar este fenômeno, resguardando como características em comum a proximidade familiar e social que gera vulnerabilidade e oportunidades de interação, disfunções familiares com histórico de abuso na família e baixa supervisão parental e situações de coabitação, com limites de intimidade insuficientes (Costa, Penso, Conceição & Carreteiro, 2017).

Características específicas encontradas na literatura apontam para a maior probabilidade de ocorrência de abuso sexual entre primos em contextos rurais, principalmente em razão da normalização de iniciação sexual entre pessoas da mesma família ou “brincadeiras sexuais” entre pares neste contexto (Thigpen & Fortenberry, 2009; Sanderson, 2024 e Kenyon-George, 2016), hipótese que concorda com os dados encontrados nesta pesquisa. Por outro lado, outras pesquisas apontam como fatores associados à etiologia do abuso sexual entre pares conhecidos e/ou da mesma família a possibilidade de repetição de um abuso que o perpetrador possa ter vivido ou presenciado (Assink, et al. 2019; Yates, Mullins, Adms & Kewley, 2024) e a curiosidade sexual precoce atrelada ao consumo de

pornografia e menor controle de impulsos (Paulus, Noiri, Ohmann, Mohler & Popow, 2024; Peter & Valkenburg, 2010).

Além disso, a relação entre primos, especialmente em idades mais jovens, pode ser marcada por uma assimetria de poder inerente à idade ou ao desenvolvimento, onde o primo mais velho ou fisicamente mais forte pode exercer controle sobre o mais novo (Joyal, Carpentier & Martin, 2016, Finkelhor, 1984). Esta dinâmica ganha força ao analisar o principal meio de agressão: força física e ameaça aparecem como superiores à sedução, o que difere mais uma vez da dinâmica do abuso utilizada por adultos em contexto intrafamiliar. Contraditoriamente, a maior parte dos ofensores sexuais nesta amostra justificou a agressão a partir do consentimento da vítima e do sentimento de desejo e atração por ela. Esta concepção pode refletir um padrão cognitivo comum em ofensores sexuais: a distorção cognitiva e a minimização da culpa (Grady, Levenson, Glover, Kavanagh & Carter, 2022).

Embora a literatura na área costume investigar com mais frequência os ofensores sexuais adultos, discutindo a prevalência inequívoca de pais e padrastos como os principais agressores intrafamiliares, também têm expandido sua compreensão para incluir o abuso familiar entre pares e as suas especificidades. Estudos sobre o abuso sexual cometido por adolescentes conhecidos ou no contexto familiar contra crianças e/ou adolescentes destacam como a falta de educação sobre limites corporais e o reconhecimento de situações de risco contribuem para uma percepção equivocada de limites entre eles, considerando que seu desenvolvimento psicosssexual ainda se encontra em maturação (Goldfarb & Lieberman, 2021; Pulido-Guerrero, Jimenez-Ariza & Ramirez-Duráz, 2025).

Em outro polo, as características da agressão entre ofensores não sexuais demonstram que a maior parte cometeu ato infracional análogo ao roubo, embora parte significativa tenha cometido homicídio, o que sugere uma diferenciação importante. Estes adolescentes agredem mais em âmbito extrafamiliar, contra desconhecidos adultos do sexo masculino, sob uso de

arma de fogo ou objeto perfurocortante, em via pública, tendo por justificativa a necessidade financeira e sendo reincidentes no sistema socioeducativo, principalmente por atos infracionais menos graves sem natureza sexual (tráfico de drogas/Furto/Roubo/ dano ao patrimônio e/ou estelionato).

Estas características corroboram a literatura que descreve a criminalidade urbana, muitas vezes associada a disputas territoriais, assaltos ou conflitos interpessoais (Peres, Possas, Carvalho, Regina & Souza, 2021). O uso de arma de fogo ou objeto perfurocortante destaca a letalidade e a periculosidade dessas infrações (Cerqueira, Bueno, Lima, Lins, Coelho, Moura & Schroeder, 2025). A justificativa de necessidade financeira para esses atos é um ponto crucial, alinhando-se com estudos que correlacionam a criminalidade juvenil com privação socioeconômica, desigualdade e falta de oportunidades (Godoi, 2023). A reincidência no sistema socioeducativo, principalmente por atos infracionais menos graves como tráfico de drogas, furto, roubo, dano ao patrimônio e estelionato, sugere uma trajetória criminal escalar, persistente e multifacetada.

Experiências Adversas na Infância de ofensores sexuais, não sexuais e comunidade: quando e onde é possível falar em predição?

Em relação às EAI, os três grupos apresentam distinções e semelhanças importantes. Entre os ofensores sexuais, as experiências de presenciar violência doméstica, violência entre pares e bullying e abuso físico foram as mais frequentes. O Teste Qui-quadrado de independência não demonstrou diferença estatística entre os grupos nestas variáveis. No entanto, a partir do método de análise de correspondência, a violência doméstica demonstrou associação significativa ao grupo de jovens ofensores sexuais.

Desse modo, os resultados apontam que jovens ofensores sexuais, em sua maioria de primos e conhecidas das vítimas, foram majoritariamente expostos à violência doméstica em

seus lares. Essa exposição teve sua probabilidade aumentada em nove vezes quando a experiências de uso de álcool e drogas por familiares também ocorreu, em quatro vezes quando a experiência de violência entre pares esteve presente, e em quase dez vezes quando o contexto familiar também era permeado por situações que caracterizam abuso emocional.

Estes resultados são inovadores porque apresentam um modelo de interação entre EAI que pode concorrer para a ocorrência da violência doméstica na vida de jovens que cometeram ofensas sexuais, desempenhando um papel importante para o cometimento do abuso sexual na adolescência. O que aqui se hipotetiza é que a combinação entre experiências adversas interpessoais, ou seja, aquelas que envolvem a deterioração das relações de confiança com outros significativos no âmbito familiar e entre pares, pode elevar a probabilidade de um adolescente tornar-se ofensor sexual, mesmo quando não há registro de vitimização sexual diretamente vivenciada por este indivíduo. Alguns estudos sustentam esta hipótese, ora analisando o impacto isolado da violência doméstica sobre o comportamento sexualmente abusivo, ora descrevendo a polivitimização derivada de um ambiente familiar instável.

Finkelhor, Turner e Ormrod (2007), por exemplo, encontraram em seu estudo longitudinal que crianças que crescem em casas onde a violência doméstica acontece apresentam três vezes mais chance de experimentar abuso sexual entre primos e irmãos. Isto porque a violência doméstica teria o potencial de modelar comportamentos coercitivos e normalizar interações violentas no seio familiar. Nessa direção, Naidoo e Sewpaul (2014), em seu estudo qualitativo, descreveram a interação entre presenciar violência doméstica, o uso de substâncias no lar e práticas parentais negligentes como fatores de risco que interagem entre si na história de jovens ofensores sexuais.

Para Naidoo e Sewpaul (2014), crianças que testemunham cronicamente a violência familiar aprendem que a violência é uma maneira apropriada de resolver conflitos em

relacionamentos íntimos e que comportamentos agressivos e ameaças são meios eficazes de manter poder e controle sobre outras pessoas (Reckdenwald, Mancini & Beauregard, 2013). Como adicional ao modelo sugerido pelas autoras, o presente estudo sugere que a interação entre estas experiências vividas no seio familiar + a experiência de violência entre pares, isolamento e bullying parece desempenhar um importante papel para o cometimento do abuso sexual na adolescência. Esta hipótese reafirma a importância de analisar o efeito cumulativo provocado por tipologias específicas de EAI no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A análise das vitimizações vivenciadas por jovens ofensores não sexuais demonstrou que estes apresentam tendência a ter maiores *scores* de EAI em relação aos outros dois grupos, com uma trajetória marcada principalmente por violência comunitária e coletiva e violência entre pares/bullying. De acordo o teste Qui-quadrado de independência, este grupo apresenta risco diferenciado em relação aos outros grupos de vivenciar as experiências de abuso físico, ter pais encarcerados, separados ou ser orfão de um ou ambos os pais e ter vivenciado violência comunitária e coletiva. As autoras Seto e Lalumière (2010) encontraram resultados semelhantes em uma metanálise de estudos que investigaram os fatores de risco na vida de jovens ofensores sexuais, demonstrando que ofensores não sexuais apresentam uma trajetória de risco quantitativamente mais extensa e variada que os ofensores sexuais.

As fortes associações encontradas entre o grupo de ofensores não sexuais e as violências coletiva e comunitária merecem destaque. Estas, se referem a presenciar em sua vizinhança atos de violência severa, não experimentados necessariamente de forma direta. Os itens subscritos na categoria Violência Comunitária envolvem assistir ou ouvir alguém ser esfaqueado/baleado ou espancado. Nela, os itens se referem a experiências com guerras, crime organizado, conflitos étnicos/políticos e tortura, como por exemplo algum amigo ou familiar ter sido espancado ou morto por policiais ou milicianos. No Brasil, estas duas categorias parecem estar relacionadas, visto que uma série de estudos tratam de experiências

categorizadas como coletivas a partir de uma perspectiva voltada para a comunidade e vizinhança.

Nesse sentido, levando em conta o contexto sociocultural brasileiro, os estudos de Pinto e Assis (2013) e Andrade, Azeredo e Peres (2020), demonstraram haver uma associação significativa entre violência comunitária e violências familiares, principalmente o abuso físico, sendo frequentemente relatadas de forma correlata. Gaylord-Harden, Bai & Simic (2017) analisaram um grupo de 133 jovens afroamericanos, identificando uma associação significativa entre exposição à violência comunitária e comportamento agressivo, assim como Cronholm et al. (2015) identificaram alta prevalência de EAI convencionais acontecendo simultaneamente a EAI de origem social, em especial o testemunho de violência comunitária, em uma amostra social e racialmente diversa na Filadélfia. Além disso, Siegel, Estrada, Crockett e BaskinSommers (2019) demonstraram que a exposição à violência comunitária foi capaz de moldar a cognição de modo a afetar a percepção sobre atos potencialmente danosos em jovens homens encarcerados.

Além disso, ressalta-se a associação entre ofensores não sexuais e o encarceramento de pais ou responsáveis. Os estudos de Robertson, Christmann, Sharratt, Berman, Manby, Ayre e Gavriluta (2016) e Giordano, Copp, Manning e Longmore (2019) apontam que o encarceramento de membro da família nuclear pode desencadear comportamento agressivo, distúrbios do sono e comportamento disruptivo no contexto escolar de adolescentes e aumentar o risco intergeracional de envolvimento criminal dos filhos.

Por fim, os resultados mostraram que experiências como violência entre pares, abuso emocional e uso de substâncias no contexto familiar, foram relativamente comuns entre adolescentes nos três grupos. Essa homogeneidade relativa em alguns domínios das EAI corrobora estudos recentes que indicam a elevada prevalência dessas experiências em populações vulnerabilizadas, independentemente do envolvimento com atos infracionais

(Soares, Tomé, Abreu, Lentsck, Baratieri, Sauka & Michalczyzyn, 2025). Assim, tais fatores parecem funcionar como riscos generalizados para o desenvolvimento, mas não necessariamente como determinantes diretos para o cometimento de delitos específicos. Esta tendência parece se aprofundar na interação entre algumas destas experiências, e não na sua vivência isolada.

Um dos achados mais desafiadores do presente estudo é a alta prevalência de abuso sexual na infância também no grupo da comunidade, o que tensiona o entendimento clássico de que esse tipo de vitimização seria um marcador preditivo da ofensa sexual. De fato, a literatura recente sugere que, embora exista uma correlação entre ter sido vítima e tornar-se autor de ofensas sexuais, essa relação é moderada por uma série de fatores emocionais, interpessoais e sociocognitivos que nem sempre são capturados por instrumentos amplos como o ACE-IQ (Benoit & Kennedy, 1992; Leach, Stewart & Smallbone, 2016). Isso indica que o abuso sexual, isoladamente, não pode ser tomado como variável determinante e reforça a necessidade de investigações mais refinadas sobre os mecanismos que medeiam esse percurso.

Os ofensores sexuais, neste estudo, ocupam uma posição intermediária entre os ofensores não sexuais e a comunidade em diversos aspectos — incluindo escolaridade, estrutura familiar e vitimizações vividas. Essa posição de “entre-lugar” pode estar relacionada a trajetórias menos associadas ao crime organizado e mais vinculadas a déficits emocionais e interpessoais, como apontam recentes modelos de risco e necessidade no campo da criminologia (Miley, Fox, Muniz, Erkins & DeLisi, 2020). A convivência com a mãe, mesmo diante da ausência paterna, e a menor exposição à violência coletiva, por exemplo, diferenciam esses adolescentes dos que se envolveram com crimes como roubo ou tráfico, frequentemente associados a redes criminosas estruturadas.

Em contrapartida, os ofensores não sexuais apresentam um perfil de vitimização mais

intenso, caracterizado por altos índices de violência coletiva e comunitária e rompimentos familiares. Tais achados reforçam o entendimento de que o acúmulo de EAI está fortemente associado a trajetórias de criminalidade em contextos marcados por exclusão social e atuação de facções criminosas (Miranda & Paiva, 2023; Nunes, Cavalcante, Barros & Filho, 2024). Estudos demonstram que a exposição precoce à violência em bairros periféricos contribui para o desenvolvimento de esquemas cognitivos que normalizam a agressividade e a resolução de conflitos por meio da força (Siegel, Crockett & Baskin-Sommers, 2019)

Os dados deste estudo desafiam parte da literatura internacional, especialmente no que tange ao entendimento de que os ofensores sexuais teriam, em geral, histórias de vida mais comprometidas do que a população geral. No contexto brasileiro, marcado por desigualdades profundas e elevada exposição à violência, as EAI aparecem como experiências comuns também entre jovens não envolvidos com a justiça. Este achado sustenta a hipótese de que há fatores protetivos ou mediadores — como suporte social, autoestima, funções cognitivas preservadas, ou até mesmo fatores culturais relacionados a distinções de gênero e concepções de masculinidade — que podem explicar por que alguns jovens expostos às EAI cometem crimes e outros não. Por fim, estes resultados ressaltam a importância de compreender as EAI não como determinantes inequívocos, mas como parte de uma teia complexa de influências contextuais e individuais.

Considerações Finais

A partir das análises dos dados obtidos, é possível concluir que ofensores sexuais e não sexuais se aproximam e se diferenciam em determinados aspectos do grupo controle de meninos que não cometeram quaisquer atos infracionais. Além disso, as diferenças entre os grupos de ofensores sexuais e de outra natureza sugerem trajetórias que resultam no envolvimento com a criminalidade de maneira bastante distinta. As diferenças entre os grupos revelam que, em um espectro de vitimização e fatores de risco, os ofensores sexuais estariam

no topo, a comunidade na base, e ofensores sexuais como intermediário entre os outros dois grupos, ora se assemelhando mais às características extremas dos ofensores não sexuais, ora às características menos comprometidas da comunidade.

Por outro lado, os participantes desta pesquisa viveram com frequência semelhante violência entre pares e/ou bullying, abuso emocional e sexual, abuso de álcool e/ou outras drogas e perturbação emocional por/de familiares no lar. Este dado sugere que, embora tais experiências possam ocasionar prejuízos para os indivíduos que as experimentam, elas não se apresentam como fatores de risco determinantes para o envolvimento específico com atos infracionais, seja de natureza sexual ou não. No entanto, chama a atenção o fato de que experiências consideradas graves, como o abuso sexual, seja tão frequente na vida de meninos jovens sem envolvimento em atos infracionais quanto de meninos que cometeram abusos sexuais.

É importante ressaltar que os resultados apresentados nesta pesquisa divergem em parte da literatura internacional, que costuma caracterizar as trajetórias de vida de ofensores sexuais, em especial adultos, como profundamente comprometidas por experiências traumáticas, o que os distinguiria da população em geral. O que se hipotetiza a partir dos dados obtidos é que as EAI em adolescentes são ainda mais prevalentes na população geral e seu acúmulo pode não ser um fator determinante para cometer especificamente abuso sexual na adolescência, mas sim, a interação entre tipos específicos de EAI, especialmente as ocorridas nas relações interpessoais com outros significativos.

Do mesmo modo, ter sofrido abuso sexual não se mostrou como crucial para o cometimento de abuso sexual posteriormente nesta fase da vida. Isto pode sinalizar que há outros fatores moderadores entre sofrer EAI e cometer ofensa sexual que não foram investigados neste estudo. Por outro lado, é importante demarcar que não há garantias de que os adolescentes da comunidade não tenham estado envolvidos em situações abusivas de

natureza sexual, uma vez que, por acontecer muitas vezes na intimidade, estas ocorrências não chegam a ser denunciadas ou sequer interpretadas como abusivas.

Nos ofensores não sexuais, a relação entre ter sofrido EAI e estar envolvido em atos infracionais parece mais direta. Nesse sentido, parece útil distinguir o contexto das organizações criminosas nos estados brasileiros, as chamadas “facções”, operam no controle social dentro e fora dos presídios e unidades socioeducativas. Sua disseminação em comunidades vulnerabilizadas concorre com a capacidade de suprimento de necessidades e proteção frente ao aparelho estatal e instrumentaliza adolescentes para o exercício de algum poder presumido e reivindicação de direitos onde o estado se faz ausente.

Este envolvimento precoce é capaz de inserir o adolescentes no “mundo do crime” de tal forma que suas potencialidades e fatores de proteção sejam dirimidos e os fatores de risco preexistentes sejam ampliados. Nesta pesquisa, isto é representado pela convivência com situações de violência coletiva e comunitária em quase 100% dos casos em ofensores não sexuais, o que os distingue determinantemente dos outros grupos.

Por fim, destaca-se as limitações do estudo, incluindo o tamanho da amostra e a natureza binária das variáveis de estudo, que podem simplificar demais fenômenos complexos. Estas limitações são relevantes, considerando que o ACE-IQ funciona como medida ampla que pode não captar fenômenos mais nuançados e sensíveis, como parece ser o caso da relação intrincada entre EAI e o cometimento de uma ofensa sexual na adolescência.

Sugere-se que os próximos estudos possam incluir amostras maiores, utilizados medidas de frequência e possíveis variáveis moderadoras e mediadoras do efeito entre EAI e ofensa sexual em domínios biológicos, cognitivos e culturais, como neurodesenvolvimento, distorções cognitivas, estilo de apego e concepções de masculinidade, além de incluir na análise variáveis que podem funcionar como fatores protetivos, alterando as trajetórias de pessoas vitimizadas.

Estudo II – Concepções de masculinidade entre jovens ofensores – o papel da cultura no cometimento de atos infracionais sexuais e não sexuais.

As relações de gênero, nomeadamente, atreladas às noções de “masculinidade” e “feminilidade” configuram uma dimensão central da vida pessoal, social e cultural dos seres humanos, engendrando questões práticas referentes à justiça, identidade e sobrevivência (Connell & Pearse, 2015). Uma das autoras precursoras nos estudos de gênero, Scott (1995), distingue o termo gênero como oriundo no âmbito dos Estudos Feministas, para designar o caráter social das distinções baseadas no sexo biológico, caracterizando um elemento de construção das relações sociais entre o masculino e o feminino.

Considerando a realidade brasileira, Saffioti (2004) define gênero como um marcador histórico e uma categoria analítica, funcionando como um eixo estruturante da sociedade e como mantenedor das relações de poder em um sistema capitalista, juntamente à raça e a classe social. Para a autora, o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade e o Estado. Por definição, na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por aquele que corresponde à tríade homem, branco e heterossexual. Assim, a grande contradição da sociedade atual seria composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo (Saffioti, 2004).

Nesse sentido, é possível afirmar que o desenvolvimento da área de estudos das masculinidades se deu em função da contribuição dos estudos sobre gênero, patriarcalismo e feminilidade para a discussão da construção social dos gêneros (Zanello, 2018).

Historicamente, o campo de estudos sobre masculinidades se estruturou a partir de uma lógica na qual a categoria homem era pensada de maneira única e indiferenciada. No entanto, de acordo com Bento (2015), o homem contemporâneo se construiu no decorrer das gerações a partir de variações que envolvem recortes diversos, incluindo outros marcadores sociais como raça e classe.

Para acompanhar esta multiplicidade, o campo de estudos das masculinidades aparenta estar sofrendo uma gradativa modificação. Ainda que a literatura na área apresente um maior número de produção voltada para descrições e análises dentro do escopo da feminilidade, Connell e Pearse (2015) enfatizam a crescente gama de pesquisas recentes que articulam conceitos relacionados aos estudos das diversas masculinidades, como por exemplo: paternidade, movimento dos homens, educação dos meninos, saúde dos homens, masculinidades negras, violência entre homens e sua implicação nos discursos reproduzidos por jovens e adolescentes do sexo masculino, em especial aqueles institucionalizados por terem cometido algum tipo de ato infracional.

Como exemplo de estudo nacional realizado em contexto socioeducativo, destaca-se a investigação de Nascimento, Uzziel e Hernández (2018) originada a partir de uma pesquisa-intervenção sobre gênero, sexualidade e saúde, realizada com homens jovens em conflito com a lei, privados de liberdade, cumprindo medida socioeducativa de internação na cidade do Rio de Janeiro. A maioria dos jovens que participaram deste estudo se auto declaravam como negros e tinham entre 18 e 21 anos de idade, sendo oriundos de comunidade de baixa renda, com baixo nível de escolaridade e que exerciam precocemente a paternidade. Esses jovens foram expostos à violência policial extrema, sendo que o motivo da privação de liberdade relaciona-se ao envolvimento com o tráfico de drogas, assassinatos e violência sexual.

Em âmbito internacional, o estudo de Zaniewski, Dallos, Stedmon e Welbourne (2022) analisou a influência de experiências traumáticas na infância sobre a adoção de práticas relacionadas à masculinidade hegemônica em uma amostra de 8 homens jovens engajados em comportamento sexual danoso, definido como comportamentos sexuais expressos por pessoa menor de 18 anos que são considerados inapropriados em uma perspectiva desenvolvimental e tem o potencial de causar dano a si mesmo ou a outrem, incluindo o abuso sexual contra crianças e adolescentes menores (Hackett et al., 2013)

Os resultados demonstraram que todos os participantes empregaram um discurso sobre masculinidade compartilhado culturalmente para dar sentido às experiências traumáticas vividas, em especial aquelas relacionadas à vivência do abuso físico, sexual e emocional. Este discurso estava relacionado à demonstração de poder, autoridade e restrição emocional. Os autores concluíram que as práticas relacionadas à masculinidade hegemônica parecem desempenhar maior valor na adolescência e juventude, e que as experiências adversas vivenciadas por estes jovens meninos desempenham um importante papel no endosso às ideias ligadas à masculinidade como forma de se recuperar do trauma.

Nesse sentido, a busca por uma masculinidade rígida como forma de processar traumas prévios dialoga diretamente com a perspectiva da filósofa Judith Butler sobre a performatividade de gênero. Para a autora, o gênero não é um atributo estável ou uma essência interior, mas uma prática reiterativa, um "fazer" constituído por atos, gestos e discursos que atuam sobre o seu ambiente imediato (Butler, 1990/2003). No caso de adolescentes em conflito com a lei, o gênero pode ser "atuado" como uma armadura: quanto maior a fragilidade imposta pelas experiências adversas, mais hiperbólica tende a ser a repetição de normas de gênero dominantes para evitar a punição social da "fraqueza" ou passividade delegada ao feminino.

Essa lente teórica permite compreender que a adesão a certas concepções de masculinidade não é apenas um traço de personalidade, mas uma resposta situada a normas culturais que ditam como um corpo masculino deve se comportar para ser reconhecido como tal. Contudo, para que essa análise ganhe contornos empíricos e mensuráveis, a psicologia buscou operacionalizar tais construtos, saindo da abstração filosófica em direção à verificação sistemática. É a partir desse esforço de mapeamento das variações e níveis de adesão a esses papéis que emergem diferentes concepções de masculinidade estudadas pela psicologia, frequentemente investigadas por meio de instrumentos psicométricos que buscam quantificar

a internalização dessas normas.

Desse modo, a abordagem sobre as diversas concepções de masculinidade, dentro da área de conhecimento da psicologia, vem se estruturando e diversificando no decorrer dos anos. No entanto, de acordo com Fernandez, Queiroga, del Omo e Rodriguez (2007), a psicologia começa a se interessar por uma definição empírica dos conceitos de masculinidade e feminilidade somente a partir do segundo quarto do século XX. Para a construção de medidas cientificamente validadas e fidedignas destas dimensões, foi preciso estabelecer uma conceituação operacional para estes construtos. Para estes autores, as pesquisas que se propuseram a fazê-lo, têm em comum o estabelecimento de um caráter de multidimensionalidade em oposição à uma concepção binária. Por outro lado, os estudos também demonstraram uma inconsistência entre os fatores propostos para quantificar as dimensões de masculinidade/feminilidade até aquele momento.

Mais recentemente, Thompson e Bennett (2015) defendem que existem duas gerações de medições psicométricas de ideologias de masculinidade. A primeira enfoca as ideologias hegemônicas e tradicionais, em especial de homens oriundos da América do Norte. A 2ª geração joga luz sobre as masculinidades locais em diversos contextos, reconhecendo que diferentes grupos de indivíduos possuem padrões distintos. Assim, começa a se delinear o que os autores chamam de geografia das masculinidades, que leva em consideração homens de diferentes coortes de nascimento, estágios de vida, classes sociais, orientações sexuais, culturas e comunidades raciais/étnicas.

É possível observar que parte das escalas utilizadas para mensurar concepções de masculinidade no Brasil são adaptações transculturais de medidas utilizadas internacionalmente, como a Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação para Heterossexuais (Miranda Ramos & Cerqueira-Santos, 2022) e o Inventário de Conformidade com Normas Masculinas (Silva, Christino, Moura & Moraes, 2019) e a Escala de Concepção de Masculinidade (ECM)

(Guerra, Sapati, Duarte, Silva & Motta, 2014). Esta última, realizada com 260 jovens universitários, contou com a participação de uma amostra composta em 56,8% por mulheres e a média de idade 22,2 anos. O objetivo desta escala, segundo as autoras, é avaliar a conformidade às normas de gênero, construto ainda não estudado de forma quantitativa no Brasil.

O estudo em questão permitiu adaptar uma escala com 16 itens e três dimensões, apresentando uma redução da quantidade de itens em relação à estrutura inicial, conforme adequação para o contexto brasileiro e de acordo com análises fatoriais da estrutura do instrumento e avaliação de suas qualidades psicométricas. As três dimensões apresentadas como definitivas no modelo final selecionado pelas autoras são Heterossexismo, Provocação social e Restrição emocional.

Como primeiro fator, a restrição emocional enfatiza o dever do homem de esconder suas emoções e não aparentar vulnerabilidade. O segundo fator, heterossexismo, considera a inaceitabilidade de comportamentos atrelados à feminilidade e a necessidade de reafirmação da sexualidade heteronormativa. Finalmente, o fator denominado provocação social inclui itens que sugerem que brincadeiras e piadas que jovens rapazes fazem uns com os outros devem ser aceitos como parte do 'ser homem' (Guerra et al., 2014).

Assim, este estudo tem como objetivo identificar e comparar concepções sobre masculinidade de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual) que cumprem medidas socioeducativas em unidades de internação, a partir da aplicação da adaptação transcultural da Escala de Concepções de Masculinidade (ECM) (Anexo C).

Hipótese: Altos níveis de aderência à concepções de masculinidade atreladas ao heterossexismo, restrição emocional e provocação social estão associados ao envolvimento em comportamento de ofensa geral e sexual em jovens nesta amostra.

Objetivos

Objetivo Geral

- Descrever e comparar concepções de masculinidade de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual), verificando associações entre características da pessoa e grupo amostral

Objetivos específicos

- Caracterizar concepções de masculinidade ligada ao heterossexismo, provocação social e restrição emocional em jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual);
- Comparar as concepções de masculinidade das três dimensões nos três grupos distintos;
- Identificar associações entre as concepções de masculinidade e fatores biopsicossociais;
- Identificar associações entre concepções de masculinidade e a tipologia dos atos infracionais.

Método

Trata-se de uma pesquisa de natureza empírico-descritiva, com caráter retrospectivo e abordagem quantitativa dos dados. Serão realizadas análises derivadas de duas fontes distintas: a primeira, documental, referente aos prontuários institucionais de jovens com e sem

comportamento de ofensa (sexual e não sexual), de onde serão retiradas informações que permitirão caracterizar ambas as amostras por parâmetros biopsicossociais; a segunda, o Instrumento Escala de Concepções de Masculinidade (ECM), que caracterizará as concepções de masculinidade dos participantes em três dimensões distintas (heterossexismo, provocação social e restrição emocional).

Procedimentos de análise

Primeira etapa – Construção do banco de dados e análise documental

Em um primeiro momento, as informações de caracterização biopsicossocial e do ato infracional obtidas nos prontuários documentais e coletadas a partir do Formulário de Caracterização Biopsicossocial (FCBS) foram inseridas em planilhas do Microsoft Excel e posteriormente transferidas para o Software SPSS, afim de realizar análises estatísticas descritivas e inferenciais, considerando a normalidade da amostra e $P \leq 0,05$ para associações significativas entre as variáveis.

Estas informações se referem nomeadamente às seguintes variáveis: idade; faixa-etária, raça; orientação sexual; religião; situação conjugal; possui filhos; com quem mora; relação paterna; escolaridade; evasão escolar; idade que cometeu o 1º ato infracional; vínculo com a vítima; condições de saúde; ocupação; bairro onde aconteceu o ato; tipo de local onde aconteceu o ato; confissão; justificativa da agressão; frequência da agressão; meio de agressão; tipificação do ato; mais de uma vítima e severidade da agressão.

Para a análise desses dados e dos demais, a variável dependente considerada será ter cometido ofensa sexual (1 = sim, 0 = não), enquanto as características biopsicossociais e características da infração serão consideradas variáveis independentes. Estas informações serão utilizadas para proceder uma análise documental dos prontuários, empregando estatística descritiva para caracterizar a amostra nos grupos de ofensores sexuais e não sexuais. Em relação ao grupo de jovens que não cometeu qualquer ato infracional, apenas as variáveis biopsicossociais serão coletadas e inseridas no mesmo banco de dados.

Segunda etapa – Inserção e associação de resultados da ECM

Posteriormente, foram inseridas no mesmo arquivo as informações referentes à Escala de Concepções de Masculinidade (ECM), a partir do índice de aderência a concepções de masculinidade hegemônica, que podem variar de 1 (pouco aderente) a 4 (muito aderente) em cada uma das três dimensões investigadas no instrumento (Heterossexismo, Restrição emocional e Provocação Social) para cada participante.

Após a inserção dos dados referentes as características biopsicossociais e ao resultado dos instrumentos utilizados para cada participante foram comparados os dados que descrevem as mesmas medidas com o grupo de jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual e não sexual). Durante análises preliminares, observou-se que a amostra não obteve distribuição normal, portanto, as análises estatísticas utilizadas foram não-paramétricas. Neste sentido, o teste qui-quadrado para associação entre variáveis categóricas foi utilizado, visando mensurar a intensidade e a direção de associações entre as variáveis, sem estabelecer relações de causalidade entre elas. Decidiu-se ainda que seriam relevantes para interpretação as correlações acima de $r = 0.30$ (correlação moderada), além de significância estatística a partir de $p \leq 0,05$ e $p \leq 0,001$ (Dancey & Reidy, 2013). Estas análises foram realizadas no *Software* SPSS.

Nesse sentido, em função do tipo de análise escolhido (qui-quadrado de independência) as variáveis anteriormente numéricas que representavam a pontuação em cada dimensão do teste foram transformadas em categóricas a partir da seguinte classificação: de 1,00 a 2,00 pontos = baixa conformidade às normas de gênero referentes àquela dimensão específica; 2,01 a 3,00 pontos = média conformidade; e 3,01 a 4,00 pontos = alta conformidade. Essa classificação é coerente com o ponto médio da escala (2,5) e com a forma como Guerra et al. (2014) interpretam as médias em suas análises (quanto mais próxima de 4, maior a adesão às normas tradicionais de masculinidade).

Para a comparação das concepções de masculinidade entre os diferentes grupos de jovens (ofensores sexuais, não sexuais e grupo controle), optou-se pela utilização do teste não

paramétrico de Kruskal-Wallis. Esta escolha justifica-se pela natureza das variáveis dependentes, derivadas de escalas psicométricas de cariz ordinal, e pela ausência de distribuição normal nos dados, o que inviabilizaria a aplicação da ANOVA de uma via. O Kruskal-Wallis permite identificar se existem diferenças significativas nos postos médios de adesão às normas de masculinidade entre os três grupos analisados.

Nos casos em que o teste global revelou significância estatística ($p < 0,05$), aplicou-se o teste *post-hoc* de Dunn com correção de Bonferroni. Esse procedimento foi essencial para realizar as comparações par a par, permitindo localizar especificamente entre quais grupos as diferenças se manifestam, mantendo o controle rigoroso sobre o erro decorrente de múltiplas comparações.

Resultados

Nesta seção, os resultados obtidos a partir da análise quantitativa dos dados utilizando o *Software* SPSS serão descritos. Estas análises se referem à descrição das concepções de masculinidade dos participantes em cada uma das três dimensões aferidas pela Escala de Concepções de Masculinidade adaptada transculturalmente para a população brasileira (Guerra et al., 2018), quais sejam: heterossexismo — referente a rejeição de comportamentos ou identidades não heterossexuais; provocação social — que refere-se à valorização de comportamentos de dominância, competitividade e afirmação de poder perante outros homens; e restrição emocional — que diz respeito à dificuldade ou recusa em expressar emoções consideradas “femininas”, como tristeza, medo ou vulnerabilidade. Estas dimensões foram cruzadas com a amostra total dos participantes e por grupo amostral (ofensores sexuais, ofensores não sexuais e participantes da comunidade).

Em seguida, as mesmas concepções foram cruzadas à características biosociodemográficas identificadas, com o objetivo de verificar associações estatisticamente significativas entre as diferentes concepções de masculinidade e estas características nos três grupos, a partir do método de associação de variáveis categóricas qui-quadrado de independência.

Desse modo, a descrição dos resultados seguirá a seguinte ordem: em um primeiro momento, serão descritas as concepções de masculinidade prevalentes em cada um dos grupos e suas médias, assim como a sua associação aos diferentes grupos amostrais. Posteriormente, será apresentada uma tabela com as frequências de participantes que pontuaram altos níveis de conformidade a cada uma das três dimensões de masculinidade de acordo com variáveis diretamente associadas a elas. Por fim, uma tabela contendo todas as variáveis biosociodemográficas investigadas que demonstraram associação significativa ($P \leq 0,05$) às concepções de masculinidade por grupo amostral será demonstrada. Nela, serão indicados parâmetros de associação, tais como valor do χ^2 , grau de liberdade, p -valor, V de *Cramer* para expressar a força da associação e a sua direção.

Tabela 10

Distribuição de frequência e média de conformidade às concepções de masculinidade por grupo

Concepções de Masculinidade	Ofensores sexuais (n=53)	Ofensores não sexuais (n=50)	Comunidade (n=53)	Total (n=156)	p-valor
Heterossexismo					.00*
Baixa conformidade	27 (51%)	11 (22%)	32 (60,4%)	70 (45%)	
Média conformidade	17 (32%)	13 (26%)	20 (37,7%)	50 (32%)	
Alta conformidade	9 (17%)	26 (52%)	1 (2%)	36 (23%)	
$\bar{x}$	2	2,8	1,9		
Provocação Social					.00*
Baixa conformidade	20 (37,7%)	9 (18%)	25 (47,2%)	54 (34,6%)	
Média conformidade	24 (45,3%)	18 (36%)	21 (39,6%)	63 (40,4%)	
Alta conformidade	9 (17%)	23 (46%)	7 (13,2%)	39 (25%)	
$\bar{x}$	2,2	2,7	2		
Restrição Emocional					.07
Baixa conformidade	22 (41%)	14 (28%)	27 (51%)	63 (40,4%)	
Média conformidade	18 (33%)	16 (32%)	17 (32%)	51 (32,7%)	

Alta conformidade	13 (24%)	20 (40%)	9 (17%)	42 (27%)
$\bar{x}$	2,1	2,5	1,9	

A análise da Tabela 10 permitiu identificar que a restrição emocional foi a dimensão em que os ofensores sexuais apresentaram maior frequência de alta conformidade (24%) em comparação com as outras duas, enquanto o heterossexismo foi a dimensão com menor aderência neste grupo, uma vez que 51% — mais da metade da amostra — demonstrou baixa conformidade a esta dimensão.

Por outro lado, os ofensores não sexuais tiveram justamente o heterossexismo como dimensão mais frequente com alta conformidade (52%), embora tenham apresentado alta conformidade em todas as dimensões. Por fim, a amostra da comunidade, referente aos jovens que não cometeram nenhum ato infracional, apresentou como dimensão com maior conformidade a restrição emocional (17%) embora tenha apresentado maior percentual de baixa conformidade em todas as dimensões em comparação com os outros dois grupos amostrais.

As diferentes associações entre concepções de masculinidade e grupos amostrais foram confirmadas a partir da análise de dois testes. O teste de Kruskal-Wallis indicou diferenças estatisticamente significantes entre os grupos nas três dimensões da Escala de Concepções da Masculinidade. Para heterossexismo, observou-se diferença significativa ($H(2) = 28,985$; $p < .001$), com tamanho de efeito moderado a alto ($\varepsilon^2 = 0,187$). Também foram encontradas diferenças para provocação social ($H(2) = 17,256$; $p < .001$; $\varepsilon^2 = 0,111$), com efeito moderado, e para restrição emocional ($H(2) = 11,106$; $p = 0,004$; $\varepsilon^2 = 0,072$), com efeito pequeno.

Por outro lado, o teste *post hoc* de Dunn revelou diferença estatisticamente significativa apenas entre o grupo de ofensores não sexuais e os grupos da comunidade e dos ofensores sexuais ($Z = 3,29$; $p = 0,003$; $r_b = 0,384$), indicando um efeito de alta magnitude. As

comparações entre as médias dos ofensores sexuais e comunidade nas três dimensões ($p = 0,247$) não apresentaram diferenças estatisticamente significativas. Isto significa que, de acordo com esta análise, o grupo de ofensores sexuais e da comunidade não possuem diferença estatística entre si no que concerne às médias de concepções de masculinidade, enquanto o grupo de ofensores não sexuais se diferencia significativamente do grupo da comunidade e dos ofensores sexuais na adesão aos três tipos de concepções.

Por outro lado, o teste qui-quadrado de independência revelou associação significativa entre os grupos amostrais e os níveis de conformidade às normas de gênero referentes ao heterossexismo, onde $\chi^2(4) = 39,50$, $p < .001$, com tamanho do efeito considerado moderado ($V=0,35$). A inspeção dos resíduos padronizados mostrou que adolescentes da comunidade apresentam maior prevalência de baixa conformidade às normas de gênero atrelados ao heterossexismo (residual = +2,793), enquanto ofensores não sexuais concentram-se de forma significativa na alta conformidade (residual = +5,889). Já os ofensores sexuais distribuíram-se mais equilibradamente entre baixa e média conformidade ao heterossexismo, sem desvios significativos.

Em relação à dimensão provocação social, a análise do qui-quadrado de independência entre duas variáveis categóricas revelou associação significativa com os grupos amostrais, onde $\chi^2(4) = 20,242$; $p < .001$, embora o tamanho do efeito seja considerado fraco ($V=0,25$). A análise dos resíduos padronizados evidenciou que os adolescentes ofensores não sexuais apresentaram maior frequência do que o esperado na categoria de alta conformidade (residuais = +4,160), ao passo que os adolescentes da comunidade tenderam a se concentrar na baixa conformidade (residuais = +2,364) e a apresentar menor frequência do que o esperado na alta conformidade (residuais = -2,440). Novamente, os ofensores sexuais não apresentaram desvios significativos em nenhuma das categorias, distribuindo-se de forma relativamente homogênea entre os níveis de conformidade.

A análise do qui-quadrado para a dimensão da restrição emocional não alcançou significância estatística ($\chi^2(4) = 8,653$; $p = 0,070$; $V = 0,167$), indicando que não há evidência robusta de associação entre os grupos amostrais e os níveis de conformidade às normas de gênero relacionados a esse domínio. Ainda assim, a inspeção dos resíduos padronizados aponta tendências relevantes a serem discutidas.

Os ofensores não sexuais apresentaram maior frequência do que a esperada na categoria de alta conformidade à restrição emocional (resíduo = +2,529). Em contraste, o grupo da comunidade mostrou menor frequência do que a esperada nessa mesma categoria (resíduo = -2,008). Embora sem associação estatística com qualquer categoria, esta foi a dimensão da masculinidade com pontuações mais altas no grupo de ofensores sexuais (24%).

A Tabela 11 apresenta a distribuição da frequência de participantes que pontuaram alta conformidade às concepções de masculinidade por grupo de acordo com variáveis biopsicossociais e processuais associadas a elas, excetuando-se casos onde estas informações não estavam disponíveis nos documentos consultados. Importa notar que o grupo de adolescentes da comunidade não apresentaram associação entre suas características e um alto percentual de concordância com as normas de gênero, como se observa a seguir:

Tabela 11

Distribuição de frequência de alta conformidade às concepções de masculinidade por grupo de acordo com variáveis biopsicossociais e processuais associadas

Variáveis	Categorias	Heterossexismo – Alta (%)	Provocação social – Alta (%)	Restrição Emocional – Alta (%)
Geral (n=156)				
Escolaridade	EFI	31 (80%)	31 (80%)	35 (83,3%)
	EMI	8 (20,5%)	8 (20,5%)	7 (16,6%)
Conhecer o pai	Sim	21 (65%)	25 (78%)	33 (82,5%)
	Não	11 (34,3%)	7 (21,8%)	7 (17,5%)
Abuso de álcool/drogas	Sim	29 (82,8%)	26 (81%)	23 (65,7%)
	Não	6 (17%)	6 (18,7%)	12 (34%)

Contexto da agressão (n=106)	Intrafamiliar	6 (17%)	3 (9,3%)	7 (21%)
	Extrafamiliar	29 (82,8%)	29 (90,6%)	26 (78,7%)
Ofensor Sexual (n=53)				
Evasão Escolar	Sim	6 (66,6%)	5 (55,5%)	7 (53,8%)
	Não	3 (33,3%)	4 (44,4%)	6 (46%)
Zona da agressão	Urbana	2 (22,22%)	4 (50%)	6 (60%)
	Rural	7 (77,7%)	4 (50%)	4 (40%)
Meio utilizado objeto perfurocortant e	Sim	4 (57%)	4 (44,4%)	2 (22,2%)
	Não	3 (43%)	5 (55,5%)	7 (77,7%)
Reincidência socioeducação	Sim	3 (33,3%)	3 (33,3%)	1 (7,7%)
	Não	6 (66,6%)	6 (66,6%)	12 (92,3%)
Abuso de álcool /drogas	Sim	5 (55,5%)	6 (66,6%)	5 (38,4%)
	Não	4 (44,4%)	3 (33,3%)	8 (61,5%)
Ofensor não sexual (n=42)				
Conhecer o pai	Sim	14 (61%)	12 (66,6%)	14 (77,7%)
	Não	9 (39%)	6 (33,3%)	4 (22,2%)

A análise geral das variáveis no total da amostra demonstra que, em primeiro lugar, entre os indivíduos que apresentam alta conformidade em qualquer dimensão de masculinidade, a grande maioria (80% ou mais) possui Ensino Fundamental Incompleto, com maior ênfase, no entanto, à restrição emocional (83%). Por outro lado, o abuso de álcool/drogas é mais frequente nos perfis de Alto Heterossexismo (82,8%) e Alta Provocação Social (81%) do que no de alta restrição emocional (65,7%).

Sobre o contexto da agressão, é possível perceber altos níveis de aderência à todas as dimensões da masculinidade em adolescentes que cometeram agressões no âmbito extrafamiliar, em especial na provocação social (90,6%) e em menor proporção na restrição

emocional (78,7%). Em relação ao conhecimento do pai, é possível observar que, na amostra geral, tê-lo conhecido é uma característica prevalente em todos os indivíduos que pontuaram as dimensões de alta masculinidade, sendo mais comum no perfil de alta restrição emocional (82%).

Quando analisada por subgrupos, a Tabela 11 demonstra que, entre os ofensores sexuais, àqueles que tem maiores níveis de heterossexismo evadiram mais a escola (66,6%), agrediram mais em âmbito rural (77,7%) e utilizando objeto perfurocortante (57%). Entre os que possuem maiores níveis de aderência a provocação social, o abuso de álcool e drogas foi maior (66,6%). Importa notar que, entre os ofensores sexuais, maiores níveis restrição emocional aparecem de maneira mais frequente entre os que agrediram em meio urbano (60%), sem objeto perfurocortante (77,7%), que não fazem uso de álcool e drogas (61,5%) e que não são reincidentes (92,3%).

A Tabela 12 apresenta variáveis biopsicossociais que demonstraram associação significativa às três concepções de masculinidade segundo o teste qui-quadrado de independência para associação de variáveis categóricas; seguidas do valor de χ^2 , grau de liberdade, p -valor, V de *Cramer* para verificar a força da associação e, finalmente, a sua direção. Foram identificadas associações para a amostra geral ($n=156$) e para as três amostras segmentadas (ofensor sexual, não sexual e comunidade) que serão nesta ordem apresentadas, conforme se observa a seguir:

Tabela 12

Variáveis associadas às concepções de masculinidade por grupo amostral

Grupo	Concepções de masculinidade	Variável associada	χ^2	gl	p -valor	V - <i>Cramer</i>	Direção da associação
Geral	Heterossexismo	Escolaridade	25,31	8	$\leq 0,001$	0,3	Maior conformidade entre os que possuem baixa escolaridade
		Conhecer o pai	13,71	2	$\leq 0,001$	0,3	Maior conformidade entre os que não conheceram o pai

Ofensor Sexual	Provocação Social	Abuso de Álcool/drogas	19,71	2	$\leq 0,001$	0,4	Maior conformidade entre os que abusam de álcool e/ou drogas
		Contexto da agressão	6,99	2	$\leq 0,05$	0,3	Maior conformidade entre os que cometeram agressões extrafamiliares
		Abuso de Álcool/drogas	11	2	0,004	0,3	Maior conformidade entre os que abusam de álcool e/ou drogas
	Restrição emocional	Escolaridade	18,74	8	$\leq 0,05$	0,2	Maior conformidade entre os que possuem baixa escolaridade
		Evasão escolar	9,26	2	$\leq 0,05$	0,4	Maior conformidade entre os que possuem maior evasão escolar
	Heterossexismo	Zona da agressão	11	2	.004	0,5	Maior conformidade entre os que agrediram em zonas rurais
		Meio da agressão	11,5	2	.003	0,5	Maior conformidade entre os que utilizaram objeto perfurocortante
		Abuso de Álcool/drogas	10,35	2	.006	0,4	Maior conformidade entre os que abusam de álcool e/ou drogas
		Reincidência socioeducação	7	2	$\leq 0,05$	0,3	Maior conformidade entre os que reincidiram
		Provocação Social	9,22	2	$\leq 0,05$	0,4	Maior conformidade entre os que abusam de álcool e/ou drogas
		Reincidência socioeducação	7	2	$\leq 0,05$	0,3	Maior conformidade entre os que reincidiram
		Conhecer o pai	6,9	2	$\leq 0,05$	0,4	Maior conformidade entre os que não conheceram o pai
	Provocação Social	Namoro precoce	6,84	2	$\leq 0,05$	0,4	Média conformidade entre os que tiveram namoro precoce

Nota. χ^2 = Qui-quadrado; gl = graus de liberdade; V = V de Cramer; $p \leq .05$ indica associação significativa; $p \leq .001$ indica associação altamente significativa.

A análise da Tabela 12 indica que, na amostra geral, as variáveis associadas à dimensão heterossexismo foram: escolaridade, conhecer o pai e uso de álcool/drogas para os três grupos. Isso significa que, na amostra geral composta por 156 meninos de 12 a 21 anos

com determinadas características socioeconômicas, houve associação indistinta entre apresentar altos níveis de heterossexismo e ter menor nível de escolaridade, ter conhecido o pai e fazer uso de álcool e/ou drogas. .

Ainda na amostra geral, a provocação social se associou positivamente ao contexto da agressão e abuso de álcool e drogas, o que significa que os meninos que agrediram em contexto extrafamiliar e fizeram abuso de álcool e drogas tendem a ter maiores níveis de aderência à dimensão provocação social, enquanto meninos que agrediram em âmbito intrafamiliar e que não fizeram abuso de álcool e drogas estiveram mais associados a baixa conformidade nesta dimensão. Por fim, a restrição emocional também esteve associada à escolaridade na amostra total, de modo que os participantes com maiores níveis de restrição emocional tendem a ter menor escolaridade.

Quando analisadas por subamostra, no grupo de ofensores sexuais, as variáveis associadas ao heterossexismo foram: evasão escolar, zona e meio da agressão, reincidência na socioeducação e uso de álcool e drogas. Isso significa que, especificamente no grupo de meninos que cometeram agressões sexuais, as crenças heterossexistas estiveram ligadas a maior evasão escolar, agressões ocorridas na zona rural, utilizando como principal meio de agressão objeto perfurocortante, com maior reincidência na socioeducação e mediante o uso de álcool e/ou drogas.

Por fim, no grupo de ofensores não sexuais, o heterossexismo esteve associado a não conhecer o pai, o que significa que neste grupo, assim como na amostra geral, os participantes com maiores pontuações nesta dimensão de masculinidade tendem a não ter conhecido o pai. Ainda entre os ofensores não sexuais, observou-se um padrão não linear na distribuição do namoro precoce em função da conformidade à dimensão de provocação social. No grupo de baixa conformidade a esta dimensão, nenhum participante relatou namoro precoce (0%). Já entre aqueles com média conformidade, verificou-se o maior percentual de namoro precoce

(44,4%). No grupo de alta conformidade, embora ainda haja casos, a proporção foi menor (18,2%). Esses achados indicam que o envolvimento em relacionamentos precoces não aumenta de forma progressiva à medida que cresce a aderência às normas de provocação social, concentrando-se especialmente no grupo de conformidade intermediária.

Chama atenção o fato de que o grupo da comunidade não esteve associado à nenhuma dimensão de masculinidade e que a restrição emocional só apresentou associação significativa com a escolaridade na amostral geral. Isto parece indicar que a restrição emocional é a dimensão mais homogeneamente distribuída entre os grupos, o que pode significar que, independente de ser ou não um ofensor, a restrição emocional parece estar presente como recurso da masculinidade entre jovens meninos de 12 a 21 anos. Enquanto isso, o heterossexismo e a a provocação social estiveram muito mais presentes entre os jovens ofensores, sexuais ou não, do que no grupo dos que não cometeram atos infracionais.

Nesse sentido, a Tabela 13 sintetiza os principais resultados derivados destas análises e que serão relevantes para a discussão:

Tabela 13

Mapa Visual dos Principais Resultados do Estudo II

Seção	Grupo amostral	Síntese dos Achados
Diferenças entre os grupos (frequências e/ou qui quadrado)	Ofensores sexuais	Alta restrição emocional, baixo heterossexismo e provocação social media, não elevada.
	Ofensores não sexuais	Alta provocação social, alto heterossexismo e alta restrição emocional.
	Comunidade	Baixos níveis nas três dimensões de masculinidade, maior percentual na restrição emocional.

Variáveis associadas às dimensões na amostra geral**Amostra geral**

Baixa escolaridade consistentemente associada à altos níveis nas três dimensões. Uso de álcool e drogas associado ao heterossexismo e à provocação social. Não conhecer o pai mais frequente entre jovens com alta conformidade ao heterossexismo. Contexto extrafamiliar da agressão (entre ofensores) ligado à provocação social.

Achados centrais**Ofensores Sexuais**

Perfil heterogêneo, apontando predomínio de dois perfis distintos:

1. Alto heterossexismo: meio rural, uso de perfurocortante e reincidência.
2. Alta restrição emocional: meio urbano, sem objeto perfurocortante, sem uso de álcool e drogas e não reincidente.

Ofensores não sexuais

Heterossexismo relacionado ao comportamento infracional. Provocação social associada a violência extrafamiliar e ao uso de substâncias. Relação não linear entre namoro precoce e prov. Social.

Amostra geral

Restrição emocional não diferenciou entre os grupos, sugerindo padrão geracional de masculinidade.

Nota. Tabela elaborada a partir dos resultados estatísticos da pesquisa (frequências e testes de qui-quadrado).

Discussão

Os resultados demonstraram que as dimensões da masculinidade se distribuíram ou se associaram às características biopsicossociais diferencialmente entre os grupos, o que permite argumentar sobre a especificidade dos perfis nesta amostra. Este padrão sugere que a adesão ou afastamento de meninos situados na juventude às diferentes normas de gênero possivelmente indica dinâmicas identitárias e sociais distintas na constituição dos diferentes

perfis investigados. Este achado coaduna com a perspectiva que compreende a masculinidade como construto não apenas relacional, mas multidimensional e contextualizado, capaz de provocar efeitos não homogêneos entre aqueles que encarnam as suas diferentes manifestações e/ou performatividades, conforme enfatizam Fernandez, Queiroga, del Omo e Rodriguez (2007), Butler (2003) e Vinuto, Abreu e Gonçalves (2017).

Estas distinções aparecem, inclusive, dentro de grupos amostrais específicos. Este é o caso dos jovens que cometeram ofensa sexual. Reconhecidamente, a literatura aponta como característica mais consistente neste grupo a impossibilidade de classificá-lo a partir de um perfil único e padronizado (Barroso, 2012; Fanniff & Kolko, 2012; Ryan, 2012; Worling & Langton, 2012; Costa, Cavalcante & Reis, 2018, Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy & Barros, 2009).

Esta heterogeneidade aparece nos resultados desta pesquisa, a partir da seguinte tendência: a identificação de um grupo com maior restrição emocional, atrelado a agressões ocorridas em meio urbano, sem objeto perfurocortante e sem o uso de álcool e drogas; e outro mais associado a fatores situacionais, com maior heterossexismo e atrelado a delinquência geral, contexto rural e uso de objetos perfurocortantes no momento da agressão. Distinções como esta também aparecem nos estudos teóricos clássicos com ofensores sexuais adultos, como o conduzido por Holmes e Holmes (2002), que diferenciam ofensores sexuais situacionais dos abusadores sexuais parafilicos, cujo comportamento sexual desviante é mais direcionado a crianças menores, muitas vezes dentro da família, e se inicia desde a adolescência, podendo perdurar durante a vida adulta.

No primeiro subgrupo, a restrição emocional aparece como um elemento central, sugerindo um perfil de internalização e dificuldade em expressar vulnerabilidade ou emoções. A manifestação desta característica pode funcionar tanto como fator de risco potencialmente psicopatológico desenvolvido na ontogenia destes indivíduos, quanto como expressão de um

dispositivo cultural mais amplo e menos individualizado: o “dispositivo da eficácia”, conceituado por Zanello (2018). Trata-se de mandatos hegemônicos ligados à virilidade, onde homens são incentivados a suprimir a vulnerabilidade emocional para manter a imagem de força, produtividade e potência sexual (Zanello, 2018).

Dessa forma, a lógica macrossistêmica incutida nos comportamentos atrelados à restrição emocional faz com que a expressão da fragilidade seja castigada ou invisibilizada socialmente, o que pode empurrar alguns jovens a buscar formas violentas de regulação afetiva. Nesse sentido, a ocorrência de interação sexual inadequada entre adolescentes pode ser motivada, entre outros fatores, pela busca por imposição: seja do respeito e/ou dominância sobre a criança/adolescente mais fraco, seja da sexualidade, como elementos que pavimentam a constituição da própria identidade masculina, onde a agressão sexual pode funcionar como uma tentativa de reafirmar o poder ou o controle perdido (Plummer & Cossins, 2018).

Coadunando a esta perspectiva, mas utilizando uma interpretação cognitiva, o estudo de Gutiérrez-Cobo, Megías-Robles, Gómez-Leal, Cabello e Fernández-Berrocal (2023) investigou a relação entre estratégias de regulação emocional e diferentes formas de agressão (inclusive sexual) em 654 jovens, em sua maioria do sexo masculino, entre 9 e 18 anos. Os autores concluíram que o uso habitual de supressão emocional em jovens está ligado a maior risco de comportamentos agressivos. Do mesmo modo, a revisão teórica de Weiss, Sullivan e Tull (2015) concluiu que dificuldades em modular estados afetivos, incluindo estratégias de restrição emocional, funcionam como mecanismo que aumenta a probabilidade de comportamentos de risco, como por exemplo, usar álcool/drogas ou comportamentos sexuais de risco para controlar ou escapar de emoções negativas.

Ainda na esfera dos ofensores sexuais, os níveis mais baixos de heterossexismo em parte dos participantes (aqueles com maiores níveis de restrição emocional) podem sinalizar uma flexão cognitiva: uma tensão entre normas internalizadas de gênero e afetividade que

desafia a ortodoxia heteronormativa (Plummer & Cossins, 2018). Essa ambiguidade pode ser lida como uma negociação identitária complexa, na qual os jovens percorrem espaços de poder e afeto para dentro de uma masculinidade que, embora normativa, permite fissuras.

A hipótese da existência de pelo menos dois subgrupos distintos no que concerne às características dos jovens ofensores sexuais e suas concepções de masculinidade ganha força ao analisar as suas vítimas preferenciais, local de ocorrência e uso de objeto no momento da agressão. A revisão de Domingues e Costa (2017) sobre adolescentes ofensores sexuais descreve os abusos praticados por adolescentes contra crianças menores como ocorridos entre membros da mesma família, cujos primeiros exercem papel de autoridade ou de cuidadores da vítima (Fanniff & Kolko, 2012) e são geralmente irmãos e primos mais velhos (Costa, 2011).

Aqueles ofensores sexuais que atuam no contexto extrafamiliar, por outro lado, agredem majoritariamente pares ou pessoas adultas, sendo que esses adolescentes exibem outros comportamentos delinquentes e histórico de prisões, além da conduta sexual desviante (Robertiello & Terry, 2007; Seto & Lalumière, 2010). Além disso, embora este grupo não tenha a maior prevalência de heterossexismo na amostra total, aqueles que aderem fortemente a ele no grupo de ofensores sexuais apresentam um perfil de maior risco/violência instrumentalizada (uso de objeto perfurocortante).

Neste grupo, importa ressaltar também a sua relação com o ambiente rural, cujas normas masculinas podem se expressar de maneira mais contundente. O estudo de Izquierdo, Paulo, & Santos (2020), que investiga a juventude rural e vivências da sexualidade em Pernambuco, nordeste do país, identificou que, neste âmbito, prevalecem crenças e valores adquiridos na comunidade rural durante a trajetória de vida desses jovens, muitas vezes permeadas por valores heterossexistas. A esse respeito, Varjão (2025) discute a territorialização do desejo em contextos rurais, ribeirinhos e precários, muitas vezes construído sob o signo do proibido, sigiloso e marginal, em uma outra ótica que difere das

urbanidades.

Nesse sentido, a localização intermediária dos ofensores sexuais entre os ofensores não sexuais e os adolescentes da comunidade em relação ao percentual de aderências às diferentes normas de masculinidade pode indicar que tais jovens nem sempre se alinham rigidamente às normas tradicionais de masculinidade — como ocorre entre os ofensores não sexuais — mas tampouco se distanciam delas como os adolescentes da comunidade, ocupando, portanto, um espaço ambíguo.

Enquanto os ofensores não sexuais podem estar mais imersos em contextos socioculturais que reforçam masculinidades hegemônicas como justificativa para a violência, os ofensores sexuais podem expressar comportamentos violentos de natureza sexual somando tais influencias socioculturais a outros mecanismos, possivelmente ligados a fatores relacionais, identitários, de vinculação, exploração da curiosidade sexual, experiências traumáticas prévias e dificuldades emocionais (Jewkes et al., 2022). Isso sugere que a motivação ou o padrão de comportamento transgressor pode ser mais complexo e não se basear primariamente em uma necessidade extrema de validação masculina externa ou confronto físico.

No grupo de ofensores não sexuais, os escores elevados em todas as dimensões da masculinidade refletem uma adesão cristalizada à masculinidade hegemônica, em especial ao analisar que mais da metade da amostra neste grupo demonstra rigidez heterossexual e altos índices de provocação social. Enquanto o heterossexismo é um componente central da masculinidade hegemônica, ligada principalmente a homofobia e a negação da feminilidade (Kimmel, 2005), a provocação social está diretamente ligada à performance de poder e agressividade interpessoal. Essa configuração surge que a adesão à tais normas pode funcionar como estratégia de afirmação identitária em ambientes marcados por desigualdade socioeconômica e violência. A performance da virilidade — por meio do uso de drogas,

envolvimento em facções, agressão física e relacionamentos precoces – funciona como uma forma de capital simbólico: ao demonstrar força e domínio, esses adolescentes negociam pertencimento e status numa estrutura social que lhes oferece poucas outras rotas de ascensão.

Em uma leitura interseccional (Crenshaw, 2002), muitos desses jovens estão posicionados nas bases da hierarquia de classe e raça, o que torna as tentativas de aproximação à masculinidade hegemônica, como conceituada por Connel (2005), uma das poucas ferramentas para acessar este poder simbólico dentro da chamada geografia das masculinidades.

Quanto à amostra comunitária, a presença de médias mais baixas nas concepções de masculinidade combinada com níveis discretamente maiores de restrição emocional revela uma menor adesão à masculinidade, permeada por nuances que devem ser cuidadosamente analisadas. Mesmo sem envolvimento direto com a criminalidade, esses jovens parecem incorporar a emocionalidade restringida como parte de sua identidade masculina, o que sugere que o dispositivo da eficácia descrito por Zanello (2018) não é exclusivo dos ofensores, mas atravessa a experiência masculina juvenil de maneira ampla. Assim, a Restrição Emocional parece representar a norma mais resistente e universalmente aceita entre os homens, independentemente do seu status legal. Por outro lado, estes achados sobre o grupo da comunidade indicam um perfil onde a menor conformidade às normas de gênero pode funcionar como um fator de proteção contra o envolvimento em crimes, o que é amplamente suportado por estudos de prevenção (Connell & Messerschmidt, 2005; Liu et al., 2017 Liu et al., 2017).

Em síntese, os achados indicam que a restrição emocional não é apenas um sintoma individual, mas uma construção social enraizada nos dispositivos de gênero, e que essa construção interage com categorias como classe, raça e território para moldar identidades masculinas violentas e vulneráveis. Por exemplo, para meninos negros de áreas periféricas, a

negação da vulnerabilidade emocional pode não ser apenas conformidade aos mandatos de gênero, mas também uma estratégia de autoproteção, ou ainda, uma forma de resistir ao estigma racial e à violência institucional (Ribeiro, 2020).

Em relação as associações consistentes entre baixa escolaridade, evasão escolar e uso de álcool e/ou drogas e as três concepções de masculinidade na amostra total, importa notar que este comportamento se alinha com as normas de Provocação Social (impulsividade, quebra de regras, busca por emoção, dificuldade de adiar gratificação) e Heterossexismo (o uso de drogas associado ao abandono escolar pode estar ligado a rituais masculinos de socialização e afirmação de identidade). Somado a isto, têm-se a associação entre não ter conhecido o pai e a alta conformidade às normas masculinas. Isto pode significar que, na condição da ausência paterna, a adoção de normas rígidas de gênero podem funcionar como um mecanismo de compensação ou de busca de referências masculinas em outros modelos. Muitas vezes, estes modelos são justamente encontrados no grupo de pares.

A esse respeito, Bell Hooks discute em seu ensaio teórico “A Vontade de Mudar: Homens, Masculinidade e Amor” (2004) como a performance da masculinidade hostil requer a supressão da dor e a adoção de comportamentos autodestrutivos, como o uso abusivo de álcool e drogas e demais condutas de risco, de forma a comprovar sua força diante do olhar masculino, em busca de admiração e validação. Atrelado a isso, o patriarcado ensina os homens a negar seus sentimentos e sua vulnerabilidade. Essa dormência emocional é um dos pilares da violência masculina, pois dificulta ao homem o acesso à empatia (Vinuto, 2017). Como consequência desse processo, a raiva passa a ser a única emoção valorizada, servindo como um disfarce para sentimentos de medo, fracasso ou dor. Assim, Hooks elucida que esta forma de subjetivação e performance guarda relação com a vontade masculina de dominar.

Ora, o que são o Heterossexismo, a Provocação Social e a Restrição emocional senão manifestações desta urgência, perpetuadas a partir da promessa i(lógica) de uma “falsa

eficácia”: se me aproprio dos comportamentos e signos sociais atrelados a masculinidade hegemônica, então cada vez mais me aproximo deste lugar de prestígio prometido – mesmo que nunca totalmente alcançado. É exatamente nesta impossibilidade de alcance que reside o motor das tentivas masculinas em serem cada vez “mais” homens, mesmo quando pertencentes a masculinidades subalternizadas.

Por fim, em termos de comparação, a versão brasileira da Escala de Concepções da Masculinidade (ECM) foi originalmente validada com uma amostra de 260 jovens universitários, majoritariamente mulheres (56,8%), o que inviabiliza o uso de suas médias globais como referência (Guerra et al., 2014). Em contrapartida, outras pesquisas podem funcionar melhor no estabelecimento deste parâmetro. Em 2015, as mesmas autoras do artigo de adaptação do instrumento conduziram uma pesquisa com jovens homens universitários da região sudeste, onde Heterossexismo [$M = 2.25$ e $DP = 0.86$]; Restrição Emocional [$M = 1.52$ e $DP = 0.61$]; e Provocação Social [$M = 2.20$ e $DP = 0.76$]. Adicionalmente, na pesquisa desenvolvida por Souza, Lima & Ferreira (2023), realizada com 117 homens do nordeste brasileiro, encontrou as seguintes médias para Heterossexismo [$M = 1.97$ e $DP = 0.7$]; Restrição Emocional [$M = 1.65$ e $DP = 0.59$] e Provocação Social [$M = 2.07$ e $DP = 0.65$].

A pesquisa de Dantas Filho (2023), com amostra composta exclusivamente por homens universitários jovens no Amazonas, de em média 27 anos de idade, oferece um referencial mais adequado para comparação. Nesse estudo, a média relatada para Heterossexismo foi $\bar{x} = 1,4$, $DP = 0,5$; para Provocação Social, representou $\bar{x} = 2$, $DP = 0,7$; e para Restrição Emocional $\bar{x} = 1,4$, $DP = 0,5$. Comparando aos dados obtidos no presente estudo, observa-se que o grupo de ofensores não sexuais apresenta médias bastante superiores [Heterossexismo $\bar{x} = 2,8$; Provocação Social $\bar{x} = 2,7$; Restrição Emocional $\bar{x} = 2,5$], enquanto os ofensores sexuais situam-se em níveis discretamente acima das médias de referência dos estudos apresentados [Heterossexismo $\bar{x} = 2,0$; Provocação Social $\bar{x} = 2,2$; Restrição

Emocional $\bar{x}=2,1$]; e os da Comunidade, abaixo ou muito próximos das médias de referência [Heterossexismo $\bar{x}=1,9$; Provocação Social $\bar{x}=2,0$; Restrição Emocional $\bar{x}=1,9$].

A análise das médias nas concepções de masculinidade comparadas às médias de outros estudos brasileiros que aplicaram o mesmo instrumento em contextos e amostras diversas sugere uma adesão mais intensa às normas tradicionais de masculinidade no grupo de ofensores não sexuais nesta amostra; com médias superiores às encontradas nos demais estudos realizados em outras regiões do Brasil. Essa disparidade aponta para a possibilidade de que, mesmo em um contexto territorial semelhante (região norte), contextos de vulnerabilidade e exclusão social (quando contrastados, por exemplo, os índices de escolaridade nesta amostra e nas amostras com universitários) estejam associados a construtos de masculinidade mais rígidos.

De maneira geral, os achados centrais mostram convergência com a literatura: o heterossexismo aparece fortemente ligado a comportamentos infracionais não sexuais, indicando que atitudes de superioridade heteronormativa podem legitimar práticas de dominação em contextos de conflito intersubjetivo. Já a provocação social está particularmente associada a agressões extrafamiliares e uso de substâncias, configurando-se como um repertório de risco relacional entre pares. Em paralelo, a restrição emocional não diferiu estatisticamente entre os grupos, embora tenha se sobressaído entre ofensores sexuais, o que indica a dificuldade em expressar afeto e vulnerabilidade como mais persistente norma de masculinidade na amostra total investigada.

Finalmente, a constatação de que normas de masculinidade rígidas, combinadas a vulnerabilidades estruturais, se articulam à prática de comportamentos infracionais, reforça a necessidade de programas voltados à educação para equidade de gênero desde a infância. Intervenções socioeducativas devem incluir componentes de desenvolvimento emocional e habilidades de comunicação e regulação afetiva, visando reduzir a restrição emocional como

dispositivo de eficácia masculina. Políticas de prevenção ao crime juvenil também devem considerar os efeitos da ausência paterna, evasão escolar e uso precoce de substâncias, integrando ações intersetoriais que envolvam escola, saúde, assistência social e sistema de justiça.

Considerações finais

Os resultados deste estudo evidenciam que dimensões como heterossexismo, provocação social e restrição emocional interagem com variáveis biopsicossociais de formas particulares em cada grupo, reforçando a perspectiva multidimensional e contextualizada da masculinidade discutida na literatura. Em especial, a ambiguidade observada entre os jovens ofensores sexuais aponta para a coexistência de padrões distintos, combinando elementos de vulnerabilidade emocional, influências socioculturais e fatores situacionais.

Especificamente, identificaram-se dois possíveis subgrupos entre os ofensores sexuais: um marcado por maiores níveis de restrição emocional e menor uso instrumental de violência, e outro associado a comportamentos delinquentes, uso de armas perfurocortantes e maior adesão ao heterossexismo, sobretudo em contextos rurais. Já o grupo de ofensores não sexuais apresentou adesão marcadamente elevada às três dimensões da masculinidade, evidenciando consonância com normas hegemônicas de gênero associadas a dominação, hostilidade e risco. Por sua vez, o grupo comunitário mostrou menor conformidade às normas de masculinidade, ainda que a restrição emocional se mantivesse como elemento persistente, sugerindo a presença de padrões amplamente compartilhados na socialização masculina.

Apesar da robustez das tendências identificadas, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. Em termos estatísticos, a ausência de análises mais complexas restringe a precisão da identificação dos perfis e dos mecanismos subjacentes às associações observadas. Além disso, o tamanho reduzido da amostra tendo como parâmetro estudos

epidemiológicos em saúde pode limitar o poder estatístico para detectar diferenças mais sutis. Da mesma forma, a natureza transversal dos dados impede inferências causais e favorece interpretações correlacionais, o que requer cautela. A própria composição da amostra — predominantemente masculina, jovem e institucionalizada — também limita a generalização dos achados para outros contextos socioculturais.

Diante dessas restrições, futuras pesquisas devem investir em delineamentos longitudinais que permitam acompanhar o desenvolvimento das concepções de masculinidade ao longo da adolescência, identificando trajetórias de risco e proteção. Estudos qualitativos podem aprofundar a compreensão das dinâmicas subjetivas e relacionais que sustentam os padrões identificados, incluindo o modo como essas concepções de masculinidade são introjetadas, percorrendo caminhos entre experiência emocional, construção identitária e influências territoriais. Além disso, investigações interdisciplinares que integrem variáveis como raça, classe e território em perspectiva interseccional podem elucidar como múltiplas opressões se articulam na produção de masculinidades violentas ou vulneráveis. Recomenda-se, ainda, que pesquisas futuras utilizem amostras mais amplas e diversificadas, bem como análises estatísticas avançadas capazes de modelar perfis latentes, mediações e moderações.

Em síntese, os achados deste estudo contribuem para a compreensão dos modos como a masculinidade é performada e negociada em contextos juvenis amazônicos relacionados a vulnerabilidade, tendo ou não o desfecho do cometimento de ofensa sexual ou diversa desta. Assim, o estudo permitiu demonstrar como padrões normativos de gênero continuam a desempenhar papel central na constituição de trajetórias infracionais, embora pareçam atuar menos como fatores preditivos e/ou desencadeadores do comportamento infracional e mais como possíveis fatores mediadores entre outros aspectos, de maneira diferencial entre os grupos.

Ao apontar a complexidade e a heterogeneidade desses perfis, reforça-se a importância

de abordagens preventivas e interventivas sensíveis às nuances identitárias, territoriais e socioculturais que atravessam a juventude brasileira. A incorporação dessas evidências em políticas públicas e práticas profissionais pode favorecer respostas mais eficazes e humanizadas ao fenômeno da violência juvenil, contribuindo para a promoção de uma sociedade mais equitativa e menos permeada pela reprodução de masculinidades violentas.

Estudo III – Concepções de masculinidade na mediação entre experiências adversas na infância e ofensa sexual e não sexual em jovens do sexo masculino — uma proposta de integração Bioecológica

O estudo do comportamento sexual delitivo têm compreendido a agressão sexual como um fenômeno complexo e multifacetado (Machado, 2010). Sua etiologia parece derivar da interação entre diversos fatores, classificados como biológicos, cognitivos e socioculturais. Entre os fatores biológicos investigados na população de pessoas que cometeram ofensa sexual, é possível citar estudos que exploraram os padrões de excitabilidade fisiológica (Marshall, 2014) e modificações de substâncias cerebrais (DeMarco & Geller, 2020; Schuler, Mohnke, Amelung, Beier, Walter, Ponseti, Schiffer, Kruger & Walter, 2022). Outros estudos investigaram fatores cognitivos, como os níveis de empatia e as distorções cognitivas (Cavalcante & Reis, 2018; Rebocho, 2007; Sayago & Dornelles, 2011).

Aspectos socioculturais, referentes à trajetória de vida e às crenças e valores culturais em ofensores sexuais foram discutidos por Drury, Heinrichs, Elbert, Tahja, DeLisi e Caropreso (2017), que estudaram experiências adversas na infância (EAI) e por Plummer e Cossins (2020) e Ali e Verma (2020), que investigaram as concepções de masculinidade nessa população.

Para além destas variáveis, a idade do indivíduo quando do cometimento da ofensa

têm se mostrado uma característica essencial para distinguir seus perfis. Ainda que homens adultos apareçam nas estatísticas nacionais e internacionais como principais perpetradores de ofensa sexual, jovens e adolescentes são responsáveis por uma parcela significativa de casos relacionados a agressão sexual de outras crianças e adolescentes (Abaid & Dell’Aglia, 2014; McKillop, Rayment-McHugh & Bojack, 2020; Van Den Berg, Bijleveld & Hendriks, 2017;).

Por se tratarem de etapas do desenvolvimento distintas, a adolescência e a vida adulta diferenciam-se em termos de marcadores cognitivos, neurobiológicos e comportamentais. Nesse sentido, McKillop, Rayment-McHugh, Smallbone e Bromham (2018) demonstram que indivíduos que cometeram a primeira ofensa sexual na adolescência e na vida adulta apresentam perfil e motivações diferenciadas, e por isso, devem ser tratados como dois grupos independentes. Entre estas diferenças, destacam-se as seguintes: a média de idade para ofensores adolescentes foi de 14 anos, abusando majoritariamente de crianças menores ($x = 8.6$) em contexto extrafamiliar e com uso de coerção, relatando motivação sexual para o ato.

Levando em consideração as diferenças entre a ofensa sexual cometida por adultos e jovens/adolescentes, é possível inferir que a investigação da relação entre os diversos fatores que podem concorrer para este desfecho no último grupo configura-se como uma tarefa ainda mais complexa e desafiadora, uma vez que estes indivíduos estão em uma etapa peculiar do desenvolvimento, sob influência imediata dos diversos fatores associados ao comportamento delitivo. Estudos recentes que averiguaram a existência da correlação entre pelo menos três destes fatores e a ofensa sexual em amostras de jovens foram realizados por Ferreira (2020), Velásquez Marafiga, Ferraz Neis e Falcke (2022) e Zaniewski, Dallos, Stedmon e Welbourne (2022).

Por exemplo, o estudo de Ferreira (2020) demonstrou a existência de uma associação significativa entre experiências adversas na infância e o comportamento delinquente violento

(incluindo a ofensa sexual) e não violento entre jovens a partir dos 16 anos, não encontrando, no entanto, distinção de tamanho do efeito entre os dois grupos. Do mesmo modo, as distorções cognitivas de minimização e culpabilização funcionaram como variáveis mediadoras dessa relação. Já os resultados do estudo conduzido por Velásquez Marafiga, Ferraz Neis e Falcke (2022) revelaram associações significativas entre a experiência de abuso de substâncias paterno e a ocorrência de distorções cognitivas entre jovens ofensores sexuais.

Por fim, um estudo qualitativo realizado por Zaniewski, Dallos, Stedmon e Welbourne (2022) com 8 jovens ofensores sexuais, demonstrou a existência de uma relação entre experiências adversas na infância, adoção de determinadas distorções cognitivas e regras rígidas de gênero no discurso dos participantes, principalmente no que diz respeito à normalização da violência e negação da vulnerabilidade para lidar com situações que a envolvam. Estes estudos recomendam a realização de pesquisas que investiguem a associação entre variáveis potencialmente influentes no comportamento sexualmente ofensivo em jovens.

As Experiências Adversas na Infância (ACEs), que compreendem formas de abuso, negligência e disfunção familiar, têm sido consistentemente identificadas como precursores críticos de trajetórias infracionais na adolescência e vida adulta, principalmente em estudos episemiológicos associados a área da saúde pública (Felitti et al., 1998). Contudo, a literatura contemporânea sugere que o impacto dessas vivências sobre o este comportamento não ocorre de forma isolada, mas é mediado por variáveis psicossociais e de desenvolvimento (Baglivio et al., 2015). No caso de jovens do sexo masculino, o trauma precoce muitas vezes interrompe o desenvolvimento socioemocional, levando à busca por mecanismos compensatórios de identidade que confiram uma sensação de agência e controle em ambientes percebidos como hostis.

Nesse cenário, as concepções de masculinidade emergem como um constructo possível de ser estudado, no sentido de verificar o seu papel na mediação entre o trauma e a

ofensa. A internalização de normas rígidas de masculinidade — que enfatizam a dominância, a supressão emocional e a agressividade — pode atuar como uma estratégia de sobrevivência psicológica para meninos expostos à vitimização (O'Neil, 2010). A adoção dessas normas hegemônicas não representa apenas uma escolha individual, mas uma tentativa de alinhar-se a scripts culturais que validam a violência como uma forma legítima de restaurar a honra após a experiência de desamparo imposta pelas ACEs.

Assim, fica evidente que as características diversas e heterógenas dessa população encontradas na literatura podem ser explicadas não por uma causa única, mas pela interação de fatores (Machado, 2010). Isso quer dizer que há uma multiplicidade de fatores que são interdependentes, e que podem potencializar os comportamentos sexualmente ofensivos, em especial na adolescência. Esta complexidade de fatores sugere uma dupla necessidade: primeiro, é preciso utilizar um método que torne viável a análise de múltiplas variáveis atuando ao mesmo tempo em grupos distintos para verificar se o efeito encontrado deriva da ofensa sexual em particular ou da criminalidade em geral; segundo, deve-se lançar mão de uma teoria que sustente a discussão da interação entre estes fatores em diferentes níveis explicativos.

Portanto, o presente estudo se propõe a investigar o papel das concepções de masculinidade como mediadoras da relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e a ofensa (sexual ou não) em uma amostra de jovens institucionalizados em unidades socioeducativas. Para tanto, trará como aportes teóricos a teoria *ACE Pyramid* (Ratliff, Morris & Hays-Grudo, 2020; Merrick, Ford, Ports & Guinn, 2018) e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 1996-2011).

A teoria *ACE Pyramid* argumenta que o mecanismo pelo qual as EAI influenciam a saúde e o bem estar no decorrer da trajetória de vida individual pode ser explicado por uma estrutura de pirâmide, onde problemas geracionais e históricos na família, somados a

condições sociais precárias estariam na base. Estes fatores poderiam facilitar a ocorrência de EAI e desencadear rupturas neurodesenvolvimentais, potencialmente causadoras de dificuldades sociais, emocionais e cognitivas. Tais dificuldades levariam estes indivíduos a adotar comportamentos de risco como forma de *coping* (Ford et al. 2006) que poderiam resultar no desenvolvimento de doenças e inabilidades sociais, desencadeando como produto final no topo desta pirâmide, a morte precoce.

A teoria da bioecologia do desenvolvimento tem como norte a proposição de que o desenvolvimento humano ocorre na interação entre as características da pessoa e os diferentes sistemas ecológicos onde indivíduo estudado se situa (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). É considerada uma perspectiva sistêmica, o que permite analisar não somente os efeitos do contexto sobre o desenvolvimento, como também incluir o processo pelo qual isso ocorre. Ou seja, o processo diz respeito ao modo como o contexto (próximo e remoto) interage com a pessoa, produzindo desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2011). Um dos modelos teóricos possíveis dentro desta perspectiva é o da Bioecologia do Desenvolvimento Humano (MBDH).

Sob esta ótica, a ofensa juvenil pode ser compreendida como o desfecho de processos proximais disfuncionais, onde as características biopsicológicas do jovem (Pessoa) interagem com um histórico de adversidade (Contexto) ao longo do seu desenvolvimento (Tempo). A hipótese aqui defendida é que a masculinidade, portanto, funciona como uma força proximal que traduz as pressões do microssistema e do macrossistema em ações concretas. Propor uma integração bioecológica permite visualizar como o jovem "atua" seu gênero como resposta às demandas de um ambiente que, muitas vezes, falhou em prover proteção, transformando a vulnerabilidade em uma performance de força antissocial.

Com aporte das teorias supracitadas, o presente estudo parte da seguinte premissa: as experiências adversas na infância podem levar a problemas de saúde mental, incluindo

dificuldades interpessoais vivenciadas principalmente na família e no grupo de pares. Estas dificuldades podem favorecer a adesão à padrões de pensamento endossados pela cultura patriarcal, incluindo concepções equivocadas sobre o papel do homem, a minimização da violência, à culpabilização da vítima e a recusa da vulnerabilidade como forma de autoafirmação, presentes nas concepções hegemônicas de masculinidade.

- **Hipótese:** As concepções de masculinidade podem mediar a relação entre ter sido exposto à Experiências Adversas na Infância e o envolvimento posterior em comportamento de ofensa sexual e não sexual em jovens nesta amostra.

Objetivos

Objetivo Geral

- Averiguar o papel mediador das concepções de masculinidade na explicação da relação entre EAI e ofensa (sexual e não sexual) em jovens.

Objetivos específicos

- Analisar o papel mediador das concepções de masculinidade na relação entre EAI e ofensa sexual
- Comparar os índices de EAI e concepções de masculinidade entre os grupos de jovens ofensores sexuais, ofensores não sexuais e não ofensores.
- Identificar categorias emergentes de experiências adversas na infância e de concepções de masculinidade no relato dos participantes e sua relação com aspectos de sua trajetória de vida.

- Discutir possíveis mecanismos de introjeção de determinadas EAI a partir do desenvolvimento de concepções de masculinidade, utilizando como aporte a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Método

Trata-se de uma pesquisa de natureza empírico-descritiva, com caráter retrospectivo e abordagem quanti-qualitativa dos dados.

Procedimentos de análise

Primeira etapa – Análise quantitativa: inserção e associação de dados referentes a resultados da aplicação da ECM e ACE-IQ Test por meio do Software Jamovi

A análise quantitativa dos dados foi realizada utilizando o *Software Jamovi*. Foram procedidas análises descritivas (frequência e porcentagens) e análises de mediação para testar a hipótese de que as concepções de masculinidade (heterossexismo, provocação social e restrição emocional) atuam como varável que medeia a relação entre as Experiências Adversas na Infância (por frequência, via *ACE-Score*; ou por tipologia) e ter cometido ato infracional.

Foram inseridas no mesmo arquivo do *Microsoft Excel* as informações referentes à Escala de Concepções de Masculinidade (ECM) e ao Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância (ACE-IQ Test). A ECM visa calcular o índice de aderência à concepções de masculinidade hegemônica, que podem variar de 1 (pouco aderente) a 4 (muito aderente) em cada uma das três dimensões investigadas no instrumento (Heterossexismo, Restrição emocional e Provocação Social) para cada participante.

Já o ACE-IQ Test, indica o Índice Total de Adversidade (ACE-Score), calculado a partir do somatório dos valores obtidos por cada indivíduo em cada categoria. A pontuação total obtida pelo ACE-Score pode variar de 0 (quando o sujeito relata não ter experimentado nenhuma das experiências adversas categorizadas) a 13 (quando o sujeito relata ter vivido

todos os tipos de experiências adversas). Em um segundo momento, estas informações foram transferidas para o Software *Jamovi*, afim de realizar análises estatísticas descritivas e inferenciais de mediação, considerando $p \leq 0,05$ para associações significativas entre as variáveis.

O modelo de mediação simples adotado empregou o método Bootstrapping não paramétrico, gerando 1.000 amostras de reamostragem. Neste modelo, as variáveis dependentes testadas foram “ser ofensor” (sexual ou não) onde 1= sim e 0= não; e “ser ofensor sexual” onde 1= sim e 0= não. As variáveis mediadoras/moderadoras testadas foram as médias escalares de Heterossexismo, Provocação Social e Restrição emocional, além da média total de aderência às concepções de masculinidade (quanto mais próximas a 4, maior a aderência).

Por fim, as variáveis preditoras testadas foram: 1-“ACE-Score” (variável numérica de 0 a 13); 2-“Superexposição à EAI” (variável categórica onde 1= superexposto a ≥ 4 EAI e 0= não superexposto, ou seja, < 4 EAI); e 3- Tipologia de EAI. Esta última é uma variável categórica onde 1= relatou esta experiência e 0= não relatou esta experiência, para as 13 tipologias de EAI, quais sejam: abuso físico; abuso emocional; abuso sexual; consumo de álcool e drogas por familiares no lar; encarceramento de membro da família; histórico de doenças mentais na família, violência doméstica; divórcio, separação ou morte de um ou ambos os pais; negligência emocional; negligência física; violência moral ou bullying, violência comunitária e violência coletiva.

A significância estatística do efeito indireto foi avaliada por meio de um Intervalo de Confiança (IC) de 95%. A mediação seria considerada significativa se o IC não contivesse o valor zero, com um p -valor associado inferior a 0.05. A natureza da mediação foi categorizada como parcial se tanto o efeito indireto quanto o efeito direto fossem significativos, ou total se o efeito indireto fosse significativo e o efeito direto fosse não significativo, sendo o resultado

final expresso pelo Percentual de Mediação do efeito total.

Segunda etapa – Análise quanti-qualitativa: análise do conteúdo verbal das entrevistas por meio do Software Iramuteq

As gravações das entrevistas semiestruturadas realizadas foram posteriormente transcritas e seu conteúdo revisto por membros do GEAV/LED. A partir das informações sobre a trajetória desenvolvimental obtidas com um total de 15 jovens, sendo cinco jovens com comportamento de ofensa sexual, cinco jovens com comportamento de ofensa não sexual e cinco jovens sem comportamento de ofensa, será preparado o corpus para análise de seu conteúdo no Software IRAMUTEQ (Camargo & Justo, 2013, 2015; Ratinaud, & Marchand, 2012). O IRAMUTEQ é uma ferramenta de análise textual ancorado ao programa estatístico R e na linguagem *python*. Algumas de suas possibilidades de análise são: frequência de palavras; análise de similitude e classificação hierárquica descendente. Estas análises possibilitam identificar o nível de relação entre as palavras segmentadas por conjuntos de coocorrência e o contexto em que foram mencionadas (Camargo & Justo, 2013).

Para fins de análise lexical no software IRAMUTEQ, os relatos das entrevistas passaram por ajustes mínimos de natureza gramatical, tais como correções ortográficas e padronização de tempos verbais, sem alteração do conteúdo semântico ou do sentido atribuído pelos participantes. Esses ajustes tiveram como objetivo garantir a adequada segmentação e processamento do corpus pelo software.

Resultados

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir da primeira etapa da análise quantitativa dos dados utilizando o *Software* JAMOVI, referentes a análise de mediação das concepções de masculinidade sobre a relação entre Experiências Adversas na Infância e ofensa sexual e não sexual, seguidos dos resultados referentes à segunda etapa de análise quanti-qualitativa utilizando o *Software* IRAMUTEQ. Esta última etapa foi realizada a partir do conteúdo textual de 15 entrevistas cuja análise identificou classes emergentes no conteúdo relatado pelos participantes.

Primeira etapa – Análise quantitativa: inserção e associação de dados referentes a resultados da aplicação da ECM e ACE-IQ Test por meio do Software Jamovi

Primeiramente, foram conduzidos diversos modelos de mediação para examinar se as dimensões das concepções de masculinidade (heterossexismo, provocação social e restrição emocional) explicavam a relação entre experiências adversas na infância (EAI), tanto globais quanto específicas, e o envolvimento em ofensa (geral, sexual e não sexual). As análises foram realizadas no *Software JAMOV* por meio do módulo *medmod*.

Nos modelos iniciais envolvendo o *ACE-Score* total, apenas o heterossexismo explicou em parte a associação entre *Score* total e tipo de ofensa. Assim, o efeito global das EAI sobre o status de ofensor ocorreu em partes por meio do heterossexismo. Do mesmo modo, ao analisar cada EAI separadamente, verificaram-se efeitos de mediação significativos exclusivamente para a dimensão heterossexismo, indicando que esse construto funciona como mecanismo específico que conecta determinados tipos de adversidade e sua frequência ao envolvimento posterior em ofensa geral.

Assim, foram realizadas análises de mediação utilizando o método de bootstrapping (1000 reamostragens) para investigar se o heterossexismo mediava a relação entre diferentes tipos de adversidades e a probabilidade de ser um ofensor geral, ou, especificamente, um ofensor sexual. Para esta última análise, o modelo estatístico não resultou em mediação

significativa para nenhuma das três concepções de masculinidade. Por outro lado, os resultados derivados da análise de mediação entre ser um ofensor de maneira geral e as experiências adversas na infância por meio do Heterossexismo indicaram efeitos indiretos significativos para cinco preditores específicos, cujos intervalos de confiança de 95% não incluíram o valor zero.

A Tabela 14 resume todos os modelos onde o Heterossexismo atuou como um mediador significativo entre as experiências adversas na infância e a probabilidade de ser um Ofensor Geral (sexual e não sexual), como se observa a seguir:

Tabela 14.

Resultados da Análise de Mediação do Heterossexismo na Relação entre Experiências Adversas na Infância e Ser Ofensor Geral

Preditores (X)	Caminho <i>a</i> (SE)	Caminho <i>b</i> (SE)	Efeito Direto <i>c'</i> (SE)	Efeito Indireto <i>ab</i>	95% IC (indireto)	% de mediação
Negligência emocional	.315* (0.140)	.162*** (0.039)	0.061 (0.074)	0.051*	[0.005, 0.104]	45.7%
Familiar	.395** (0.154)	.150*** (0.038)	0.154* (0.072)	0.059*	[0.011, 0.121]	27.7%
Encarcerado	.310* (0.133)	.153*** (0.038)	0.197* (0.094)	0.048*	[0.006, 0.096]	19.5%
Violência Comunitária	.589*** (0.121)	.092* (0.040)	0.417*** (0.084)	0.051*	[0.009, 0.114]	11.4%
Violência Coletiva	.056* (0.023)	.142*** (0.038)	0.043*** (0.012)	0.008*	[0.008, 0.016]	15.6%

Nota. N= 156. Os coeficientes relatados são estimativas não padronizadas. O erro padrão (SE) e o Intervalo de Confiança (IC) de 95% foram calculados via *bootstrapping* com 1000 reamostragens. O caminho *a* representa a relação entre o Preditor e o Mediador. O caminho *b* representa a relação entre o Mediador e a Variável Dependente. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

A análise envolvendo a negligência emocional foi a única a apresentar um modelo de mediação total, onde o efeito significativo foi exclusivamente indireto ($ab = 0,051$; $SE = 0,025$; $p = 0,4$). Neste caso, o efeito direto da negligência emocional sobre ser um ofensor geral não foi significativo ($c' = 0,061$, $p = 0,4$), indicando que, neste modelo de mediação, o impacto da negligência emocional sobre a probabilidade de ser um ofensor geral é explicado somente pelo aumento associado nos níveis de heterossexismo, e não pela sua ocorrência de maneira isolada.

Nesse modelo, o heterossexismo explicou 45,7% do efeito da negligência emocional sobre a variável dependente. Para chegar a este resultado, o modelo estatístico seguiu o seguinte caminho: em primeiro lugar, a negligência emocional gera um aumento na aderência às crenças heterossexistas. Esse heterossexismo, por sua vez, eleva à probabilidade de ser um ofensor. Neste caso, como o efeito direto é insignificante, é possível afirmar que, nesta amostra, a negligência emocional só influencia o desfecho (ser ofensor) porque ela "passa" através do heterossexismo. Ou seja, o heterossexismo funciona como mecanismo explicativo robusto que leva indivíduos que sofreram negligência emocional a se tornarem ofensores ainda na adolescência.

Por outro lado, no modelo envolvendo a experiência de ter um familiar encarcerado, observou-se uma mediação parcial significativa (27,7%), sugerindo que o encarceramento familiar aumenta a probabilidade de ser ofensor tanto diretamente quanto através do aumento do heterossexismo. Isto significa que ter um familiar preso aumenta a probabilidade de ser um ofensor por dois caminhos: um caminho passa pelo aumento do heterossexismo (mediação) e outro caminho é direto, possivelmente ligado a outros fatores sociais ou traumáticos que o heterossexismo não consegue explicar sozinho.

Padrão semelhante de mediação parcial foi encontrado para a violência comunitária e para a violência coletiva, onde ambos os tipos de violência apresentaram efeitos diretos e indiretos significativos sobre o desfecho. Para a violência comunitária, o heterossexismo explica cerca de 19,5% dessa relação, mas a grande maioria do impacto (80,5%) é direta ou mediada por variáveis que não estão neste modelo.

Já para a violência coletiva, o efeito direto é extremamente significativo, o que sinaliza que, embora ter vivido experiências atreladas a violência coletiva pareça contribuir para uma maior aderência ao heterossexismo, apenas 11,4% da sua influência para se tornar um ofensor passa por esse mediador. A grande maioria do efeito (88,6%) é direta. Isso sugere que a violência coletiva é um fator de risco tão forte que "empurra" o indivíduo para o comportamento de ofensa de forma quase independente das suas concepções de

masculinidade ou heterossexismo.

Na análise referente ao *ACE-Score* total, o efeito indireto foi significativo ($p = 0,044$) e o intervalo de confiança não cruza o zero. Este resultado indica que, de forma geral, quanto mais adversidades um adolescente nesta amostra viveu, maior é o seu nível de heterossexismo, o que por sua vez aumenta a chance de ele ser um ofensor. No entanto, assim como nas violências explícitas, o *ACE-Score* total apresenta uma mediação parcial significativa (15,6% do efeito passa pelo heterossexismo). Isso mostra que o trauma acumulado tem um peso direto muito forte (84,4%) na trajetória infracional, mas a ideologia de gênero (heterossexismo) é um componente indissociável. Por fim, outras concepções de masculinidade foram testadas como possíveis mediadoras no modelo. No entanto, estas não apresentaram efeitos indiretos estatisticamente significativos, não atuando como mecanismos mediadores entre as adversidades e o comportamento de ofensa geral nesta amostra.

Segunda etapa – Análise quanti-qualitativa: análise do conteúdo verbal das entrevistas por meio do Software Iramuteq

A partir da análise fatorial de correspondência feita pelo método Classificação Hierárquica Descendente (CHD), foi possível realizar a análise de 610 segmentos de texto de entrevistas com 15 participantes, sendo cinco de cada grupo amostral, restando-se 85% do total (518 ST) e gerando cinco classes, agrupadas pela presença de um vocabulário comum. Posteriormente, estas classes foram nomeadas de acordo com temas que traduzem o núcleo semântico de cada uma, tendo por objetivo compreender os significados compartilhados pelos participantes, referentes a relação entre os dois construtos investigados neste estudo: as concepções de masculinidade e as experiências adversas na infância.

Primeiramente, o *Software* dividiu o *corpus* em dois *subcorpora*, onde a Classe 1 – Masculinidade normativa e regulação social foi separada do restante do material. Em seguida, o *subcorpus* maior foi novamente dividido, originando a Classe 3 – Violência comunitária, coletiva e criminalidade. Uma terceira partição originou a Classe 2 – Trajetória juvenil e uso

de substâncias. Finalmente, a última partição dividiu o restante do material em duas classes – Classe 5 – Subjetividade relacional entre familiares e pares e Classe 4 – Abuso físico e violência doméstica no contexto familiar.

A Figura 12 mostra a existência de uma maior similaridade textual entre a Classe 5 – Subjetividade relacional entre familiares e pares e a Classe 4 - Abuso físico e violência doméstica no contexto familiar, o que significa que essas experiências são relatadas pelos adolescentes no mesmo contexto. Enquanto esta última apresenta relatos explícitos de experiências relacionadas a punição física conferida pelos pais e/ou presenciar violência doméstica, a primeira contém o impacto subjetivo desta e outras experiências adversas como o bullying no grupo de pares.

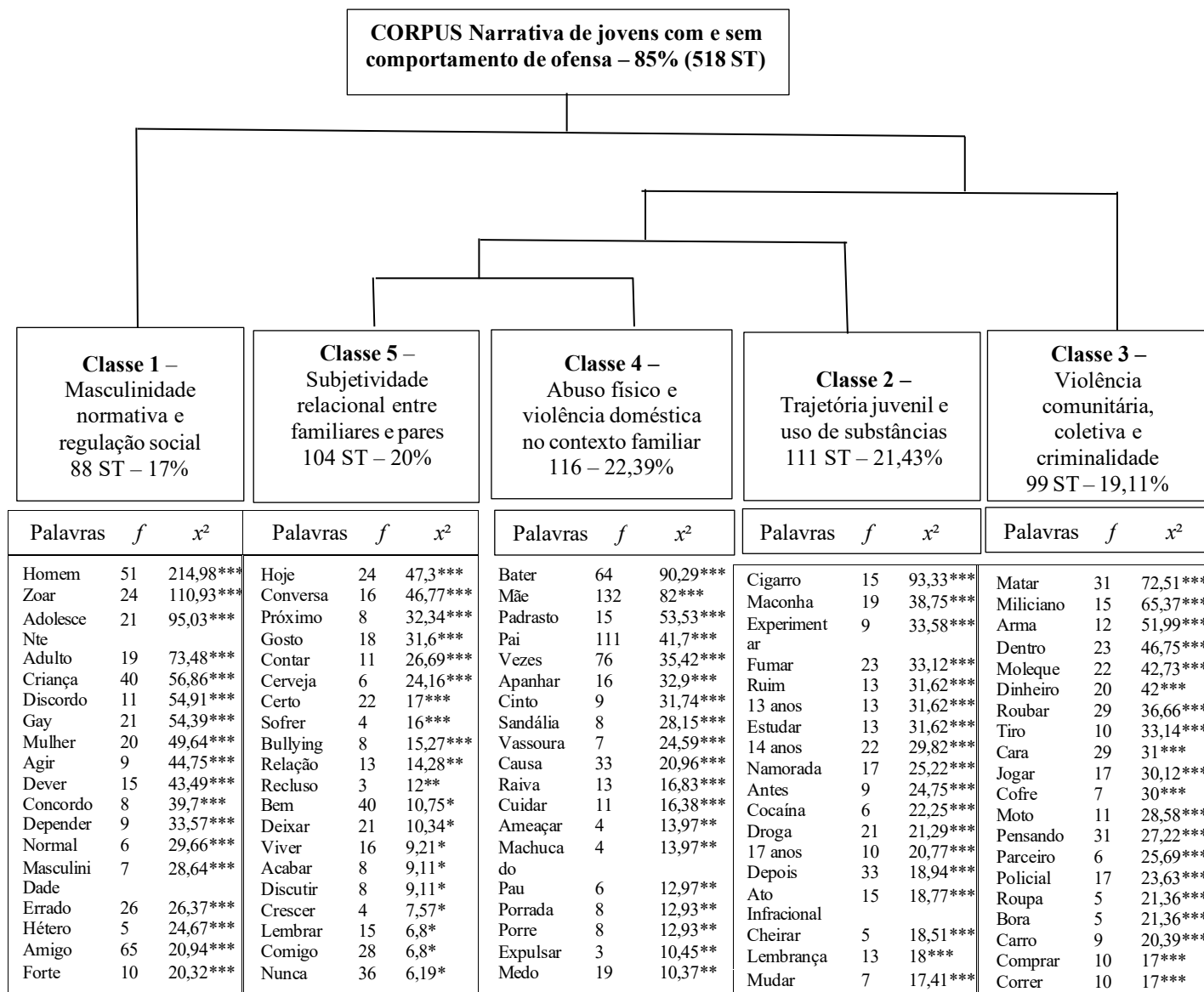
A Classe 2 – Trajetória Juvenil e Uso de Substâncias — apresenta conexão indireta com a Classe 4 e a Classe 5, enquanto se diferencia da Classe 1 – Masculinidade normativa e regulação social. Esta relação pode ser explicada em função dos contextos onde as experiências relatadas nas Classes 4 e 5 ocorrem, quais sejam, a família e o grupo de pares. Enquanto a família representa para alguns participantes modelos de uso de substância e até ambiente de experimentação, é no grupo de pares que este uso vira hábito atrelado a socialização, sendo estes importantes marcadores das trajetórias juvenis relacionadas ao uso de substâncias relatadas na Classe 2.

Por outro lado, A Classe 1 – Masculinidade normativa e regulação social – apresenta conteúdo relacionado de maneira indireta a todas as outras classes. Isso significa que, mesmo que indiretamente, os discursos acerca da masculinidade estão diluídos nas outras classes. Ou seja, enquanto falam sobre a experiência de abuso físico e violência doméstica na família, bullying, uso de substâncias e envolvimento com a criminalidade, estes adolescentes também estão falando sobre masculinidade.

Esta relação pode ser constatada de forma gráfica por meio do Dendograma apresentado na Figura 12.

Figura 12.

Dendograma da análise da narrativa de jovens com e sem comportamento de ofensa pelo método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)



Nota = *p < 0,05; **p < 0,01; ***p < 0,0001, teste Qui-Quadrado, software IRAMUTEQ.
Elaborado pela autora (2026)

Para ilustrar empiricamente a conexão lexical entre os resultados da CHD e os relatos dos participantes, a seguir serão apresentados trechos ilustrativos de cada classe de acordo com o grupo a que o adolescente pertence (ofensor sexual, não sexual e grupo comunitário). A ordem escolhida para esta apresentação atende a uma possível cronologia dos acontecimentos no decorrer de seu desenvolvimento, obedecendo a sequência em que foram narrados. Entre

parenteses, estarão as principais informações sobre o participante, nomeadamente: grupo, idade, ato infracional cometido, número de experiências adversas na infância, representado pela superexposição ou não ao *ACE-Score*, e nível de aderência à masculinidade hegemônica medida pela ECM.

Desta forma, iniciaremos pela classe que ilustra experiências ocorridas principalmente nos primeiros anos da infância.

Abuso Físico e Violência Doméstica no Contexto Familiar (Classe 4)

No conjunto das entrevistas analisadas, todos os 15 participantes apresentaram segmentos de texto classificados na Classe 4 da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a qual reteve 22,39% e agregou relatos de abuso físico e/ou violência doméstica vivenciados na infância em vários níveis de intensidade. As palavras mais associadas a essa classe foram ‘bater’, ‘mãe’, ‘padrasto’, ‘pai’, ‘vezes’, ‘apanhar’, ‘cinto’, ‘sandália’, ‘vassoura’, ‘medo’, entre outros. A presença desses segmentos em todas as entrevistas indica o caráter transversal dessa classe no corpus analisado, independentemente do grupo de pertencimento.

A seguir, são apresentados os segmentos de texto mais representativos dessa classe, com o objetivo de ilustrar os principais núcleos de sentido que estruturam essa categoria analítica.

O Participante 3, do grupo de adolescentes que cumprem medida por ofensa sexual, afirmou:

Meus pais me repreendiam, batiam em mim, faziam um monte de coisa, mas não adiantava bater, eu fazia a mesma coisa. Foram poucas vezes que a minha mãe bateu com o cinto, tinha mais medo de apanhar do meu pai. Raramente meu pai batia na minha mãe (...) o meu tio que queria brigar com meu pai com uma ponta de uma faca, porque o meu pai estava querendo bater na minha mãe por causa de ciúme. (...) Meu pai já chegou a jogar até a caixa do motor na minha costa me expulsando de casa. Meus pais

me bateram muitas vezes, minha mãe usava sandália, meu pai usava aqueles pedaços de galho de árvore e começava a bater, batia com corda. (Participante 3, 18 anos; Estupro de Vulnerável; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

Nesta mesma linha, o Participante 8, do grupo de ofensores não sexuais, também descreveu dinâmicas de abuso físico envolvendo diversas figuras familiares, como padrasto, mãe e avó.

Qualquer coisa meu padrasto me batia muito, me botava de castigo, me fazia vergonha na escola, me fazia vergonha na frente dos outros, na rua. Eu ficava pensando ‘égua, por que ele me trata assim?’ (...), ‘por que a minha mãe me trata assim?’ por causa dela quando eu descobri que meu padrasto não era meu pai já não quis mais obedecer ele, me revoltei contra ele e piorou mais ainda, porque além de apanhar do meu padrasto, ainda apanhava da minha mãe. Minha avó também me batia muito, sem motivo nenhum, eu lembro que eu ia para a escola de manhã e ela me acordava dando porrada de cabo de vassoura em mim (...) eu tinha que arranjar um jeito de não apanhar, e o que eu fazia? Eu passava o máximo que eu podia fora de casa (...) em casa xingavam todo o tempo, batiam em mim com corrente, vassoura, corda (...) Teve um dia lá que o meu padrasto bateu na minha mãe, eu ficava só no meu pensamento ‘eu vou matar esse cara antes do ano novo’, quando foi no dia do natal, eu matei ele”. (Participante 8, 16 anos; Roubo Majorado; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

O Participante 12, pertencente ao grupo comunitário, ilustra a ambiguidade de experiências de conflito e afeto no âmbito familiar envolvendo, em especial, uma avó que desempenhou função parental.

Foi briga da minha mãe biológica com a minha avó, foi puxão de cabelo, tapa, foi uma

briga feia. Esse dia marcou muito na minha mente (...) Acho que essa briga foi por mim. Minha avó me bateu muito, mas não que eu tenha raiva, foi um ensinamento que ela aprendeu desse jeito, então não dá para culpar. Às vezes minha avó me batia com cinto e outros objetos, mas ela sempre foi bem atenciosa comigo. Eu nunca fui de me abrir com minha avó porque tenho medo de apanhar dela até hoje (...) Já vi na minha casa xingamento, ser estapeado, já me ameaçaram me colocar para fora de casa mais de uma vez. (Participante 12, 17 anos; Grupo Comunitário; ACE-Score >4; Baixa adesão à masculinidade hegemônica).

Em seguida, serão ilustrados trechos representativos da Classe 5, que contém a elaboração subjetiva das experiências contidas na Classe 4 e outras localizadas no grupo de pares, sendo, por isso, consideradas cronologicamente posteriores à primeira.

Subjetividade Relacional entre Familiares e Pares (Classe 5)

Do total de 15 entrevistas analisadas, 12 continham segmentos de texto com relatos referentes a subjetividade relacional entre familiares e pares, sendo 4 de cada grupo amostral. Esta classe agrupou 20% do conteúdo analisado, tendo como principais palavras associadas ‘hoje’, ‘conversa’, ‘próximo’, ‘gosto’, ‘contar’, ‘certo’, ‘sofrer’, ‘bullying’, ‘relação’, ‘recluso’, entre outras. Considera-se que os participantes que não entraram nesta classe apresentam menor conteúdo verbal em suas entrevistas, uma vez que os relatos inclusos nesta classe requerem maior elaboração subjetiva e relacional das experiências vividas. A seguir, são apresentados os segmentos de texto mais representativos dessa classe, selecionados a partir de um relato de cada grupo investigado.

Ao narrar experiências relacionadas ao consumo de bebida alcoólica na família e introdução ao grupo de pares, o Participante 3, do grupo de ofensores sexuais, fez a seguinte fala:

Eu falava para o meu pai ‘o senhor teve os seus momentos, agora eu que vou viver o meu, porque eu lembro que o senhor bebia cerveja, batia no povo, chegava porre, brigava com todo mundo, o senhor apanhava dos outros, agora deixa eu viver o meu’ (...) Uns colegas faziam bullying comigo, eles diziam que eu era doido, que eu não era normal, me separavam das outras crianças, porque tinha pessoas que até queriam falar comigo, mas eles não deixavam por conta do que eles falavam e foi criando ali um vínculo com ninguém na escola, eu ficava sozinho. (Participante 3, 18 anos; Estupro de Vulnerável; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

O Participante 7, do grupo dos ofensores não sexuais, por outro lado, reflete sobre a abertura que tinha com os pais no decorrer do seu desenvolvimento.

Tinha relações sexuais com 10 anos, ninguém conversou comigo, não quero falar do meu pai senão eu vou chorar, acho que entendia meus problemas somente meu pai. Minha mãe era muito agressiva, ela quebrava e quando eu chegava em casa todo quebrado ela me quebrava mais ainda. (Participante 7, 15 anos; Roubo; ACE-Score>4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

Por fim, o Participante 13, do grupo comunitário, elabora questões a respeito da dinâmica relacional e intimidade que estabelece com a mãe, a avó e uma tia, como observado na seguinte fala:

Eu morava com a minha avó, quando eu fiz catorze anos a minha avó faleceu de câncer, eu comecei a morar com a minha mãe, então a gente nunca teve aquela convivência de chegar para conversar (...) a gente não tem de certa forma uma relação, a gente conversa o essencial (...) Tenho mais intimidade com os meus amigos, não contava meus problemas para minha mãe, ela sempre estava ocupada, eu fico basicamente sempre

sozinho porque a minha mãe trabalha em bar. Quem me criou e me botou na linha foi a minha avó, porque as vezes minha mãe era agressiva. Já aconteceu as vezes a minha mãe ter consumido bebida alcoólica e não conseguir cuidar de mim (...) Teve um tempo que morei com a minha tia, foi um momento tenso na minha vida, porque ela vivia tentando se matar e eu tinha que ficar impedindo (Participante 13, 18 anos; Grupo Comunitário; ACE-Score >4; Baixa adesão à masculinidade hegemônica).

Posteriormente, serão descritos os trechos relacionados a classe que representa a introjeção generificada das experiências contidas nas outras classes, principalmente a partir da adolescência.

Masculinidade Normativa e Regulação Social (Classe 1)

Na Classe 1, responsável por 17% do conteúdo analisado, novamente todos os 15 participantes apresentaram segmentos de texto classificados como relatos acerca da Masculinidade normativa, sexualidade e formas de regulação social na família e entre pares. Esta classe foi a primeira a ser dividida pelo software Iramuteq, o que indica uso de um vocabulário específico e facilmente identificável para falar sobre o tema, como o uso de palavras como ‘homem’, ‘gay’, ‘zoar’, ‘mulher’, ‘dever’, ‘normal’, entre outras. A seguir, serão apresentados os três trechos mais representativos desta classe por grupo amostral.

O Participante 2, que cumpre medida socioeducativa por estupro de vulnerável, revelou aspectos da construção da sua sexualidade e masculinidade, além de pontuar brevemente o seu envolvimento neste ato infracional:

Eu falava sobre sexualidade com minhas amigas, mas nunca nenhum adulto. Eu tive acesso a pornografia com 14 anos. Eu assistia com minhas amigas pornografia, mulher dançando (...) minhas amigas falavam para ir além, pesquisar mais sobre aquilo até chegar no ‘xvideos’. Primeira vez que beijei eu tinha 15 anos, primeira relação sexual

eu tinha 8 anos. Eu sei o que é masculinidade, é coisa de hétero. Eu acho que não tenho essas atitudes. Fazer as unhas é questão de higiene. Se um homem zoa os seus amigos, depende se o outro gosta. Discordo plenamente que homens não devem falar de suas preocupações. Todo mundo tem sentimentos. Eu sei o que é federa, os outros meninos na unidade socioeducativa acham que são durões por ficar tirando com os outros, eu não acho. Não quero falar sobre o meu ato infracional. Estava eu e a vítima no abrigo, se divertindo, aí não sei, nós chegamos nessa conclusão. (Participante 2, 16 anos; Estupro de Vulnerável; ACE-Score >4; Baixa adesão à masculinidade hegemônica).

Por outro lado, o Participante 7, pertencente ao grupo dos ofensores não sexuais, demonstra uma construção pessoal muito mais rígida sobre o significado de ser homem:

Andar com gay na rua não procede. Zoar os outros homens é falsidade, mas fazer federa é mais embaixo. Se o cara é homem, tem que ser homem e não moleque. O que é problema do homem é problema dele, tem que guardar. O homem tem que ser homem até o final, o cara nasceu homem, tem que ser maduro. Mas, chorar é humano. Tem que parecer um homem, tem que ser homem, não ficar na boiolagem. Eu tenho medo de ficar na unidade socioeducativa sozinho a noite, mas não falo para ninguém. Se o homem correr como menina todo mundo vai ficar olhando pensando que ele é baitola. Na rua de casa tinha um moleque que ele era todo filho de papai e mamãe, começou a ser zoad e começou a amadurecer e começou a zoar os cara também (...) Sentimento dos outros só não pode ser respeitado se ele agisse como baitola. Se quiser fazer coisas de mulher ele quer ser baitola também, é errado, eu não faço isso não. (Participante 7, 15 anos; Roubo; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

Finalmente, o Participante 12, do grupo comunitário, apresenta outra concepção de

masculinidade, da qual se exclui parcialmente:

“Masculinidade, por mais que pareça uma palavra que aqueles homens hétero top usa muito, eu acho que masculinidade é (...) um fator específico do homem é que o homem é não másculo, mas sim corajoso (...) no caso de ele tomar decisões mesmo que duras ou difíceis, é ter essa masculinidade. Masculinidade tem a ver com coragem. Eu tenho muitos amigos gays, não tem porque ter vergonha. Eu as vezes também ajo como menina, eu sou hétero, só que as vezes parece que eu não sou, e não tem problema nisso. O pessoal, amigos, fala isso de mim, mas eu sou hétero sim. Não tem nada de errado um cara que zoa os amigos, mas (...) tem que ter uma intimidade. O objetivo mais importante não deveria ser agir como um homem, deveria ser agir como pessoa. Ser zoadado ajuda os homens a serem mais fortes... talvez. Eu queria dizer que discordo, mas é meio que verdade isso, então concordo, por mais que seja errado (Participante 12, 17 anos; Grupo Comunitário; ACE-Score >4; baixa adesão à masculinidade hegemônica).

Em seguida, serão descritos trechos representativos da introdução destes participantes ao mundo “adulto” a partir de experimentação de substâncias.

Trajetória Juvenil e Uso de Substância (Classe 2)

Das 15 entrevistas avaliadas, 11 continham segmentos de texto com discursos referentes a acontecimentos relativos a adolescência, em especial, o início do uso de substâncias, atrelado a experiência de trabalho na infância/adolescência que podem culminar na evasão escolar. Dos participantes que não apresentaram estes relatos, um estava no grupo de ofensores sexuais, cujo ato infracional estava relacionado a pornografia infantil, e dois estavam no grupo comunitário. Esta classe apresentou retenção de 21,43% do material analisado, tendo com principais palavras associadas ‘cigarro’, ‘maconha’, ‘experimentar’, ‘fumar’, ‘ruim’, ‘13 anos’, ‘estudar’, entre outros. A seguir, são descritos os trechos mais

representativos desta classe em cada grupo amostral.

O Participante 1, do grupo de ofensores sexuais, apresenta sua trajetória da infância para a adolescência atrelada ao uso de substâncias da seguinte maneira:

Comecei a trabalhar desde criança, desde criança ajudava meu pai como pescador, pedreiro (...) dessa fase 13 anos, 14 anos só tenho lembrança ruim mesmo (...) eu comecei usando cigarro normal, depois passei para bebida alcoólica, fui para droga e da droga não consegui mais parar. Tinha 14 anos quando experimentei cigarro, depois cachaça, maconha, experimentei tudo junto com meus amigos de infância (...) Quando aconteceu o meu ato infracional, eu estava sob efeito de droga, maconha e bebida alcoólica. (Participante 1, 18 anos; Estupro de Vulnerável - Desconhecido, menino, menor de 12 anos; ACE-Score >4; baixa adesão à masculinidade hegemônica).

O Participante 8, que cumpre medida socioeducativa por roubo majorado, relata suas primeiras experiências de trabalho, o abandono da escola e a inserção em contextos de uso de substâncias:

Teve alguns tempos da minha vida que eu parei de estudar. Na primeira experiência de trabalho foi no garimpo, foi dos 14 anos, depois eu fiz bico de ajudante de pedreiro, eu passei um mês trabalhando como atendente no carro de lanche. No garimpo é bom porque a gente ganha bastante dinheiro, por causa que no garimpo é droga, mulher e bebida, essas três coisas que o pessoal gosta, só que o trabalho lá é muito forçado, muito explorador (...) Primeiro que eu comecei a usar assim foi cigarro, depois eu comecei a beber, eu tinha uns 12 anos, eu e meus amigos se encontrava na praça aí comprava cachaça. Cigarro era toda hora, depois eu comecei a usar droga mesmo, fumar maconha, cheirar cocaína. O crack foi uma vez. Fumava muita maconha, doce só uma vez (...) eu estava lá na casa da minha tia que é usuária, também ela vende droga. (Participante 8,

16 anos; Roubo Majorado; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

Por fim, o Participante 15, do grupo comunitário, também relata a transição da infância para a juventude intermediada pelo uso de substâncias, com alguma supervisão familiar e a permanência no contexto escolar:

“Escola sempre foi prioridade, uma vez eu até tive uma experiência de trabalho, confesso que não foi muito boa não (...) Provei cerveja, mas não gosto muito, prefiro drinks, provei com 16 anos, foi um aniversário de um amigo próximo, todo mundo estava assim bebendo, aí a minha mãe estava também nesse dia presente, aí eu perguntei pra ela se podia, ela me olhou e falou ‘pode, mas tenha responsabilidades’. Cigarro experimentei mas não gostei (...) maconha foi agora mais recente com meus dezoito, eu comecei até porque a minha irmã também fuma, eu quis experimentar, gosto da sensação porque desacelera tudo. Cocaína experimentei também, mas é bem raro, eu já frequentei festas raves com a minha irmã, mas ela tem todo um cuidado comigo, ela me trata como se eu fosse uma criança ainda (Participante 15, 19 anos; Grupo Comunitário; ACE-Score <4; baixa adesão à masculinidade hegemônica).

Por fim, a última classe a ser relatada é aquela em que se considera concretizado o processo de subjetivação decorrente das classes anteriores em comportamento diretamente experimentado, principalmente a partir da inserção na criminalidade.

Violência Comunitária, Coletiva e Criminalidade (Classe 3)

Finalmente, em relação à Classe 5, 11 dos 15 participantes apresentaram segmentos de texto classificados como experiências de violência comunitária, coletiva e/ou envolvimento com a criminalidade, classe que reteve 19,11% dos relatos analisados. Dos 4 participantes que não apresentaram tais relatos, 2 estão no grupo de ofensores sexuais e 2 no grupo comunitário.

Esta foi segunda classe dividida pelo Software Iramuteq, a partir do uso de palavras como ‘matar’, ‘miliciano’, ‘arma’, ‘moleque’, ‘dinheiro’, ‘roubar’, entre outras. A seguir, serão apresentados os três trechos mais representativos desta classe por grupo amostral.

A respeito de suas experiências com a violência coletiva e comunitária, o Participante 3, integrante do grupo de adolescentes que cometeram ato infracional análogo ao estupro de vulnerável, enunciou:

Lembrança ruim foi o dia que os policiais tentaram me matar (...) porque eu tinha quebrado a cabeça de um moleque lá, eu já tinha aprontado muito, o policial disse para minha mãe e o meu pai que iria me dar um jeito (...). Eu vim da igreja com meu pai, aí enquadraram o meu irmão pensando que era eu (...) iam matando o meu irmão nesse dia, eu peguei o revolver lá de casa e saí desembestado (...) quem me deu esse revolver foi o meu amigo (...) os policiais já me bateram muito, vários amigos que foram espancados. (Participante 3, 18 anos; Estupro de Vulnerável do sexo masculino; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

O Participante 8, pertencente ao grupo dos adolescentes ofensores não sexuais, aprofundou em detalhes tanto a violência comunitária e coletiva vivenciada nas rondas onde morava, como seu envolvimento posterior com a criminalidade:

Já vi gente morrer na minha frente com bala umas três vezes (...) vi gente no chão assim toda furada (...) já invadiram minha casa, guarnição da militar, chegaram quebrando tudo, me deram pisa e levaram meu dinheiro, milícia (...) essa cicatriz aqui foi eles que quebraram, num dia eles me levaram para o mato, quebraram a minha testa, quebraram meu dente, me espancaram, quase me mataram (...) Quando comecei a roubar, minha motivação era por causa que quando eu tinha uns 12 anos, a minha mãe mandava dinheiro para minha avó comprar umas roupas para mim, aí a minha avó não comprava,

aí eu andava todo jogado, só que meus amigos não (...). A família do meu pai vendia droga (...) quando eu ia na biqueira eu via as arma tudo na cintura deles, eu nunca tinha tocado (...) passou o tempo o cara que estava vendendo a arma mandou mensagem para mim assim ‘moleque, tá afim de ganhar dinheiro?’ eu só roubava celular e bicicleta. Ele falou ‘olha, mano, tem umas parada para ti pegar muito dinheiro (...) é um miliciano que matou três ladrão no bairro, o Comando Vermelho estava pagando 10 mil pra quem matar ele, se tu matar esse cara tu vai ser muito patenteado’ (...) foi que eu toquei pela primeira vez numa arma (...). Peguei seis mil e quinhentos nesse assalto, eu tinha 12 anos, ai eu completei 13 anos e comemorei o aniversário bacana, sobrou um dinheiro e a gente foi embora para salinas, os parceiros do crime, a gente foi em uma boate lá (...) eu perdi minha virgindade nessa boate, foi com uma puta lá (...) Quando matei o miliciano, depois eu estava dentro do carro e comecei a chorar ali, pensando ‘eu matei o cara, não queria’, mas todo mundo ficou alegre, batendo palma, maior alegria ‘a gente matou o miliciano!’ todo mundo alegre e eu chorando dentro do carro. (Participante 8, 16 anos; Roubo Majorado; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

Por fim, o Participante 11, pertencente ao grupo comunitário, também relata experiências que envolvem violência comunitária e coletiva, adotando, no entanto, uma perspectiva de maior passividade, sem envolvimento posterior com a criminalidade:

No meu bairro já vi várias vezes tanto gente espancada, como morte também, mas faz tempo, negócio de bandidagem, tráfico. negócio de miliciano, matava muito bandido que roubava no bairro, presenciei muita morte, mas eu não vi diretamente, eu ficava sabendo (...) tiro já ouvi, chegaram gente correndo da polícia para se esconder em casa mesmo, mas eles conheciam meu pai. Meu pai foi espancado por policial. Tive amigos mortos também por polícia. Que me traumatizou mais foi do meu pai e da polícia, que

meu pai mexia com essas coisas de droga, no dia que invadiram a casa dele botaram a cabeça do meu pai na máquina, eu vi tudo isso, eu era pequeno (Participante 11, 17 anos; Grupo Comunitário; ACE-Score >4; alta adesão à masculinidade hegemônica).

Nesta análise, compreende-se que a descrição da CHD pelo dendograma permitiu identificar campos temáticos distintos, enquanto a apresentação de trechos das entrevistas de cada grupo amostral por classe permitiu ilustrar como se dá a articulação destes eixos no discurso dos participantes. Com o objetivo de compreender como esses campos se articulam estruturalmente no corpus, será apresentada a Análise de Similitude do material, o que permitirá evidenciar núcleos semânticos centrais e suas conexões, concluindo a seção de resultados. Este procedimento, baseado na Teoria dos Grafos, torna possível observar o nível de relação entre as palavras utilizadas, segmentadas por conjunto, assim como verificar quais apresentam similitudes, tendo em vista o índice de coocorrências e o contexto em que foram mencionadas, resultados estes demonstrados por meio do teste do Qui-Quadrado.

A análise de similitude, realizada a partir do corpus integral das entrevistas, possibilitou visualizar a organização estrutural e as conexões lexicais entre os termos que compõem as classes identificadas pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Conforme ilustrado na Figura 13, observa-se a formação de núcleos semânticos interligados, com destaque para os termos ‘mãe’, ‘pai’, ‘casa’, ‘amigo’, ‘criança’ e ‘homem’, que aparecem como vértices centrais na rede de coocorrências.

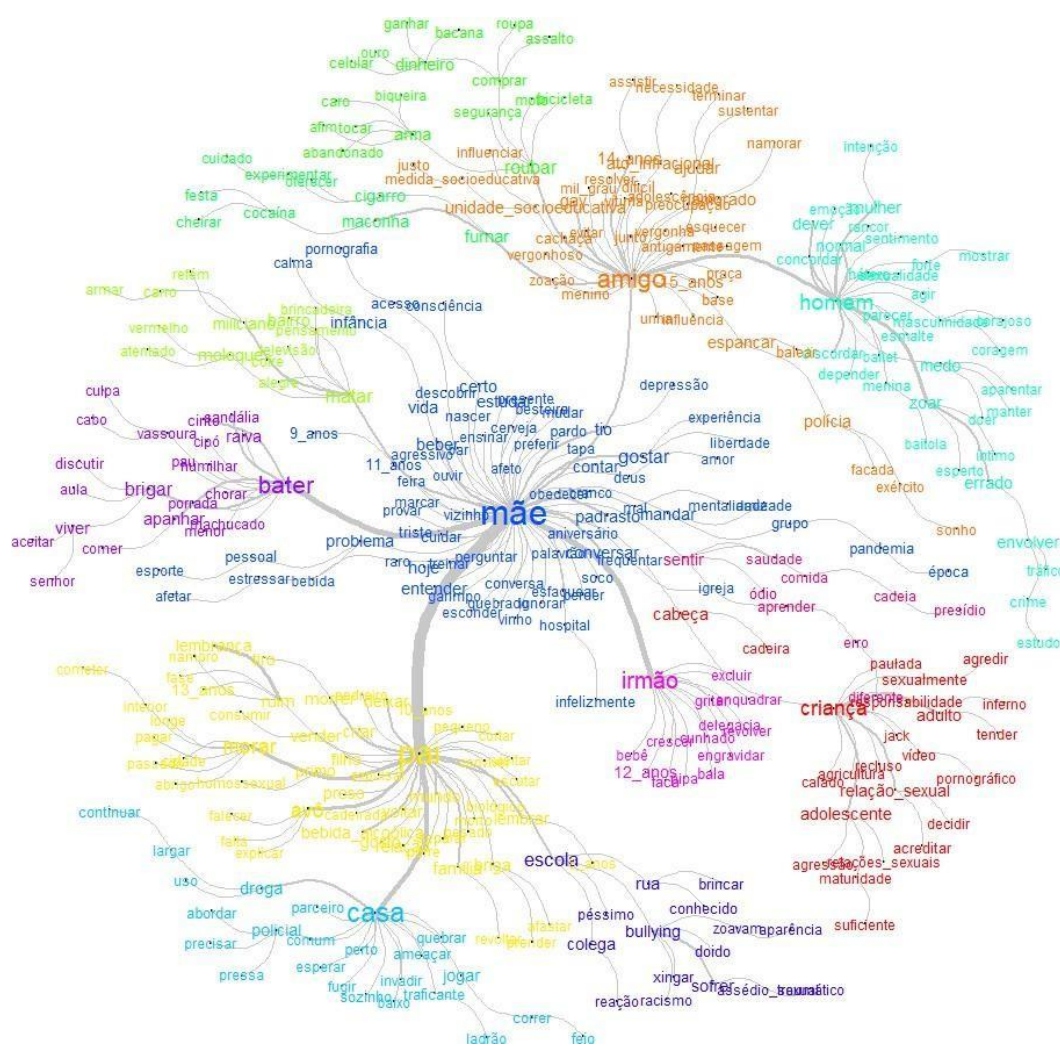
O termo ‘mãe’ configura-se como um dos principais nós estruturantes do corpus, estabelecendo conexões tanto com palavras associadas à violência física e práticas disciplinares (‘bater’, ‘brigar’, ‘apanhar’) quanto com termos relacionados à afetividade e suporte (‘afeto’, ‘conversar’, ‘entender’). Essa centralidade indica que as experiências familiares, especialmente maternas, ocupam posição estratégica na organização narrativa das

trajetórias relatadas, articulando eventos de violência física e doméstica (Classe 4) e seus impactos subjetivos e relacionais (Classe 5).

Estes apontamentos podem ser observados de maneira gráfica a partir do Grafo de Similitude apresentando na Figura 13.

Figura 13

Análise de Similitude temática da narrativa de jovens com e sem comportamento de ofensa



Nota. Elaborado a partir do *Software Iramuteq* (2026).

O termo ‘pai’, ligado por um tronco espesso ao núcleo ‘mãe’, configura-se como um núcleo semântico relevante na organização do corpus, apresentando conexões consistentes

com palavras associadas a conflito, punição e enfrentamento. Observa-se sua proximidade lexical com termos como ‘bater’, ‘brigar’, ‘bebida alcoólica’, ‘morrer’, indicando que a figura paterna é predominantemente evocada nos relatos em contextos de violência física, tensão doméstica, situações de confronto e ausência decorrente de morte ou afastamento.

Diferentemente de outros núcleos que apresentam ambivalência entre cuidado e agressão, o entorno de ‘pai’ concentra majoritariamente referências à autoridade coercitiva e à regulação disciplinar por meio da força.

O eixo ‘casa’ também apresenta elevada conectividade, funcionando como espaço simbólico de articulação entre vivências familiares, práticas disciplinares e primeiras experiências de socialização. Sua proximidade relativa com termos como ‘escola’, ‘bullying’, ‘colega’ e ‘racismo’ evidencia a continuidade entre o contexto doméstico e os espaços sociais ampliados, sugerindo que as dinâmicas relacionais iniciais reverberam nas interações com pares.

O termo ‘amigo’ aparece ligado ao contexto de envolvimento com a criminalidade, ilustrado por palavras como ‘influência’, ‘medida socioeducativa’, ‘14 e 15 anos’ o que reforça o papel das relações entre pares na construção de sentidos sobre reconhecimento, aceitação social e responsabilização pelo ato infracional cometido. Já o núcleo relacionado a ‘criança’ conecta-se a termos como ‘adolescente’, ‘relação sexual’, ‘agressões sexuais’ e ‘maturidade’, indicando a sobreposição entre desenvolvimento, sexualidade e violência em determinados relatos.

Por fim, destaca-se ainda o núcleo organizado em torno do termo ‘homem’, conectado a palavras como ‘mulher’, ‘respeitar’, ‘aparentar’, ‘coragem’, ‘medo’ e ‘masculinidade’, o que sinaliza a presença de um campo lexical normativo relacionado às expectativas sociais de gênero. Este agrupamento não se apresenta isolado, mas conectado aos demais eixos, sugerindo que as concepções de masculinidade não emergem como categoria estanque, mas

atravessam as experiências familiares, escolares e comunitárias.

Discussão

Considerando a triangulação entre as abordagens quantitativa e qualitativa — cujos objetivos diferem, sendo a primeira voltada à comparação entre grupos e à análise de relações de mediação, e a segunda à compreensão dos sentidos integrados atribuídos à trajetória de vida pelos três grupos investigados —, optou-se por discutir em primeiro lugar os resultados derivados da análise quantitativa, contrastando-a a estudos empíricos e teóricos diversos.

Posteriormente, os resultados qualitativos derivados da CHD e Análise de similitude serão discutidos, tendo como base mecanismos explicativos derivados da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de Urie Bronfenbrenner. Neste segundo momento, o modelo PPCT (Processo-Pessoa-Contexto-Tempo) será utilizado para localizar aspectos desenvolvimentais presentes nas experiências relatadas no conteúdo das Classes da CHD e no Grafo de Similitude, que serão discutidas a partir de uma ordem cronológica dos acontecimentos.

Tal estratégia atende ao caráter desenvolvimental do presente estudo, possibilitando a identificação dos mecanismos envolvidos na construção das concepções de masculinidade ao longo do percurso de vida. Ao final, ambas as análises serão integradas, de modo que seja possível compreender o heterossexismo como dispositivo relacional ecologicamente situado, por meio do qual adversidades precoces são traduzidas em práticas comportamentais ao longo do desenvolvimento, entre elas, o comportamento infracional.

Heterossexismo: o principal mecanismo mediador na explicação da relação entre Experiências Adversas na Infância e ofensa geral entre jovens

Os resultados da análise de mediação indicaram que, dentre as dimensões avaliadas da

masculinidade normativa, apenas o heterossexismo apresentou efeito mediador significativo na relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e ofensa geral, não tendo sido encontrado efeito de mediação significativo em relação a ofensa sexual exclusivamente. Isto parece indicar que a relação entre EAI e ofensa sexual é mais complexa e permeada adicionalmente por outros mediadores cognitivos e situacionais não incluídos neste modelo, tais como dificuldade de regular emoções/impulsividade (Weiss, Sullivan & Tull, 2015), vínculo e disponibilidades de interação imediata com a vítima (Fanniff & Kolko, 2012), padrões de apego, empatia e exploração da curiosidade sexual (Jewkes et al., 2022; Malach-Pines & Zaidman, 2021)

Por outro lado, considerando que, nesta amostra, há uma frequência de adolescentes que estão cumprindo medida por ato infracional de natureza sexual, mas que cometeram simultaneamente atos infracionais diversos deste, tais como roubo, furto ou tráfico de drogas, é possível afirmar que o heterossexismo medeia a relação entre ter sofrido experiências adversas na infância e se envolver posteriormente em comportamento atrelado a delinquência de modo geral ainda na adolescência.

As dimensões provocação social e restrição emocional, embora associadas conceitualmente à conformidade às normas tradicionais de gênero, não demonstraram papel mediador estatisticamente significativo. Tal achado sugere que é especificamente aquela dimensão que reforça hierarquizações de gênero e sexualidade que opera como mecanismo explicativo, regulando o pertencimento masculino por meio da diferenciação e da exclusão de quaisquer características associadas a feminilidade, seja pela sexualidade ou performance.

Poucos estudos investigaram empiricamente esta relação, no entanto, para efeitos de comparação, têm-se o estudo de Abrams, Anderson-Nathe e Aguilar (2008), que buscou analisar como o construto da masculinidade perpassava as percepções sobre a trajetória de 20 meninos que cumpriam medidas socioeducativas por diversos tipos de infração e que tinha

entre 14 e 18 anos de idade. Neste estudo, os pesquisadores encontraram que a chamada hipermasculinidade funciona como um mecanismo de sobrevivência (*coping*) para o trauma e que isto aparecia no discurso de todos os meninos entrevistados. Em contexto nacional, De Mattos Pimenta (2014) também analisou a maneira como discursos sobre masculinidade atravessam as práticas de sociabilidade dentro e fora dos contextos de internação socioeducativa, a partir da análise de 30 grupos focais realizados em instituições para jovens infratores em todo o Brasil. A autora conclui que estes discursos são adotados em especial em momentos onde se faz necessária a transição para a vida adulta, utilizando modelos de imposição de respeito muitas vezes ligados a criminalidade.

Particularmente, os resultados da análise de mediação demonstraram ainda que o desempenho do heterossexismo na mediação entre EAI e o desfecho de ofensa geral só é significativo por cinco caminhos neste modelo: em primeiro lugar, via *ACE-Score*, onde a adoção de concepções de masculinidade heterossexistas medeia 15,6% da relação entre o acúmulo quantitativo de EAI e o comportamento de ofensa. Este dado sugere que, embora o efeito do somatório de EAI no decorrer da trajetória de vida sobre o comportamento infracional seja parcialmente direto, parte deste *Score* de adversidade na infância é atualizado por meio da introjeção de concepções heterossexistas, independente do ato infracional praticado. Isto pode ser interpretado da seguinte maneira: quanto mais traumas acumulados (ACEs), maior a necessidade de uma espécie de armadura de masculinidade rígida para sobreviver. O heterossexismo faz parte dessa armadura.

Autores como Hamby, Taylor, Mitchell, Lisa-Jones e Chris-Newlin (2020) ajudam a sustentar esta hipótese, ao construir um modelo teórico onde a polivitimização traumática na infância produz danos psicológicos na mesma medida em que molda a visão de mundo do indivíduo. Quando na vivência de uma grande número de experiências adversas na infância simultaneamente e de forma crônica e prolongada, estes indivíduos podem desenvolver o que

têm sido denominado como trauma complexo, que resulta na fragmentação da identidade e na consequente busca de ferramentas de autoregulação para lidar com estes efeitos (Herman, 2015). Nessa linha de raciocínio, o comportamento violento nas relações interpessoais pode ser visto, de acordo com Ford e Courtois (2021), como uma externalização dissociativa: o jovem projeta no outro a fraqueza e a dor que ele próprio não consegue integrar.

Os outros caminhos possíveis de mediação da relação entre EAI e ofensa no modelo testado neste estudo se dão por tipologias específicas, quais sejam: a negligência emocional, ter tido um familiar encarcerado, a violência comunitária e violência coletiva. Entre elas, a negligência emocional se destaca por ter sido a única tipologia de EAI onde o caminho entre experimentá-la e tornar-se um ofensor não é direto, mas sim, obrigatoriamente perpassado e quase 50% mediado pela adoção de concepções heterossexistas.

Logo, é possível afirmar que a relação entre ter experimentado negligência emocional na infância e se tornar um ofensor é totalmente mediada pelo heterossexismo nesse modelo, enquanto a relação com as outras tipologias de EAI e o desfecho analisado é parcial. Isto significa que, quanto mais expostos a situações que envolvem práticas de negligência emocional, maiores as chances de terem desenvolvido concepções de masculinidade heterossexistas e consequentemente, maiores as chances de inserção na criminalidade.

Em termos de comparação, Wolff et al. (2015) indicam em seu estudo com jovens ofensores que a negligência emocional — representada por atos de omissão, ausência de afeto, monitoramento responsivo e suporte psicológico por parte dos cuidadores durante a infância e adolescência — é um dos preditores mais consistentes de comportamentos ofensores crônicos, pois impede o desenvolvimento da empatia, o que poderia facilitar a adoção de posturas de dominação masculina.

Estes dados podem ser interpretados a partir de duas conceituações teóricas chave: a Masculinidade Precária (Vandelo e Bosson, 2013) e a Casa dos Homens (Welzer-Lang,

2001). Para Vandelo e Bosson (2013), que cunharam o termo masculinidade precária, a mesma é considerada como um status social dificilmente “atingido” e facilmente “perdível”. Quando uma criança ou adolescente sofre negligência, ele experimenta uma perda de agência. O heterossexismo surge como uma espécie de compensação. A mediação significativa do heterossexismo indica que as Experiências Adversas na Infância (ACEs) empurram o indivíduo no processo de “fazer-se” homem para o que Welzer-Lang denomina Casa dos Homens: um espaço de validação homossocial que exige a reiteração constante da heterossexualidade compulsória e o uso da violência como prova de status.

Sob a lente de Zanello (2018), o fenômeno explicitado a partir da metáfora da “Casa dos Homens” reflete o dispositivo da eficácia masculina; diante da negligência emocional e da violência familiar, o comportamento ofensor surge como a única via disponível para que o jovem performe uma masculinidade funcional e evite o estigma da passividade. Assim, o heterossexismo não é apenas um mediador estatístico, mas o pilar de sustentação de uma identidade construída sobre o medo da feminilização, onde ser ofensor torna-se o passaporte para a aceitação no grupo de pares.

Em conjunto, os achados indicam que, embora a relação entre EAI e comportamento ofensivo seja majoritariamente direta, determinados tipos de adversidade — especialmente negligência emocional, encarceramento familiar, violência comunitária e violência coletiva — estão associados ao comportamento ofensivo parcialmente através da internalização de normas rígidas de masculinidade heteronormativa.

Esses resultados sugerem que o heterossexismo constitui um mecanismo sociocognitivo específico, refletindo, portanto, processos de socialização masculinizados em contextos adversos. Assim, políticas e intervenções voltadas para prevenção da violência podem beneficiar-se de abordagens que considerem simultaneamente histórico de adversidade e normas de masculinidade, particularmente em populações expostas a ambientes

vulnerabilizados.

A Teoria Bioecológica como integração teórica para a explicação da interação entre Experiências Adversas na Infância e Heterossexismo na trajetória de jovens ofensores

De acordo com Urie Bronfenbrenner (1999-2001) o desenvolvimento humano é moldado não apenas pelas condições objetivas do contexto, mas pela experiência subjetiva dessas condições. Nesse sentido, as EAI devem ser compreendidas como processos relacionais vividos no interior das relações interpessoais mais significativas, ou seja, das díades primárias, cujas propriedades — reciprocidade na execução de atividades conjuntas, afeto mútuo e equilíbrio de poder — determinam seu potencial desenvolvimental.

Quando tais propriedades são fragilizadas, como em contextos de negligência emocional, violência física e doméstica, os processo de internalização das atividades, relações e papéis advindos destas figuras de referência pode ocorrer sob a forma de modelos hierárquicos de relação. Assim, à luz do modelo bioecológico, os efeitos desenvolvimentais das adversidades precoces dependem da forma como são experienciadas, internalizadas e posteriormente organizadas em padrões relacionais e normativos.

Dessa forma, as classes identificadas nas análises viabilizadas pelos métodos CHD e Análise de Similitude organizam o relato dos participantes nos três grupos amostrais de acordo com cinco Classes que transitam entre descrições objetivas de vivências — como o Abuso Físico e Violência Doméstica (Classe 4) e a Trajetória Juvenil e Uso de Substâncias (Classe 2) — e o impacto subjetivo dessas experiências no campo relacional (Classe 5).

Nesse cenário, a Masculinidade Normativa representa o reforço contextual que consolida a internalização de valores. Esses valores traduzem-se em comportamentos práticos, especialmente em espaços de transição ecológica; isso é evidenciado nas Classes 2 e 3, onde o

uso de substâncias surge da necessidade de aprovação pelos pares, enquanto o envolvimento com a criminalidade é impulsionado pelas violências comunitária e coletiva do entorno imediato.

Nesse sentido, a organização da discussão do conteúdo quanti-qualitativo apresentado obedecerá à mesma lógica desenvolvimental em que foram distribuídas na seção de resultados, iniciando por experiências de violência física e presenciar violência doméstica na infância, avançando para os impactos emocionais e relacionais dessas e outras vivências com familiares e grupo de pares, e, posteriormente, para os mecanismos normativos de regulação da masculinidade, as trajetórias juvenis e, por fim, as expressões de violência em nível comunitário e coletivo e o envolvimento posterior com a criminalidade.

A trajetória dos participantes inicia-se com a exposição a processos proximais disfuncionais no seio da família. Conforme a Proposição V de Bronfenbrenner (1999-2001, pg. 29) o estabelecimento de um forte apego depende de sentimentos de afeto; contudo, a Classe 4 (Abuso Físico e Violência Doméstica) revela a substituição do afeto pela coerção física. A centralidade dos termos ‘bater’, ‘mãe’ e ‘pai’ na Análise de Similitude e o fato de a Classe 4 ser transversal a todos os 15 participantes indicam que a violência doméstica e físico como recurso pedagógico são o cenário basal de desenvolvimento destes indivíduos. O Participante 8, por exemplo, ilustra como a violência (com instrumentos como cabo de vassoura, corrente) gera uma transição ecológica defensiva: "eu passava o máximo que eu podia fora de casa". Aqui, o microsistema familiar torna-se aversivo, empurrando o jovem para o exossistema da rua e vizinhança.

Nos relatos com alta adesão à masculinidade hegemônica, a violência aparece associada à raiva, à necessidade de enfrentamento e à legitimação da força como forma de resposta (“eu vou matar esse cara”; P8). Já no grupo com baixa adesão, observa-se maior ambivalência e elaboração emocional. Tais interações configuram processos proximais

reiterados, por meio dos quais padrões relacionais e normas de conduta são aprendidos e internalizados ao longo do desenvolvimento (Proposição V, Bronfenbrenner 1999-2001, pg. 49).

Nesse sentido, a internalização de normas de rigidez, controle emocional e enfrentamento violento pode operar como resposta adaptativa à exposição precoce à violência, transformando sofrimento em postura normativa de força. É possível hipotetizar que contextos familiares marcados por violência e instabilidade podem favorecer a internalização de modelos hierárquicos de poder e dominação, os quais encontram ressonância na dimensão heterossexista da masculinidade.

Contudo, é importante notar que, embora a Classe 4 (Abuso Físico e Violência Doméstica) seja transversal, a forma como os jovens significam a violência familiar difere entre os grupos. Nos grupos ofensores, a violência é percebida como um ataque à autonomia, gerando revolta; no grupo comunitário, nota-se a presença de uma figura de cuidado que, embora punitiva, é percebida como fonte de ensinamento. O Participante 8, do grupo ofensor não sexual, por exemplo, relata uma revolta imediata contra a violência do padrasto: "já não quis mais obedecer a ele, me revoltei contra ele". Por outro lado, o Participante 12, do Grupo Comunitário, relata apanhar de cinto, mas ressalva: "Minha avó me bateu muito, mas não que eu tenha raiva, foi um ensinamento... ela sempre foi bem atenciosa comigo". A percepção de atenção e afeto atua como um fator protetivo, impedindo que a agressão se transforme em ódio reativo.

Seguindo para a Classe 5 — Subjetividade Relacional entre Familiares e Pares — é possível perceber que, à medida que o tempo cronológico avança, os jovens passam a elaborar subjetivamente essas experiências. A Classe 5 demonstra como a carência de uma díade eficiente em suas características e de um Terceiro Responsável que deveria auxiliar e expressar afeto resulta em isolamento ou busca por validação externa. O Participante 13, por

exemplo, destaca a ausência de diálogo ("a gente nunca teve aquela convivência de chegar para conversar"), exemplificando a falha na Hipótese 4 (Propriedades da Díade), onde a falta de reciprocidade e sentimentos positivos prejudica o desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999-2001, p.49).

Ainda referente à Classe 5, nos relatos de alta adesão à masculinidade hegemônica, o pai frequentemente aparece como figura associada à agressividade, homofobia ou repressão emocional, enquanto a mãe ocupa posição ambivalente — ora protetiva, ora igualmente violenta. Já nos participantes com baixa adesão, observa-se maior proximidade afetiva com a mãe e maior distanciamento crítico das normas masculinas rígidas. Essa diferenciação relacional indica que as normas de masculinidade não são apenas aprendidas por discurso explícito, mas por modelagem relacional.

Nesta classe, mais uma vez, é importante compreender a diferença no relato entre os grupos. Os jovens do grupo comunitário, mesmo com dificuldades de comunicação, mantêm vínculos emocionais que funcionam como Efeitos de Segunda Ordem positivos, seguindo a Preposição E e a Hipótese 8 da Teoria Ecológica (Bronfenbrenner, 1979-1996, p. 54- 62). Enquanto o Participante 3 (Ofensa Sexual) descreve o isolamento absoluto e o bullying ("foi criando ali um vínculo com ninguém na escola"), o Participante 13 (Comunitário) identifica na avó a figura que o "botou na linha", evidenciando a Hipótese 4 sobre a reciprocidade de sentimentos positivos em uma díade.

Em seguida, a Classe 1 representa o momento em que a Expectativa de Papel de gênero se torna uma ferramenta de regulação social. Nos relatos com alta adesão, observa-se grande rejeição à feminilidade associada a fraqueza; o tornar-se homem perpassado pela necessidade de guardar problemas; a vigilância constante sobre performance masculina no grupo de pares ('zoar'; 'gay') e, principalmente, a homofobia como marcador de fronteira

identitária. Mesmo quando há ambivalência (“chorar é humano” P7, ofensor não sexual), a rigidez como norma permanece dominante (“tem que parecer um homem, não ficar na boiolagem”).

Já nos relatos com baixa adesão, surgem discursos mais flexíveis sobre emoção e diversidade, ainda que permeados por tensão social. Por exemplo, o Participante 2, do grupo de ofensores sexuais (baixa adesão) tenta subverter essa lógica, evidenciando que a percepção da masculinidade varia conforme as características da Pessoa e seu contexto imediato. Esse núcleo normativo parece operar, portanto, como mecanismo organizador que transforma experiências adversas em posicionamentos identitários.

A afirmação da heteronormatividade, especialmente em grupos juvenis, pode assumir função compensatória frente a experiências prévias de vulnerabilidade, convertendo fragilidades relacionais em performances normativas de poder e exclusão. O papel do grupo de pares a partir da homossociabilidade pode ser observado em falas dos participantes a respeito da ‘federa’, gíria originária do contexto socioeducativo para se referir a ‘zoação’ entre homens e meninos. De acordo com o Participante 2, do grupo de ofensores sexuais “Eu sei o que é federa, os outros meninos na unidade socioeducativa acham que são durões por ficar tirando com os outros, eu não acho”.

Seguindo para a Classe 2 — Trajetória Juvenil e Uso de Substâncias — esta evidencia que o início do uso de álcool e drogas frequentemente ocorre em contextos de pares masculinos, associados a trabalho precoce, evasão escolar e busca de pertencimento e demonstração de autonomia, refletindo a transição ecológica da infância para a adolescência. A Transição Ecológica (Bronfenbrenner, 1979-1996, Definição 6, p.22) ocorre quando o jovem altera seu papel no meio ambiente, muitas vezes através do trabalho (quando há modelos para tal) e/ou do uso de substâncias.

Na Análise de Similitude, os termos ‘maconha’ e ‘cigarro’ aparecem ligados a

‘amigos’ e ‘praça’. Para o Participante 8 (Ofensor não sexual), o uso de substâncias no garimpo é uma prova de masculinidade ("garimpo é droga, mulher e bebida"). Nos casos com alta adesão à masculinidade hegemônica, o consumo aparece integrado a práticas de afirmação identitária (“ganhar dinheiro”, “mulher e bebida”, “ser patenteado”). A droga não surge apenas como fuga, mas como elemento performático de masculinidade. Essa dimensão ajuda a compreender por que, nos modelos quantitativos, a masculinidade medeia não apenas a violência familiar, mas também a exposição à violência coletiva e o envolvimento infracional: ela organiza a forma como o jovem responde às pressões de pertencimento.

No entanto, o Participante 15, do grupo comunitário, ilustra uma transição ecológica supervisionada. Ao pedir permissão à mãe para beber, ele mantém a Expectativa de Papel vinculada à responsabilidade familiar, e não à validação do grupo de pares (homossociabilidade tóxica). A irmã também atua como um regulador externo ("ela me trata como se eu fosse uma criança ainda"), retardando a entrada em uma virilidade violenta.

Finalmente, a Classe 3 — Violência comunitária, coletiva e criminalidade — ilustra a inserção na criminalidade como o ápice dos processos anteriores, onde a lógica da masculinidade atinge sua expressão mais performativa. Essa performance aparece como ritual de passagem ligada a homossociabilidade e validação. A violência sofrida na infância (Classe 4) é agora externalizada no macrossistema de criminalidade e violência comunitária.

O relato do Participante 8 sobre matar o miliciano, por exemplo, é emblemático. "todo mundo ficou alegre, batendo palma... 'a gente matou o miliciano!'. Aqui, têm-se a transição de ‘moleque’ para ‘patenteado’, a celebração coletiva do ato violento e a associação entre arma, dinheiro e status. Neste contexto, o pertencimento criminal é também pertencimento masculino. O contraste entre o choro individual após o homicídio cometido com 12 anos de idade e a celebração coletiva dos pares, envolvendo sua primeira relação sexual com uma profissional do sexo como ‘prêmio’, ilustra a tensão entre subjetividade e norma masculina. A

emoção é vivida, mas deve ser ocultada em função da expectativa de papel grupal.

Por fim, destaca-se a vivência do grupo comunitário de experiências relacionadas à violência comunitária e coletiva, sem, no entanto, envolver-se diretamente na criminalidade.

O Participante 11 (Grupo Comunitário), por exemplo, presencia a mesma violência (pai espancado pela polícia), mas adota uma postura de observador/passividade. O fator diferencial incide justamente na subjetividade relacional; ele não busca na arma a solução para a vergonha do pai, possivelmente devido à manutenção de papéis sociais mais estáveis na escola e na família, apesar de descrever esta experiência como um trauma.

Adicionalmente, o Participante 12 (Grupo Comunitário) desafia a homofobia estrutural ("ajo como menina... não tem problema nisso"), o que indica que a flexibilidade nos papéis de gênero atua como um poderoso fator protetivo contra a criminalidade, que exige uma rigidez masculina (heterossexismo) para ser sustentada.

Assim, alguns apontamentos verificados na análise quanti-qualitativa que diferenciam a construção do discurso dos participantes nos grupos de jovens ofensores e grupo comunitário estão sintetizados na Tabela 15, a partir de sua articulação com os núcleos do modelo PPCT.

Tabela 15

Núcleos do modelo PPCT identificados no relato dos participantes dos Grupos de Ofensores e do Grupo Comunitário

Núcleo Modelo PPCT	Grupos Ofensores (Sexuais e Não Sexuais)	Grupo Comunitário
Processo	Baseados na coerção e ausência de reciprocidade afetiva (Classe 4).	Presença de díades com afeto compensatório (ex: avós), mesmo sob estresse (Classe 5).
Pessoa	Disposição para a reatividade e adesão rígida a papéis de gênero para proteção (Classe 1).	Maior flexibilidade identitária e resistência a expectativas de papel violentas.
Contexto	Mesosistema "rua-casa" marcado pela criminalidade como única via de eficácia (Classe 3).	Microsistemas que atuam como barreiras (Escola como prioridade, suporte da irmã).
Tempo	Transições ecológicas abruptas; microtempo de violência crônica	Transições ecológicas supervisionadas; preservação do tempo da infância.

Nota. Elaborado pela autora (2026).

Em resumo, a análise em foco permite compreender o heterossexismo como uma estrutura normativa que reorganiza simbolicamente experiências precoces de vulnerabilidade. Ao transformar assimetrias vividas na díade primária em hierarquias legitimadas por papéis sociais de gênero, o indivíduo encontra uma matriz cultural que confere inteligibilidade e previsibilidade às suas experiências. A masculinidade heteronormativa rígida, portanto, não emerge apenas como traço individual, mas como produto da interação entre processos proximais disfuncionais e expectativas de papel institucionalizadas

A trajetória para a ofensa, portanto, não é determinada apenas pela presença do abuso físico (Classe 4), mas pela ausência de processos proximais de mediação (Classe 5) e pela adesão a expectativas de papel violentas (Classe 1). O grupo comunitário escapa da criminalidade porque, embora compartilhe microssistemas de risco semelhantes, é convidado a manter díades com reciprocidade de sentimentos e uma visão de masculinidade menos vinculada ao dispositivo da eficácia e à violência como prova de valor social.

Por fim, integrando resultados quantitativos e quanti-qualitativos, é possível afirmar que a mediação estatisticamente identificada pode ser interpretada como expressão quantitativa dos processos qualitativamente observado. As experiências adversas parecem contribuir para a consolidação de padrões normativos de masculinidade que, por sua vez, organizam a forma como o sujeito lida com vulnerabilidade, exclusão e conflito.

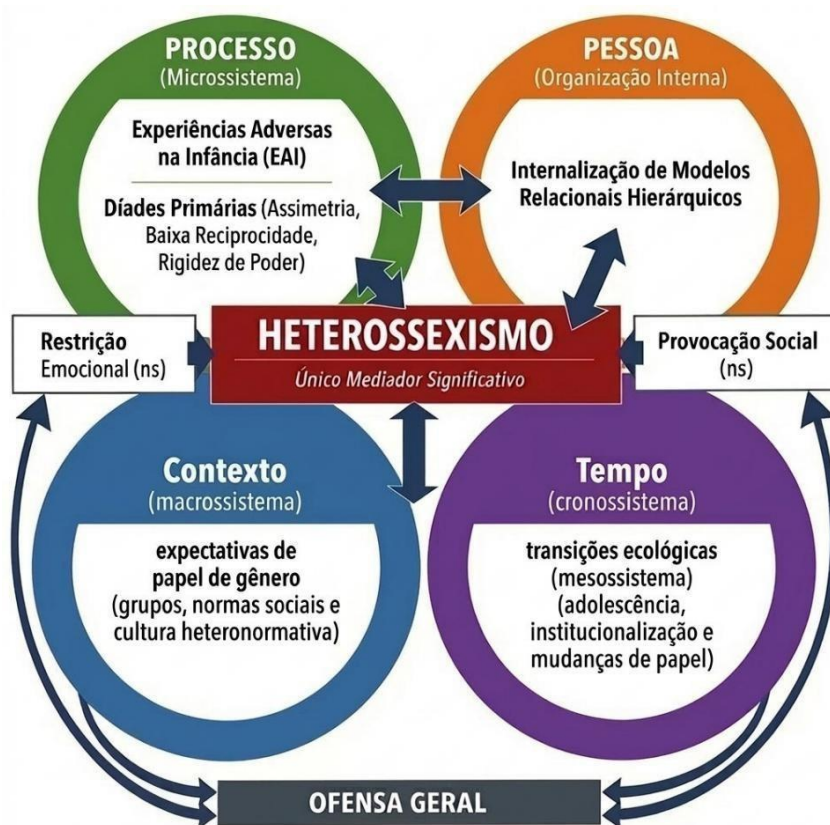
Desse modo, a masculinidade funciona simultaneamente como produto das vivências precoces e como dispositivo que orienta condutas subsequentes, especialmente em contextos de ameaça à identidade ou ao pertencimento. Essa articulação sustenta a hipótese de transversalidade proposta no presente estudo: as concepções de masculinidade atravessam os diferentes domínios da experiência — familiar, escolar, comunitário — e não se restringem a um momento específico do ciclo vital.

Assim, com base na integração dos achados quantitativos e qualitativos, propõe-se a

hipótese explicativa de que as Experiências Adversas na Infância, especialmente aquelas vivenciadas no microsistema familiar, contribuem para a internalização de modelos hierárquicos de relação e poder, os quais, ao serem reatualizados no mesossistema dos pares e estruturados pelas normas do macrosistema, favorecem a adesão a crenças heterossexistas como estratégia de afirmação identitária e regulação social. Este processo foi graficamente representado por meio da Figura 14.

Figura 14

Modelo bioecológico da mediação do heterossexismo na relação entre EAI e ofensa



Nota. Elaborado pela autora (2026).

Essa imagem representa a síntese teórica e empírica da tese de doutorado proposta, transpondo o Modelo PPCT (Processo-Pessoa-Contexto-Tempo) de Bronfenbrenner para uma estrutura sistêmica e não linear da ofensa juvenil. O diagrama abandona a lógica de causalidade direta para demonstrar que o desfecho da ofensa geral é produto de uma interação mútua e constante entre quatro núcleos fundamentais, tendo o Heterossexismo como o mediador central

que processa essas influências no modelo proposto.

Os processos proximais, na imagem localizados no topo à esquerda (círculo verde), refere-se ao motor do desenvolvimento, composto pelas interações diretas e cotidianas que ocorrem nos microssistemas. Aqui, as Experiências Adversas na Infância (EAI), como a negligência ou o abuso, operam por meio de Díades Primárias constituídas a partir de interações que incluem baixa reciprocidade afetiva e desequilíbrio de poder. O núcleo Pessoa no topo à direita (círculo laranja), engloba as características biopsicológicas e a internalização de modelos relacionais. É a subjetividade do jovem processando as experiências. Aqui, o jovem não apenas sofre a adversidade, mas constrói uma organização interna onde a hierarquia e o domínio são vistos como os únicos modelos possíveis de sobrevivência e autoafirmação.

Nos círculos inferiores, o núcleo Contexto, representado à esquerda (círculo azul), representa o ambiente cultural e ideológico. É onde residem as Expectativas de Papel de Gênero e a Cultura Heteronormativa. À direita (círculo roxo), o núcleo Tempo abrange a dimensão temporal e as Transições Ecológicas que ocorrem na interação entre os diferentes microssistemas, ou seja, no mesossistema. Assim, a partir deste núcleo, observa-se como a passagem da infância para a adolescência e o impacto da institucionalização no sistema socioeducativo alteram os papéis sociais do jovem e a percepção de sua própria trajetória de vida.

Nesse modelo, o heterossexismo (no centro) atua como mecanismo relacional ecologicamente situado, traduzindo adversidades precoces em práticas e disposições comportamentais que aumentam a probabilidade de envolvimento em ofensa geral. Assim, a Figura 14 mostra que o heterossexismo é alimentado pela restrição emocional e pela provocação social, conectando-se a todos os núcleos por setas bidirecionais, pois é um mediador transversal que integra todos os núcleos do modelo. O desenho multimétodo do presente estudo permitiu evidenciar não apenas a existência estatística desse mecanismo, mas

também sua organização simbólica e experiencial ao longo dos diferentes níveis ecológicos do desenvolvimento.

Os resultados quanti-qualitativos evidenciam que as experiências adversas relatadas pelos participantes não se apresentam como eventos isolados, mas como um encadeamento desenvolvimental no qual as concepções de masculinidade atravessam e organizam os sentidos atribuídos às vivências familiares, escolares e comunitárias. Essa organização processual permite compreender, em nível narrativo, o mecanismo estatisticamente identificado nos modelos de mediação.

Considerações finais

Os resultados sustentam que a relação entre a adversidade precoce e a ofensa geral não pode ser explicada por uma causalidade linear, mas sim por um processo desenvolvimental dinâmico e complexo, que envolve a mediação por fatores como o heterossexismo. Assim, a ofensa deve ser compreendida como a reorganização de experiências adversas por estruturas simbólicas de gênero, evidenciando a inseparabilidade entre Pessoa, Processo, Contexto e Tempo.

Enquanto as análises de correlação indicam uma associação direta entre adversidade e ofensa, os modelos de mediação revelam que essa relação se estrutura especificamente por meio da internalização de normas de gênero e da vivência em especial da negligência emocional. A exposição à violência e à disfunção familiar não impacta os comportamentos posteriores de forma isolada, mas o faz ao consolidar modos de interpretar e regular a experiência. A análise qualitativa aprofunda essa compreensão ao evidenciar, via Classificação Hierárquica Descendente (CHD) e Análise de Similitude, que as experiências de abuso físico, violência doméstica, negligência emocional e bullying na infância articulam-se progressivamente às dinâmicas relacionais e ao processo de subjetivação destes jovens meninos.

Um achado fundamental reside na diferença entre os grupos, onde o grupo comunitário

revelou a importância dos Fatores Protetivos e da flexibilidade de gênero. Neste grupo, a presença de um Terceiro Responsável, como avós ou irmãs que oferecem suporte e monitoramento, atua inibindo a adoção de papéis sociais considerados desviantes. Essa rede de apoio permite que esses jovens mantenham uma Transição Ecológica supervisionada, preservando o tempo da infância e da educação em detrimento da inserção precoce em contextos de criminalidade e uso de substâncias.

Importa salientar que os achados aqui apresentados não sustentam qualquer proposição determinista ou preditiva individual do comportamento ofensivo, mas indicam tendências probabilísticas em nível grupal, compreendidas como processos relacionais inseridos em contextos ecológicos. Ao adotar o modelo bioecológico, este estudo se afasta de perspectivas lineares, compreendendo a ofensa como resultado de processos desenvolvimentais dinâmicos e passíveis de transformação. Assim, os resultados aqui apresentados não visam identificar sujeitos “em risco”, mas compreender condições ecossistêmicas que podem ser transformadas por meio de intervenções preventivas e políticas públicas.

Apesar da robustez dos dados, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas, como o delineamento transversal, que impede a afirmação de causalidade temporal estrita, e o tamanho amostral ($n=156$), que embora adequado para as análises realizadas, limita generalizações para outros contextos culturais fora da Amazônia paraense. Além disso, a dependência de autorrelatos pode sofrer influência do viés de memória ou de desejabilidade social, especialmente em temas sensíveis como masculinidade e crimes sexuais.

Para lacunas futuras, sugere-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem as Transições Ecológicas desses jovens ao longo de décadas, verificando como as concepções de masculinidade se alteram após a medida socioeducativa. Por fim, os resultados reforçam a

necessidade de políticas públicas que não visem apenas punir o comportamento ou responsabilizar o adolescente infrator, mas transformar as condições ecossistêmicas e os modelos de masculinidade vigentes, promovendo intervenções que fortaleçam os vínculos afetivos e a flexibilidade identitária como estratégias de prevenção à violência.

Considerações Finais: uma síntese integrativa

De maneira geral, os resultados desta tese sustentam a hipótese de que a trajetória da ofensa juvenil na realidade amazônica não é um subproduto exclusivo do trauma isolado, mas o desfecho de um processo de desenvolvimento no qual as Experiências Adversas na Infância (EAI) são significativamente mediadas pelas concepções de masculinidade, em especial, o heterossexismo.

A articulação dos três estudos revelou uma engrenagem multicausal: enquanto o Estudo I mapeou a prevalência de adversidades graves (negligência emocional, violência doméstica e comunitária) e o Estudo II identificou o heterossexismo e a restrição emocional como marcadores de distinção entre grupos, foi o Estudo III que consolidou a tese central, demonstrando que quanto mais adversidades um adolescente nesta amostra viveu, maior é o seu nível de heterossexismo, o que por sua vez aumenta a chance de ele ser um ofensor. Nesse sentido, o heterossexismo atua, simultaneamente, como uma forma de internalização de conceitos experimentados a partir das EAI e como tradutor da vulnerabilidade traumática em atuação agressiva, oferecendo ao jovem uma falsa promessa de reparação de poder por meio da violência.

Ao demonstrar que quase metade da relação entre negligência emocional e ofensa geral é explicada pela mediação do heterossexismo, esta pesquisa oferece um indicativo robusto de que intervenções focadas exclusivamente no trauma, sem abordar as subjetividades de gênero, tendem a ser incompletas. No estudo quanti-qualitativo, a análise de similitude e a

CHD reforçaram que a compreensão da masculinidade ancora expectativas de coragem inabalável, funcionando como um dispositivo de eficácia que, sob pressão do grupo de pares (homossociabilidade), pode tornar mais provável a ocorrência do comportamento infracional. Inversamente, o grupo comunitário revelou que a flexibilidade de gênero e a presença de figuras de apoio são os verdadeiros pilares da resiliência desenvolvimental.

Mesmo com a consistência dos dados, é preciso reconhecer as limitações impostas pelo alcance da amostra e pelo contexto estrutural. O estudo concentrou-se em jovens institucionalizados que cumprem medida socioeducativa, um público que reflete a histórica seletividade penal brasileira, composta majoritariamente por meninos pretos e pobres. Tal recorte deixa à margem jovens de classes média e alta que, como demonstram casos recentes de estupros coletivos na mídia, também operam sob a lógica da virilidade violenta, mas são protegidos por seus privilégios de classe.

Além disso, o delineamento transversal e o foco geográfico em municípios do estado do Pará sugerem cautela na generalização. Adicionalmente, a impossibilidade de separar um grupo amostral de jovens que cometeu exclusivamente atos infracionais de origem sexual também pode ter comprometido a especificação de fatores de mediação exclusivos para ofensores sexuais.

Futuras investigações devem buscar mais fatores mediadores localizados em níveis explicativos diversos, além de fatores moderadores do efeito nefastos das EAI, como experiências protetivas ao desenvolvimento. Do mesmo modo, faz-se imperativa a realização de pesquisas com caráter longitudinal e inclusão da intersecção de raça e território, acessando, quando possível, grupos de diferentes coortes socioeconômicos, afim de mapear como o heterossexismo opera onde o Estado não alcança. Finalmente, são indicadas análises quantitativas que explorem diferencialmente trajetórias de vida de ofensores e grupo comunitário, a partir do uso de um maior número de entrevistas.

Sobre as implicações práticas do presente trabalho, é importante demarcar como o sistema socioeducativo frequentemente mimetiza a lógica degradante das penitenciárias

adultas, reproduzindo códigos machistas como o estigma do "jack" (termo do sistema prisional para agressores sexuais). Nesse microssistema, o jovem que cumpre medida por atos infracionais análogos a crimes sexuais é compelido ao silêncio absoluto e à invisibilidade para evitar o assédio, o espancamento ou a morte nas mãos dos próprios pares, que utilizam o justicamento como forma de elevar seu status na hierarquia da unidade. Essa lógica punitiva interna acaba por forçar o jovem a adotar uma postura de rigidez ainda maior como estratégia de sobrevivência, retroalimentando o mecanismo que a tese identificou como central na gênese da ofensa.

Diante desta realidade, no campo das políticas públicas, a intervenção deve ser sistêmica e atuar tanto na prevenção primária quanto na terciária. Na educação básica, é urgente a desarticulação do heterossexismo para oferecer modelos de identificação não dominantes, de modo que a socialização dos meninos seja encarada como uma questão de saúde pública e segurança social. Já no plano da internação, a intervenção deve ser orientada para a desconstrução de valores associados a masculinidade hegemônica por meio da capacitação contínua de técnicos, permitindo que educadores e psicólogos identifiquem como o medo da vulnerabilidade impede o avanço pedagógico. Descritivamente, propõe-se que os planos municipais e estaduais de atendimento socioeducativo incluam diretrizes específicas para o trabalho com gênero.

Assim, a política pública deve assegurar que o sistema socioeducativo ofereça ao jovem o acesso a microssistemas saudáveis (escola, trabalho, lazer), onde ele possa exercer papéis sociais produtivos e não competitivos. Portanto, deve-se primar por práticas interventivas que visem a substituição gradual da virilidade violenta por novos repertórios de cuidado e responsabilidade relacional, fundamentados na flexibilidade que protegeu os jovens

do grupo comunitário desta amostra.

Por fim, é possível afirmar que esta tese de doutorado produziu evidências de que a ofensa juvenil é um fenômeno bioecológico e cultural. Se o gatilho é o trauma, o "estarte" se torna mais provável quando a experiência é filtrada pela cultura de gênero. Compreender essa mediação é um passo importante para que o Estado deixe de apenas gerir as consequências do trauma e passe a atuar diretamente nos mecanismos que tornam a virilidade violenta o único refúgio para lidar com os impactos emocionais das experiências adversas. Este deve ser um compromisso ético e político de todos os atores que compõem o sistema de proteção à juventude no Brasil, de modo a romper o ciclo da ofensa e garantir que a história de vida de um jovem não precise se repetir como sentença.

Referências

- Abaid, J. L. W., & Dell'Aglia, D. D. (2014). Exposição a fatores de risco de adolescentes em acolhimento institucional no Sul do Brasil. *Interação em Psicologia*, 18(1). Retirado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/29331> doi: 10.5380/psi.v18i1.29331
- Abrams, L. S., Anderson-Nathe, B., & Aguilar, J. (2008). Constructing masculinities in juvenile corrections. *Men and masculinities*, 11(1), 22-41. Doi: <https://doi.org/10.1177/1097184X062918>
- Andrade, C. R. D., Avanci, J. Q., & Oliveira, R. D. V. C. D. (2022). Experiências adversas na infância, características sociodemográficas e sintomas de depressão em adolescentes de um município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 38, e00269921.
- Andrade, A. B. D., Azeredo, C. M., & Peres, M. F. T. (2020). Exposição à violência comunitária e familiar e autoavaliação de saúde na população brasileira. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23, e200039. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/rbepid/2020.v23/e200039/> doi: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200039>
- Assink, M., van der Put, C. E., Meeuwssen, M. W. C. M., de Jong, N. M., Oort, F. J., Stams, G. J. J. M., & Hoeve, M. (2019). Risk factors for child sexual abuse victimization: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 145(5), 459–489. <https://doi.org/10.1037/bul0000188>
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2015). The relationship between adverse childhood experiences (ACE) and juvenile offending trajectories in a juvenile offender sample. *Journal of Criminal Justice*, 43(3), 229-241.

- Barra, S., Aebi, M., d'Huart, D., Schmeck, K., Schmid, M., & Boonmann, C. (2022). Adverse childhood experiences, personality, and crime: distinct associations among a high-risk sample of institutionalized youth. *International journal of environmental research and public health*, 19(3), 1227.
- Barra, S., Bessler, C., Landolt, M. A., & Aebi, M. (2017). Type and timing of maltreatment influence criminal persistence in sexually abusive adolescents. *Law and human behavior*, 41(6), 556. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2017-30681-001> doi: 10.1037/lhb0000255
- Barros, C. D. A. (2017). Parafilias, pedofilia e intervenções em terapia cognitivo-comportamental. *Psique*, 2(3), 78-94. Recuperado de <https://seer.cesjf.br/index.php/psq/article/view/1239>
- Basto-Pereira, M., Maia, A. C. (2019). Early adversity and adult delinquency: the mediational role of mental health in youth offenders, *Ciência e saúde coletiva* vol.24 no.8 Rio de Janeiro, 24(8):2805-2810, 2. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n8/2805-2810/en/> doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.27142017>
- Beck, J. S. (2013). *Terapia cognitivo-comportamental*. Artmed Editora
- Belusso Júnior, O. A. (2021). O envolvimento de adolescentes com o “mundo do crime” e o processo de construção social das masculinidades.
- Benoit, J. L., & Kennedy, W. A. (1992). The Abuse History of Male Adolescent Sex Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 7(4), 543-548. <https://doi.org/10.1177/088626092007004009> (Original work published 1992)
- Bento, B. (2015). *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas* / Berenice Bento.–2. ed.–Natal,RN: EDUFRN, 2015.220p.
- Bertoli, C., Benato, R. H., & Machado, P. G. B. (2018). Pedofilia: Um Estudo Teórico Sob A Ótica Da Análise Do Comportamento. *Educação e Humanidades*, 12(1), 44-58
- Borges, J., & Zingler, V. T. (2013). Fatores de risco e de proteção em adolescentes vítimas de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 18(3) 453-463. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2871/287130095007.pdf>
- Blokland, A. A., & Lussier, P. (2015). The criminal career paradigm and its relevance to studying sex offenders. In A. A. Blokland, & P. Lussier (Eds.), *Sex offenders: A criminal career approach* (pp. 3–21). Wiley-Blackwell.
- Braga, T., Cunha, O., & Maia, Â. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 40, 91–100. doi:10.1016/j.avb.2018.04.003
- Braga, T., Goncalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, A. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and violent behavior*, 33, 37-50.
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, & Universidade de Brasília. (2025).

- Levantamento Nacional do SINASE - 2024*. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania; Universidade de Brasília. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/Levantamento_Nacional_SINASE_2024.pdf
- Brasil. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude eo Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acessado em 07/03/2019
- Bronfenbrenner, U. (1979/1996). *A ecologia do desenvolvimento humano* (Vol. 80). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (1999/2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. (Carvalho-barreto, A. Trad.) Porto Alegre, Brasil. Artmed Editora.
- Buker, H., Cohen, A., & Erbay, A. (2022). An Exploration of the Subtypes of Male Youth Adjudicated for Sex Offenses: A Latent Class Analysis Based on Personal, Offense, and Victim Characteristics. *Crime & Delinquency*, 00111287221137306.
- Butler, J. (2003). Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990).
- Cerqueira, D. R. D. C. C., Bueno, S. C., Lima, R. S. D., Lins, G. D. O. A., Coelho, D. S. C., Moura, L., ... & Schroeder, B. (2025). Atlas da violência 2025. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>
- Chapman, D. P., Whitfield, C. L., Felitti, V. J., Dube, S. R., Edwards, V. J., & Anda, R. F. (2004). Adverse childhood experiences and the risk of depressive disorders in adulthood. *Journal of Affective Disorders*, 82(2), 217–225. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2003.12.013>
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). Gender norms: Are they the enemy of women's rights. Geneva: UNRISD. Publicado en línea: <http://www.unrisd.org/beijing>.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & society*, 19(6), 829-859. Doi: <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>
- Costa, L. P., Cavalcante, L. C., & Reis, D. C. (2018). Autores de agressão sexual em contextos intra e extrafamiliar: revisão da literatura. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 26(2), 61-69. Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/229059591.pdf>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Conceição, M. I. G., & Carreteiro, T. C. O. C. (2017). Transmissão Geracional Familiar em Adolescentes que Cometeram Ofensa Sexual. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 995-1010. Doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004722016>
- Costa, L. F., & Penso, M. A. (2013). A percepção de profissionais sobre o atendimento a adolescentes ofensores sexuais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 16(2), 227-240.
- Costa, P. H. A. D., Mendes, K. T., & Guedes, Í. D. O. (2021). Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas: pauperização, precarização e superexploração. *Gerais: Revista*

Interinstitucional de Psicologia, 14(SPE), 1-24.

- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10, 171-188. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Cronholm, P. F., Forke, C. M., Wade, R., Bair-Merritt, M. H., Davis, M., Harkins-Schwarz, M. & Fein, J. A. (2015). Adverse childhood experiences: Expanding the concept of adversity. *American journal of preventive medicine*, 49(3), 354-361. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749379715000501> doi: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2015.02.001>
- Dantas Filho, R. B. (2023). Concepções de masculinidade e violência por parceiro íntimo praticada: um estudo com homens do Amazonas.
- Da Silva, A. S., Zanatta, C., da Silva, K. R. G., Souza, M. P. O., de Santana, C. M. L., & Domingos, L. F. (2023). Possíveis Fatores Desencadeantes Para O Cometimento Do Ato Infracional. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, 4(2), e422741-e422741. Doi: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i2.2741>
- de Mattos Pimenta, M. (2014). Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(3), 701-730. Retirado de: <https://www.redalyc.org/pdf/5638/563865507004.pdf>
- Debowska, A., & Boduszek, D. (2017). Child abuse and neglect profiles and their psychosocial consequences in a large sample of incarcerated males. *Child Abuse & Neglect*, 65, 266-277. Retrived from: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S014521341630299X?casa_token=7KQ8tiVR9MMAAAAAA:0VjXbNpkQ7PsPlvnaV_YJETERJokz77RwEc_SMpRDC5Q38lv7IrDa9GlgipXh7OGP1arhMgsIh_5 doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.12.003>
- de Jesus, V. C. P. (2013). Condições escolares e laborais de adolescentes autores de atos infracionais: um desafio à socioeducação. *Revista eletrônica de educação*, 7(3), 129-142.
- DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2014). Foundation for a temperament-based theory of antisocial behavior and criminal justice system involvement. *Journal of Criminal Justice*, 42(1), 10-25.
- DeLisi, M., Drury, A. J., & Elbert, M. J. (2021). Frequency, Chronicity, and Severity: New Specification of Adverse Childhood Experiences among Federal Sexual Offenders. *Forensic Science International: Mind and Law*, 100051. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.fsimpl.2021.100051>
- DeMarco, S., & Geller, H. L. (2020). The significance of psychological trauma and brain injury in the treatment and evaluation of sex offenders. *Assessing trauma in forensic contexts*, 415-442.

- De Oliveira, I. R., Seixas, C., Osório, F. L., Crippa, J. A. S., De Abreu, J. N., Menezes, I. G., ... & Wenzel, A. (2015). Evaluation of the psychometric properties of the cognitive distortions questionnaire (CD-Quest) in a sample of undergraduate students. *Innovations in clinical neuroscience*, 12(7-8), 20.
- De Vasconcellos, M. J. E. (2003). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Papirus Editora.
- de Souza, W. G. G., & Lordello, S. R. (2024). Projeto de Vida, Dispositivo de Racialidade e Prática Antirracista: Relato de Experiência Profissional na Socioeducação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 24.
- Dobson, D., & Dobson, K. S. (2009). *A terapia cognitivo-comportamental baseada em evidências*. Artmed Editora.
- dos Coitos, M. G. (2024). *Relação Entre Religiosidade, Comportamento Antissocial, Conduta Criminal E Autocontrole* (Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra).
- Drury, A., Heinrichs, T., Elbert, M., Tahja, K., DeLisi, M., & Caropreso, D. (2017). Adverse childhood experiences, paraphilias, and serious criminal violence among federal sex offenders. *Journal of criminal psychology*, Vol. 7 No. 2, pp. 105-119. Doi: <https://doi.org/10.1108/JCP-11-2016-0039>
- Domingues, D. F., & Costa, L. F. (2017). Adolescentes que cometeram ofensa sexual: análise documental em processos judiciais. *Pensando famílias*, 21(2), 15-27. versão impressa ISSN 1679-494X
- Duke, N. N., Pettingell, S. L., McMorris, B. J., & Borowsky, I. W. (2010). Adolescent violence perpetration: associations with multiple types of adverse childhood experiences. *Pediatrics*, 125(4), e778-e786. Retrieved from <https://pediatrics.aappublications.org/content/125/4/e778.short> doi: <https://doi.org/10.1542/peds.2009-0597>
- D'Urso, G., Petruccelli, I., & Pace, U. (2019). Attachment style, attachment to God, religiosity, and moral disengagement: A study on offenders. *Mental Health, Religion & Culture*, 22(1), 1-11.
- Easton SD. Masculine norms, disclosure, and childhood adversities predict long-term mental distress among men with histories of child sexual abuse. *Child Abuse Negl.* 2014 Feb;38(2):243-51. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.08.020. Epub 2013 Sep 23. PMID: 24070695.
- Edwards, V. J., Holden, G. W., Felitti, V. J., & Anda, R. F. (2003). Relationship between multiple forms of childhood maltreatment and adult mental health in community respondents: results from the adverse childhood experiences study. *American Journal of Psychiatry*, 160(8), 1453-1460. Retrieved from <https://ajp.psychiatryonline.org/doi/full/10.1176/appi.ajp.160.8.1453> doi:<https://doi.org/10.1176/appi.ajp.160.8.1453>

- Fanniff, A. M., & Kimonis, E. R. (2014). Juveniles who have committed sexual offenses: A special group?. *Behavioral sciences & the law*, 32(2), 240-257. Doi: <https://doi.org/10.1002/bsl.2111>
- FASEPA (2021). Site da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará. Recuperado de: <http://fasepa.pa.gov.br/?q=node/786>
- Felitti, V. J. Anda, R. F, Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A.M., Edwards, V., Koss, M. P., Marks, J. S (1998). The relationship of adult health status to childhood abuse and household dysfunction. *American Journal of Preventive Medicine*, 14, 245-258. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749379798000178> doi: [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Felitti, V. J. Anda, R. F, Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A.M., Edwards, V., Koss, M. P., Marks, J. S (1998). The relationship of adult health status to childhood abuse and household dysfunction. *American Journal of Preventive Medicine*, 14, 245-258. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0749379798000178> doi: [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)
- Ferraz, M. D. M. P. (2021). Autores de agressão sexual de crianças e adolescentes: experiências adversas na infância e fatores associados. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/13801>
- Ferraz, M. D. M. P., Xavier, M. M., & Cabral, V. I. R. (2021). Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. *DESIDADES: Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, (29), 134-150 Recuperado em 08 de julho de 2025 de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000100009&lng=pt&tlng=pt.
- Ferraz, M. D. M. P., Cavalcante, L. I. C., & Veloso, M. M. X. (2023). Experiências Adversas na Infância: Um Estudo com Autores de Agressão Sexual. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 25(3). doi: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP15116.en>
- Ferreira, M. A. M. (2020). Relação entre experiências adversas na infância, distorções cognitivas e delinquência numa amostra comunitária de jovens (Doctoral dissertation). Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/68943>
- Ferreira, D. G., Bortoli, M. C. D., Pexe-Machado, P., Saggese, G. S. R., & Veras, M. A. (2023). Violência sexual contra homens no Brasil: subnotificação, prevalência e fatores associados. *Revista de Saúde Pública*, 57, 23 doi: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004523>
- Fitton, L., Yu, R., & Fazel, S. (2018). Childhood Maltreatment and Violent Outcomes: A Systematic Review and Meta-Analysis of Prospective Studies. *Trauma, Violence, and Abuse*, 1–15. doi:10.1177/1524838018795269
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007). Polyvictimization and trauma in a national longitudinal cohort. *Development and psychopathology*, 19(1), 149-166. Doi:

10.1017/S0954579407070083

Ford, J. D., & Courtois, C. A. (2021). Complex PTSD and borderline personality disorder. *Borderline personality disorder and emotion dysregulation*, 8(1), 16. DOI: <https://doi.org/10.1186/s40479-021-00155-9>

Fox, B. H., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M. T., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child abuse & neglect*, 46, 163-173. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213415000356> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>

Fox, B. H (2017). What makes a difference? Evaluating the key distinctions and predictors of sexual and non-sexual offending among male and female juvenile offenders. *Journal of criminal psychology*.

France, K. G., & Hudson, S. M. (1993). *The conduct disorders and the juvenile sex offender.* Guilford Press.

Saffioti, H. (2004). Gênero, patriarcado, violência. Ministério Público do Estado da Bahia.

Scott, J. W., Louro, G. L., & Silva, T. T. D. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99.

Siegel, J. Z., Estrada, S., Crockett, M. J., & Baskin-Sommers, A. (2019). Exposure to violence affects the development of moral impressions and trust behavior in incarcerated males. *Nature communications*, 10(1), 1-9. Retrieved from <https://www.nature.com/articles/s41467-019-09962-9>

Gaylord-Harden, N. K., Bai, G. J., & Simic, D. (2017). Examining a dual-process model of desensitization and hypersensitization to community violence in African American male adolescents. *Journal of Traumatic Stress*, 30(5), 463-471. Retrieved from <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jts.22220> doi: <https://doi.org/10.1002/jts.22220>

Giordano, P. C., Copp, J. E., Manning, W. D., & Longmore, M. A. (2019). Linking parental incarceration and family dynamics associated with intergenerational transmission: A life-course perspective. *Criminology*, 57(3), 395-423. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1745-9125.12209> doi: <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12209>

Godoi, R. S. (2023). Jovens em conflito com a lei: “perfil” dos adolescentes e jovens acusados de ato infracional no Rio de Janeiro (2017-2019). *Adolescentes e jovens em conflito com a lei: diálogos interdisciplinares sobre situação de risco e vulnerabilidade social, Uberlândia: Navegando Publicações*, 93-112. Disponível em https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_70d5ad439846436eb340430660e937e2.pdf#page=94

Goldfarb, E. S., & Lieberman, L. D. (2021). Three decades of research: The case for comprehensive sex education. *Journal of Adolescent health*, 68(1), 13-27. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.07.036>

Gómez Tabares, A. S. (2025). Effect of Adverse Childhood Experiences on Antisocial Behavior

- in Juvenile Offenders: Mediation by Dark Personality Traits and Moral Disengagement. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/10926771.2025.2558774>
- Grady, M. D., Levenson, J. S., & Bolder, T. (2017). Linking adverse childhood effects and attachment: A theory of etiology for sexual offending. *Trauma, Violence, & Abuse*, 18(4), 433–444. Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1524838015627147> doi: <https://doi.org/10.1177/1524838015627147>
- Grady, M. D., Levenson, J. S., Glover, J., Kavanagh, S., & Carter, K. (2022). “Hurt people hurt other people”: The link between past trauma and sexual offending. *Sexual Offending: Theory, Research, and Prevention*, 17, e7361. Doi: 10.5964/sotrap.7361
- Guerra, V. M., Scarpatti, A. S., Duarte, C. N. B., Silva, C. V. D., & Motta, T. A. (2014). Ser homem é...: Adaptação da Escala de Concepções da Masculinidade. *Psico-USF*, 19, 155–165. Recuperado de : <https://www.scielo.br/j/psuf/a/fdbYQ8TYVtJS7tqCRY5t9cK/>
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 21, 341–348.
- Hamby, S., Taylor, E., Mitchell, K., Jones, L., & Newlin, C. (2020). Poly-victimization, trauma, and resilience: Exploring strengths that promote thriving after adversity. *Journal of Trauma & Dissociation*, 21(3), 376–395. Doi: <https://doi.org/10.1080/15299732.2020.1719261>
- Harris, D., Ogilvie, J., Thomsen, L., Barton, J., Rynne, J., & O’Leary, P. (2022). Exploring the onset, duration and temporal ordering of adverse childhood experiences in young people adjudicated for sexual offences: a longitudinal qualitative study. Australia's National Research Organisation for Women's Safety.
- Herman, J. L. (2015). *Trauma and recovery: The aftermath of violence--from domestic abuse to political terror*. Hachette uK.
- Hlavka, H. R. (2017). Speaking of stigma and the silence of shame: Young men and sexual victimization. *Men and Masculinities*, 20(4), 482–505. doi: <https://doi.org/10.1177/1097184X16652656>
- Hooks, b. (2021). *A vontade de mudar: homens, masculinidade e amor* (Trad. K. Costa & S. S. Santos). Rosa dos Tempos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023, 22 de dezembro). *Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>
- Izquierdo, J. M. D. J., Paulo, M. D. A. L. D., & Santos, V. B. D. (2020). Juventude rural e vivências da sexualidade. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 27, 1265–1283. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000500013>

- Jewkes, R., Mhlongo, S., Chirwa, E., Seedat, S., Myers, B., Peer, N., ... & Abrahams, N. (2022). Pathways to and factors associated with rape stigma experienced by rape survivors in South Africa: Analysis of baseline data from a rape cohort. *Clinical psychology & psychotherapy*, 29(1), 328-338. Doi: <https://doi.org/10.1002/cpp.2637>Digital Object Identifier (DOI)
- Joyal, C. C., Carpentier, J., & Martin, C. (2016). Discriminant factors for adolescent sexual offending: On the usefulness of considering both victim age and sibling incest. *Child Abuse & Neglect*, 54, 10-22. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.01.006>
- Kassel, J. D., Stroud, L. R., & Paronis, C. A. (2003). Smoking, stress, and negative affect: correlation, causation, and context across stages of smoking. *Psychological bulletin*, 129(2), 270. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/2003-01977-006> doi: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.2.2>
- Knapp, P. (2004). Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Artmed Editora.
- Lardén, M., Melin, L., Holst, U., & Långström, N. (2006). Moral judgement, cognitive distortions and empathy in incarcerated delinquent and community control adolescents. *Psychology, Crime and Law*, 12(5), 453–462. doi:10.1080/10683160500036855
- Kenyon-George, L. G. (2016). Treating child sexual abuse in rural communities. In Identifying, treating, and preventing childhood trauma in rural communities (pp. 58-77). IGI Global doi: 10.4018/978-1-5225-0228-9.ch005
- Kimmel, M. The Cultural Contexts of Aggrieved Entitlement and Restorative Masculinity. There is a gunman on campus: Tragedy and terror at Virginia Tech, p. 65, 2008.
- Kuhl, D. C., Chavez, J. M., Swisher, R. R., & Wilczak, A. (2016). Social class, family formation, and delinquency in early adulthood. *Sociological perspectives*, 59(2), 345-367.
- Yates, P., Mullins, E., Adams, A., & Kewley, S. (2024). Sibling sexual abuse: What do we know? What do we need to know? Stage 1 analysis of a 2-stage scoping review. *Child Abuse & Neglect*, 107076.
- Leach, C., Stewart, A., & Smallbone, S. (2016). Testing the sexually abused-sexual abuser hypothesis: A prospective longitudinal birth cohort study. *Child abuse & neglect*, 51, 144-153.
- Lett, T. A., Mohnke, S., Amelung, T., Brandl, E. J., Schiltz, K., Pohl, A., & Wittfoth, M. (2018). Multimodal neuroimaging measures and intelligence influence pedophile child sexual offense behavior. *European Neuropsychopharmacology*, 28(7), 818-827. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0924977X18301172> doi: <https://doi.org/10.1016/j.euroneuro.2018.05.002>
- Levenson, J. S., Willis, G. M., & Prescott, D. S. (2014). Adverse childhood experiences in the lives of male sex offenders: Implications for trauma-informed care. *Sexual Abuse*, 28(4), 340-359. Retrieved from <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1079063214535819> doi: <https://doi.org/10.1177/1079063214535819>

- Levenson, J. S., & Socia, K. M. (2015). Adverse childhood experiences and arrest patterns in a sample of sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 31(10), 1883-1911. Doi: <https://doi.org/10.1177/0886260515570751>
- Lopes, A. N. A. Violência Sexual contra Crianças no Interior do Pará: estudo nos municípios de Capanema e São João de Pirabas. *Revista Científica Gênero na Amazônia*, 2(24), 173-190.
- Machado, C. (2010). *Novas Formas de vitimação criminal*. Braga: Psiquilibrio
- Mahalik, J. R., Good, G. E., & Englar-Carlson, M. (2003). Masculinity scripts, presenting concerns, and help seeking: Implications for practice and training. *Professional Psychology: Research and Practice*, 34(2), 123. Retirado de: <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0735-7028.34.3.239>
- Margari, F., Lecce, P. A., Craig, F., Laforzezza, E., Lisi, A., Pinto, F., Stallone, V., Pierri, G., Pisani, R., Zagaria, G., Margari, L., & Grattagliano, I. (2015). Juvenile sex offenders: Personality profile, coping styles and parental care. *Psychiatry Research*, 229(1-2), 82-88. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2015.07.066>
- Martins, M. C., & Pilon, S. C. (2008). A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. *Cadernos de Saúde Pública*, 24, 1112-1120.
- Marshall, W. L. (2014). Phallometric assessments of sexual interests: an update. (Report). *Current Psychiatry Reports*, 16(1), 1-7. Doi: 10.1007/s11920-013-0428-6
- McKillop, N., Rayment-McHugh, S., Smallbone, S., & Bromham, Z. (2018). A comparison of individual, ecological and situational factors associated with adolescence-and adulthood-onset sexual abuse of children. *Report to the Criminology Research Advisory Council*. Grant: CRG 30/13-14. Retrieved from <https://www.aic.gov.au/sites/default/files/2020-05/30-1314-FinalReport.pdf>
- McKillop, N., Rayment-McHugh, S., & Bojack, R. (2020). Comparing the onset of child sexual abuse perpetration from adolescence into adulthood: are there unique risks, and what does this mean for prevention?. *Child Abuse & Neglect*, 107, 104630. Retrieved from <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0145213420302854> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104630>
- Merrick, M. T., Ford, D. C., Ports, K. A., & Guinn, A. S. (2018). Prevalence of adverse childhood experiences from the 2011-2014 behavioral risk factor surveillance system in 23 states. *JAMA pediatrics*, 172(11), 1038-1044. Doi: 10.1001/jamapediatrics.2018.2537
- Messerschmidt, J. W. (2005). Men, masculinities, and crime. *Handbook of studies on men & masculinities*, 196-212.
- Miley, L. N., Fox, B., Muniz, C. N., Perkins, R., & DeLisi, M. (2020). Does childhood victimization predict specific adolescent offending? An analysis of generality versus specificity in the victim-offender overlap. *Child Abuse & Neglect*, 101, 104328.

- Miller, E., Culyba, A. J., Paglisotti, T., Massof, M., Gao, Q., Ports, K. A., Kato-Wallace, J., Pulerwitz, J., Espelage, D. L., Abebe, K. Z., & Jones, K. A. (2020). Male adolescents' gender attitudes and violence: Implications for youth violence prevention. *American Journal of Preventive Medicine*, 58(3), 396–406. <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2019.10.009>
- Miranda Ramos, M., & Cerqueira-Santos, E. (2022). Escala de Atitudes Negativas sobre Afeminação para Heterossexuais (ANAH): construção e evidências de validade. *Psico*, 53(1), e37745-e37745.
- Miranda, G., & Paiva, I. L. D. (2023). Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e facções criminosas. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 16, 193-218. <https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.45464>
- Monroy-Garzon, A. M., & Silva, K. L. D. (2022). Silenciamento da sexualidade do adolescente no contexto rural. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210572.
- Moura, A. D. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13, 85-94.
- Naidoo, L., & Sewpaul, V. (2014). The life experiences of adolescent sexual offenders: Factors that contribute to offending behaviours. *Social Work*, 50(1), 84-98. Doi: <http://dx.doi.org/10.15270/50-1-16>
- Najstrom, M.; Chamoun, R.; Lindqvist, K. Traditional masculinity and aggressive behavior: the influence of gender norms and educational attainment. *Frontiers in Psychology*, v. 16, p. 1638171, 2026. Doi: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2025.1638171>
- Nunes, L. F., Cavalcante, C. O. B., Barros, J. P. P., & Lavor Filho, T. L. D. (2024). Efeitos das dinâmicas da violência urbana para jovens em cumprimento de medida socioeducativa. *Psicologia & Sociedade*, 36, e266214. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36266214>
- O'Neil, J. M. (2010). Is criticism of generic masculinity, essentialism, and positive-healthy-masculinity a problem for the psychology of men?. *Psychology of Men & Masculinity*, 11(2), 98–106. <https://doi.org/10.1037/a0018917>
- Reavis, J., Looman, J., Franco, K., & Rojas, B. (2013). Adverse childhood experiences and adult criminality: How long must we live before we possess our own lives? *The Permanent Journal*, 17, 44-48. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3662280/> doi: 10.7812/TPP/12-072
- Rizzo, A. J., Banyard, V. L., & Edwards, K. M. (2020). Unpacking Adolescent Masculinity: Relations between Boys' Sexual Harassment Victimization, Perpetration, and Gender Role Beliefs. *Journal of Family Violence*, 1-11. Retrieved from <https://link.springer.com/article/10.1007/s10896-020-00187-9>
- Robertson, O., Christmann, K., Sharratt, K., Berman, A. H., Manby, M., Ayre, E., Gavriluta, C. (2016). Children of Prisoners: Their Situation and Role in Long-Term Crime Prevention. Women and Children as Victims and Offenders: Background, Prevention, Reintegration, 203–232. doi:10.1007/978-3-319-28424-8_8
- Rocha, H. A., Sudfeld, C. R., Leite, Á. J., Rocha, S. G., Machado, M. M., Campos, J. S., ... &

- Correia, L. L. (2020). Adverse childhood experiences and child development outcomes in Ceará, Brazil: a population-based study. *American journal of preventive medicine*. doi: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2020.08.012>
- Roubuste, L. D. S., & Lüdtke, L. Distorções Cognitivas: Revisão De Literatura Sobre Falhas De Processamento Segundo Teorias Cognitivo-Comportamentais. Recuperado de: <https://www.sobresp.edu.br/wp-content/uploads/2015/04/DISTOR%C3%87%C3%95ES-COGNITIVAS-REVIS%C3%83O-DE-LITERATURA-SOBRE-FALHAS-DE-PROCESSAMENTO-SEGUNDO-TEORIAS-COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS1.pdf>
- Pereira, F. G., & Viana, M. C. (2021). Instrumentos mais utilizados na avaliação da exposição a experiências adversas na infância: uma revisão da literatura. *Saúde em Debate*, 45, 501-513. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112919>
- Perez Arribas, I., Goodwin, G. M., Geddes, J. R., Lyons, T., & Saunders, K. E. (2018). A signature-based machine learning model for distinguishing bipolar disorder and borderline personality disorder. *Translational psychiatry*, 8(1), 274.
- Paulus, F. W., Nouri, F., Ohmann, S., Möhler, E., & Popow, C. (2024). The impact of Internet pornography on children and adolescents: A systematic review. *L'encephale*. <https://doi.org/10.1016/j.encep.2023.12.004>
- Perondi, M., & Koerich, B. (2023). Relatório: Panorama Nacional da Educação no Contexto Socioeducativo. *Organização Instituto Alana, São Paulo, 1*.
- Peter, J., & Valkenburg, P. M. (2010). Processes underlying the effects of adolescents' use of sexually explicit internet material: The role of perceived realism. *Communication research*, 37(3), 375-399. <https://doi.org/10.1177/00936502103624>
- Petrungaro, F. C. F. (2023). *O dever fundamental da paternidade: reflexos da ausência da figura paterna na prática de atos infracionais*. Editora Dialética.
- Pinto, L. W., & Assis, S. G. D. (2013). Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 16, 288-300. Recuperado de <https://www.scielo.org/article/rbepid/2013.v16n2/288-300/> doi: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000200006>
- Pinto, R. J., Fernandes, A. I., Mesquita, C., & Maia, A. C. (2015). Childhood adversity among institutionalized male juvenile offenders and other high-risk groups without offense records in Portugal. *Violence and victims*, 30(4), 600-614.
- Plummer, M., & Cossins, A. (2016). The cycle of abuse: When victims become offenders. *Trauma, Violence, & Abuse*, Vol.19 n. 3, p286-304. Doi: <https://doi.org/10.1177/1524838016659487>
- Pullman, L. E., Leroux, E. J., Motayne, G., & Seto, M. C. (2014). Examining the developmental trajectories of adolescent sexual offenders. *Child Abuse & Neglect*, 38(7), 1249-1258. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.03.003>
- Pulido-Guerrero, G., Jiménez-Ariza, L. M., & Ramírez-Durán, J. I. (2025). Efectividad de una intervención escolar para la prevención del abuso sexual infantil. *Revista Latinoamericana*

- de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 23(1), 1-21.
<https://doi.org/10.11600/rllcsnj.23.1.6418>
- Peres, M. F. T., Possas, M. T., de Carvalho, A. C. R., Regina, F. L., & Souza, M. (2021). Tiro cruzado: as dinâmicas de violência armada letal envolvendo a juventude brasileira. *Revista USP*, (129), 15-28. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i129p15-28>
- Wanklyn, S. G., Ward, A. K., Cormier, N. S., Day, D. M., & Newman, J. E. (2012). Can we distinguish juvenile violent sex offenders, violent non-sex offenders, and versatile violent sex offenders based on childhood risk factors? *Journal of Interpersonal Violence*, 27(11), 2128–2143. <https://doi.org/10.1177/0886260511432153>
- Warner, E. T., Zhang, Y., Gu, Y., Taporoski, T. P., Pereira, A., DeVivo, I.,.....& Shields, A. (2020). Physical and sexual abuse in childhood and adolescence and leukocyte telomere length: A pooled analysis of the study on psychosocial stress, spirituality, and health. *PLoS One*, 15(10), e0241363 doi: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0241363>
- Weiss, N., Sullivan, T. P., Tull, M.T., Explicating the role of emotion dysregulation in risky behaviors: a review and synthesis of the literature with directions for future research and clinical practice, *Current Opinion in Psychology*, Volume 3, 2015, Pages 22-29, ISSN 2352-250X. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2015.01.013>.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 460-482. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>
- World Health Organization. (2011). *Adverse Childhood Experiences International Questionnaire: Pilot study review and finalization meeting*. Meeting report presented. at Geneva, Switzerland. Recuperado de: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/activities/adverse_childhood_experiences/global_research_network/en/
- Yoder, J. R., Leibowitz, G. S., & Peterson, L. (2016). Parental and peer attachment characteristics: Differentiating between youth sexual and non-sexual offenders and associations with sexual offense profiles. *Journal of interpersonal violence*, Vol. 33 n. 17, p2643-2663. Doi: <https://doi.org/10.1177/0886260516628805>
- Ratliff, E., Morris, A. S., Hays-Grudo, J., Sheet, S. F., & Model, P. H. (2020). The Impact of Adverse and Protective Childhood Experiences. T 21-48, Oklahoma Cooperative Extension Service. Disponível em: <http://pods.dasn.okstate.edu/docushare/dsweb/Get/Document-11817/T-2148web.pdf> Acesso em: 19/06/2020
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório*. Coimbra, Porto: Almedina
- Reckdenwald, A., Mancini, C., & Beauregard, E. (2013). The cycle of violence: Examining the impact of maltreatment early in life on adult offending. *Violence and victims*, 28(3), 466-482. 10.1891/0886-6708.VV-D-12-00054
- Riegeluth, C. S., & Addis, M. E. (2016). Adolescent boys' experiences with policing of

- masculinity: Forms, functions, and consequences. *Psychology of Men & Masculinity*, 17(1), 74. Retrieved from: <https://psycnet.apa.org/record/2015-24706-001> doi: <https://doi.org/10.1037/a0039342>
- Reis, D.C. (2016). Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de vida. Tese de doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, 2016. Recuperado de <http://200.130.18.222/images/stories/download/pct/2017/MencoesHonrosas/Psicologia-Daniela-Castro-dos-Reis.PD>
- Reisen, A., Viana, M. C., & dos Santos Neto, E. T. (2019). Adverse childhood experiences and bullying in late adolescence in a metropolitan region of Brazil. *Child abuse & neglect*, 92, 146-156. Doi <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.04.003>
- Rosa, M., Fox, B., & Jennings, W. G. (2020). Do developmental and life-course theory risk factors equally predict age of onset among juvenile sexual and nonsexual offenders?. *Sexual Abuse*, 32(1), 55-78. Doi: <https://doi.org/10.1177/1079063218797714>
- Ribeiro, M. (2020). Eu Decido Se'cês Vão Lidar Com King Ou Se Vão Lidar Com Kong” Homens Pretos, Masculinidades Negras E Imagens De Controle Na Sociedade Brasileira. *Humanidades & Inovação*, 7(25), 117-134. Retirado de: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4911>
- Ryan, E. P., & Otonichar, J. M. (2016). Juvenile sex offenders. *Current psychiatry reports*, 18(7), 67. Doi: 10.1007/s11920-016-0706-1
- Sayago, C. W.; Dornelles, V. G. R. O. G; Ferreira, T. M. F (2011). Conceitualização Cognitiva. in *Manual Prático De Terapia Cognitivo Comportamental*. Org: Oliveira. Ed. Casa do Psicólogo.
- Sampaio, R. C., Sabbatini, M., & Limongi, R. (2024). Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores. *Boletim Técnico do PPEC*, 10, e025003-e025003. Retirado de : <https://econtents.sbu.unicamp.br/boletins/index.php/ppec/article/view/9509>
- Sanderson, C. (2024). The hidden nature of sibling sexual abuse: when sexually harmful behaviour masquerades as consensual sexual experimentation. *Attachment*, 18(1), 1-17.
- Santelices MP, Velasco-Hodgson MC, Ferreccio C, Undurraga C, Carvajal-Araneda K. (2025) The Psychometric Properties of the ACE-IQ Questionnaire's Binary and Frequency Scoring Methods in a Chilean Community Sample. *Children (Basel)*. Mar 8;12(3):340. doi: 10.3390/children12030340. PMID: 40150622; PMCID: PMC11941045.
- Santos, A. S. F., & Mesquita, A. C. C. (2019). O perfil do agressor sexual infantil: uma revisão bibliográfica. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, 3(2), 85-100.
- Seto, M. C., & Lalumiere, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136(4), 526–575. <https://doi.org/10.1037/a0019700>
- Serafim, A. D. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 101-111. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/acp/article/view/17252>

doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>

- Shonkoff, J. P., Garner, A. S., Siegel, B. S., Dobbins, M. I., Earls, M. F., McGuinn, L., & Committee on Early Childhood, Adoption, and Dependent Care. (2012). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *Pediatrics*, 129(1), e232-e246. Retrieved from <https://pediatrics.aappublications.org/content/129/1/e232.short>
- Silva, O. H. F., & de Moraes, W. B. (2020). ENSAIO: Traumas afortalecidos pela pandemia da Covid-19: As Experiências Adversas na Infância e a relação criança-trauma. *Revista Interdisciplinar Sulear*. Recuperado de <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/5004>
- Silva, S. C. M. G. D. (2017). Bagagens traumáticas: o papel das experiências adversas precoces no desejo sexual e na intimidade. Tese de mestrado integrado apresentada pela Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33210>
- Silva, B. D. C., Fonseca, E. C. G., & Miranda, E. B. D. (2021). Afinal, o que é ser homem?: discussões sobre masculinidade com adolescentes em conflito com a lei.
- Silva, T. S., Christino, J. M. M., Moura, L. R. C., & Moraes, V. H. F. D. (2019). Gênero e consumo de álcool entre jovens: avaliação e validação do Inventário de Conformidade com Normas Masculinas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, 3495-3506.
- Schuler, M., Mohnke, S., Amelung, T., Beier, K. M., Walter, M., Ponseti, J., ... & Walter, H. (2022). Neural processing associated with cognitive empathy in pedophilia and child sexual offending. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 17(8), 712-722.
- Smallbone, S. W., Rayment-McHugh, S., & Smith, D. (2013). Youth sexual offending: Context, good-enough lives, and engaging with a wider prevention agenda. Doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0100983>
- Soares, L. G., Tomé, S. D. S., Abreu, I. S., Lentsck, M. H., Baratieri, T., Sauka, J. M., ... & Michalczyzyn, K. C. (2025). Adverse childhood experiences among high-risk children living in socially vulnerable areas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 78(Suppl 2), e20240247. Doi: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TLYdmgdgTZPz6ngC3rhG8Cx/?lang=en>
- Stengel, M., Peres, S. O., & Gómez, P. L. (2023). Autonomia e vulnerabilidade de jovens no acesso à pornografia em ambientes digitais: um debate necessário no campo da sexualidade: Autonomy and vulnerabilities of youth in the access to pornography in digital environments: a necessary debate in the field of sexuality. *Revista Cocar*, (16).
- Struck, S., Stewart-Tufescu, A., Asmundson, A. J., Asmundson, G. G., & Afifi, T. O. (2021). Adverse childhood experiences (ACEs) research: A bibliometric analysis of publication trends over the first 20 years. *Child Abuse & Neglect*, 112, 104895. Retrieved from: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213420305500> doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104895>
- Tener, D. (2025). Reprint: Sibling sexual abuse: A commentary based on seven studies, seven insights. *Child Abuse & Neglect*, 162, 107323 doi: <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2025.107323>

- Thigpen, J. W., & Dennis Fortenberry, J. (2009). Understanding variation in normative childhood sexual behavior: The significance of family context. *Social Service Review*, 83(4), 611-631 doi: <https://doi.org/10.1086/650401>
- Thompson Jr, E. H., & Bennett, K. M. (2015). Measurement of masculinity ideologies: A (critical) review. *Psychology of Men & Masculinity*, 16(2), 115.
- UNODC. (United Nations Office on Drugs and Crime). (2019). *Global Study on Homicide 2021: Homicide Trends, Patterns and Drivers*.
- Van Den Berg, C., Bijleveld, C., & Hendriks, J. (2017). The juvenile sex offender: criminal careers and life events. *Sexual Abuse*, 29(1), 81-101. Doi: <https://doi.org/10.1177/1079063215580967>
- Vandello, J. A., & Bosson, J. K. (2013). Hard won and easily lost: A review and synthesis of theory and research on precarious manhood. *Psychology of men & masculinity*, 14(2), 101. Doi: <https://doi.org/10.1037/a0029826>
- Velásquez Marafiga, C., Ferraz Neis, L., & Falcke, D. (2022). Distorções cognitivas de vitimizadores sexuais de crianças e adolescentes: associações com experiências na família de origem, esquemas iniciais desadaptativos, autoestima e autoeficácia. *Psicogente*, 25(48), 24-44.
- Vieira, S., M. A. (2010). Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento. Tese de Doutorado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14246/1/Sandra%20M%C3%B3nica%20de%20Almeida%20Vieira.pdf>
- Zanella, V. (2020). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Editora Appris.
- Zanella, V. (2023). *A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações*. Editora Appris.
- Zaniewski, B., Dallos, R., Stedmon, J., & Welbourne, P. (2023). Boys don't cry: Trauma, trauma narrative and masculine practice among young male who engaged in harmful sexual behaviour. *Human Systems*, 3(1), 3-29.

Apêndice A - Formulário de caracterização Biopsicossocial – FCBS versão adaptada

FÓRMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO BIOPSISSOCIAL DO AUTOR E DA VÍTIMA DE AGRESSÃO SEXUAL

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do formulário _____ Nº do Processo _____ Data da autuação: ____/____/____ Data da ocorrência da primeira agressão sexual: ____/____/____ ☐ SI Data do B.O.: ____/____/____ ☐ SI	Data da coleta: ____/____/____ Cargo/graduação do Aplicador: _____ Cidade: _____
--	---

2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

AGRESSOR (A)			VÍTIMA (V)		
Data de nascimento ____/____/____	Idade do crime/ato infracional sexual: _____	☐ SI	Data de nascimento ____/____/____	Idade que sofreu a agressão sexual: _____	☐ SI
Faixa etária	☐ Criança (1) (0 – 11 anos) ☐ Adolescente (2) (12 – 17 anos) ☐ Jovem (3) (18 – 29 anos) ☐ Adulto (4) (30 – 59 anos) ☐ Idoso (5) (≥ 60)	☐ SI	Faixa etária	☐ Criança (1) (0 – 11 anos) ☐ Adolescente (2) (12 – 17 anos) ☐ Jovem (3) (18 – 29 anos) ☐ Adulto (4) (30 – 59 anos) ☐ Idoso (5) (≥ 60)	☐ SI
Sexo	☐ Feminino (1) ☐ Masculino (2)	☐ SI	Sexo	☐ Feminino (1) ☐ Masculino (2)	☐ SI
Orientação Sexual	☐ Heterossexual (1) ☐ Homossexual (2) ☐ Bissexual (3) ☐ Transsexual (4) ☐ Outros (20) ☐ N.A. (50).	☐ SI	Orientação Sexual	☐ Heterossexual (1) ☐ Homossexual (2) ☐ Bissexual (3) ☐ Transsexual (4) ☐ Outros (20) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Cor/Etnia	☐ Amarela (1) ☐ Branca (2) ☐ Parda (3) ☐ Preta (4) ☐ Indígena (5)	☐ SI	Cor/Etnia	☐ Amarela (1) ☐ Branca (2) ☐ Parda (3) ☐ Preta (4) ☐ Indígena (5)	☐ SI
Religião	☐ Católica (1) ☐ Espírita (2) ☐ Evangélica (3) ☐ Religiões de Matrizes Africanas (4) ☐ Sem Religião (5) ☐ Outras (20)/ Qual? _____	☐ SI	Religião	☐ Católica (1) ☐ Espírita (2) ☐ Evangélica (3) ☐ Religiões de Matrizes Africanas (4) ☐ Sem Religião (5) ☐ Outras (20)/ Qual? _____	☐ SI
Situa. Conjugal	☐ Casado (1) ☐ Divorciado (2) ☐ Separado (3) ☐ Solteiro (4) ☐ União Estável (5) ☐ Viúvo (6) ☐ Namoro (7) ☐ Noivado (8) ☐ N.A. (50).	☐ SI	Situa. Conjugal	☐ Casado (1) ☐ Divorciado (2) ☐ Separado (3) ☐ Solteiro (4) ☐ União Estável (5) ☐ Viúvo (6) ☐ Namoro (7) ☐ Noivado (8) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Possui filhos	☐ Sim (1) Quantos? _____ ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI	Possui filhos	☐ Sim (1) Quantos? _____ ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Idade que teve o primeiro filho	☐ N.A. (50)	☐ SI	Idade que teve o primeiro filho	☐ N.A. (50)	☐ SI
Mora com	☐ Mãe (1) ☐ Pai (2) ☐ Irmão(s) (3) Quantos? ____ ☐ Avô (4) ☐ Avó (5) ☐ Primo (a) (6) ☐ Tio (a) (7) ☐ Outros (20). Quais? _____	☐ SI	Mora com	☐ Mãe (1) ☐ Pai (2) ☐ Irmão(s) (3) Quantos? ____ ☐ Avô (4) ☐ Avó (5) ☐ Primo (a) (6) ☐ Tio (a) (7) ☐ Outros (20). Quais? _____	☐ SI

Relação paterna do agressor	Registro nome do pai: ☐ Sim (1) ☐ Não (2) Orfandade: ☐ Sim (1) ☐ Não (2) Conheceu o pai? ☐ Sim (1) ☐ Não (2) Se sim, convive com o pai? ☐ Sim (1) ☐ Não (2)								☐ SI		
Bairro onde mora					☐ SI	Bairro onde mora					☐ SI
Onde nasceu	Cidade	☐ SI	Estado	☐ SI	Onde nasceu	Cidade	☐ SI	Estado	☐ SI		
Onde mora	Cidade	☐ SI	Estado	☐ SI	Onde mora	Cidade	☐ SI	Estado	☐ SI		
Zona	☐ Urbana (1) ☐ Rural (2) ☐ Ribeirinho (3)				☐ SI	Zona	☐ Urbana (1) ☐ Rural (2) ☐ Ribeirinho (3)				☐ SI
Idade quando cometeu a 1ª agressão sexual					☐ SI	Idade quando sofreu o 1º abuso sexual					☐ SI
Escolaridade	☐ Nunca estudou (1) ☐ Creche (2) ☐ Pré-escola (3) ☐ E.F.I. (4)/ Ano/Série _____ ☐ E.F.C (5) ☐ E.M.I. (6)/ Ano/Série _____ ☐ E.M.C. (7) ☐ E. S. I. (8)/Curso: _____ ☐ E.S.C. (9)/Curso: _____				☐ SI	Escolaridade	☐ Nunca estudou (1) ☐ Creche (2) ☐ Pré-escola (3) ☐ E.F.I. (4)/ Ano/série _____ ☐ E.F.C (5) ☐ E.M.I. (6)/Ano/série _____ ☐ E.M.C. (7) ☐ E. S. I. (8)/Curso: _____ ☐ E.S.C. (9)/Curso: _____				☐ S
Evasão escolar	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50). Ano/série que evadiu: Motivo da evasão:				☐ SI	Evasão escolar	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) Ano/série que evadiu? Motivo da evasão:				☐ SI
Com vínculo de Parentesco	☐ Mãe (1) ☐ Pai (2) ☐ Irmão (3) ☐ Avô (ó) (4) ☐ Avôdrasto (5) ☐ Primo (a) (6) ☐ Tio (a) (7) ☐ Padrasto/Madrasta (8) ☐ Cunhada (o) (9) ☐ Cônjuge (10) Ex-cônjuge (11) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20) _____				☐ SI	Com vínculo de Parentesco	☐ Filho (a) (1) ☐ Neto (a) (2) ☐ Primo (a) (3) ☐ Sobrinho (a) (4) ☐ Enteadado (a) (5) ☐ Cunhado (a) (6) ☐ Irmão (a) (7) ☐ Cônjuge (8) Ex-cônjuge (9) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20) _____				☐ SI

Sem vínculo de parentesco	☐ Amiga (o) (1) ☐ Babá (2) ☐ Desconhecida (o) (3) ☐ Conhecido (4) ☐ Vizinha (o) (5) ☐ Colega da escola (6) ☐ Namorada (o) (7) ☐ Professor (a) (8) ☐ Líder religioso (9) ☐ Ex-namorado (10) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20): Qual? _____	☐ SI	Sem vínculo de parentesco	☐ Aluna (o) (1) ☐ Amiga (o) (2) ☐ Colega da escola (3) ☐ Desconhecida (o) (4) ☐ Conhecido (a) (5) ☐ Namorado (a) (6) ☐ Ex-Namorado (a) (7) ☐ Vizinho (a) (8) ☐ Ex-conjuge (9) ☐ N.A. (50) ☐ Outros (20): Qual? _____	☐ SI
Saúde	☐ Condições Médicas Graves (1): Qual? _____ ☐ Deficiência: ☐ físico-motora (2) ☐ auditiva (3) ☐ visual (4) ☐ Intelectual (5) ☐ Laudo Transtorno Mental (6): Qual? _____ ☐ Laudo Síndrome Cerebral Orgânica (7): Qual? _____ ☐ Transtorno Parafílico/Pedofílico (8) ☐ Outros (20): _____	☐ SI	Saúde	☐ Condições Médicas Graves (1): Qual? _____ ☐ Deficiência: ☐ físico-motora (2) ☐ auditiva (3) ☐ visual (4) ☐ Intelectual (5) ☐ Laudo Transtorno Mental (6): Qual? _____ ☐ Laudo Síndrome Cerebral Orgânica (7): Qual? _____ ☐ Outros (20): _____	☐ SI
Ocupação		☐ SI	Ocupação		☐ SI
Condição	☐ Autônomo (1) ☐ Beneficiário/Pensionista (2) ☐ Estudante (3) ☐ Estagiário (4) ☐ Empregado (5) ☐ Desempregado (6) ☐ Trabalho eventual (7) ☐ Do lar (8) ☐ N.A. (50)	☐ SI	Condição	☐ Autônomo (1) ☐ Beneficiário/Pensionista (2) ☐ Estudante (3) ☐ Estagiário (4) ☐ Empregado (5) ☐ Desempregado (6) ☐ Trabalho eventual (7) ☐ Do lar (8) ☐ N.A. (50)	☐ SI

3. DADOS PROCESSUAIS

AUTOR DE AGRESSOR (A) SEXUAL					
Bairro onde aconteceu o ato		☐ Zona Urbana (1) ☐ Zona Rural (2) Qual zona rural? _____ (ramal, aldeia, sítio, praia).	☐ SI	☐ Período Diurno (2) ☐ Período Noturno (1)	☐ SI
Tipo de local onde aconteceu o ato:	☐ Público/privado (1) ☐ Público (2) ☐ Privado (3) ☐ Ciberespaço (4) ☐ Outros (20) _____				☐ SI
No espaço privado	☐ Residência da vítima (1) ☐ Residência do Autor (2) ☐ Residência da vítima/autor (3) ☐ Residência de terceiros/Onde? _____ (4) ☐ Outros/Onde? _____ (20)	☐ SI	No espaço público	☐ Rio/Mata (1) ☐ Estabelecimento comercial/lazer (2) ☐ Via pública/terreno baldio (3) ☐ Motel (4) ☐ Escola (5) ☐ Outros (20)/Onde? _____	☐ SI

	☐ N.A.(50)			☐ N.A. (50)	
Agressão sexual:	☐ Intrafamiliar (1) ☐ Extrafamiliar (2)				☐ SI
Confessou:	☐ Sim (1) ☐ Não (2)				☐ SI
Se sim qual foram os Motivos:					☐ SI
Frequência da agressão					☐ SI
Meio/Forma de Agressão	☐ Força corporal (1) ☐ Enforcamento (2) ☐ Obj. Contundente/Perfurante-cortante Substancia ou objeto quente (3) ☐ Envenenamento-Intoxicação (4) ☐ Arma de Fogo (5) ☐ Ameaça (6) ☐ Outros (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)				☐ SI
Onde foi realizado o BOP	Delegacia: _____ ☐ N.A. (50)				☐ SI
Tipificação do Ato	☐ Estupro (2013/1) (1) ☐ Estupro de Vulnerável (217-A) (2) ☐ Estupro Coletivo (3) ☐ Assédio (2016-A) (4) ☐ Pornografia Infantil (art. 240) (5) ☐ Assédio Via Internet (6) ☐ Exploração Sexual (7) ☐ Outros (20) Qual? _____				☐ SI
Sentença pelo ato infracional (adolescente)	☐ Advertência (1) ☐ Obrigação de reparar o dano (2) ☐ Prestação de serviços à comunidade (3) ☐ Liberdade assistida (4) ☐ Inserção em regime de semiliberdade (5) ☐ Internação em estabelecimento educacional (6) ☐ Internação em 45 dias/remissão (7) ☐ Absolvido (8)				☐ SI
Julgamento (jovem ou adulto)	☐ Liminar (1) ☐ Julgamento de 1ª grau / Qual encaminhamento/medidas: _____ (2) ☐ Julgamento de 2ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ (3) ☐ Julgamento de 3ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ (4) ☐ Em andamento (5) ☐ Processo Arquivado (6) ☐ N.A (50)				☐ SI
Quantos processos e condenações anteriores	☐ Nenhuma (1) _____ ☐ 01 Quais? _____ ☐ 02 Quais? _____ ☐ 03 Quais? _____ ☐ 04 Quais? _____	☐ SI ☐ N.A (50)	Quantos processos e condenações posteriores	☐ Nenhuma (1) _____ ☐ 01 Quais? _____ ☐ 02 Quais? _____ ☐ 03 Quais? _____ ☐ 04 Quais? _____	☐ SI ☐ N.A (50)
Situação processual do autor					☐ SI

Tempo de abertura de processo	☐ N.A. (50)	☐ SI
Aplicação da sentença definitiva	Data: ____/____/____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Fatores de risco para cometer a Agressão sexual	☐ Trastorno mental (1) ☐ Transtorno comportamental (2) ☐ Comportamento agressivo (3) ☐ Ciúme patológico (4) ☐ Ideação homicida (5) ☐ Ideação suicida (6) ☐ Tentativa de suicídio (7) ☐ Baixa autoestima (8) ☐ Dificuldades na escola (9) ☐ Namoro/intercurso sexual precoce (10) ☐ Vulnerabilidade Socioeconômica (11) ☐ Uso abusivo de álcool e outras drogas (12) ☐ Consumo de Pornografia (13) ☐ Práticas parentais negativas (14) ☐ Inserção de um novo membro na família (padrasto/madrasta/outros) (15) ☐ Responsabilização por menor de idade (16) ☐ Situação de rua (17) ☐ Histórico de institucionalização (18) ☐ Histórico infracional/criminal/comportamento delinquente (19) ☐ Outros (20) Quais? _____	☐ SI
Experiências Adversas na Infância	☐ Abuso físico (1) ☐ Abuso Emocional (2) ☐ Abuso Sexual (3) ☐ Consumo de álcool/drogas por familiares no lar (4) ☐ Encarceramento de membro da família (5) ☐ Membro da família com doença mental/psicológica/comportamento suicida (6) ☐ Presenciar violência doméstica no lar (7) ☐ Um ou nenhum progenitor/divórcio/separação dos pais (8) ☐ Negligência Emocional (9) ☐ Negligência Física (10) ☐ Violência moral ou bullying (11) ☐ Violência comunitária (presenciar situações de violência na comunidade) (12) ☐ Violência coletiva (crime organizado, repressão, tortura) (13)	☐ SI

4. DADOS PROCESSUAIS

VÍTIMA			☐ SI
Houve mais de uma vítima:	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)		☐ SI
Caso a resposta seja "sim", a outra vítima era da mesma família?	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI	A outra vítima tinha parentesco com o agressor? ☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) Quantas e Quem eram? _____
Quem fez a denúncia	☐ Mãe (1) ☐ Vítima (2) ☐ Pai (3) ☐ Outros parentes (4): Qual? _____ ☐ Instituição (5): Qual? _____		☐ SI
Os primeiros encaminhamentos adotados	☐ Ao Conselho Tutelar (1) ☐ À Polícia (5) ☐ Ao CREAS (2) ☐ Ao CRAS (6) ☐ À Escola (3) ☐ Ao hospital ou unidade pública de saúde (7) ☐ PROPAZ (4) ☐ IML (8) ☐ Outras (20) : Quais? _____		☐ SI
Procedimentos realizados	☐ Profilaxia IST (1) ☐ Coleta de secreção vaginal (6)		☐ SI

	☐ Profilaxia HIV (2) ☐ Contracepção de Emergência (7) ☐ Profilaxia Hepatite B (3) ☐ Aborto previsto em lei (8) ☐ Coleta de sangue (4) ☐ Exame Sexológico (9) ☐ Coleta de semên (5) ☐ Outros (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)	
Agressão sexual foi comprovada?	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) ☐ S.I. Houve confirmação pelo IML? ☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI
A principal forma de comprovação	☐ Avaliação Psicológica (1) ☐ Relato da mãe (7) ☐ Depoimento da vítima (2) ☐ Imagens/vídeos (8) ☐ Depoimento de outros familiares (3) ☐ Depoimento do autor da agressão (9) ☐ Exames ginecológicos (4) ☐ Relato de terceiros (10) ☐ Exame de corpo e delito (5) ☐ Outras (20) Quais? _____ ☐ Laudos do IML (6) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Se não houve comprovação, por quê?	☐ Não havia informação suficiente (1) ☐ Não fez exame soxológico (2) ☐ Não houve penetração (3) ☐ Vítima não confirmou (4) ☐ N.A. (50)	☐ SI
Indícios que contribuíram para que a ocorrência não fosse confirmada	☐ Ausência de Exame Médico ou provas materiais (1) ☐ Depoimento do agressor (2) ☐ Depoimento da mãe da vítima (3) ☐ Depoimento da Vítima (4) ☐ Laudos do IML (5) ☐ Processo em andamento (6) ☐ Outras (20) Quais? ____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Tipos de violência sofrida pela vítima, além da agressão sexual	☐ Abandono (1) ☐ Violência física (5) ☐ Negligência familiar (2) ☐ Violencia Patrimonial (6) ☐ Violência psicológica (3) ☐ Trabalho Infantil (7) ☐ Violência Institucional (4) ☐ Outros (20) Quais? _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
Severidade e gravidade da agressão sexual	☐ Agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa (Handson) (1) ☐ Agressão sexual com “menos” severos como exibicionismo e abuso verbal (Handsoff) (2) ☐ Com contato físico sem uso da força, com sedução (3)	☐ SI
Atos de agressão sexual contra a vítima	☐ Assédio (1) ☐ Tirar as roupas da vítima (6) ☐ Esfregar-se na vítima ou passar a mão no corpo (2) ☐ Sexo vaginal (7) ☐ Exibicionismo da genitália do autor (3) ☐ Sexo anal (8) ☐ Masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa (4) ☐ Sexo oral (9) ☐ Obrigação de assistir relações sexuais de terceiros (5) ☐ Outras (20) Quais? _____	☐ SI
A vítima reagiu no ato	☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50) ☐ S.I. A vítima reagiu após o ato ☐ Sim (1) ☐ Não (2) ☐ N.A. (50)	☐ SI

Tipo de reação no ato	☐ Chorar (1) ☐ Consentir (2) ☐ Empurrar (3) ☐ Fugir (4) ☐ Gritar (5) ☐ Se negar (6) ☐ Outras (20) Quais?: _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI	Tipo de reação após o ato ☐ Contar para familiares (1) ☐ Contar para terceiros (2) (amigas, professora, líder religioso, namorado) ☐ Procurar entidades oficiais (3) ☐ Outro (20) _____ ☐ N.A. (50)	☐ SI
As principais condições físicas e psicológicas após a situação de agressão sexual	☐ Agressividade confortativa (1) ☐ Comportamentos delinquentes (infrações ou delitos) (2) ☐ Dificuldade na escola (3) ☐ Falta de Limite (4)	☐ Manifestações emocionais (5) ☐ Problemas relacionados à sexualidade (6) ☐ Gravidez (7) ☐ Lesão física (8) ☐ Sintomatologia Psicológica (9) _____ ☐ Tentativas de Suicídio (10)	☐ Inibição afetiva e Social (introversão ou isolamento) (11) ☐ Morte (12) ☐ Comportamento Hipersexualizado (13) ☐ Passou a usar drogas (14) ☐ Outras (20) Quais? _____	☐ SI
Fatores de risco para sofrer a agressão sexual	☐ Trastorno mental (1) ☐ Transtorno comportamental (2) ☐ Deficiência física e/ou intelectual (3) ☐ Ideação suicida (4) ☐ Tentativa de suicídio (5) ☐ Baixa autoestima (6) ☐ Dificuldades na escola (7) ☐ Namoro / intercurso sexual precoce (8) ☐ Doença grave ou lesões sérias (9) ☐ Vulnerabilidade Socioeconômica (10)	☐ Uso abusivo de álcool e outras drogas (11) ☐ Baixas habilidades sociais (12) ☐ Práticas parentais negativas (13) ☐ Permanência da criança sob a responsabilidade de terceiros (14) ☐ Inserção de um novo membro na família (padrasto/madrasta/outros) (15) ☐ Situação de rua (16) ☐ Histórico de institucionalização (17) ☐ Outros (20). Quais? _____	☐ SI	
Experiências Adversas na Infância	☐ Abuso físico (1) ☐ Abuso Emocional (2) ☐ Abuso Sexual (3) ☐ Consumo de álcool/drogas por familiares no lar (4) ☐ Encarceramento de membro da família (5) ☐ Membro da família com doença mental/psicológica/ comportamento suicida (6) ☐ Presenciar violência doméstica no lar (7)	☐ Um ou nenhum progenitor/divórcio/separação dos pais (8) ☐ Negligência Emocional (9) ☐ Negligência Física (10) ☐ Violência moral ou bullying (11) ☐ Violência comunitária (presenciar situações de violência na comunidade) (12) ☐ Violência coletiva (crime organizado, repressão, tortura) (13)	☐ SI	

Apêndice B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

I – IDENTIFICAÇÃO		
Município (Comarca):	Local da entrevista:	Nº encontros:
Entrevistado (Participante):		
Entrevistador:	Data: ____/____/____	Início: ____h ____min. Término: ____h. ____min.
Data de nascimento:	Faixa Etária: () Criança (0 – 11 anos) () Adolescente (12 – 17 anos) () Jovem (18 – 29 anos) () Adulto (30 – 59 anos) () Idoso ($\geq$ 60)	
Sexo: () Feminino () Masculino		
Orientação Sexual: () Heterossexual () Homossexual () Bissexual () Transsexual () Outros		
Cor/etnia: () Amarela () Branca () Parda () Preta () Indígena		
Religião: () Católica () Espírita () Evangélica () Religiões de Matrizes Africanas () Sem Religião () Outra. Qual? _____		
Situação Conjugal: () Casado () Divorciado () Separado () Solteiro () União Estável () Viúvo () Namoro () Noivado		
Possui Filhos: () Sim () Não Quantos?:		
Escolaridade: Série: Nível:	Completo () Incompleto ()	
Ocupação (Profissão):		
Mora com: () Mãe () Pai () Irmão (s): Quantos? _____ () Avô () Avó () Primo (a) () Tio (a) () Outros. Quais? _____		
Foi criado pelos pais biológico na infância?	Se não, indicar por quem foi criado:	
Bairro onde mora?	Onde nasceu:	
Tempo de cumprimento da Medida Sócioeducativa (MSE):		

II - ENTREVISTAS SOBRE OS CICLOS DE VIDA

1. **Infância: Relações** (explorar esta fase do ciclo vital)

Fale-me sobre sua **Infância**.

Que lembranças você tem de sua Infância? (Explorar lembranças boas/ruins).

Fale-me de sua família. (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa).

Como era ser uma Criança nesta família?

Como você acha que sua mãe/pai o descreveriam?

Que lembranças você tem de sua Infância na sua família?

Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim (se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato)

Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar)

Você tinha amigos (as) na escola? Fale-me sobre eles...

Como você acha que sua professora o descreveria à época?

Que lembranças você tem de sua Infância na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.

Fale-me de seus amigos fora da escola.

Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles.

Que lembranças você tem de sua Infância no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim. Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?

1. Adolescência: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)

Fale-me de você, como um **Adolescente**.

Como é sua família?

Como é ser um Adolescente nesta família?

Quem são com as quais convivia?

Como é sua relação com elas? (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa, durante a Adolescência)

Como ocupava seu tempo?

Conte-me sobre um acontecimento bom e um ruim em sua adolescência. Como você acha que sua mãe/pai o descrevem na Adolescência?

Que lembranças você tem de sua Adolescência na sua família? Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim (se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato)

Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar) Você tinha amigos (as) na escola? Fale-me sobre eles.

Como você acha que sua professora o descreveria?

Que lembranças você tem de sua Adolescência na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim. Fale-me de seus amigos fora da escola.

Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles.

Que lembranças você tem de sua Adolescência no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.

Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?

Fale-me dos seus relacionamentos amoroso na sua Adolescência.

III – SAÚDE		
Nasceu de parto normal?		
Teve alguma complicação no parto?	Se sim, indique qual:	
Nasceu com alguma deficiência	Se sim, indique qual:	
Sofreu agressão física?	Se sim, com que idade:	
Sofreu agressão verbal?	Se sim, com que idade:	
Sofreu agressão sexual?	Se sim, com que idade:	
Teve alguma doença mental/psicológica ou dos nervos?	Se sim, indique qual:	
Teve alguma doença sexualmente transmissível?	Se sim, com que idade e qual o tipo?	Que idade
Como você acha que contraiu esta doença?		
Você se envolveu alguma vez em briga?	Se sim, com que idade:	Em que local?
Tentou suicídio alguma vez?	Se sim, indique qual idade:	Porquê?
Considerando a sua experiência pessoal, responda às questões abaixo:		
Tipos	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?
Bebida alcoólica		
Cigarro comum		
Maconha		
Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona		
Cocaína		
<i>Crack</i>		
<i>Ecstasy</i>		
Remédio para emagrecer sem receita médica		
Anabolizante		
Remédio para “ficar doidão”		
Chá para “ficar doidão”		
Outra		
Frequência que isso acontecia		
IV – SEXUALIDADE		
O que é sexualidade para você?		

Quem foi a primeira pessoa a falar sobre sexualidade com você?		Que idade você tinha?
E nas outras vezes, com quem você falou sobre sexualidade?		Que idade você tinha?
Que idade você tinha quando teve acesso a revistas e/ou filmes pornográficos?		Como você tinha acesso?
Com que idade começou a namorar?	Com quem?	
Com que idade você teve sua primeira relação sexual?		
Com quem foi a sua primeira relação sexual?		
Quantos parceiros sexuais você teve até hoje?		
Quantos eram do sexo masculino?		
Quantos eram do sexo feminino?		
Na sua infância, você foi abordado por alguém para manter relação sexual?		Se sim, que idade você tinha:
Quem lhe convidou?		
Na sua adolescência você foi abordado por alguém para manter relação sexual?		Se sim, que idade você tinha:
Quem lhe convidou?		
Manteve relação sexual em troca de dinheiro, favor ou vantagem?	Se sim, que idade você tinha?	Com quem?
Você recebeu alguma vez orientação sobre violência ou agressão sexual (o que é, como se prevenir, etc)?		Se sim, que idade você tinha?
Quem falou com você sobre violência ou agressão sexual?		

V – REDE DE APOIO		
Você tinha amigos na infância?	Qual idade do seu amigo?	
Você tinha amigos na adolescência?	Qual idade do seu amigo?	
Você tinha amigos na juventude?	Qual idade do seu amigo?	
Você tem amigos hoje?	Qual idade do seu amigo?	
Se não, qual o motivo?		
Durante a sua infância participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha?	E qual grupo?
Durante a sua adolescência participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha?	E qual grupo?
Durante a sua juventude participava de algum grupo ou associação?	Se sim, que idade tinha?	E qual grupo?
Você trabalhava na sua infância?	Se sim, que idade tinha?	Qual tipo de trabalho
Você trabalhava na sua adolescência?	Se sim, que idade tinha?	Qual tipo de trabalho
Você trabalhava na sua juventude?	Se sim, que idade tinha?	Qual tipo de trabalho
Tinha alguma profissão, antes de ser preso?	Se sim, qual?	
Foi demitido alguma vez?		
Teve problemas com descumprimento da lei?	Qual foi o motivo?	
No período em que o processo foi instaurado e o cumprimento da sentença você recebeu ajuda de quem?		

VI-VIOLÊNCIA		
Tipos	Com que frequência esta situação acontecia	Indique quem fez isto com mais frequência
Ameaça ou humilhação		
Soco ou surra		
Agressão com objeto (madeira, cinto, cigarro, etc.)		
Mexeu no meu corpo contra a minha vontade		
Relação sexual forçada		

ENTREVISTA COGNITIVA

1. Se uma criança se sente atraída por um adolescente eles podem manter relação sexual? Exemplifique
2. Se um adolescente se sente atraído por uma criança eles podem manter relação sexual? Exemplifique
3. Se um adulto se sente atraído por uma criança eles podem manter relação sexual? Exemplifique
4. Se um adulto se sente atraído por um adolescente eles podem manter relação sexual? Exemplifique
5. O que você acha que é uma agressão? Exemplifique
6. O que você acha que é uma agressão sexual? Exemplifique
7. O que leva uma pessoa a agredir sexualmente uma criança ou um adolescente?
8. Você foi julgado para o cumprimento de uma medida socioeducativa por agressão sexual contra criança e adolescente o que você tem a dizer sobre isso?
9. Você conhecia a criança/adolescente? Fale como ela/ele era (Descreva-a/o, explorando aspectos como aparência, atitudes, percepção de inteligência e maturidade, deficiência, etc.). Quantos anos ela/ele tinha?
10. Qual o seu relacionamento com ela/ele?
11. A criança/adolescente o atraía?
12. Acha que a criança/adolescente o provocou?
13. Costuma a pensar nele/a?
14. Você acha que a MSE aplicada foi justa? Qual o sentimento de estar cumprindo essa medida?
15. Se você pudesse voltar no passado, o que faria diferente?
16. Pensando em sua história de vida, você acha que existe algo que influenciou o que lhe acontece no momento atual?
17. O que você acha que acontecerá depois que cumprir a medida?
18. Julga se possível voltar a ter o mesmo comportamento após o cumprimento da medida?
19. Você está recebendo algum atendimento aqui (Dizer o nome da Unidade de Atendimento Socioeducativo) Qual o tipo? Você acha que esse atendimento satisfaz as suas necessidades? Qual o atendimento que você gostaria de receber?
20. O que você achou desta entrevista? Quer acrescentar alguma informação?

Apêndice C – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE) (Para adolescentes de 12 a 17 anos)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas coordenada pela Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento – LED/UFPA). Seus responsáveis permitiram que você participasse deste estudo. Com esta pesquisa, queremos conhecer mais sobre fatores e contextos de desenvolvimento biopsicossocial de jovens autores de agressão em mesorregiões do estado do Pará. Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. As/Os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 12 a 21 anos de idade. A pesquisa será feita em unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, onde as/os adolescentes serão entrevistados por membros da equipe responsável pelo estudo. A entrevista contém perguntas sobre a trajetória de vida dos participantes desde o nascimento até o presente momento, além de outras sobre temas como infância, violência, adolescência, juventude, agressão sexual, família, comunidade, entre outras. Para isso, será usado um aparelho de MP3 (ou equipamento semelhante, como um celular, por exemplo) para gravar o áudio da entrevista. A entrevista é considerada um procedimento seguro para o participante deste tipo de pesquisa, mas existe o risco de você ficar tenso/a, cansada/o ou desconfortável. Se isso ocorrer, você pode pedir para interromper a entrevista imediatamente, e isso será feito. Caso seja necessário que você receba assistência médica ou psicológica, isso será garantido. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que estão informados no final do texto; mas há coisas boas que podem acontecer, como por exemplo, você saber que está contribuindo para que mais pessoas compreendam quem são e como se sentem adolescentes que estão cumprindo uma medida socioeducativa. Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser apresentados em trabalhos acadêmicos e eventos técnico-científicos, mas sem identificar as/os adolescentes que participaram. Se você ou os responsáveis por você tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, você deve contatar as responsáveis por esta pesquisa, Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante e Msc. Maira de Maria Pires Ferraz, da Universidade Federal do Pará, endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110, atendendo pelo telefone: (91) 3201-8482.

Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará – UFPA. O CEP/NMT/UFPA - Av. Generalíssimo Deodoro, 92, bairro Umarizal, CEP: 66055-240, por intermédio do telefone (91) 3201-0961, e-mail cepnmt@ufpa.br

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer durante a realização da pesquisa.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Belém, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do coordenador da pesquisa

Apêndice D - Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (No caso de responsável pelo adolescente de 12 a 17 anos)

O adolescente _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado a participar da pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas coordenada pela Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento – LED/UFPA). Com esta pesquisa, queremos conhecer mais sobre fatores e contextos de desenvolvimento biopsicossocial de jovens autores de agressão em mesorregiões do estado do Pará. As/Os adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 12 a 21 anos de idade. A pesquisa será feita em unidades da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA, onde os adolescentes serão entrevistados por membros da equipe responsável pelo estudo. A entrevista contém perguntas sobre a trajetória de vida dos participantes desde o nascimento até o presente momento, além de outras sobre temas como infância, violência, adolescência, juventude, agressão sexual, família, comunidade, entre outras. Para isso, será usado um aparelho de MP3 (ou equipamento semelhante, como um celular, por exemplo) para gravar o áudio da entrevista. Para participar desta pesquisa, o adolescente sob sua responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será esclarecido (a) sobre qualquer aspecto acerca da pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se. Você, como responsável pelo adolescente, poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. A participação dele é voluntária e a recusar em participar não acarretará qualquer penalidade. O adolescente não será identificado em nenhuma publicação derivada da pesquisa. A entrevista é considerada um procedimento seguro para o participante deste tipo de pesquisa, mas existe o risco de ficar tenso/a, cansado/a ou desconfortável. Se isso ocorrer, o adolescente poderá pedir para interromper a entrevista imediatamente, e isso será feito. Caso seja necessário que o adolescente receba assistência médica ou psicológica, isso será garantido. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones que estão informados no final do texto; mas há coisas boas que podem acontecer, como por exemplo, você saber que está contribuindo para que mais pessoas compreendam quem são e como se sentem adolescentes que estão cumprindo uma medida socioeducativa. Se você tiver dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou riscos relacionados ao estudo, você deve contatar as responsáveis por esta pesquisa, Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante e Msc. Maira de Maria Pires Ferraz, da Universidade Federal do Pará, endereço: R. Augusto Corrêa, 01 - Guamá, Belém - PA, 66075-110, atendendo pelo telefone: (91) 3201-8482.

Da mesma forma, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Pará – UFPA. O CEP/NMT/UFPA - Av. Generalíssimo Deodoro, 92, bairro Umarizal, CEP: 66055-240, por intermédio do telefone (91) 3201-0961, e-mail cepnmt@ufpa.br

Agradecemos a sua autorização e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ responsável pelo adolescente _____ aceito sua participação na pesquisa Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na Infância e Distorções Cognitivas. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer durante a realização da pesquisa. Entendi que posso dizer “sim”, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Belém, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do coordenador da pesquisa

**Anexo A – Questionário de Experiências Adversas na Infância
(Pereira e Viana, 2021).**

Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância (EAI-QI) Adverse Childhood Experiences – International Questionnaire (ACE-IQ) Organização Mundial da Saúde (OMS) Adaptação para o uso no Brasil: Flávia Garcia Pereira e Maria Carmen Viana	
0	INFORMAÇÕES DEMOGRÁFICAS
0.1 [C1]	Sexo (Marque de acordo com o observado) ☐ Masculino ☐ Feminino
0.2 [C2]	Qual a data do seu nascimento? Dia [] mês [] ano [][][] Não sabe (não sei) / não informou (não quero informar) [] (<i>Vá para Q.C3</i>)
0.3 [C3]	Qual é a sua idade? ☐ [] []
0.4 [C.4]	Qual das seguintes alternativas você considera como a sua raça/cor da pele? ☐ Branca ☐ Preta ☐ Parda ☐ Amarela ☐ Indígena ☐ Outras: _____ ☐ Não declarada/Não quero declarar ☐ Não sabe informar/Não sei informar
0.5 [C5]	Qual é o seu nível de escolaridade mais alto? ☐ Não frequentou a escola ☐ Ensino Fundamental I (até 5º ano ou 4ª série) ☐ Ensino Fundamental II incompleto (até 9º ano ou 8ª série) ☐ Ensino Fundamental completo ☐ Ensino Médio incompleto ☐ Ensino Médio completo ☐ Ensino Superior incompleto ☐ Ensino Superior completo ☐ Pós-Graduação ☐ Não quis responder/ Não quero responder
0.6 [C6]	Quais das seguintes opções <u>melhor</u> descrevem a sua <u>principal</u> situação de trabalho nos últimos 12 meses? (assinalar todas as alternativas que se aplicam) ☐ Funcionário público/ Vínculo com o setor público ☐ Empregado do setor privado ☐ Trabalhador autônomo/trabalha por conta própria/Empregador ☐ Trabalho não remunerado/trabalho voluntário ☐ Estudante ☐ Dona de casa/Trabalho doméstico não remunerado ☐ Aposentado(a) ☐ Desempregado(a) – com capacidade de trabalhar ☐ Desempregado(a) – sem capacidade de trabalhar ☐ Outros: _____ ☐ Não quis responder/ Não quero responder
0.7 [C7]	Qual o seu estado civil? ☐ Casado(a) (<i>Vá para Q.M2</i>) ☐ Vive com companheiro(a) ☐ Divorciado(a) / separado(a) ☐ Solteiro(a) ☐ Viúvo(a) (<i>Vá para Q.M2</i>) ☐ Outro: _____ ☐ Não quis responder/ Não quero responder

1	CASAMENTO
1.1 [M1]	Você já foi casado(a)? ☐ Sim ☐ Não (<i>Vá para Q.M5</i>) ☐ Não quis responder/ Não quero responder
1.2 [M2]	Com que idade você se casou pela primeira vez? Idade [] [] ☐ Não quis responder/ Não quero responder
1.3 [M3]	Quando você se casou pela primeira vez, foi você mesmo(a) quem escolheu seu marido/esposa? ☐ Sim (<i>Vá para Q.M5</i>) ☐ Não ☐ Não sabe (Não sei)/ Não tem certeza (Não tenho certeza) ☐ Não quis responder/ Não quero responder
1.4 [M4]	Quando você se casou pela primeira vez, se não foi você quem escolheu seu marido/esposa, você concordou com a escolha? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
1.5 [M5]	Se você já teve filhos, qual era sua idade quando nasceu seu(sua) primeiro(a) filho(a)? Idade [] [] Não se aplica [] ☐ Não quis responder/ Não quero responder
2	RELACIONAMENTO COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS A partir de agora, todas as perguntas estão relacionadas ao período de sua infância e adolescência, até os seus 18 anos.
2.1 [P1]	Seus pais/responsáveis compreendiam seus problemas e preocupações? ☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
2.2 [P2]	Seus pais/responsáveis realmente sabiam o que você estava fazendo no seu tempo livre, quando não estava na escola ou no trabalho? ☐ Sempre ☐ Na maioria das vezes ☐ Às vezes ☐ Raramente ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
3	
3.1 [P3]	Com que frequência seus pais/responsáveis não lhe davam comida suficiente, mesmo que pudessem facilmente oferecer um alimento para você? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
3.2 [P4]	Seus pais/responsáveis ficavam muito embriagados ou sob o efeito de drogas quando cuidavam de você? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder

3.3 [P5]	Com que frequência seus pais/responsáveis <u>não</u> lhe mandavam para a escola, mesmo que tivessem a obrigação de fazer isso? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4	AMBIENTE FAMILIAR Nos primeiros 18 anos da sua vida...
4.1 [F1]	Você morou com alguém que tinha problemas com álcool ou era alcoólatra, ou que abusava de drogas ilícitas ou de medicamentos controlados? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4.2 [F2]	Você morou com alguém que estava deprimido, ou tinha alguma doença mental ou intenção suicida? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4.3 [F3]	Você morou com alguém que alguma vez tenha sido levado pra cadeia ou mandado pra prisão? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4.4 [F4]	Nesse período (até os seus 18 anos) seus pais alguma vez se separaram ou se divorciaram? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4.5 [F5]	Sua mãe, pai ou responsável faleceram (nesse período)? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sabe/Não tem certeza ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	As próximas perguntas estão relacionadas a algumas situações que você pode ter ouvido ou visto EM SUA CASA . São situações que podem ter acontecido COM OS OUTROS MORADORES DA SUA CASA, NÃO COM VOCÊ . Nos primeiros 18 anos da sua vida...
4.6 [F6]	Você viu ou ouviu alguém que morava na sua casa recebendo gritos ou berros, ou sendo xingado, insultado ou humilhado? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4.7 [F7]	Você viu ou ouviu alguém que morava na sua casa sendo estapeado, chutado, socado ou surrado? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
4.8 [F8]	Você viu ou ouviu alguém que morava na sua casa ser agredido ou cortado com algum objeto, como uma vara (ou bengala), garrafa, porrete, faca, chicote, ou algum outro objeto? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder

5	As próximas perguntas estão relacionadas a algumas situações que VOCE pode ter vivenciado. Nos primeiros 18 anos da sua vida...
5.1 [A1]	Alguns de seus pais ou responsáveis ou alguém que morava na sua casa gritou, berrou, xingou, insultou ou humilhou você? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
5.2 [A2]	Alguns de seus pais ou responsáveis ou alguém que morava na sua casa ameaçou abandonar ou expulsar você de casa, ou de fato fez isso ? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
5.3 [A3]	Alguns de seus pais ou responsáveis ou alguém que morava na sua casa bateu, chutou, socou ou surrou você? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	Qual a <u>intensidade</u> dessas agressões? ☐ Leve ☐ Moderada ☐ Intensa ☐ Muito intensa ☐ Não quis responder/ Não quero responder
5.4 [A4]	Alguns de seus pais ou responsáveis ou alguém que morava na sua casa agrediu ou cortou você com algum objeto, como uma vara (ou bengala), garrafa, porrete, faca, chicote, ou algum outro objeto? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	As próximas perguntas são sobre situações de assédio ou abuso sexual que VOCE pode ter vivenciado antes dos 18 anos, e que podem ter sido cometidas por qualquer pessoa. Antes dos 18 anos...
5.5 [A5]	Alguém tocou ou acariciou você de uma forma sexual, sem que você quisesse? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	Foi alguém que morava na sua casa? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
5.6 [A6]	Alguém fez com que você tocasse o corpo dele(a) de uma forma sexual, sem que você quisesse fazer isso? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	Foi alguém que morava na sua casa? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
5.7 [A7]	Alguém tentou fazer sexo oral, anal ou vaginal com você, sem que você quisesse? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder

	Foi alguém que morava na sua casa? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
5.8 [A8]	Alguém <u>já fez</u> sexo oral, anal ou vaginal com você, sem que você quisesse? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	Foi alguém que morava na sua casa? ☐ Sim ☐ Não ☐ Não quis responder/ Não quero responder
6	VIOLÊNCIA DE PARES As próximas perguntas estão relacionadas ao BULLYING . O bullying ocorre quando um jovem ou um grupo de jovens fala ou faz coisas ruins ou desagradáveis para outro jovem. Também é bullying quando uma pessoa jovem é provocada de forma desagradável ou quando é deixada de fora das atividades de propósito. Não é bullying quando dois jovens com a mesma força ou poder discutem ou brigam, ou, ainda, quando a provocação ocorre de forma amistosa e divertida. Nos primeiros 18 anos da sua vida...
6.1 [V1]	Com que frequência você sofria bullying? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca (<i>Vá para Q.V3</i>) ☐ Não quis responder/ Não quero responder
6.2 [V2]	Qual era a forma mais frequente de bullying que você sofria? (Assinalar apenas uma opção) ☐ Me batiam, esbarravam em mim, era chutado(a), empurrado(a), ou trancado(a) em lugares fechados ☐ Era zoado(a) (debochavam de mim) por causa da minha raça, nacionalidade ou cor da pele ☐ Era zoado(a) (debochavam de mim) por causa da minha religião ☐ Era zoado(a) (debochavam de mim) por meio de brincadeiras ou comentários de cunho sexual, ou gestos obscenos ☐ Era excluído(a) de atividades de propósito ou completamente ignorado(a) ☐ Era zoado(a) (debochavam de mim) por causa da aparência do meu corpo ou do meu rosto ☐ Eu sofria alguma outra forma de bullying ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	A próxima pergunta é sobre BRIGAS FÍSICAS . Uma briga física ocorre quando dois jovens com aproximadamente a mesma força ou poder escolhem brigar um contra o outro. Durante o período de crescimento, nos primeiros 18 anos da sua vida...
6.3 [V3]	Com que frequência você se envolvia em uma briga física? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
7	VIOLÊNCIA NA COMUNIDADE As próximas perguntas são sobre a frequência com que VOCÊ viu ou ouviu certas coisas na sua VIZINHANÇA OU COMUNIDADE (não na sua casa ou na TV, rádio ou em filmes). Nos primeiros 18 anos da sua vida...
7.1 [V4]	Você viu ou ouviu alguém sendo espancado (não na sua casa ou na TV, rádio ou em filmes)? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
7.2 [V5]	Você viu ou ouviu alguém sendo esfaqueado ou levando um tiro (não na sua casa ou na TV, rádio ou em filmes)? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder

7.3 [V6]	Você viu ou ouviu alguém ser ameaçado(a) com uma faca ou arma de fogo (não na sua casa ou na TV, rádio ou em filmes)? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
8	VIOLÊNCIA COLETIVA
	As próximas perguntas são sobre se VOCÊ vivenciou ou não algum dos seguintes acontecimentos quando você era criança. Todos eles estão relacionados com violência coletiva, incluindo guerras ou tiroteios, terrorismo, conflitos políticos ou étnicos, genocídio, repressão ou toque de recolher, desaparecimentos, tortura e crime organizado violento, como bandidagem, tráfico de drogas e guerra de gangues. Nos primeiros 18 anos da sua vida...
8.1 [V7]	Você foi forçado a ir viver em outro lugar devido a algum desses acontecimentos? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
8.2 [V8]	Você vivenciou a destruição proposital da sua casa devido a algum desses eventos? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
8.3 [V9]	Você foi espancado por soldados, policiais, milicianos, gangues ou traficantes de drogas? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
8.4 [V10]	Algum familiar ou amigo(a) foi morto ou espancado por soldados, policiais, milicianos, gangues ou traficantes de drogas? ☐ Muitas vezes ☐ Poucas vezes ☐ Uma vez ☐ Nunca ☐ Não quis responder/ Não quero responder
	Para terminar, gostaríamos de saber se até os seus 18 anos, você vivenciou algum outro evento traumático que não foi mencionado durante esta entrevista? ☐ Não ☐ Sim Qual(is)? _____ _____ _____

Pereira FG & Viana MC. Adaptação transcultural do Adverse Childhood Experiences - International Questionnaire (ACE-IQ). Revista de Saúde Pública. Abril/2021.

Anexo B – Escala de Concepções de masculinidade (ECM)

ESCALA DE CONCEPÇÕES DA MASCULINIDADE

Guerra, V. M., Scarpatti, A. S., Bonfim Duarte, C. N., Silva, C. V., & Motta, T. A. (2014). Ser homem é...: Adaptação da Escala de Concepções da Masculinidade. *Psico-USF*, 19(1), 155-165. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-82712014000100015>

INSTRUÇÕES. A seguir você encontrará uma série de frases sobre jovens rapazes na nossa sociedade. Por favor, indique em que medida você concorda ou discorda com cada uma delas, utilizando a seguinte escala de resposta:

1	2	3	4
Discordo	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo

01. _____ É difícil levar a sério um homem que usa esmalte de unha
02. _____ É embaraçoso ter muitos amigos *gays*
03. _____ Aparentar ser *gay* faz com que um homem pareça menos homem
04. _____ Não tem nada de errado com um homem que zoa os seus amigos
05. _____ Agir como homem deveria ser o objetivo mais importante para rapazes
06. _____ Homens não deveriam falar sobre suas preocupações uns com os outros
07. _____ Uma boa maneira de parecer homem é evitar agir como um *gay*
08. _____ Não importa o que aconteça, um homem deve aparentar ser forte para outros
09. _____ Quando um homem sente medo, deveria manter isso pra si mesmo
10. _____ Um homem deveria se sentir envergonhado de correr como uma garota
11. _____ É normal para os homens zoar seus amigos
12. _____ Ser zoado ajuda os homens a se tornarem durões.
13. _____ É difícil respeitar um homem que demonstra seus sentimentos
14. _____ Existe algo de errado se um homem quer fazer uma atividade feita por mulheres
15. _____ Para ser aceito, os homens devem ser capazes de zoar outros
16. _____ Homens de verdade nunca agem como uma menina

Análises: calcular as médias de cada dimensão, utilizando os itens atribuídos a cada dimensão conforme descrição abaixo:

Heterossexismo: itens 01, 02, 03, 05, 07, 10, 14, 16

Provocação social: 04, 11, 12, 15

Restrição emocional: 06, 08, 09, 13

Interpretação: quanto maior a média, maior a percepção da importância daquela dimensão para a masculinidade.

Anexo C – Termo de anuência institucional (FASEPA)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO, EMPREGO E RENDA
FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARÁ

TERMO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

EU, **LUIZ CELSO DA SILVA**, presidente da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará – FASEPA estou ciente, de acordo e autorizo a execução da pesquisa intitulada “**Jovens Ofensores Sexuais: Experiências Adversas na infância e Distorções Cognitivas**”, a pesquisa é coordenada pela pesquisadora Doutora Lília Iêda Chaves Cavalcante, docente da Universidade Federal do Pará – UFPA. A pesquisa será desenvolvida em conjunto com os seguintes pesquisadores: Professora Doutora Milene Maria Xavier Veloso, docente da UFPA, Professora Doutora Daniela Castro dos Reis, docente da UFPA, doutoranda da UFPA Maíra de Maria Pires Ferraz, Bianca do Socorro Lima Silva – Bolsista de iniciação Científica, discente FASS/UFPA, Elana Fabrícia Ferreira - Bolsista de iniciação Científica, discente FAPSI/UFPA. Declaro conhecer e cumprir as Resoluções 466/2012, 510/2016 do CNS: e sinalizo que esta instituição está ciente de suas responsabilidades, de seu compromisso no resguardo da segurança /bem –estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados.

Belém, 05 de Outubro de 2022.

LUIZ CELSO DA SILVA

Presidente da Fasepa

Luiz Celso da Silva
Presidente/FASEPA
Matricula: 5959748/1

Anexo D – Termo de anuência institucional (Lar de Maria)

Lar de Maria
CNPJ 04.934.428/0001-62
Praça Floriano Peixoto Nº 33 – São Braz – Belém – PA.
Fone: (91) 3226-2953 – (91) 98871-1920
e-mail: lardemariapara-deaps@hotmail.com - www.lardemariapara.org

**Termo de Anuência Institucional – TAI**

Eu, Marilúcia Raulino da Silva, Diretora do Departamento de Assistência e Promoção Social do Lar de Maria, responsável pelo local onde a pesquisa será desenvolvida, estou ciente, de acordo e autorizo a execução da pesquisa intitulada "*Jovens ofensores sexuais: experiências adversas na infância e distorções cognitivas*", com período de vigência de 2023 a 2025, sendo coordenada pelas pesquisadoras: Prof.^a Maira de Maria Pires Ferraz e Prof.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, desenvolvida em conjunto com as pesquisadoras Milene Maria Xavier Veloso, Daniela Castro dos Reis e Viviam da Silva Silveira .

Declaro conhecer e cumprir as resoluções 466/2012, 510/2016 do CNS; afirmo o compromisso institucional de apoiar o desenvolvimento deste estudo e sinalizo que esta instituição está ciente de suas responsabilidades, de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tais condições.

Belém, 30 de outubro de 2022

Marilúcia Raulino da Silva
Diretora do Departamento de Assistência e Promoção Social
do Lar de Maria

Anexo E – Termo de Anuência Institucional (Usina da Paz Bengui)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

Belém, 14 de dezembro de 2023

A USINA DA PAZ

Assunto: Solicitação de autorização para realização de pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento

Cumprimentando, o Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento - LED do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento - PPGTPC, solicita a V.Sa., por meio deste ofício, que autorize a realização da pesquisa intitulada **"JOVENS OFENSORES SEXUAIS: EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA E DISTORÇÕES COGNITIVAS"**, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante, docente da Universidade Federal do Pará.

A pesquisa tem como objetivo geral *demonstrar a relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI), distorções cognitivas e comportamento de ofensa sexual entre jovens de mesorregiões do Pará*. De modo específico, a pesquisa tem como objetivos: 1) Descrever o perfil biopsicossocial de jovens com e sem comportamento de ofensa (ato infracional/crime análogo ao estupro de vulnerável e outros); 2) Identificar as características da infração ou crime cometido por jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual ou não sexual); 3) Descrever e comparar dados sobre a ocorrência, frequência e tipologia de Experiências Adversas na Infância em jovens com comportamento de ofensa sexual e jovens sem este comportamento; 4) Descrever e comparar dados sobre as distorções cognitivas mais frequentes em jovens com e sem comportamento de ofensa (sexual ou não sexual); 5) Relacionar as distorções cognitivas ligadas à minimização, raciocínio emocional e culpabilização dos jovens participantes da pesquisa.

Estes objetivos pretendem ser alcançados a partir da realização de entrevistas com jovens autores de ofensa (sexual ou não sexual) atendidos pela FUNPAPA, com destaque para aqueles que ainda se encontram na adolescência. Farão parte da pesquisa, pelo menos, 50 jovens ofensores sexuais de crianças e adolescentes, 50 jovens não ofensores sexuais e 50 jovens sem histórico de cometimento de qualquer ato infracional.

Informamos que a presente pesquisa, atualmente encontra-se autorizada pela Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará - FASEPA e em andamento em suas Unidades de Socioeducação. A autorização para realização da pesquisa na USINA DA PAZ permitiria ampliar o número de instituições envolvidas na pesquisa e, consequentemente, a amostra formada por adolescentes no grupo de sem histórico de ato infracional.

Nesse sentido, os instrumentos utilizados durante a pesquisa com esses adolescentes serão: 1) Formulário de caracterização biopsicossocial - FCBS, com o objetivo de coletar informações documentais; 2) Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ), com o objetivo de rastrear 13 domínios de Experiências Adversas na Infância dos participantes; 3) Roteiro de entrevista semiestruturada, com questões que versam sobre: a) Visão sobre infância, b) Adolescência, c) Saúde, d) Expectativas futuras, e) Concepção de violência sexual, o qual pretende orientar a investigação do ponto de vista dos participantes sobre os eixos temáticos mencionados; 4) Questionário de Distorções Cognitivas - CD-Quest que avalia a frequência semanal em que as distorções ocorrem e a intensidade da crença desenvolvida pelos sujeitos; 5) Inventário de Estilos Parentais - IEP que visa categorizar o estilo parental adotado pelos pais ou responsáveis dos participantes, com o objetivo de avaliar as relações familiares estabelecidas e, por fim 6) Escala de Concepções de Masculinidade, instrumento que permite investigar esse constructo a partir do ponto de vista dos participantes.

A equipe responsável pela execução da pesquisa é composta pelos seguintes membros: 1) Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (Coordenadora, docente UFPA); 2) Prof.^a Dr.^a Milene Maria Xavier Veloso (Pesquisadora, docente UFPA); 3) Prof.^a Dr.^a Daniela Castro dos Reis (Pesquisadora, docente UFPA); 4) Viviam da Silva Silveira (Doutoranda pelo PPGTPC/UFPA); 5) Maira de Maria Pires Ferraz (Doutoranda pelo PPGTPC/UFPA) e Daniela Baldez Diniz (Mestranda pelo PPGTPC/UFPA).

Nesta oportunidade, agradecemos a atenção e colocamo-nos à vossa disposição para quaisquer outras informações sobre este e outros projetos de pesquisa e extensão universitária que sejam voltados à garantia dos direitos da criança e adolescente, e a promoção do seu desenvolvimento biopsicossocial.

Contato:
Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante liliaccavalcante@gmail.com
Psi. Daniela Baldez Diniz danielabaldez.psicologo@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante
Docente do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da
Universidade Federal do Pará - PPGTPC/UFPA

Anexo F – Autorização da Pesquisa (Comitê de Ética)

	NÚCLEO DE MEDICINA TROPICAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - NMT/UFPA	
---	---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Jovens ofensores sexuais: experiências adversas na infância e distorções cognitivas

Pesquisador: MAIRA DE MARIA PIRES FERRAZ

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63236422.0.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.876.173

Apresentação do Projeto:

Intitulada "Jovens ofensores sexuais: experiências adversas na infância e distorções cognitivas" a pesquisa vai usar dados de prontuário de jovens do sexo masculino, com idade entre 12 e 29 anos com histórico de ofensa sexual, outras ofensas e sem histórico de ofensa. Os 300 participantes (100 com histórico de ofensas sexuais, 100 com histórico de outras ofensas, 100 sem histórico de ofensas) responderão a dois questionários: Adverse Childhood Experiences International Questionnaire (ACE-IQ) e Questionário de Distorções Cognitivas – CD- Quest, e 30 participantes, 10 de cada grupo, passará por uma entrevista semiestruturada para a coleta de dados qualitativos com trinta dos trezentos participantes da pesquisa. Os dados serão analisados para verificar a hipótese de que os jovens que cometeram crimes sexuais tiveram um histórico de experiências adversas

Objetivo da Pesquisa:

O projeto visa "Demonstrar a relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e distorções cognitivas sobre gênero e violência entre jovens ofensores sexuais de mesorregiões do Pará".

Objetivo Primário:

Demonstrar a relação entre Experiências Adversas na Infância (EAI) e distorções cognitivas sobre gênero e violência entre jovens ofensores sexuais de mesorregiões do Pará.

Objetivo Secundário:

Endereço: Av. Generalíssimo Deodoro, 92	CEP: 66.055-240
Bairro: Umarizal	
UF: PA	Município: BELEM
Telefone: (91)3201-0961	E-mail: cepnmt@ufpa.br